

The background of the cover is a vibrant red with a textured, painterly quality. Overlaid on this are black, angular lines that form a complex, abstract architectural or urban layout. These lines suggest a dense, multi-level structure with various platforms, walkways, and openings. In the lower-left quadrant, there is a small, colorful, and somewhat abstract figure or object, possibly representing a person or a specific architectural element. The overall composition is dynamic and layered.

David Harvey

A PRODUÇÃO
CAPITALISTA DO ESPAÇO


ANNA BLUME



GEOGRAFIAS E ADJACÊNCIAS

Coordenação:
Antonio Carlos Robert Moraes

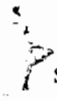
Acervo Particular
Este Livro Pertence à
Paulo Daniel de Souza Ferreira
Biblioteca Átina

A PRODUÇÃO
CAPITALISTA DO ESPAÇO

DAVID HARVEY

**A PRODUÇÃO
CAPITALISTA DO ESPAÇO**

Tradução:
CARLOS SZLAK



© David Harvey, 2001
Spaces of Capital: Towards a Critical Geography
Edinburgh University Press Ltd

**Centro de Documentação e Informação Polis Instituto de Estudos,
Formação e Assessoria em Políticas Sociais**

H271 Harvey, David

A produção capitalista do espaço. / David Harvey. — São Paulo: Annablume, 2005.
(Coleção Geografia e Adjacências)
252p.; 16 x 23 cm

Extraído de Harvey, David. *Spaces of capital. Towards a critical geography.*
Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001

ISBN 85-7419-496-4

1. Geografia Urbana. 2. Planejamento Urbano. 3. Sociologia Urbana. 4. Capitalismo.
5. Teoria Marxista. 6. Geopolítica do Capitalismo. I. Título. II. Série

CDU 659.3
CDD 301.11

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Coordenação editorial
Joaquim Antonio Pereira

Produção
Celso Cruz - Preparação/Revisão
Maria Augusta Mota - Paginação

Capa
Zeca Lins
a partir de obra de E. Z. Lievin

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Peñuela Cañizal
Norval Baitello Junior
Maria Odila Leite da Silva Dias
Gustavo Bernardo Krause
Maria de Lourdes Sekeff
Cecília de Almeida Salles
Pedro Jacobi
Eduardo Alcântara de Vasconcellos

1ª edição: março de 2005

ANNABLUME editora . comunicação
Rua Padre Carvalho, 275 . Pinheiros
05427-100 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (011) 3812-6764 – Televidas 3031-9727
<http://www.annablume.com.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
CAPÍTULO I – A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da <i>New Left Review</i>	15
CAPÍTULO II – A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista	41
CAPÍTULO III – A teoria marxista do Estado	75
CAPÍTULO IV – O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx	95
CAPÍTULO V – A geopolítica do capitalismo	127
CAPÍTULO VI – Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio	163
CAPÍTULO VII – A geografia do poder de classe	191
CAPÍTULO VIII – A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em <i>commodities</i>	219
BIBLIOGRAFIA	241

APRESENTAÇÃO

David Harvey é, indiscutivelmente, um dos principais geógrafos da atualidade, gerador de uma vasta obra, marcada pela coerência lógica e pela fidelidade a pressupostos metodológicos sempre rediscutidos e explicitados (postura rara no campo disciplinar da geografia, marcado pelo ecletismo implícito e pela associação incongruente de autores e teorias em moda a cada época). Desde a virada de método operada no início dos anos setenta - entre os livros *Explicação em Geografia* (de 1969) e *A justiça social e a cidade* (de 1973) - Harvey persegue o objetivo de construir uma teoria da relação sociedade-espço embasada nos preceitos da teoria social de Marx. Neste percurso elaborou alguns trabalhos hoje clássicos para a análise dessa relação, como *Os limites do capital* (1982), *A experiência urbana* (1989) e *Condição Pós-moderna* (1989). Em tempos mais recentes publicou *Justiça, Natureza e a Geografia da Diferença* (1996) e *Espaços da esperança* (2000).

Uma das características fortes da investigação teórica de Harvey é o estabelecimento de interlocução com variados campos e discussões das ciências humanas, gerando uma reflexão que extrapola em muito as fronteiras disciplinares da geografia. Diálogos com a economia, a antropologia ou a ciência política, tornam suas obras referências básicas em importantes debates contemporâneos. Sua avaliação crítica do pós-modernismo, indicando o que este conceito traz de efetividade histórica e o que ele representa em termos da prática teórica, constitui hoje uma leitura obrigatória no trato do tema. Sua reflexão sobre a vida urbana atual e a cultura que ela engendra também se inscreve como básica em tal temática, assim como sua análise sobre o capital fixo e a acumulação de valor na economia globalizada e de alta tecnologia. Uma ótica militante, onde explicar é orientar para a transformação, comanda todas estas discussões, de fina sofisticação teórica.

Tal combinação entre a postura crítica e a fundamentação erudita constitui outra característica particularizadora do pensamento de Harvey no universo da produção geográfica de esquerda. Tal fato é atestado no livro que ora apresentamos ao público brasileiro, o qual já dispõe de traduções em português de várias das obras do autor

aqui citadas. *A produção capitalista do espaço* agrupa sete textos, escritos entre 1975 e 2001, de índole essencialmente metodológica, que buscam explicitar os fundamentos teóricos e conceituais com que opera David Harvey em sua singular “geografia”. As concepções marxistas do Estado, das classes sociais, da acumulação, da urbanização e da renda, entre outras, são discutidas nesse volume, que também apresenta uma entrevista com o autor publicada pela *New Left Review* no ano de 2000. Este material foi todo selecionado de uma obra maior de Harvey intitulada *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*, editada pela Edinburgh University Press em 2001. A seleção para a presente edição foi por ele autorizada.

A coleção “Geografias e Adjacências”, buscando estimular a discussão teórica no campo interdisciplinar de investigação da dimensão espacial da vida social, publica uma obra que fornece boa fundamentação para a pesquisa e a reflexão geográfica em sua vertente crítica.

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES
Professor do Departamento de Geografia
FFLCH/USP

PREFÁCIO

Nenhuma pessoa que aspira a mudar a maneira como pensamos e entendemos o mundo pode fazer isso sob critérios de sua própria escolha. Ela precisa tirar partido das bases intelectuais à mão. Também deve tentar combater as suposições, os preconceitos e as preferências políticas, que restringem o pensamento de um modo que se pode julgar, na melhor das hipóteses, como tolerantemente repressivo, e, na pior, como meramente repressivo.

Os ensaios reunidos aqui, escritos ao longo de quase 30 anos, registram minhas tentativas de mudar o modo de pensamento na disciplina da geografia (até recentemente meu lar institucional, dentro da divisão disciplinar cada vez mais disfuncional relativa à característica de conhecimento da academia), nas áreas cognatas (como estudos urbanos) e entre o público em geral. Também refletem as circunstâncias em mudança, nesse mesmo período, da produção do conhecimento no mundo de fala inglesa.

O início da Guerra Fria e os danos causados contra a liberdade de pensamento, na década de 1950, pelo macarthismo, ajudados e estimulados pelas revelações perturbadoras a respeito dos excessos do stalinismo na União Soviética, tornaram extremamente difícil, na década de 1950 e no início da década de 1960, considerar os escritos de Marx como matéria-prima séria para moldar entendimentos e modos novos de ação política.

De fato, nos Estados Unidos, era arriscado expressar qualquer opinião dissidente (não importa se com base no marxismo ou não) que não se ajustasse exatamente ao modelo exigido pela política externa norte-americana. Essa política era dominada pela doutrina de refreamento da influência soviética, e pela cooptação ou supressão total de todos os movimentos políticos que buscavam um caminho socialista em vez de capitalista para o desenvolvimento econômico.

No entanto, em meados da década de 1960, ficou evidente para muitos analistas que os sistemas prevaletentes de conhecimento não estavam sendo capazes de entender as diversas investidas e lutas revolucionárias relativas à descolonização (muitas vezes inspiradas pelo pensamento marxista) que aconteciam na maior parte da África, América Latina e Ásia. Conforme a Guerra do Vietnã evoluía, os Estados Unidos eram vistos

cada vez mais como um país não-defensor da liberdade, procurando estabelecer um novo tipo de imperialismo em defesa do seu específico sistema capitalista, que se revelou muito vulnerável nos acontecimentos catastróficos das décadas de 1930 e 1940. A luta pelos direitos civis e as insurreições urbanas nos Estados Unidos (os assassinatos de Malcom X e Marthin Luther King, e o ataque direto contra os Panteras Negras, que culminou com o assassinato de Fred Hampton, em Chicago, pelo poder estatal) também demandaram reavaliações importantes no modo de pensamento e na prática política.

Parecia importante se ocupar com Marx por duas razões instigantes: em primeiro lugar, para entender por que essa doutrina, tão denegrada e menosprezada nos círculos oficiais do mundo de fala inglesa, podia ter um apelo tão grande entre aqueles que lutavam ativamente pela emancipação em todas as outras partes; em segundo lugar, para verificar se uma leitura de Marx poderia ajudar a estabelecer uma teoria crítica da sociedade, para abarcar e interpretar os conflitos sociais que culminaram com o alto drama político (aproximando-se da revolução cultural e política) desenrolado entre os anos críticos de 1967 e 1973.

No início da década de 1970, meu próprio trabalho sobre esses tópicos se originou como parte do esforço geral de chegar a um acordo com essas questões. Claro que era profícuo descobrir que as brasas da cultura marxista ainda ardiam com força em determinados círculos (as obras de Paul Baran e Paul Sweezy brilhavam nos Estados Unidos, e as de Maurice Dobb, E. P. Thompson e Raymond Williams na Grã-Bretanha) e que diversas correntes do pensamento marxista continuavam bastante atuantes na Europa. Inicialmente, era preciso dar atenção tanto à recuperação dessas obras, quanto ao desenvolvimento de insights novos a partir dos textos marxistas clássicos adequados aos tempos. Posteriormente, os escritos de Marx se tornaram mais amplamente estudados e freqüentemente aceitos; no entanto, ainda mais tarde, foram vistos cada vez mais como dogma repressivo ou como anacrônicos e reacionários: assim, era importante mostrar que havia vida em suas idéias, depois de adaptadas e expandidas para lidar com circunstâncias desconhecidas.

O ângulo específico do meu trabalho era, porém, algo incomum, pois era muito raro, tanto para aqueles que trabalhavam na tradição marxista se dedicar a questões de geografia (ou de urbanização, exceto como fenômeno histórico), quanto para os geógrafos considerar a teoria marxista como base para seu pensamento. De certa forma, a tradição radical da geografia (que nunca foi muito forte) se relacionava aos anarquistas, especialmente aqueles do final do século XIX, quando geógrafos anarquistas, como Peter Kropotkin e Elisée Reclus, foram pensadores e ativistas proeminentes. Há muitos valores nessa tradição. Foi, por exemplo, muito mais sensível a questões do ambiente e da organização urbana (ainda que criticamente) do que o marxismo.



No entanto, a influência de tais pensadores foi bastante limitada, ou foi transformada, por meio da influência de planejadores urbanos, como Patrick Geddes, num comunitarismo idealizado, em leve e aceitável oposição ao que Lewis Mumford, por exemplo, considerava a trajetória disutópica da mudança tecnológica sob o capitalismo. No final da década de 1960, parte do movimento radical associado à geografia se dedicava a revitalizar a tradição anarquista, enquanto geógrafos simpatizantes dos movimentos revolucionários antiimperialistas e de libertação nacional escreviam de um modo mais diretamente materialista histórico e empírico, e evitavam as abstrações marxistas. Os geógrafos ligados a essa corrente (Lattimore e Keith Buchanan, por exemplo) foram marginalizados, muitas vezes tratados como párias em sua disciplina. Os geógrafos radicais procuravam, contudo, não apenas preservar essa tradição (diante da violenta oposição), mas também, como por meio da *Antipode* (uma publicação dedicada à geografia radical, criada em 1968), procuravam justificá-la, valendo-se dos textos de Marx e Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Lukacs etc.

Do ponto de vista marxista, havia bem poucos textos sobre a geografia da acumulação de capital e sobre a produção desigual de espaço e de desenvolvimento geográfico. Ainda que Marx tivesse prometido um volume de *O capital* dedicado à formação do Estado e do mercado mundial, nunca concluiu seu projeto. Portanto, comecei a fazer uma leitura abrangente de todos os seus textos, para verificar o que ele teria dito sobre esses assuntos se tivesse vivido para completar sua argumentação.

Há duas maneiras de realizar tal leitura. A primeira é tratar Marx como o “pensador mestre”, cujas afirmações carregam o imprimátur da verdade absoluta. A segunda (que prefiro), é tratar suas afirmações como propostas experimentais e idéias inacabadas, que precisam ser consolidadas numa forma teórica de argumentação mais consistente, que respeita o espírito dialético e não as sutilezas verbais dos seus estudos, notas e cartas grandemente inéditos. Ao fazer a leitura dessa segunda maneira, encontrei, em Marx, uma base fértil para uma série completa de estudos subseqüentes, assim como livros posteriores, como *The Limits to Capital [Os limites do Capital]* (1982), *The Condition of Postmodernity [Condição Pós-moderna]* (1989) e *Spaces of Hope [Espaços da esperança]* (2000).

No entanto, o aprendizado do método de Marx também abriu diversos outros caminhos para o trabalho intelectual e para o comentário político sobre assuntos tão diversos quanto a natureza politicamente controversa dos conhecimentos geográficos, das questões ambientais, dos desenvolvimentos político-econômicos locais e da relação geral entre o conhecimento geográfico e a teoria social e política. Um campo completo de grande interesse emergiu para entender os usos dos conhecimentos geográficos (de qualquer maneira que fossem definidos) pelo poder

político. Em paralelo, isso revelou a necessidade premente de definir uma geografia crítica (e uma teoria urbana crítica), que pudesse “desconstruir” (para usar o jargão em vigor) o modo como determinados tipos de conhecimento, aparentemente “neutros”, “naturais” ou até “óbvios”, eram capazes de ser, de fato, meios instrumentais de preservação do poder político.

Nos 30 anos de trabalho sobre esses assuntos, tive a felicidade de estar ligado a diversos estudiosos e ativistas que se arriscaram muito para desenvolver pontos de vista alternativos em relação aos subterfúgios tecnocráticos padrão – chegando às raízes da apologética capitalista –, que dominam largamente a geografia e as ciências sociais. Contraí uma grande dívida com essas pessoas, que são muitas para mencionar (creio que elas sabem quem são). No entanto, a morte prematura de um antigo companheiro, Jim Blaut, leva-me a dedicar este livro à sua memória. Seu livro recentemente publicado, *Eight Eurocentric Historians [Oito historiadores eurocêntricos]*, é um exemplo corajoso do tipo de trabalho crítico salutar que tenho em mente. É minha expectativa fervorosa que as brasas que ardem brilhantemente na obra de Jim, bem como – assim espero – em minha própria obra, possam ser usadas pela geração mais jovem para inflamar o fogo da geografia crítica, que continuará ardendo até termos construído uma sociedade mais justa, mais eqüitativa, e mais ecologicamente sadia e aberta do que aquela que vivemos até agora.

DAVID HARVEY
Nova York, abril de 2001

CAPÍTULO I

A REINVENÇÃO DA GEOGRAFIA

UMA ENTREVISTA COM OS EDITORES
DA *NEW LEFT REVIEW*

Publicada pela primeira vez na
New Left Review, edição de agosto de 2000.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o campo típico da pesquisa marxista foi a história. Seu caminho foi mais original. Como o senhor se tornou geógrafo?

Há uma resposta trivial para isso, que, na realidade, tem profundidade. Quando criança, muitas vezes quis fugir de casa, mas sempre que tentava achava muito ruim, então voltava. Assim, decidi fugir por meio da imaginação. Nela, o mundo era um lugar muito aberto, uma vez que tinha uma coleção filatélica, na qual a efigie do rei britânico estava estampada sobre os selos de muitos países, e isso me dava a impressão de que todos aqueles países pertenciam a nós, a *mim*. Meu pai trabalhava como contramestre nos estaleiros de Chatham, de grande tradição naval. Morávamos em Gillingham. Uma vez por ano, durante a guerra, tomávamos chá nos estaleiros da Marinha de Guerra, dentro de um contratorpedeiro; a atmosfera romântica dos mares e do império causava forte impressão. Minha primeira ambição foi me alistar na Marinha de Guerra. De modo que, mesmo nos dias sombrios de 1946-47, logo depois da guerra, ainda havia um imaginário que continha todo esse mundo imperial. A leitura sobre esse mundo, o desenho de mapas a respeito desse mundo viraram uma paixão da infância. Mais tarde, em minha adolescência, percorri de bicicleta todo o norte de Kent, aprendendo muito sobre a geologia, a agricultura e a paisagem da nossa região. Gostei muito dessa forma de conhecimento. Assim, sempre me senti atraído pela geografia. No colégio, também me sentia muito atraído pela literatura. Depois que entrei em Cambridge, o que ainda era incomum para um rapaz da minha origem, cursei geografia em vez de literatura, porque, em parte, tive um professor que fora educado em Cambridge, que deixou claro para mim que, se estudasse inglês ali, não apenas leria literatura indicada por F. R. Leavis, como teria de ter relações com ele. Achei que poderia ler literatura por minha própria conta e não precisaria de Leavis para me dizer como fazer isso. Então, preferi seguir o caminho da geografia, ainda que, naturalmente, nunca tivesse deixado de me interessar por história e literatura.



Em Cambridge, o curso de geografia era relativamente importante e bem organizado, oferecendo o ensino básico da disciplina, como era praticada na Grã-Bretanha da época. Continuei ali para fazer o doutorado, sobre a geografia histórica de Kent no século XIX, enfocando o cultivo de lúpulo. Meu primeiro artigo foi escrito para a publicação de circulação interna da Whitbread, a fábrica de cerveja – como estudante de graduação, ganhei uma nota de dez libras por um trabalho publicado lado a lado com um artigo de John Arlott.

Seu primeiro livro, Explanation in geography [Explicação da geografia], publicado em 1969, é uma intervenção muito ousada e ambiciosa na disciplina. No entanto, parece resultar de um cenário positivista muito específico – um horizonte de referência exclusivamente anglo-saxão, sem percepção alguma das poderosas tradições alternativas da geografia na França ou Alemanha.

A obra buscava uma resposta para o que eu considerava o problema central da disciplina. Geralmente, o conhecimento geográfico era extremamente fragmentado, dando grande ênfase ao que se chamava de “excepcionalismo”. A doutrina estabelecida afirmava que o conhecimento produzido por cada investigação geográfica era diferente um do outro. Não podia ser generalizado, não podia ser sistematizado. Não havia leis geográficas; não havia princípios gerais para os quais apelar – tudo o que você podia fazer era partir, por exemplo, para a região seca do Sri Lanka, e passar a vida estudando e entendendo aquilo. Quis combater essa concepção de geografia, insistindo na necessidade de entender o conhecimento geográfico de um modo mais sistemático. Naquele momento, pareceu-me que o recurso óbvio era o uso da tradição filosófica do positivismo – que, na década de 1960, ainda tinha um sentido de unidade muito forte, vindo de Carnap. Eis porque assumi Hempel e Popper de modo tão sério; considerei que deveria haver alguma maneira de utilizar a ciência da filosofia de ambos para sustentar a construção de um conhecimento geográfico mais unitário. Houve um instante em que, dentro da disciplina, ocorreu um forte movimento para a adoção de técnicas estatísticas de investigação e novos métodos quantitativos. Pode-se dizer que meu projeto era o de desenvolver o lado filosófico dessa revolução quantitativa.

O que dizer sobre o papel externo da disciplina depois da ocorrência dessas mudanças internas? Historicamente, a geografia parece ter tido uma posição muito mais relevante na cultura intelectual geral da França ou Alemanha do que da Grã-Bretanha; isto é, ligou-se mais intimamente às principais questões públicas. A

linha da geografia de Vidal de la Blache, originária da Escola dos Annales, está claramente preocupada com a problemática da unidade nacional; de von Thünen, na Alemanha, com a industrialização; de Haushofer, com as estratégias geopolíticas da expansão imperial – houve uma versão eduardiana¹ disso em Mackinder, mas mais periférica. Como se deve situar a geografia britânica do pós-guerra?

Na década de 1960, ligou-se, muito mais do que em qualquer outro lugar, ao planejamento: planejamento regional e urbano. Naquela época, havia um certo constrangimento em relação a toda a história do império. Rejeitava-se a idéia de que a geografia poderia ou deveria ter algum papel global, assim como se repudiava a idealização de estratégias geopolíticas. O resultado foi um enfoque bem pragmático, isto é, uma tentativa de reconstruir o conhecimento geográfico como instrumento de planejamento administrativo na Grã-Bretanha. Nesse sentido, a disciplina se tornou bastante funcionalista. Para dar uma indicação da tendência: em praticamente qualquer área, se a palavra “urbano” ou “urbana” fosse colocada no título da pesquisa, isso seria considerado o centro da atividade. História urbana é, fundamentalmente, uma forma marginal; economia urbana é, igualmente, uma coisa marginal; como também é a política urbana. Ao passo que geografia urbana era, de fato, o centro de diversas coisas que aconteciam na disciplina. Então, também, no lado físico, a administração ambiental envolvia, muitas vezes, o manejo de recursos locais de determinados modos. De maneira que, na Grã-Bretanha, a presença pública da geografia – e acho que era forte – funcionava nessas três áreas específicas; ela não se manifestava publicamente numa formulação intelectual grandiosa, do modo que podíamos encontrar em Braudel ou na tradição francesa. É preciso lembrar que, na década de 1960, para muito de nós, que tínhamos algumas ambições políticas em relação à disciplina, o planejamento racional não era uma má palavra. Era o tempo da retórica de Harold Wilson² sobre o “calor branco da tecnologia”, quando a eficiência do planejamento regional e urbano seria uma ferramenta de melhoria social para toda a população.

Contudo, um aspecto que chama a atenção em Explanation in geography é a ausência de qualquer observação política. Lê-se como uma obra puramente científica, sem menção alguma a preocupações desse tipo. A partir de sua leitura, ninguém poderia supor que o autor se tornaria um radical assumido.

-
1. Refere-se ao período em que Eduardo VII foi o rei britânico, de 1901 a 1910 (N. T.).
 2. Político britânico do Partido Trabalhista, que foi primeiro-ministro de 1964 a 1970 e de 1974 a 1976. Ao se tornar primeiro-ministro pela primeira vez, era visto como alguém com idéias modernas e modos informais, que entendia as pessoas do povo (N. T.).

Naquele momento, minha posição política estava mais próxima do progressivismo fabiano.³ Por isso me sentia bastante atraído pelas idéias de planejamento, eficiência e racionalidade. Lia economistas como Oskar Lange, que pensava de modo afim. Assim, em minha mente, não havia conflito real entre a abordagem científica racional em relação às questões geográficas e a aplicação eficiente do planejamento nas questões políticas. No entanto, devido ao fato de estar tão concentrado em escrever o meu livro, não percebi o colapso ao meu redor. Em maio de 1968, entreguei minha *magnum opus* aos editores, sentindo-me muito embaraçado pela mudança da temperatura política como um todo. Naquela altura, estava inteiramente desiludido com o socialismo de Harold Wilson. Exatamente naquele momento, consegui um emprego nos Estados Unidos, chegando em Baltimore um ano depois do incêndio da maior parte da cidade em consequência do assassinato de Martin Luther King. Nos Estados Unidos, os movimentos antiguerra e dos direitos civis estavam realmente em ebulição. E, ali estava eu, tendo escrito aquela obra neutra, que parecia, de um modo ou outro, fora de contexto. Percebi que tinha de repensar muitas coisas que dava por certas na década de 1960.

O que o levou para os Estados Unidos?

Naquele momento, as universidades norte-americanas estavam ampliando seus departamentos de geografia. O ensino da disciplina era mais forte na Grã-Bretanha do que nos Estados Unidos. Assim, houve um grande afluxo de geógrafos britânicos para preencher os novos cargos. Diversas vezes, eu lecionara nos Estados Unidos como professor visitante. Ao me oferecerem um emprego na Universidade Johns Hopkins, achei que era uma boa oportunidade. O departamento ali era interdisciplinar, combinando geografia e engenharia ambiental. A idéia era reunir um grupo de pessoas das ciências sociais e das ciências naturais para se dedicar a questões ambientais de modo multidisciplinar. Fui um dos primeiros a entrar no novo programa. Para mim, foi uma oportunidade fantástica, especialmente nos primeiros anos. Aprendi muito sobre como os engenheiros pensam, sobre processos políticos, sobre problemas econômicos: não me senti restringido pela disciplina da geografia.

3. Popular tendência do socialismo, desenvolvida por intelectuais e artistas na Inglaterra da década de 1880. O socialismo fabiano defendia a rota parlamentar para o socialismo, e influenciou a formação do Partido Trabalhista (N. T.).

Qual era a atmosfera política?

A Johns Hopkins é uma universidade extremamente conservadora, mas tem uma longa história relativa ao acolhimento de pessoas de pensamento independente. Por exemplo, alguém por quem tinha muito interesse quando cheguei ali – seu livro *Inner frontiers of Asia* [*Fronteiras internas da Ásia*] é uma grande obra – era Owen Lattimore, que ficou na Johns Hopkins por muitos anos, antes de ser perseguido pelo macarthismo. Dediquei muito tempo conversando com pessoas a respeito do que tinha acontecido a ele, e também fui visitá-lo. No fim, tentei me encontrar com Wittfogel, o acusador de Lattimore, para saber por que ele o atacara com tanta violência. Sempre tive fascínio pela história política da universidade, assim como pela cidade. É um campus pequeno, que sempre foi muito conservador. Por essa razão, mesmo um pequeno número de radicais determinados podia vir a ser muito eficaz – na passagem para a década de 1970, havia um significativo movimento antiguerra, além de ativismo pelos direitos civis em torno da universidade. Desde o início, a própria cidade de Baltimore me intrigou. De fato, era um lugar extraordinário para se realizar trabalho empírico. Rapidamente, envolvi-me em estudos de discriminação em projetos de moradia, e, desde então, a cidade formou uma tela de fundo para boa parte do meu pensamento.

Qual é o perfil específico de Baltimore como cidade norte-americana?

De muitos modos, Baltimore é emblemática do processo que moldou as cidades sob o capitalismo norte-americano, oferecendo uma amostra laboratorial do urbanismo contemporâneo. Mas é claro que também tem seu caráter distintivo. Poucas cidades norte-americanas têm uma estrutura de poder como Baltimore. Depois de 1900, as grandes indústrias mudaram-se da cidade, deixando o controle nas mãos da elite rica, cuja riqueza estava em bens imóveis e no negócio bancário. Na atualidade, não há sedes de corporações em Baltimore. Frequentemente, a cidade é considerada a maior plantação do Sul, pois é gerida como uma plantação por algumas instituições financeiras importantes. Na realidade, na estrutura social, a cidade é meio do Norte e meio do Sul. *Dois terços da população é constituída de afro-americanos*, mas não há o nível de militância negra encontrado em Filadélfia, Nova York ou Chicago. As relações raciais apresentam um padrão mais do Sul. Os prefeitos podem ser afro-americanos, mas eles dependem muitíssimo do nexos financeiro, e estão cercados por subúrbios brancos, que não querem nada com a cidade. Culturalmente, é um dos grandes centros do mau gosto norte-americano. Os filmes de John Waters são clássicos de Baltimore; não se pode imaginá-los em nenhum outro lugar. Arquitetonicamente, por mais que a cidade tente, algo sempre dá errado; como um arquiteto que constrói uma casa com ângulos mal calculados e, muitos anos

depois, as pessoas dizem: “Estrutura muito interessante, não é?”. Acaba-se sentindo muita afeição por aquilo. Certa vez, achei que poderia escrever um livro intitulado *Baltimore: city of quirks* [*Baltimore: cidade das peculiaridades*].

Seu segundo livro, Social justice and the city [Justiça social e a cidade], que saiu em 1973, está dividido em três partes: Formulações Liberais, Formulações Marxistas e Sínteses. Foi uma seqüência intencional desde o início, para traçar uma evolução própria, ou ela surgiu en cours de route?

A seqüência foi mais fortuita do que planejada. Ao iniciar o livro, ainda me considerava um socialista fabiano, mas era uma qualificação que não fazia muito sentido no contexto norte-americano. Ninguém entendia o que isso significava. Nos Estados Unidos, fui então chamado de liberal legítimo. Desse modo, comecei adotando essa linha. Depois, achei que não estava funcionando. Assim, passei a adotar formulações marxistas para ver se produziam melhores resultados. Não premeditei a mudança de uma abordagem para outra; tropecei nela.

Mas o senhor pertencia a um grupo de leitura que estudava O capital, de Marx, de 1971 em diante, não muito depois que chegou em Baltimore; uma experiência que o senhor, recentemente, descreveu como um momento decisivo em seu desenvolvimento. O senhor era o principal animador desse grupo?

Não, a iniciativa partiu dos estudantes da graduação, que queriam ler *O capital* – Dick Walker era um deles –, e eu fui o representante da faculdade que ajudou a organizar esse grupo. Na ocasião, não era marxista, e sabia muito pouco sobre Marx. Era um período em que ainda não havia muita literatura marxista disponível em inglês. Havia Dobb, Sweezy e Baran, e pouca coisa mais. Posteriormente, publicaram textos franceses e alemães, e a Penguin Marx Library. A publicação de *Grundrisse* nessa coleção foi um passo em nossa progressão. O grupo de leitura foi uma experiência maravilhosa, mas eu não estava em condições de ensinar ninguém. Enquanto grupo, éramos um cego conduzindo outro cego. Isso tornou tudo mais recompensador.

Na conclusão de Social justice and the city, o senhor explica que conheceu a obra de Henri Lefebvre sobre urbanismo depois de ter escrito o restante do livro, e faz algumas observações notáveis sobre esse fato. Nessa época, qual era seu grau de informação a respeito do pensamento francês sobre o espaço? Relembrando, poder-se-ia dizer que, no marxismo francês, havia duas linhas distintas de pensamento que foram

relevantes para o senhor: a geografia histórica de Yves Lacoste e dos seus colegas de Herodote, e a teoria urbana contemporânea de Lefebvre, que surgiu do fascínio do surrealismo com a cidade enquanto panorama do inesperado na vida cotidiana.

Na realidade, na França, havia outra linha, institucionalmente mais importante do que as duas mencionadas, ligada ao Partido Comunista, cujo representante mais conhecido foi Pierre Georges. Esse grupo teve muito poder no sistema universitário, com grande controle sobre as nomeações. O tipo de geografia deles não era abertamente político: concentrava-se, essencialmente, na base terrestre sobre a qual se estabelecia a sociedade humana e suas transformações, à medida que as forças produtivas se mobilizam na terra. Lefebvre não era considerado geógrafo. Georges era o ponto de referência central na disciplina.

*Sua resposta às idéias de Lefebvre revela um sinal característico, que volta mais tarde em sua obra. Por um lado, o senhor se entusiasma com o radicalismo de Lefebvre, avaliando com generosidade a carga utópica crítica de seus textos; por outro lado, o senhor assinala a necessidade de um realismo equilibrado. Essa reação ambivalente tornou-se uma espécie de padrão em seu trabalho; considere-se a maneira pela qual o senhor tanto adota imaginativamente quanto limita empiricamente a noção de "acumulação flexível" em *The condition of postmodernity* [Condição Pós-moderna], ou sua reação ao apocalipse ecológico em seu texto mais recente: uma combinação incomum entre engajamento apaixonado e moderação a respeito da tomada de rumo.*

Uma das lições que aprendi ao escrever *Social justice and the city* sempre continuou sendo importante para mim. Posso apresentá-la melhor com uma expressão usada por Marx, quando ele falou a respeito da maneira pela qual podemos friccionar blocos conceituais para produzir fogo intelectual. Frequentemente, a inovação teórica surge do choque entre diferentes linhas de força. Numa fricção desse tipo, nunca se deve abandonar inteiramente um ponto de partida; as idéias apenas pegarão fogo se os elementos originais não forem completamente absorvidos pelos novos elementos. Em *Social justice and the city*, as formulações liberais não desapareceram totalmente; elas ainda são parte da agenda existente. Ao ler Marx, tinha bastante consciência de que era uma crítica da economia política. Marx nunca afirmou que os textos de Smith ou Ricardo estavam repletos de sandices; ele tinha bastante respeito por aquilo que eles diziam. No entanto, Marx também confrontou os conceitos deles com outros, de Hegel ou Fourier, num processo transformativo. Assim, esse foi um princípio do meu próprio trabalho. Lefebvre tem idéias excelentes, a escola francesa de regulação desenvolveu



alguns conceitos muito interessantes, que devem ser respeitados, mas não se renuncia a tudo que se tem ao lado; tenta-se friccionar os blocos e perguntar: há alguma coisa que pode surgir a partir disso que seja uma nova forma de conhecimento?

Qual foi a acolhida de Social justice and the city na disciplina? O início da década de 1970 foi um tempo de guinada intelectual ampla para a esquerda; a obra teve uma audiência simpática?

Nos Estados Unidos, já havia um movimento radical dentro da geografia, estabelecido em torno da revista *Antipode*, produzida na Universidade Clark, em Worcester, em Massachusetts; tradicionalmente, uma das principais faculdades de geografia do país. Seus criadores eram violentamente antiimperialistas, que abominavam o envolvimento da geografia com o colonialismo ocidental. A publicação intervinha com firmeza nos encontros nos Estados Unidos e estimulou a formação de um grupo chamado Geógrafos Socialistas. Na Grã-Bretanha, Doreen Massey e outros representavam um tipo similar do movimento. No início da década de 1970, havia um tipo de movimento muito difundido entre estudiosos mais jovens da geografia para pesquisar essa dimensão específica. *Social justice and the city* foi um dos textos que registrou esse momento, tornando-se um ponto de referência, à medida que o tempo passava. Também foi lido fora da disciplina, particularmente por sociólogos urbanos e por alguns cientistas políticos. É claro que os economistas radicais também estavam interessados em questões urbanas; elas tinham se tornado questões políticas centrais nos Estados Unidos. Assim, o ambiente era muito favorável para a recepção do livro.

Em 1982, isto é, nove anos depois, surgiu The limits to Capital [Os limites do capital]. É uma obra importante de teoria econômica; um salto surpreendente em relação às suas obras anteriores. Qual é a história dessa mudança?

Possuía certa base em economia neoclássica e teoria do planejamento, obtida em Cambridge. Para qualquer geógrafo, a teoria da localização de von Thünen era uma referência muito importante, desde o início. Então, ao escrever *Explanation in geography* me aprofundei em discussões positivistas de razão matemática, de modo que quando entrei em contato com obras de economistas marxistas, como Morishima ou Desai, não senti grande dificuldade em entender o que se discutia. A obra de Morishima e, naturalmente, *Theory of capitalist development [Teoria do desenvolvimento capitalista]*, de Sweezy, foram muito úteis para mim. No entanto, para ser honesto, ao escrever *The limits to Capital*, fixei-me nos próprios textos de Marx na maior parte do tempo. Depois de *Social justice and the city*, percebi que

não entendera Marx e precisava corrigir isso, o que tentei fazer sem muita ajuda de outros autores. Meu objetivo era alcançar o ponto em que a teoria pudesse me ajudar a entender as questões urbanas; e não poderia fazer isso sem tratar de questões a respeito de capital imobilizado, que ninguém escrevera muito a respeito na ocasião. Havia o problema do capital financeiro, fundamental nos mercados imobiliários, como sabia a partir de Baltimore. Se tivesse escrito apenas a primeira parte do livro, ele se pareceria muito com diversas outras descrições da teoria de Marx que estavam aparecendo na época. Foi a segunda parte, onde considerei a temporalidade da formação do capital imobilizado, e como isso se relaciona com o fluxo do dinheiro e o capital financeiro (e as dimensões espaciais disso), que tornou o livro incomum. Foi duro. Escrever *The limits to Capital* quase me deixou louco; foi bem difícil finalizá-lo, assim como torná-lo legível. Tomou-me boa parte de uma década. O livro fundamentou tudo que eu já fizera. É o meu texto favorito, mas, ironicamente, é, provavelmente, um dos menos lidos.

Na ocasião, qual foi a reação à obra? A New Left Review, com certeza, não prestou atenção. E os outros setores da esquerda?

Realmente, não consigo me lembrar de alguém, que se qualificasse de economista marxista, que tenha levado a obra a sério. Sempre achei estranho esse espírito de corporação, pois é muito diferente da própria maneira de Marx proceder. Naturalmente, houve certas razões circunstanciais para essa falta de reação. A controvérsia sobre os conceitos de valor de Sraffa e Marx ainda estava em andamento, o que acho que serviu de pretexto para muitas pessoas não procurarem levar em consideração as teorias de Marx sobre o desenvolvimento capitalista. Existiam outras versões disponíveis de teoria da crise: de Jim O'Connor ou John Weeks. A conclusão do livro foi escrita para parecer uma predição das guerras interimperialistas, o que era fácil de rejeitar. O único debate verdadeiro sobre o livro aconteceu quando Michael Lebowitz o atacou em *Monthly Review*, e eu respondi algum tempo depois. No geral, o livro dava a impressão de não ir a lugar algum.

Bem, o senhor estava em boa companhia. Afinal, diante da falta de reação ao O capital, o próprio Marx, sob pseudônimo, teve de escrever uma resenha a respeito da obra. Em retrospecto, o que surpreende é a extensão pela qual sua teoria da crise antecipa trabalhos posteriores de dois autores marxistas, os quais também vêm de fora da classe dos economistas: Robert Brenner, da história, e Giovanni Arrighi, da sociologia. Em ambos, o espaço se torna a categoria central da explanação, de maneira nunca vista na tradição marxista anterior ao seu livro. O registro é mais

empírico – acompanhamento detalhado das economias nacionais do pós-guerra, em um caso; ciclos a longo prazo de expansão global, em outro – mas a estrutura e as diversas conclusões chave são basicamente similares. Seu relato oferece o modelo puro dessa família de explicações, sua análise tripartida dos modos pelos quais o capital adia ou soluciona tendências de crise – o ajuste estrutural, o ajuste espacial e o ajuste temporal – é exposta com clareza única.

Relembrado, pode-se dizer que, nesse sentido, o livro foi profético. No entanto, o que eu esperava estar produzindo era um texto que pudesse ser desenvolvido. Fiquei surpreso que não fosse assumido com tal espírito, mas estava ali, um tanto categórico. Naturalmente, teve alguma circulação entre geógrafos radicais e alguns poucos sociólogos, mas, na realidade, ninguém o usou como eu gostaria. Assim, hoje, por exemplo, posso pegar esse relato da crise e friccioná-lo contra a teoria mundial dos sistemas – de fato, é, provavelmente, o que tentarei fazer num curso no próximo ano.

*O maior obstáculo para uma aceitação do que o senhor estava fazendo deve residir na dificuldade que os marxistas sempre tiveram de enfrentar a geografia como um domínio de contingência natural, isto é, as mudanças arbitrárias e os acidentes da crosta terrestre, com suas conseqüências diferenciais para a vida material. As principais proposições do materialismo histórico possuem uma estrutura dedutiva independente de qualquer localização espacial, a qual nunca figura nelas. O curioso é que sua teoria da crise em *The limits to Capital*, em um sentido, respeita a tradição, desenvolvendo uma estrutura dedutiva maravilhosamente clara, mas constrói o espaço na estrutura como um elemento não-eliminável dela. Isso era muito original. As categorias geograficamente não-diferenciadas de *O capital* são postas a funcionar num terreno natural-histórico – ainda representadas de modo abstrato, é claro, acompanhando as demandas de um argumento dedutivo. Planejou-se essa combinação para derrubar as expectativas convencionais.*

Originalmente, em *The limits to Capital*, minha intenção era ressaltar algumas inquirições históricas a respeito de urbanização, mas isso se tornou muito pesado como projeto. No fim, decantei esse material em *Consciousness and the urban experience* [Consciência e a experiência urbana] e *The urbanization of capital* [A urbanização do capital], dois volumes de ensaios publicados em 1985. Parte do material é anterior a *The limits to Capital*. Em 1976-7, passei um ano em Paris, com o objetivo de aprender a partir das discussões marxistas francesas, quando ainda me esforçava para elaborar *The limits to Capital* – mas isso não aconteceu. Para dizer a

verdade, achei os intelectuais parisienses um tanto arrogantes, incapazes de lidar com qualquer norte-americano; simpatizei quando Edward Thompson fez seu famoso ataque contra Althusser alguns anos depois. Por outro lado, Castells – que não fazia parte do circo dos grandes nomes – foi muito caloroso e prestativo, assim como outros sociólogos do urbano; assim, não desperdicei meu tempo. No entanto, o que houve é que ficava cada vez mais intrigado com Paris como cidade. Divertia-me muito mais investigando isso do que enfrentando esquemas de reprodução, e, como consequência desse fascínio, surgiu o artigo sobre Sacré-Coeur e a Comuna, publicado em 1978. Então, retrocedi para a Paris do Segundo Império, um assunto maravilhoso, que se tornou o tema dos ensaios mais longos nos dois volumes. Meu interesse era: até onde chega, em situações tangíveis, o tipo de aparato teórico descrito em *The limits to Capital*?

No ensaio sobre o Segundo Império (que poderia ter sido publicado como um livro curto), um desvio notável é o inesperado aparecimento de tantas fontes literárias, inteiramente ausentes em seus escritos até então. Elas jorram através das páginas: Balzac, Dickens, Flaubert, Hardy, Zola, James. O senhor estava refreando um aspecto de si mesmo, ou isso era, em certo sentido, um novo horizonte?

Sempre li esses autores, mas nunca pensei em usar a obra deles em meu trabalho. Assim que comecei a fazer isso, descobri quantas idéias históricas podem encerrar a poesia ou a ficção. Depois que adotei esse rumo, tudo passou a jorrar. Isso tinha algo a ver com minha posição na academia: naquela altura, estava razoavelmente seguro; não achava que tinha de me limitar a qualquer estreito canal profissional – não que tivesse feito muito isso antes. No entanto, com certeza, senti uma libertação ao usá-los intencionalmente, sem falar do prazer dos próprios textos, depois do difícil trabalho relativo a *The limits to Capital*.

Parece que a mudança também preparou o caminho para o estilo panorâmico de The condition of postmodernity [Condição Pós-moderna]. Provavelmente, em meados da década de 1980, suas antenas começaram a se mover, conforme decolava a conversa sobre o pós-modernismo. Mas o que motivou a idéia de um livro abrangente sobre o assunto?

Meu primeiro impulso foi o da impaciência. Subitamente, havia toda aquela conversa sobre pós-modernismo como categoria para o entendimento do mundo, deslocando ou submergindo o capitalismo. Então, pensei: tinha escrito *The limits to Capital*; havia feito muita pesquisa sobre a Paris do Segundo Império; sabia alguma coisa sobre as origens do modernismo e muito sobre urbanização,

que se destacava muito nesse novo “sistema”; assim, por que não sentar e produzir meu próprio modo de entender o pós-modernismo? Foi um dos livros que escrevi com mais facilidade. Levei cerca de um ano para escrevê-lo, com o trabalho fluindo sem problemas ou ansiedades. Assim que me envolvi nele, é claro que minha reação se tornou mais meditada. Não tinha vontade de rejeitar a validade de certa idéia de pós-modernidade. Pelo contrário, considerei que a noção apontava para muitos desenvolvimentos que deveríamos prestar muita atenção. Por outro lado, isso não deveria significar uma rendição à promoção espalhafatosa e ao exagero que então envolviam o assunto.

O livro denota, de modo notável, seu interesse interdisciplinar, começando, por lógico que pareça, pelo urbano em seu sentido mais rigoroso, com uma discussão sobre a renovação de Baltimore, apresentando dois pontos fundamentais contra as celebrações indiscriminadas do pós-modernismo como “superação” da influência maligna do modernismo arquitetônico. O argumento padrão da época – mistura de Jacobs e Jencks – era: o modernismo arruinou nossas cidades pela crença desumana em planejamento racional e pelo monolitismo inflexível em relação ao design formal; o pós-modernismo, em comparação, respeita os valores da espontaneidade e do caos urbano, e gera uma diversidade libertadora de estilos arquitetônicos. O senhor desloca ambas asserções, assinalando que não existia apenas devoção aos princípios do planejamento que produziam construções medonhas, mas submissão dos planejadores aos imperativos do mercado, que continuavam zoneando as cidades tão rigidamente sob condições pós-modernas quanto modernas; enquanto a maior diversidade de estilos formais foi tanto função de inovações tecnológicas, permitindo o uso de novos materiais e novas formas, quanto alguma emancipação estética.

Sim, achei importante mostrar os novos tipos de monotonia em série que talvez fossem gerados pelo suposto desabrochar da fantasia arquitetônica, e a ingenuidade de muitos efeitos cênicos pós-modernistas – os simulacros de comunidade que se procuravam obter, como se percebia freqüentemente. No entanto, também quis deixar claro que, para entender por que esses estilos alcançavam tamanha influência, precisavam-se observar as mudanças subjacentes na economia real. Isso me conduziu à área mais celebrenemente teorizada pela escola francesa de regulação. No sistema de relações, o que mudara entre capital e trabalho, e capital e capital, desde a recessão do início da década de 1970? Por exemplo, até que ponto podíamos falar, na ocasião, de um novo regime de “acumulação flexível”, com base no mercado de trabalho temporário? Era essa a base material das alterações na estrutura urbana que podíamos enxergar em torno de nós? A escola francesa de regulação direcionou

meu foco para as mudanças no contrato salarial e as reorganizações do processo laboral; podia-se percorrer um bom caminho com isso, mas não a noção de que o próprio capitalismo estava sendo fundamentalmente transformado. Eles estavam dizendo que um regime histórico – o fordismo – dera lugar a outro – a acumulação flexível – que substituíra o primeiro com eficácia. No entanto, empiricamente, não havia evidência de tal mudança indiscriminada; a “acumulação flexível” podia ser, local ou temporariamente, predominante aqui ou ali, mas não podíamos falar de transformação sistemática. O fordismo subsiste em diversos setores industriais, embora também não tivesse permanecido estático. Em Baltimore, onde a Bethlehem Steel costumava empregar 30 mil trabalhadores, a siderúrgica produz agora a mesma quantidade de aço com menos de 5.000; portanto, no próprio setor fordista, a estrutura de emprego já não é mais a mesma. A extensão desse tipo de enxugamento (*downsizing*) e a expansão dos contratos temporários no setor não-fordista criaram algumas das condições sociais para a fluidez e a insegurança de identidades que simbolizam o que pode se chamar de pós-modernidade. No entanto, esse é apenas um lado da história. Há muitos meios diferentes de se obter lucro – ou alcançar mais-valia: qualquer que seja o modo que funcione, provavelmente se acham experiências crescentes com isso. Portanto, pode haver uma tendência de acumulação flexível, mas há alguns limites chave para o processo. Imagine o que significaria para a coesão social se todos estivessem em trabalho temporário; que conseqüências adviriam para a vida urbana ou segurança cidadina. Já podemos ver os efeitos danosos em relação a movimentos parciais nessa direção. A transformação universal imporia dilemas e riscos severos para a estabilidade do capitalismo enquanto ordem social.

Isso vale para a relação entre capital e trabalho. E quanto à relação entre capital e capital?

O que vemos aí é a dramática assimetria do poder do Estado. O Estado-Nação permanece o regulador fundamental em relação ao trabalho. A idéia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho. No entanto, ao passarmos para a relação entre capitais, o quadro é bem diferente. Nesse caso, o Estado perdeu, de fato, poder para

regular os mecanismos de alocação ou competição, conforme os fluxos financeiros globais escapavam do alcance de qualquer regulação estritamente nacional. Um dos principais argumentos em *The condition of postmodernity* é que o aspecto realmente novo do capitalismo que emergiu do divisor de águas da década de 1970 não é tanto a flexibilidade total dos mercados de trabalho, mas a inaudita autonomia do capital financeiro dos circuitos da produção material; uma hipertrofia das finanças, que é a outra base subjacente da experiência e da representação pós-moderna. A ubiquidade e a volatilidade do dinheiro como base impalpável da existência contemporânea é o tema chave do livro.

Sim, adaptando o título de Céline, Vie à crédit. Processualmente, The condition of postmodernity, na realidade, segue a prescrição de Sartre referente a uma revitalização muito rigorosa do marxismo. Sartre definiu essa tarefa como a necessidade de fundir a análise das estruturas objetivas com o restabelecimento da experiência subjetiva – e as representações dela – em uma única iniciativa totalizante. Essa é uma descrição muito boa a respeito do que o senhor fazia. O que o senhor considera a conclusão mais importante do livro?

The condition of postmodernity é meu livro de maior sucesso; teve mais leitores do que todas as outras minhas obras consideradas em conjunto. Depois que uma obra atinge o nervo público desse modo, tipos diferentes de leitores tiram diversas coisas a partir dela. Para mim, a parte mais inovadora do livro é sua conclusão: a seção em que investigo o que a experiência pós-moderna significa para as pessoas em termos do modo que elas vivem e imaginam o tempo e o espaço. É o tema da “compressão tempo-espaço”, que contemplo de diversos modos ao longo dos últimos capítulos; este é o clímax experimental do livro.

The condition of postmodernity surgiu em 1989. Dois anos antes, o senhor se mudou de Baltimore para Oxford. O que motivou o retorno à Inglaterra?

Na época, achei que estava fazendo um trabalho inútil em Baltimore. Assim, quando me perguntaram se estava interessado na cátedra Mackinder, em Oxford, anunciei minha candidatura, em busca de uma experiência diferente. Fiquei curioso para ver o que seria. Durante seis anos, permaneci em Oxford, mas continuei lecionando na Johns Hopkins. Nesse sentido, minha carreira foi bem conservadora em comparação à maioria dos acadêmicos; intencionalmente, fui fiel aos lugares em que estive. Em Oxford, as pessoas continuavam me tratando como se tivesse acabado de chegar de Cambridge, que deixara em

1960 – como se os 27 anos intermediários representassem apenas uma sala de espera nas colônias, antes de que eu voltasse para o meu pouso natural em Oxford, o que me deixou maluco. Tenho fortes raízes na cultura inglesa, o que sinto com muito vigor hoje. Depois que voltei para a região rural de Kent, a qual tinha percorrido de bicicleta; ainda conhecia todas as suas sendas como a palma da minha mão. Assim, nesse sentido, tinha os dedos de pé firmemente presos na lama nativa. São origens que nunca negaria. No entanto, são as que também me estimularam a investigar outros espaços.

Que tal a universidade ou a cidade?

Profissionalmente, pela primeira vez depois de muitos anos, pertencia a um departamento de geografia convencional, algo muito útil para mim. Renovou meu senso da disciplina, e me lembrou o que os geógrafos pensam sobre como eles pensam. Oxford não muda muito rápido, para não dizer coisa pior. O fato de trabalhar ali tinha aspectos agradáveis, assim como os mais negativos. De modo geral, gostava do ambiente físico, mas achava o ambiente social – especialmente, a vida acadêmica – muito desagradável. Claro que você, rapidamente, conscientiza-se das vantagens mundanas proporcionadas por uma posição obtida em Oxford. Ao ser visto como uma espécie de intelectual desgarrado, pertencente a um misterioso departamento transatlântico, transformei-me numa figura respeitável, para quem diversas portas inesperadas se abriram em seqüência. De fato, descobri a questão de classe quanto entrei em Cambridge, na década de 1950. Em Oxford, lembrei-me do que essa questão ainda representa na Grã-Bretanha. Oxford, enquanto cidade, é naturalmente uma outra coisa. Nos anos que passei em Baltimore, sempre tentei manter algum relacionamento com a política local: assumimos uma velha biblioteca e a transformamos em um centro de ação comunitária, que tomava parte em campanhas pelo controle do valor dos aluguéis, e, geralmente, tentava despertar iniciativas radicais; sempre me pareceu importante ligar o trabalho teórico com a atividade prática na localidade. Assim, quando cheguei em Oxford, a campanha local pela defesa da fábrica da Rover, em Cowley, ofereceu uma extensão natural em relação a esse tipo de engajamento. Por razões pessoais, não podia ser tão ativo como em Baltimore, mas me proporcionou o mesmo tipo de ligação com um conflito social tangível. Também levou a algumas discussões políticas muito interessantes, registradas no livro *The factory and the city* [*A fábrica e a cidade*], que Teresa Hayter e eu elaboramos em torno do assunto; uma experiência fascinante. Pouco depois, li o romance de Raymond Williams, *Second generation* [*Segunda geração*], que é exatamente sobre isso, e fiquei admirado por quão bem ele captou a realidade de Cowley. Assim, um dos primeiros

ensaios em *Justice, nature and the geography of difference* [*Justiça, natureza e a geografia da diferença*] se tornou uma reflexão sobre sua ficção.

Será que não há uma série de afinidades entre o senhor e Williams? O tom dele era sempre sereno, mas inflexível. A postura dele era consistentemente radical, mas também era firmemente realista. A escrita dele ignorava as fronteiras disciplinares, cruzando muitas fronteiras intelectuais e inventando novos tipos de estudo, sem pompa alguma. Nesses aspectos, seu próprio trabalho é semelhante. Como o senhor definiria seu relacionamento com ele?

Nunca encontrei Williams, ainda que conhecesse sua obra há muito tempo. No curso de estudos urbanos, *The country and the city* [*O campo e a cidade*] foi um texto fundamental para mim. Na Johns Hopkins, sempre senti uma admiração profunda por Williams, num ambiente em que tantos intelectuais franceses ambiciosos ou pretensiosos eram superestimados. Williams nunca recebeu esse tipo de validação acadêmica, embora o que ele tivesse a dizer sobre linguagem e discurso fosse tão interessante quanto qualquer teórico parisiense e, muitas vezes, muito mais sensível. Naturalmente, depois que cheguei em Oxford, voltei a me ocupar com seu trabalho de modo muito mais firme. O relato que Williams faz a respeito de como ele se sentiu quando chegou em Cambridge como estudante equivale quase exatamente à minha experiência ali. Depois, houve seu poderoso romance, ambientado em Oxford, onde eu trabalhava, com seu extraordinário entrelaçamento de temas sociais e espaciais. Portanto, sinto uma forte ligação com ele.

De outro modo, também parece haver uma mudança de referências em Justice, nature and the geography of difference. Heidegger e Whitehead se tornam muito mais importantes do que Hempel ou Carnap. É uma coleção de textos muito diversificada. Qual foi a principal intenção?

Deve ser o livro menos coerente que já escrevi. Talvez haja alguma virtude nessa falta de coesão, já que o efeito é deixar as coisas abertas, ensejando diferentes possibilidades. O que quis realmente fazer foi pegar certos conceitos geográficos bem básicos – espaço, lugar, tempo, ambiente – e mostrar que são fundamentais para qualquer tipo de entendimento histórico-materialista do mundo. Em outras palavras, que temos de pensar a respeito do materialismo histórico-geográfico, e que precisamos de alguma concepção de dialética para isso. Os três últimos capítulos oferecem exemplos dos possíveis resultados. Os problemas geográficos estão sempre presentes – têm de estar – em qualquer abordagem materialista da história, mas

nunca foram tratados de modo sistemático. Quis estabelecer a necessidade disso ser feito. Provavelmente, não consegui, mas, ao menos, tentei.

Uma das linhas narrativas do trabalho envolve o engajamento crítico com a ecologia radical, que assume um equilíbrio característico. Adverte-se contra o catastrofismo ambiental sobre a esquerda. Devemos considerar essa advertência como o equivalente moderno das teorias do Zusammenbruch⁴ econômico de um marxismo mais antigo?

Na *Monthly Review*, houve um debate muito bom sobre isso com John Bellamy Fôster, colocando-se a questão de modo muito franco sobre a mesa. Simpatizo muito com diversos argumentos ambientais, mas minha experiência de trabalho num departamento de engenharia, com seu senso por soluções pragmáticas, tornou-me cauteloso em relação a profecias referentes ao dia do Juízo Final, mesmo quando essas partem de cientistas, como eles, às vezes, fazem. Passei muito tempo tentando persuadir os engenheiros de que eles deviam assumir a idéia de que o conhecimento, incluindo sua própria engenhosidade técnica, é socialmente construído. No entanto, quando debato com pessoas das ciências humanas, tenho de mostrar a elas que, quando um sistema de esgoto não funciona, não telefonamos para os pós-modernistas, mas sim para os engenheiros – de certo modo, meu departamento era incredivelmente criativo em equipamentos de tratamento de esgoto. Portanto, estou na fronteira entre duas culturas. Idealizei o capítulo sobre dialética em *Justice, nature and the geography of difference* para procurar explicar aos engenheiros e aos cientistas o que esse enigma pode querer dizer. Eis porque é apresentado mais em termos de processo natural do que de categoria filosófica. Se estivesse ensinando dialética num curso de humanidades, é claro que teria falado a respeito de Hegel; no entanto, para engenheiros, fazia mais sentido se referir a Whitehead, Bohm ou Lewontin – todos cientistas, familiarizados com as atividades da ciência. Isso oferece uma abordagem diferente em relação à argumentação dialética, em comparação com a mais familiar abordagem literário-filosófica.

Outra linha narrativa importante do livro – está inclusive no título – é a idéia de justiça. Na tradição marxista, esse não é um conceito bem recebido. Historicamente, com certeza é verdade que o senso de injustiça foi uma alavanca poderosa (embora culturalmente variável) de revolta social, como mostraram

4. No original, em alemão. Significa colapso, ruína, derrocada (N. T.).

Barrington Moore e outros. Isso não pareceu requerer, no entanto, teorias articuladas de direitos ou justiça. Nos tempos modernos, houve muitas tentativas de elaborar essas teorias, sem muito sucesso. Marx, depois Bentham, claudicavam sobre sua base filosófica. Por que o senhor acha que essas objeções devem ser superadas?

Marx reagiu contra a idéia de justiça social, já que a considerou uma tentativa associada a uma solução distributiva para problemas que estão no modo de produção. Sob o capitalismo, a redistribuição de renda podia apenas ser um paliativo: a solução era a transformação do modo de produção. Nessa resistência, há muita força. No entanto, ao pensar sobre isso, influenciei-me cada vez mais por uma outra coisa escrita por Marx; a famosa asserção na introdução de *Grundrisse*, isto é, a produção, a troca, a distribuição e o consumo são todos momentos de uma totalidade orgânica, cada um completando o outro. Pareceu-me muito difícil falar sobre esses momentos diferentes sem envolver certa noção de justiça – se preferir, dos efeitos distributivos de uma transformação no modo de produção. Não queria rejeitar a idéia de que o objetivo fundamental é exatamente essa transformação, mas, se ficarmos presos a isso, sem prestarmos muita atenção no que isso significa no mundo do consumo, distribuição e troca, vamos perder uma força motriz política. Assim, achei que era o caso de reintroduzir a idéia de justiça, mas não à custa do objetivo fundamental de mudar o modo de produção. Claro que também há o fato de que algumas das conquistas da social democracia – freqüentemente chamada de socialismo distributivo, na Escandinávia – não podem ser desdenhadas. São limitadas, mas são conquistas reais. Finalmente, há uma razão tática forte para que a esquerda reivindique idéias de justiça e direitos, que abordei no meu último livro, *Spaces of hope [Espaços de esperança]*. Se há uma contradição básica na própria ideologia burguesa do mundo contemporâneo, essa contradição se encontra em sua retórica de direitos. Fiquei muito impressionado ao lembrar a Declaração de Direitos das Nações Unidas, de 1948, em seus artigos de 21 a 24, sobre os direitos do trabalho. Pode-se perguntar: que tipo de mundo estaríamos vivendo hoje se esses direitos fossem levados a sério, em vez de serem flagrantemente violados em quase todos os países capitalistas do globo? Se os marxistas desistirem da idéia relativa aos direitos, perderão o poder de apontar essa contradição.

Comendo é que se prova o pudim; essa seria uma tradicional resposta marxista. Podemos ter toda essa bela lista de direitos sociais, solenemente proclamada há 50 anos; entretanto, será que faz alguma diferença? Os direitos são constitucionalmente maleáveis como noção – qualquer um pode inventá-los para sua própria satisfação. Representam interesses, e o poder relativo desses

interesses determina que – também artificial – construção de direitos prevalece. Afinal, hoje, qual é o direito humano mais universalmente reconhecido depois do direito à liberdade de expressão? O direito à propriedade privada. Todos devem ter a liberdade de se beneficiar de suas aptidões, de transmitir o fruto do seu trabalho para a próxima geração, sem a interferência dos outros; esses são direitos inalienáveis. Por que devemos imaginar que os direitos à saúde ou ao emprego podem superá-los? Nesse sentido, será que o discurso dos direitos, ainda que pululando de chavões contrários, não é estruturalmente vazio?

Não, não é vazio, é repleto. Mas repleto de quê? Principalmente, daquelas noções burguesas de direitos contestadas por Marx. Sugiro que podemos completar o discurso com algo mais: uma concepção socialista dos direitos. Um projeto político precisa de um conjunto de objetivos para nos unirmos ao seu redor, capaz de derrotar os oponentes, e um senso dinâmico relativo à possibilidade de direitos nos oferece essa oportunidade – exatamente porque o adversário não é capaz de abandonar esse terreno, sobre o qual sempre confiou demais. Se uma organização como a Anistia Internacional, que fez um grande trabalho pelos direitos políticos e civis, tivesse buscado os direitos econômicos com a mesma persistência, o mundo hoje seria um lugar diferente. Assim, considero importante que a tradição marxista se ocupe em dialogar na linguagem dos direitos, onde os principais argumentos políticos poderão ser ganhos. Atualmente, ao redor do mundo, as rebeliões sociais quase sempre invocam espontaneamente alguma concepção de direitos.

Em seu novo livro, Spaces of hope, no primeiro ensaio, “The difference a generation makes” [“A diferença que faz uma geração”], o senhor confronta a situação de um grupo de leitura de O capital do início da década de 1970 com um grupo comparável da atualidade. Naquela época, observa o senhor, precisava-se fazer um grande esforço para relacionar as categorias abstratas da teoria do modo de produção com as realidades diárias do mundo exterior, onde, como afirma o senhor, os interesses de Lenin, em vez dos de Marx, dominavam a cena, à medida que conflitos antiimperialistas e movimentos revolucionários se sucediam ao redor do mundo. Perto da década de 1990, por outro lado, sobrava pouco ou nenhum fermento revolucionário, mas as manchetes dos todos os jornais, conforme as aquisições corporativas ou os preços das ações inexoravelmente dominavam o noticiário, eram lidas como citações diretas das teorias da mais-valia. No final do ensaio, revendo a cena contemporânea, o senhor critica o uso excessivo do adágio de Gramsci – tirado de Romain Rolland – “otimismo da vontade, pessimismo da inteligência”, sustentando também a validade do otimismo robusto da inteligência. A conclusão não é forçada, vindo de modo inteiramente natural. No entanto, lança

uma luz interessante sobre seu desenvolvimento. Pois sugere que toda a experiência comunista, desenrolada em um terço da massa de terra do planeta, foi pouco registrada em sua linha de observação – como se o senhor não fosse nem anticomunista, nem pró-comunista, mas desenvolvesse seu próprio, vigoroso e criativo marxismo, enquanto se desviava inteiramente desse enorme drama. Se o colapso da URSS e das esperanças investidas ali foram o principal motivo para o pessimismo da inteligência na esquerda, é lógico que o senhor quase não foi afetado. No entanto, ainda suscita a questão: como o senhor pôde, mentalmente, evitar um objeto tão grande no horizonte?

Parte da resposta implica circunstância. Não tinha base em geografia oviética, e, embora a China me interessasse, nunca me envolvi em nada para satisfazer esse interesse. No entanto, se esse era um sentido fortuito, também havia uma preferência temperamental. Marx era minha âncora, e sua obra era uma crítica do capitalismo. A alternativa surgia dessa crítica, e de mais nenhuma outra parte. Assim, fiquei sempre mais interessado em tentar aplicar a crítica e enxergar a alternativa onde, de fato, estava: em Baltimore, Oxford ou qualquer lugar que estivesse. Essa talvez seja minha própria forma de localismo. Por um lado, desenvolvo uma teoria geral, mas, por outro lado, preciso sentir o enraizamento em algo que acontece no meu próprio jardim. Frequentemente, associou-se o marxismo à União Soviética ou à China, e eu afirmei que estava associado ao capitalismo, que é desenfreado nos Estados Unidos, e que isso deve ser prioritário para nós. Assim, em consequência, consegui me isolar um pouco dos acontecimentos relativos ao colapso do comunismo. No entanto, também devo admitir que essa é uma limitação real do meu trabalho. Apesar de todos os meus interesses geográficos, o trabalho permaneceu eurocêntrico, concentrado nas zonas metropolitanas. Não me expus muito a outras partes do mundo.

Em seu trabalho mais recente, o senhor se ocupa diversas vezes do tema da evolução, tratando à obra de E. O. Wilson com um espírito concordante, embora crítico, muito ao contrário da maior parte das reações da esquerda à obra. A noção de Wilson sobre “consiliência” das ciências talvez agrade muito alguém outrora atraído por Carnap, ainda que o senhor deixe claras suas reservas. No entanto, a ênfase de Wilson nas disposições genéticas de todas as espécies dá oportunidade para um conjunto notável de reflexões sobre a evolução humana, que, sugere o senhor, deixaram um “repertório” de capacidades e poderes às espécies – competição, adaptação, cooperação, transformação ambiental, ordem espacial e ordem temporal –, pelo qual cada sociedade articula uma combinação específica. O capitalismo, afirma o senhor, requer tudo isso – inclusive suas próprias formas de cooperação –, embora dê primazia a um determinado modo de competição. Entretanto, se a

competição não puder jamais ser eliminada, enquanto uma tendência inata da humanidade, sua-relação com os outros poderes não é inalterável. O socialismo é assim melhor concebido como uma reconfiguração do repertório humano básico, no qual seus elementos constituintes encontram um outro e melhor equilíbrio. É uma resposta notável às asserções da sociobiologia em seu próprio terreno. Porém, um defensor comprometido do sistema existente responderia: sim, mas, exatamente como, na natureza, a sobrevivência do mais adaptado é a regra, qualquer que seja o nicho ecológico; assim, na sociedade, a razão por que o capitalismo triunfou é sua superioridade competitiva. A competição é o centro absoluto do sistema, fornecendo-lhe uma dinâmica inovadora, a que alternativa alguma, que relativize ou degrade o impulso competitivo em outra combinação, tem chance de se opor. Talvez tentar mobilizar a competição em relação ao socialismo, mas seria desejável subordiná-la, enquanto um princípio, dentro de uma estrutura mais complexa, desde que não subordinemos essa estrutura; eis nossa força invencível. Qual seria sua resposta a esse tipo de objeção?

Minha resposta é... ah, mas você já respondeu: subordinar a competição em todos os tipos de área. De fato, toda a história do capitalismo é impensável sem a organização de uma estrutura regulatória para controlar, dirigir e limitar a competição. Sem o poder do Estado para pôr e manter em vigor a legislação referente à propriedade e aos contratos, sem falar da legislação sobre transportes e comunicações, os mercados modernos não poderiam começar a funcionar. Na próxima vez que estivermos voando para Londres ou Nova York, imagine todos os pilotos agindo de acordo com o princípio competitivo: todos tentando pousar em primeiro lugar e tentando alcançar o melhor portão de desembarque. Será que algum capitalista gostaria dessa idéia? Sem dúvida, não. Ao se observar de perto o modo pelo qual funciona a economia moderna, são muito limitadas as áreas em que vigora verdadeiramente a competição. Se pensarmos a respeito de toda discussão sobre acumulação flexível, grande parte dela gira em torno da diversificação de mercados de linhas e nichos. Qual seria a história do capitalismo sem a diversificação? No entanto, a dinâmica por trás da diversificação é uma fuga da competição; na maioria das vezes, a busca de mercados especializados é um meio de se escapar das pressões competitivas. Seria muito interessante escrever uma história do capitalismo analisando sua utilização de cada um dos seis elementos do repertório básico que delineei, determinando os modos variáveis que os juntaram e os fizeram funcionar, em épocas diferentes. A oposição de Kneejerk contra Wilson não se limita à questão da esquerda, mas não é produtiva. Os avanços na biologia estão nos ensinando muito sobre nossa constituição, incluindo a conexão física de nossas mentes, e nos ensinarão muito mais no futuro.

Não consigo entender como alguém pode ser materialista e não considerar tudo isso muito seriamente. Assim, no caso da sociobiologia, volto à minha crença relativa à importância de friccionar diferentes blocos conceituais: ponho E. O. Wilson para dialogar com Marx. Evidentemente, há diferenças significativas, mas também existem atributos comuns surpreendentes; portanto, é necessário fazer os dois pensadores entrarem em conflito entre si. Não estou dizendo que fiz isso direito, mas essa é uma discussão necessária. A parte de *Spaces of hope* que começa a falar sobre isso se intitula “Conversações sobre a pluralidade de alternativas”, e esse é o espírito pelo qual devemos abordar isso. Formulo perguntas, não soluções.

Qual é sua visão da perspectiva presente para o sistema do capital? The limits to Capital fixa uma teoria geral dos seus mecanismos de crise – excesso de acumulação associado à rigidez dos blocos de capital imobilizado e das suas soluções características: desvalorização, expansão do crédito e reorganização espacial. The condition of postmodernity examinou a maneira pela qual isso emergiu nas décadas de 1970 e 1980. Onde estamos agora? A partir de sua estrutura, parece haver duas possíveis leituras da conjuntura atual, de sinais opostos, incluindo uma terceira no horizonte. A primeira leitura tomaria como ponto de partida sua observação em The condition of postmodernity: a desvalorização necessária para expurgar o excesso de capital é mais efetiva quando ocorre, não na forma clássica de um craque, mas lenta e gradualmente, purificando o sistema sem causar um distúrbio perigoso nele. De certo ponto de vista, será que não foi isso que aconteceu, de modo imperceptível, por meio das sucessivas ondas de enxugamento e de mudança de rumo desde o início do longo declínio da década de 1970 – o tipo de transformação cumulativa citada pelo senhor relativo à Bethlehem Steel; finalmente, em meados da década de 1990, o desencadeamento de uma nova dinâmica, com a recuperação dos lucros, preços estáveis, ondas de investimentos em alta tecnologia e crescimento da produtividade, permitindo que o sistema começasse vida nova? De outro ponto de vista, também compatível com sua estrutura, essa não é a história subjacente. Em vez disso, o que vimos, essencialmente, foi a explosão do sistema do crédito, liberando uma onda extraordinária de inflação de ativos – isto é, um crescimento descontrolado de capital fictício – que leva a uma correção violenta depois do estouro da bolha do mercado de ações, levando-nos de volta à realidade do excesso de acumulação. Também há uma terceira alternativa, que daria principal importância à queda do comunismo soviético no leste europeu e na Rússia, e à política de abertura para o comércio exterior e o investimento na China. Esses desenvolvimentos levam à seguinte questão: será que o capitalismo não está no processo de alcançar, em seus termos, um gigantesco “ajuste espacial”, com essa súbita e enorme expansão em seu possível

campo de operações? Isso ainda estaria em sua fase inicial – até agora, os Estados Unidos apresentam um grande déficit na balança comercial com a China – no entanto, será que não estamos testemunhando a construção de uma ordem promovida pela Organização Mundial do Comércio, que indica ser o equivalente ao sistema desenvolvido em Bretton Woods⁵ para o novo século, em que, pela primeira vez, as fronteiras do capitalismo alcançam os confins do planeta? Esses são três cenários diferentes, todos os quais podem ser verificados em sua obra. O senhor tem um juízo provisório de suas relativas plausibilidades?

Não acho que haja uma escolha simples entre essas explanações. Tanto o processo de desvalorização firme e contínuo – enxugamento, reengenharia e terceirização – como de transformação espacial, ao longo de linhas tradicionalmente associadas ao imperialismo, fazem parte da história real. No entanto, hoje, teria sido impossível a reestruturação massiva sem o inacreditável poder do capital fictício. Todo episódio importante de desvalorização ou de expansão geográfica foi marcado pelo papel desempenhado pelas instituições financeiras, em que se atinge uma nova dinâmica de capital fictício. Naturalmente, tal capital não é uma mera invenção da imaginação. Na medida em que isso provoca transformações lucrativas do sistema produtivo, atravessando todo o ciclo de moeda sendo transformada em mercadoria e retornando sob a forma de moeda original mais lucros, isso cessa de ser fictício e se torna lucro realizado. No entanto, para que isso aconteça, depende-se sempre das expectativas, que devem ser socialmente construídas. As pessoas têm de acreditar que a riqueza – fundos mútuos, pensões, fundos de hedge – continuará a crescer indefinidamente. Assegurar essas expectativas é um trabalho de hegemonia, que recai sobre o Estado e se veicula pela mídia. Isso é algo que dois grandes teóricos da última crise mundial entenderam muito bem; é instrutivo ler Gramsci e Keynes juntos. Talvez haja processos objetivos que impeçam a desvalorização ou resistam à incorporação geográfica; entretanto, o sistema também é particularmente vulnerável às incertezas subjetivas relativas a um crescimento descontrolado do capital fictício. Keynes foi perseguido pela seguinte questão: como se sustenta o estado de espírito dos investidores? Uma tremenda batalha ideológica é necessária para manter a confiança no sistema, em que a atividade do Estado – basta pensar no papel do Federal Reserve, o banco central norte-americano na década de 1990 – é

5. Em julho de 1944, delegados de 44 países reuniram-se em Bretton Woods, nos Estados Unidos, para definirem uma nova ordem econômica mundial. Entre outras medidas, decidiu-se pela criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (N. T.).

importantíssima. Um autor que escreveu muito bem sobre isso, de modo não-econômico, é Žižek. Assim, as três explicações não são mutuamente exclusivas: precisam ser reunidas sob o signo de um novo impulso em favor da hegemonia. Esse é um sistema que resistiu ao choque da crise financeira do leste asiático de 1998-9 e ao colapso do Long-Term Capital Management, importante fundo de hedge baseado em Nova York, devedor de bilhões de dólares. No entanto, sempre era uma coisa próxima que conseguia escapar. Quanto tempo vai durar, ninguém pode dizer.

Embora a adaptabilidade do capitalismo seja uma de suas principais armas na luta de classes, não devemos subestimar a grande faixa de oposição que o capitalismo continua a gerar. Essa oposição é fragmentada, freqüentemente muito localizada, e infinitamente diversa em termos de objetivos e métodos. Temos de pensar em caminhos para ajudar a mobilizar e organizar essa oposição, tanto vigente quanto latente, para que se torne uma força global e tenha presença global. Os sinais de reunião estão aí: pense em Seattle.⁶ Ao nível da teoria, precisamos encontrar um meio de identificar atributos comuns nas diferenças, e, desse modo, desenvolver políticas genuinamente coletivas em suas preocupações, embora sensíveis ao que permanece irredutivelmente distintivo no mundo atual, em especial as distinções geográficas. Isso seria uma das minhas esperanças fundamentais.

6. Refere-se ao violentos protestos ocorridos durante a III Conferência da Organização Mundial do Comércio, realizada em Seattle, em 1999 (N. T.).

CAPÍTULO II

A GEOGRAFIA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: UMA RECONSTRUÇÃO DA TEORIA MARXISTA

Publicado pela primeira vez
em *Antipode*, edição de 1975.

Durante muito tempo, ignorou-se a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista. Em parte, isso é consequência de uma falha de Marx, pois seus escritos sobre o assunto são fragmentários e, muitas vezes, desenvolvidos apenas de modo superficial. No entanto, o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas. Além disso, Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas), e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais. Esse fato, ademais, exprime que tal análise de localização proporciona, ainda que de maneira limitada, um elo entre a teoria de acumulação de Marx e a teoria do imperialismo marxista – um elo que muitos procuraram, mas que ninguém, até agora, encontrou; em parte, devo dizer, porque se negligenciou o fator mediador da teoria de localização de Marx.

Neste ensaio, procurarei demonstrar como a teoria da acumulação se relaciona com o entendimento da estrutura espacial, e como a particular forma de análise da localização elaborada por Marx fornece o elo perdido entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo.

A teoria da acumulação

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção. Expressa-se “a missão histórica da burguesia” na fórmula “acumulação

pela acumulação, produção pela produção” (1967, vol. 1: 595). No entanto, essa missão histórica não se origina da cobiça inerente do capitalista, mas surge nas forças inteiramente independentes da vontade individual do capitalista:

O capitalista é respeitável apenas enquanto capital personificado. Como tal, ele partilha com o avarento a paixão pela riqueza enquanto riqueza. No entanto, aquilo que, no avarento, é mera idiossincrasia, é, no capitalista, consequência do mecanismo social, do qual ele é apenas uma das forças propulsoras. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva (MARX, 1967, vol. 1: 592).

No capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, freqüentemente, irrompe sob a forma de crises. No capitalismo, o crescimento harmonioso ou equilibrado é, segundo Marx, inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo (1967, vol. 2: 495). A análise de Marx sobre esse sistema de produção de mercadorias o levou à percepção de que há diversas possibilidades de ocorrência de crises, assim como à percepção de certas tendências inerentes ao capitalismo que produzem graves tensões no processo de acumulação. Poderemos entender essas tensões mais facilmente se reconhecermos que o progresso da acumulação depende e pressupõe:

- 1) A existência de um excedente de mão-de-obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional, a geração de correntes migratórias, a atração de “elementos latentes” – força de trabalho empregada em situações não-capitalistas; mulheres, crianças etc. – para o trabalho, ou a criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho.
- 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infra-

estrutura física e assim por diante –, que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido.

3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva (a necessidade retraída pela incapacidade de pagamento), então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista.

Em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação talvez encontre uma barreira que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza. Como, nas economias capitalistas desenvolvidas, a oferta da força de trabalho, a oferta dos meios de produção e da infra-estrutura, e a estrutura de demanda são todas “produzidas” no modo capitalista de produção, Marx concluiu que o capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação.

As crises podem se manifestar de diversos modos, dependendo das condições de circulação e de produção do momento. Podemos enxergar mais claramente como isso é capaz de acontecer examinando, brevemente, como Marx observa a produção, a distribuição, o consumo e o reinvestimento como fases (ou momentos) separadas na totalidade do processo capitalista de produção. Ele afirma, por exemplo, que:

A produção não é apenas imediatamente consumo e o consumo não é apenas imediatamente produção, a produção não é apenas meio para o consumo e o consumo não é apenas o objetivo da produção [...] mas também, tanto a produção quanto o consumo [...] criam o outro, completando-se e criando-se enquanto o outro (MARX, 1973: 93).

Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor.

Considere-se, por exemplo, uma crise típica de realização, que nasce porque a acumulação pela acumulação significa, inevitavelmente, a “tendência a produzir sem levar em consideração os limites do mercado” (MARX, 1969b: 522). Constantemente, os capitalistas tendem a expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, enquanto tentam maximizar seus lucros mantendo os salários achatados, o que restringe o poder aquisitivo das massas (MARX, 1969b: 492; 1967, vol. 3: 484). Nesse caso, há

uma contradição, que, periodicamente, produz uma crise de realização; isto é, um volume de mercadorias no mercado sem compradores à vista. Claro que essa superprodução é apenas relativa, e não tem nada a ver com as necessidades humanas absolutas: “diz respeito apenas à demanda retraída pela incapacidade de pagamento” (MARX, 1969b: 506). Em relação aos desejos e às necessidades humanas, a superprodução absoluta é, segundo Marx, impossível no capitalismo.

Mas essa superprodução relativa talvez apareça também como subconsumo ou como superprodução de capital (um excedente de capital). Marx considera essas formas como manifestações do mesmo problema básico de superacumulação (MARX, 1969b: 497-9). O fato de que há um excesso de capital, relativo às oportunidades de emprego desse capital, significa que houve uma superprodução de capital (na forma de superprodução de mercadorias) em um estágio precedente, e que os capitalistas estão investindo em excesso e subconsumindo o excedente no estágio presente. Em todos esses casos, a superprodução

condiciona-se, especificamente, pela lei geral da produção de capital: produzir no limite fixado pelas forças produtivas; isto é, explorar a quantidade máxima de trabalho com determinada importância de capital, sem qualquer consideração pelos limites reais do mercado ou pelas necessidades retraídas pela incapacidade de pagamento (MARX, 1969b: 534-5).

Periodicamente, essa mesma lei geral produz

uma superabundância de capital, [que] se origina a partir das mesmas causas que suscitam uma relativa superpopulação, sendo, portanto, um fenômeno que suplementa esse último, embora se situem em pólos opostos: capital inaproveitado em um pólo e população trabalhadora desempregada no outro (MARX, 1967, vol. 3: 251).

No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise – o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimento, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação. Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização

arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas conseqüências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos, que, tipicamente, produzem o terreno de reprodução para o fascismo. A reação social às crises pode afetar a maneira pela qual se resolve a crise, de modo que não há um único e necessário resultado para esse processo de racionalização forçada. Tudo o que precisará acontecer, se for para sustentar o sistema capitalista, será a criação de condições apropriadas para a renovação da acumulação.

Em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior. Provavelmente, esse “novo nível” apresentará certas características combinadas, envolvendo os seguintes tipos:

- 1) A produtividade da mão-de-obra aumentará muito pela utilização de máquinas e equipamentos mais sofisticados, enquanto, no transcurso da crise, os equipamentos mais antigos do capital imobilizado ficarão mais baratos por meio da desvalorização forçada.
- 2) O custo da mão-de-obra diminuirá muito devido ao grande desemprego provocado pela crise e, conseqüentemente, um excedente maior poderá ser obtido para acumulação adicional.
- 3) O excedente de capital, que careceu de oportunidades de investimento na crise, será atraído por linhas de produção novas e muito lucrativas.
- 4) A demanda efetiva expandida por produtos – de início, na indústria de bens de capital, mas, subseqüentemente, no consumo final – esvaziará o mercado de todos os bens produzidos.

Talvez seja útil levar em conta o último elemento e considerar como se pode elaborar um novo nível de demanda efetiva, capaz de aumentar a capacidade de absorção de produtos. A análise sugere que se pode elaborar isso por meio da mistura complexa de quatro elementos sobrepostos:

- 1) A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante (1) a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas

capitalistas (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial), ou mediante (2) a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho (novos especialistas empresariais surgem para cuidar de determinado aspecto da produção, antes exercido dentro da própria fábrica ou empresa).

2) A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do século XX), e a organização do consumo, para que se torne “racional” em relação ao processo de acumulação (por exemplo, a demanda da classe trabalhadora por boa moradia talvez seja cooptada por um programa público de habitação, que serve para estabilizar a economia e para aumentar a demanda por materiais de construção de determinado tipo).

3) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo (evidentemente, isso não é uma solução a curto prazo, mas parece ser uma forte justificativa para o comentário de Marx [1969b: 47; e consultar MARX, 1973: 764, 771], de que “a população crescente se afigura como base da acumulação enquanto processo contínuo”, do ponto de vista do aumento da oferta de mão-de-obra e de mercado para produtos).

4) A expansão geográfica para novas regiões, incrementado o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”.

Em cada um desses aspectos, ou pela combinação deles, o capitalismo é capaz de criar uma nova oportunidade para a acumulação. Os três primeiros itens podem ser vistos como matéria de *intensificação* da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial. O último item suscita a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação. A seguir, consideraremos esse último aspecto em separado dos demais. No entanto, é importante perceber que, na prática, diversos equilíbrios ocorrem entre a intensificação e a expansão geográfica; em um determinado país, um índice elevado de crescimento populacional e a fácil criação de novos desejos e novas necessidades sociais podem representar exportação de capital e expansão do comércio exterior, desnecessários para a expansão da acumulação. Quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital. Tendo isso em mente, examinaremos o modo pelo qual a teoria da acumulação se relaciona com a produção das estruturas espaciais.

As relações de transporte, a integração espacial e a “anulação do espaço pelo tempo”

Vamos partir da proposição de que a “circulação de capital resulta em valor, enquanto trabalho de subsistência cria valor” (MARX, 1973: 543). A circulação possui dois aspectos: o movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo, e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e às mediações sociais (a cadeia de atacadistas, varejistas, operações bancárias etc.) necessárias para que a mercadoria produzida encontre seu usuário final. Marx considera o primeiro aspecto como integrante do processo produtivo e, portanto, gerador de valor (MARX, 1967, vol. 2: 150; MARX, 1973: 533-4). O segundo aspecto é considerado como custo necessário de circulação, não sendo gerador de valor; portanto deve ser considerado dedução necessária do excedente, pois o capitalista precisa pagar por isso.

A indústria do transporte e da comunicação, que “vende mudança de localização” (MARX, 1967, vol. 2: 52), é diretamente produtora de valor, pois “economicamente considerada, a condição espacial, o ato de trazer o produto ao mercado, pertence ao próprio processo de produção. O produto está realmente acabado apenas quando está no mercado” (MARX, 1973: 533-4). No entanto, os meios de transporte e de comunicação, por serem quase inteiramente constituídos de capital imobilizado, possuem suas próprias leis de realização (MARX, 1973: 523); leis que se originam do fato de que o transporte é produzido e consumido ao mesmo tempo no momento do seu uso. Embora a indústria do transporte seja, *potencialmente*, uma fonte de mais-valia, há boas razões para que o capital não se engaje em sua produção, exceto sob certas circunstâncias favoráveis. Desse modo, o Estado é, muitas vezes, bastante ativo nessa esfera de produção (MARX, 1973: 531-3).

O custo do transporte “é importante à medida que a expansão do mercado e a trocabilidade do produto se conectam a isso” (MARX, 1973: 534). Os preços, tanto das matérias-primas como dos bens acabados, são sensíveis aos custos do transporte, e a capacidade de coletar as matérias-primas em lugares distantes e de enviar os produtos acabados a mercados distantes é, evidentemente, afetada por esses custos. Os custos de circulação “podem ser reduzidos pelo transporte aperfeiçoado, mais barato e mais rápido” (MARX, 1967, vol. 2: 142). Um subproduto disso é o barateamento de muitos elementos do capital constante (insumos de matérias-primas) e a expansão do mercado geográfico. Do ponto de vista da produção enquanto totalidade, “a redução dos custos da circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças de produção pelo capital” (MARX, 1973: 533-4).

No contexto da acumulação em geral, o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é visto como inevitável e necessário. “A revolução nos meios de produção da indústria e da agricultura tornaram necessária a revolução [...] nos meios de comunicação e transporte”, de modo que “gradualmente se adaptaram aos meios de produção da indústria mecânica, pela criação de um sistema de barcos fluviais a vapor, estradas de ferro, navios oceânicos a vapor e telégrafos” (MARX, 1967, vol. 1: 384). O imperativo da acumulação implica conseqüentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais:

Quanto mais a produção vier a se basear no valor de troca (portanto, na troca), mais importante se tornam as condições físicas da troca – os meios de comunicação e transporte – para os custos de circulação. Por sua natureza, o capital se impulsiona além de todas as barreiras espaciais. Assim, a criação das condições físicas de troca [...] torna-se uma necessidade extraordinária para isso (MARX, 1973: 524).

O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo em que novas “esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital” podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte.

No entanto, o acesso a mercados mais distantes, a novas fontes de matérias-primas e a novas oportunidades para o emprego da mão-de-obra sob relações sociais capitalistas possui o efeito de aumentar o tempo de giro do capital, a menos que haja melhorias compensatórias na velocidade de circulação. O tempo de giro de um determinado capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação (MARX, 1967, vol. 2: 248). Quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia. Os mercados mais distantes atam o capital, em processo de circulação, por períodos de tempo mais longos e, assim, têm o efeito de *reduzir* a realização da mais-valia para determinado capital. Justamente por isso, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. O aumento da “velocidade de circulação do capital” contribui para o processo de acumulação. Nessas condições, “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade [...] pela

qual o mesmo pode ser alcançado” (MARX, 1973: 538). Assim, há um grande estímulo para a redução do tempo de circulação a um mínimo, pois isso minimiza “o período de perambulação” das mercadorias (MARX, 1967, vol. 2: 249). Desse modo, uma necessidade dual, tanto para reduzir o custo quanto o tempo envolvidos no movimento, origina-se do imperativo da acumulação:

Enquanto o capital deve, por um lado, esforçar-se em derrubar todas as barreiras espaciais para realizar o intercâmbio (isto é, a troca), e conquistar todo o mundo como seu mercado, esse capital esforça-se, por outro lado, em anular esse espaço pelo tempo [...] Quanto mais desenvolvido o capital [...] mais esse capital esforça-se, simultaneamente, em relação a uma ainda maior ampliação do mercado e a uma maior anulação do espaço pelo tempo (Marx, 1973: 539).

O comércio de longa distância, em que a produção e a realização estão separados por um longo intervalo de tempo, caracteriza-se ainda por um longo período de giro e pela falta de continuidade no emprego do capital. Esse tipo de comércio, e o “comércio exterior em geral”, constitui “uma das bases materiais [...] uma das fontes do sistema de crédito” (MARX, 1967, vol. 2: 251-2). Nos *Grundrisse* (1973: 535), Marx desenvolve esse argumento mais extensamente:

É evidente [...] que a circulação se afigura como processo essencial do capital. O processo de produção não recomeça antes da transformação da mercadoria em dinheiro. A *continuidade constante* desse processo, a transição desimpedida e fluída do valor de uma forma em outra, ou de uma fase do processo para a seguinte, afigura-se como condição essencial para a produção com base no capital, em um grau muito maior do que em todas as formas mais antigas de produção. [Porém,] enquanto a necessidade dessa continuidade é dada, suas fases estão separadas no tempo e no espaço [...] Isso, assim, se afigura como questão de acaso [...] Quer queira a condição essencial, quer não, a continuidade dos diferentes processos que constituem o processo como um todo é, de fato, realizada. A supressão desse elemento do acaso pelo próprio capital é o *crédito*.

O sistema de crédito possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma. A necessidade de anular o espaço pelo tempo pode, em parte, ser compensada pelo surgimento de um sistema de crédito.

A necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção em alguns grandes centros urbanos, que se tornam as oficinas da produção capitalista (MARX, 1967, vol. 1: 352; MARX, 1973: 587). A “anulação do espaço pelo tempo” se realiza, nesse caso, pela localização “racional” das atividades, umas em relação às outras, a fim de reduzir, em particular, os custos de movimentação dos produtos intermediários. “Junto da concentração de grande quantidade de homens e capitais – acelerada em certos pontos –, ocorre a concentração de grande quantidade de capitais na mão de poucos” (MARX, 1967, vol. 2: 250). No custo de circulação, a capacidade de economizar depende da natureza das relações de transporte estabelecidas, e, nesse caso, parece haver uma tendência dinâmica em favor da concentração. As melhorias nos meios de transporte tendem

a se direcionar para o mercado já existente; isto é, para os grandes centros de produção e de população, para os portos de exportação, etc. [...] Esses meios, particularmente grandes, e a conseqüente aceleração do giro do capital [...] provocam uma concentração mais rápida tanto dos centros de produção como dos mercados (MARX, 1967, vol. 2: 250).

Essa tendência à aglomeração em grandes centros urbanos pode se reduzir ou se ampliar mediante circunstâncias especiais. Por um lado, verificamos que “a divisão territorial do trabalho [...] confina setores especiais da produção em regiões especiais de um país” (MARX, 1967, vol. 1: 353). Por outro lado, “todos os setores da produção, que, pela natureza dos seus produtos, são essencialmente dependentes do consumo local, como cervejarias, são [...] desenvolvidos ao máximo nos centros populacionais” (MARX, 1967, vol. 2: 251).

A racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital. No entanto, essa tendência exige, para sustentá-la, a inovação tecnológica. Daí a importância da máquina a vapor, que “possibilitou a concentração da produção nas cidades” e que “era de aplicação universal e, em geral, pouco afetada em sua opção de domicílio pelas circunstâncias locais” (MARX, 1967, vol. 1: 378).

As inovações desse tipo, que, em geral, liberam a produção das fontes locais de poder, permitindo a concentração da produção em grandes aglomerações urbanas, desempenham a mesma função das inovações associadas ao transporte, que servem para anular o espaço pelo tempo. A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do

mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital. Em geral, parece que o imperativo da acumulação produz concentração da produção e do capital, criando, ao mesmo tempo, uma ampliação do mercado para realização. Em conseqüência, os “fluxos no espaço” crescem de modo notável, enquanto os “mercados se expandem espacialmente, e a periferia em relação ao centro [...] fica circunscrita por um raio constantemente em expansão” (MARX, 1972: 288). Certo tipo de relação centro-periferia surge da tensão entre concentração e expansão geográfica. Analisaremos determinados aspectos dessa relação mais adiante, na seção sobre comércio exterior.

Como a estrutura dos recursos de transporte não permanece constante, verificamos “uma mudança e um reassentamento dos locais de produção e dos mercados em conseqüência das mudanças em suas posições relativas, motivada pela transformação dos recursos de transporte” (MARX, 1967, vol. 2: 250). Essa transformação altera “as distâncias relativas entre os locais de produção e os maiores mercados” e, em conseqüência, provoca “a deterioração de antigos centros de produção e a ascensão de novos centros” (MARX, 1967, vol. 2: 249).

O surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e “anular o espaço pelo tempo”, criam-se estruturas espaciais, que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos. Depois que se introduz o modo de produção de capital, esse modo “estabelece seu domicílio na área, e as pressuposições aparentemente sólidas dadas pela natureza [afiguram-se] nos bens imóveis como fixadas pela indústria” (MARX, 1973: 740). Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à “derrubada das barreiras espaciais” e, no fim, até à “anulação do espaço pelo tempo”.

Essa contradição é característica da dependência crescente do capitalismo no capital fixo de todos os tipos. Com o “capital fixo, o valor fica preso dentro de um valor de uso específico” (MARX, 1973: 728); enquanto o grau de fixidez cresce pela durabilidade, outras coisas permanecem iguais (MARX, 1967, vol. 2: 160). O necessário crescimento do uso do capital fixo (do tipo imobilizado), conseqüência do imperativo da acumulação, impõe um imperativo adicional:

O valor do capital fixo só se reproduz à medida que seja gasto no processo produtivo. Por meio do desuso, perde seu valor, sem que seu valor seja transmitido ao produto. Daí, quanto maior a escala em que se desenvolve o capital fixo [...] mais a continuidade do processo produtivo ou o fluxo constante da reprodução se torna uma condição externamente impulsora para o modo de produção com base no capital (MARX, 1973: 703).

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação (para um exemplo específico, consultar HARVEY, 1975b). Em conseqüência, podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente. As crises temporais do investimento de capital fixo, muitas vezes expressas como “ondas longas” do desenvolvimento econômico (consultar, por exemplo, KUZNETS, 1961; THOMAS, 1973), são, portanto, normalmente expressas como reformas periódicas do ambiente geográfico, para adaptá-lo às necessidades da acumulação adicional.

Essa contradição possui uma outra dimensão. Em parte, o esforço para superar as barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo se idealizou para se contrapor ao que Marx considerou a tendência difundida da queda da margem de lucro sob o capitalismo. A criação de ambientes construídos a serviço do capitalismo significa “o crescimento da parcela da riqueza social que, em vez de servir como meio direto de produção, se investe em meios de transporte e comunicação e no capital fixo e circulante para essa operação” (MARX, 1967, vol. 2: 251). O investimento nos meios de transporte se destina a aumentar a composição orgânica do capital social, que tende a causar a queda na margem de lucro, ao mesmo tempo em que se supõe que seus efeitos aumentem a margem de lucro. Como dissemos, o desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre essas duas tendências contraditórias.

Em Marx, a teoria da localização não é muito mais específica do que isso (ainda que haja muita coisa na análise do investimento do capital fixo e imobilizado que seja do interesse, o espaço aqui impede outras considerações). O mérito dessa análise fragmentária não reside em sua sofisticação, mas sim no modo como essa análise pode se integrar aos *insights* fundamentais relativos à produção de valor e à dinâmica da acumulação. Nisso, a abordagem marxista é muito diferente do característico referente à análise econômica burguesa do fenômeno da localização. Normalmente, a análise burguesa especifica uma configuração ideal sob um conjunto

específico de condições, e apresenta uma análise parcial de equilíbrio estático. A dinâmica é levada em consideração no final da análise, geralmente como reflexão tardia, e a dinâmica nunca vai muito além da estática comparativa. Por conseqüência, admite-se que, em geral, a teoria burguesa de localização não conseguiu desenvolver uma representação dinâmica satisfatória de si mesma. Por outro lado, a teoria marxista começa com a dinâmica da acumulação, e, dessa análise, procura deduzir certas necessidades com respeito às estruturas geográficas. A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos do capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico. O contraste entre as duas posturas teóricas é importante, pois sugere que as duas teorias estão, de fato, preocupadas com coisas diferentes. A análise burguesa da localização é apropriada apenas como expressão de configurações ideais sob condições predeterminadas. A teoria marxista ensina como relacionar, teoricamente, a acumulação e a transformação das estruturas espaciais, e, no fim, é claro, fornece um tipo de compreensão teórica e material que permitirá entender os relacionamentos recíprocos entre geografia e história.

O comércio exterior

Marx considera o comércio exterior de dois diferentes pontos de vista: em primeiro lugar, como atributo do modo capitalista de produção, e, em segundo lugar, como fenômeno histórico relativo à evolução da formação social capitalista nas sociedades pré-capitalistas, gerando diversas formas sociais intermediárias (como colônias, economias baseadas na monocultura, economias dependentes etc.).

Invariavelmente, Marx, em sua análise do modo capitalista de produção, desvia-se das questões sobre comércio exterior (MARX, 1967, vol. 1: 581). É claro que ele reconhece que “a produção capitalista não existe sem comércio exterior”, mas sugere que a importância dada ao comércio exterior serve apenas para “gerar confusão, sem acrescentar elemento novo algum relativo ao problema [da acumulação], ou à sua solução” (MARX, 1967, vol. 2: 470). Ele também admite que o comércio exterior talvez se contraponha à tendência à margem de lucro decrescente, pois barateia os elementos do capital constante e das necessidades, permitindo a apropriação de uma crescente mais-valia. No entanto, devido ao aumento da taxa de acumulação, isso apenas acelera a queda da margem de lucro a longo prazo (MARX, 1967, vol. 3: 237). O crescimento do comércio exterior, que, inevitavelmente, surge com a expansão da acumulação, apenas “transfere as contradições a uma esfera mais ampla, dando-lhes maior latitude” (MARX, 1967, vol. 2: 408).

A maioria das observações de Marx sobre comércio exterior se refere ao assunto como fenômeno histórico e, portanto, marginal ao seu principal propósito em *O capital*. O comércio exterior é tratado com condição prévia para a acumulação capitalista, bem como conseqüência da expansão do mercado. Como as conseqüências em um estágio se tornam precondições para o estágio seguinte, o desenvolvimento do comércio exterior e o desenvolvimento das formações sociais capitalistas são considerados integralmente relacionados. Certos “fatores especiais” também nascem com respeito ao comércio exterior, podendo confundir, ocultar e distorcer a questão. Não se nega a importância de tais fatores para certas situações históricas reais – esses fatores apenas não são considerados fundamentais para a compreensão da lógica interna do modo capitalista de produção.

No entanto, as análises teórica e histórica se cruzam em determinados pontos. Certas afirmações de Marx sobre comércio exterior podem ser interpretadas como extensões lógicas dos seus pontos de vista teóricos sobre como o processo de acumulação gera relações de transporte e estruturas de localização. Em geral, esses pontos de vista se projetam em estruturas preexistentes de Estados-Nações, em territórios com diferentes capacidades produtivas naturais e em sistemas de produção não-capitalistas.

Marx reconhece, por exemplo, que “as condições físicas restringem a produtividade da mão-de-obra” (1967, vol. 1: 512). Na agricultura, ele prevê retornos desiguais do capital adiantado, resultante das diferenças tanto da localização da fertilidade, como da localização relativa (MARX, 1967, vol. 3: 650). As diferenças naturais formam, desse modo, “uma base física para a divisão social do trabalho” (MARX, 1967, vol. 1: 514), embora sejam só possibilidades (e não imodificáveis), pois, no fim, a produtividade da mão-de-obra “é uma dádiva, não da natureza, mas da história, envolvendo milhares de séculos” (MARX, 1967, vol. 1: 512).

A produção e circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista. No processo, certos países talvez estabeleçam um monopólio sobre a produção de determinadas mercadorias (MARX, 1967, vol. 3: 119), enquanto as relações centro-periferia se produzirão numa escala global:

Uma nova divisão internacional do trabalho – uma divisão adaptada às exigências dos principais centros da indústria moderna – surge e transforma parte do planeta num campo substancialmente agrícola de produção, para suprir a outra parte, que permanece um campo substancialmente industrial (MARX, 1967, vol. 1: 451).

Nos países avançados, os capitalistas talvez também obtenham uma maior margem de lucro, vendendo seus bens acima do valor na concorrência com as “mercadorias produzidas em outros países com instalações inferiores de produção [...] da mesma maneira que um fabricante explora uma nova invenção antes que ela se torne universal” (MARX, 1967, vol. 3: 238). As vantagens produtivas relativas rendem excesso de lucros e, se essas vantagens se perpetuam na forma de uma permanente “diferença tecnológica”, resulta (embora Marx, aparentemente, não tenha insistido nisso) que as regiões ricas em conteúdo tecnológico sempre têm capacidade de obter maiores lucros numa determinada linha de produção, em comparação com regiões pobres em conteúdo tecnológico.

O sistema internacional de crédito também possui papel essencial a desempenhar na criação do mercado mundial e na formação da sua estrutura:

O sistema de crédito [...] apóia-se na necessidade de expandir e superar a barreira relativa à circulação e à esfera de troca. Classicamente, isso se apresenta de modo muito maior nas relações entre os povos do que nas relações entre as pessoas. Assim, por exemplo, os ingleses [são] forçados a fazer empréstimos a países estrangeiros para tê-los como clientes (MARX, 1973: 416; e consultar MARX, 1972: 122).

A exportação de capital – um tema que Lenin (1963: 715-19) considera essencial para a teoria do imperialismo enquanto estágio superior do capitalismo – pode, segundo Marx, fornecer oportunidades temporárias para o capital excedente. No entanto, a exportação de capital pode assumir diversas formas, como veremos em breve, e ser empregada por diversas razões.

O impulso genérico para superar as barreiras espaciais gera diversas conseqüências em relação às formas não-capitalistas de produção e de organização social:

Por exemplo, quando o povo de um país industrializado, como os ingleses, que produz sobre a base do capital, troca com os chineses e absorve valor [...] atraindo esses últimos para a esfera de circulação do capital, então se percebe de imediato que os chineses não precisam produzir como capitalistas (MARX, 1973: 729).

Na esfera da circulação, a interação dos modos capitalistas e não-capitalistas de produção gera grandes interdependências. No sistema capitalista, a circulação de valor se torna dependente da contínua contribuição dos produtos e dos recursos financeiros das sociedades não-capitalistas – “nesse aspecto, o modo capitalista de

produção é condicional em relação aos modos de produção que se encontram fora do seu próprio estágio de desenvolvimento” (MARX, 1967, vol. 2: 110). Esse é um tema que Luxemburg (1968) desenvolve detalhadamente em sua obra *The accumulation of capital* [*A acumulação de capital*]: ela afirma que o espaço novo para acumulação que o capitalismo tem de definir existe apenas sob a forma de sociedades pré-capitalistas, que proporcionam mercados virgens para a absorção do que é a tendência permanente à superprodução de mercadorias sob o capitalismo. Assim que todas essas sociedades são trazidas para a rede capitalista, então, de acordo com Marx, a acumulação deve cessar.

Marx também afirmou que a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não-capitalistas de produção, ao mesmo que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital. Inicialmente, a simples penetração da forma dinheiro possui uma influência desagregadora – “onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade” e “atrai novos continentes para o metabolismo da circulação” (MARX, 1973: 224-5). Nos primeiros estágios, o capital se acumula fora desse “metabolismo da circulação”; de fato, tal acumulação é uma premissa histórica para o desenvolvimento da produção capitalista. As cidades acumulam valores de uso e, conseqüentemente, valores do campo, enquanto o capital dos comerciantes, como forma historicamente antecedente de organização para o capital dos produtores,

apropria-se de uma parte substancial do produto excedente, em parte como mediador entre mercadorias que ainda produzem considerável valor de uso [...] e, em parte, porque, nesses modos de produção mais antigos, os principais detentores do produto excedente com quem o comerciante negociava, a saber, o proprietário de escravos, o senhor feudal e o Estado (por exemplo, o déspota oriental), representam a riqueza e o luxo que o comerciante procura capturar [...] O capital do comerciante, quando detém posição de domínio, representa, em todo lugar, um sistema de roubo, de modo que seu desenvolvimento entre as nações mercantis dos tempos antigos e modernos está diretamente vinculada ao saque, à pirataria, ao rapto, à escravidão e à conquista colonial [...] O desenvolvimento do capital mercantil origina, em todo lugar, a tendência à produção de valores de troca [...] O comércio, portanto, tem uma maior ou menor influência dissolvente, em todo lugar, na organização produtora que encontra à mão e cujas diversas formas são conduzidas, principalmente, com uma visão associada ao valor de uso (MARX, 1967, vol. 3: 331-1).

As formas resultantes que emergem de tais rupturas dependem, no entanto, da forma da sociedade preexistente e da extensão da penetração capitalista. Uma consequência, por exemplo, é criar escassez onde antes isso não acontecia. Assim, as coisas necessárias se transformam em luxos e isso

determina todo padrão social dos países atrasados [...] que estão associados a um mercado mundial com base na produção capitalista. Não importa o quão grande seja o produto excedente que eles (os produtores não-capitalistas) extraem do trabalho excedente dos seus escravos na simples forma de algodão ou milho; eles podem aderir a essa simples mão-de-obra indiferenciada porque o comércio exterior permite-lhes converter esses produtos simples em qualquer tipo de valor de uso (MARX, 1972: 243).

A criação do “subdesenvolvimento” por meio da penetração capitalista, transformando sociedades não-capitalistas de organizações relativamente auto-suficientes para a produção de valores de uso em unidades especializadas e dependentes para a produção de valores de troca, é um tema que foi analisado por autores contemporâneos como Baran (1957) e Frank (1969). Frank, por exemplo, cria a frase “o desenvolvimento do subdesenvolvimento” para chamar a atenção para os tipos de processos que Marx tinha em mente.

Essas formas de dependência são possíveis apenas *depois* que a produção capitalista passou a dominar o capital mercantil, de modo que esse último agora serve basicamente aos propósitos do primeiro. Então verificamos:

A barateza dos artigos produzidos pelo maquinário e os aperfeiçoados meios de transporte e comunicação fornecem as armas para a conquista dos mercados estrangeiros. Ao arruinar a produção artesanal dos outros países, o maquinário forçosamente os converte em campos de suprimento de matérias-primas. Desse modo, as Índias Orientais foram forçadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta e índigo para a Grã-Bretanha (MARX, 1967, vol. 1: 451).

O modo de tal transformação é interessante, e a Índia representa um bom exemplo. Originalmente, campo para “exploração direta”, isto é, a apropriação direta de valores de uso, a Índia se transformou, depois de 1815, em mercado para os produtos têxteis britânicos.

Quanto mais o interesse industrial se tornou dependente do mercado indiano, mais esse interesse sentiu a necessidade de criar novos poderes produtivos na Índia depois de ter arruinado sua indústria nativa. Não se pode continuar a inundar um país com manufaturados, a não ser que se permita que esse país forneça algum produto em troca (MARX E ENGELS, 1972: 52).

Nesse caso, a exportação de capital atendeu a um propósito diferente do simples empréstimo de recursos financeiros para financiar a importação de manufaturados. Exportou-se o capital à Índia para fomentar a produção de mercadorias que poderiam, por meio do comércio exterior, proporcionar os recursos para pagar os bens que estavam sendo importados da Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha precisou desenvolver, na Índia, a produção de mercadorias para trocas, tendo por objetivo conservar a Índia como mercado importante.

O mesmo tipo de lógica, funcionando em condições diferentes, aplica-se no desenvolvimento de colônias mediante o assentamento. Nesse caso, Marx insiste em fazer uma distinção:

Há as colônias propriamente ditas, como os Estados Unidos, a Austrália etc. Nesse caso, a massa de colonos rurais, embora traga consigo uma maior ou menor quantidade de capital da terra natal, não é *capitalista*, nem exerce a produção *capitalista*. São camponeses que trabalham por conta própria e cujo objetivo principal é, em primeiro lugar, produzir sua própria subsistência [...] No segundo tipo de colônias – baseadas em monoculturas –, em que as especulações comerciais se apresentam desde o início e a produção se destina ao mercado mundial, dá-se o modo capitalista de produção, embora apenas no sentido formal, já que a escravidão dos negros impossibilita o trabalho livre e assalariado, que é a base da produção capitalista. No entanto, o negócio em que se usam escravos é dirigido por capitalistas (MARX, 1969b: 302-3).

As colônias do segundo tipo oferecem perspectiva de grandes lucros por causa do alto grau de exploração, do baixo preço das coisas necessárias para a vida, e, em geral, da elevada produtividade natural. O capital talvez se dirija para tais colônias e, no processo, reduza-se ali o lucro excessivo, mas, no mesmo processo, a margem média de lucro aumentará (MARX, 1969b: 436-7). Há ali um incentivo positivo para a exportação de capital:

Se o capital é enviado para o exterior, isso não se faz pelo fato de que esse capital não possa ser aplicado no país de origem, mas porque esse capital pode ser aplicado com maior margem de lucro em um país estrangeiro (MARX, 1967, vol. 3: 256).

Naturalmente, com mobilidade integral, a margem de lucro se equalizará no fim, embora num nível médio maior do que antes. No entanto, as colônias do segundo tipo ainda são vantajosas, pois permitem a importação de matérias-primas baratas com base num nível maior de exploração (que pressupõe, a propósito, certas imobilidades para a força de trabalho, tal como as impostas pela escravidão).

As colônias do primeiro tipo existem numa relação muito diferente com respeito ao modo capitalista de produção:

Ali, o regime capitalista choca-se contra a resistência do produtor, que, enquanto dono de suas próprias condições de trabalho, usa o trabalho para enriquecer a si mesmo em vez do capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se manifesta ali numa luta entre eles. Onde o capitalista tem atrás de si o poder da mãe-pátria, ele procura limpar, pela força, o caminho dos modos de produção e apropriação, baseado no trabalho independente do produtor (MARX, 1967, vol. 1: 765).

As colônias constituídas por pequenos produtores independentes, que negociam algum excedente no mercado, caracterizam-se normalmente pela escassez de mão-de-obra e pelo alto nível salarial, nada atraentes para a forma capitalista de exploração (esse é particularmente o caso onde há abundância de terra livre para assentamento). A produção de mercadorias não existe no sentido capitalista integral. As formas coloniais desse tipo talvez sejam resistentes à penetração do modo capitalista de produção exatamente como as sociedades não-capitalistas tradicionais e estabelecidas há muito tempo. No entanto, como tais colônias não-capitalistas são criadas pelo desmembramento de populações excedentes e por pequenos volumes de capital dos centros de acumulação, e, como também criam mercados para a produção capitalista, são consideradas tanto resultado da acumulação passada como condição para acumulação adicional de capital. Os Estados Unidos anteriores à Guerra Civil, por exemplo, proporcionaram um mercado importante, largamente não-capitalista, para a venda de mercadorias produzidas sob as relações sociais capitalistas da Grã-Bretanha.

O estágio final da penetração capitalista é o que surge com a organização da produção junto a linhas capitalistas. Em 1867, Marx percebeu que os Estados Unidos se transformava, passando de um sistema de produção independente, largamente não-

capitalista, a um novo centro de acumulação de capital. “A produção capitalista avança ali a passos de gigante, ainda que a redução dos salários e a dependência do trabalhador assalariado ainda estejam longe de caírem ao nível europeu” (MARX, 1967, vol. 1: 773). Marx esperava uma transformação similar na Índia:

Uma vez que se introduz maquinário no sistema de locomoção de um país detentor de ferro e carvão, torna-se impossível impedir esse país de fabricá-lo. Em um país imenso, não se consegue manter uma rede de ferrovias sem a adoção de todos os processos industriais necessários para satisfazer as necessidades imediatas e correntes do sistema de locomoção ferroviária, e fora daí deve florescer o emprego de maquinário nos setores industriais não imediatamente ligados às estradas de ferro. Na Índia, o sistema ferroviário se tornará, portanto, o precursor da indústria moderna [...] [que] dissolverá as divisões hereditárias de trabalho em que se apóiam as castas indianas, obstáculos decisivos para o progresso indiano e o poder indiano [...] O período burguês da história cria a base material do novo mundo [...] A indústria e o comércio burgueses criam as condições materiais do novo mundo, como as revoluções geológicas criaram a superfície da terra (MARX E ENGELS, 1972: 85-7).

Tal transformação não ocorreu na Índia, mas se deu nos Estados Unidos. No caso indiano, a predição incorreta não tem maior significado em relação à validade da teoria marxista da acumulação sob o modo capitalista de produção. A teoria afirma que o capitalismo se destina a se expandir por meio tanto da intensificação dos relacionamentos nos centros capitalistas de produção, como da expansão geográfica desses relacionamentos no espaço. A teoria não pretende prever onde, quando e exatamente como essas intensificações e expansões geográficas ocorrerão; as expansões são assunto para análises históricas concretas. No caso da Índia, a predição incorreta de Marx foi uma falha da análise histórica e não da teoria.

No entanto, se isso ocorre, também há boas razões *teóricas* para supor que o sistema capitalista de *produção* não poderia e nem pode se tornar universal em seu alcance. Isso exigiria a equalização dos lucros, por meio da competição, numa escala global. Em primeiro lugar, claro que há todos os tipos de barreiras a serem superadas antes que tal equalização nas margens de lucros possa ocorrer. Teríamos de pressupor a mobilidade completa do capital e do trabalho (MARX, 1967, vol. 3: 196), e ações institucionais adequadas (livre comércio, moeda universal, sistema de crédito, “a abolição de todas as leis que impedem os trabalhadores de se transferirem de uma esfera a outra da produção, e de uma localidade a outra”, e assim por diante). Sob o capitalismo, sempre há tendências impulsoras para essas direções. Por exemplo:

É só o comércio exterior, o desenvolvimento do mercado para o mercado mundial, que faz a moeda se tornar moeda mundial, e o trabalho abstrato, trabalho social. A riqueza, o valor e a moeda abstratos – portanto, trabalho abstrato – desenvolvem-se conforme o trabalho concreto torna-se uma totalidade de diversos modos de trabalho que abrangem o mercado mundial. A produção capitalista se baseia no valor ou na transformação do trabalho contido no produto em trabalho social. Contudo, isso só se torna possível com base no comércio exterior e no mercado mundial. Isso é, ao mesmo tempo, a condição prévia e o resultado da produção capitalista (MARX, 1972: 253).

A tendência do capitalismo, portanto, é estabelecer um conjunto universal de valores, baseado no “trabalho social abstrato”, definido numa escala global. Do mesmo modo, essa é a tendência da exportação de capital de equalizar a margem de lucro sobre uma escala global. O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações sociais capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, e em todo o mundo.

Contudo, as diversas composições orgânicas do capital entre países; as diversas produtividades do trabalho, de acordo a diferenças naturais; a definição diferente de “necessidades”, segundo a situação natural e cultural; significam que essas equalizações não serão acompanhadas por uma equalização na taxa de exploração entre os países (MARX, 1967, vol. 3: 150-1). Portanto, “os países favorecidos recuperam mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excesso seja embolsado, como em qualquer troca entre capital e trabalho, por uma determinada classe” (MARX, 1967, vol. 3: 238). Em seguida, Marx observa que:

Nesse caso, a lei do valor passa por uma modificação fundamental. O relacionamento entre os dias de trabalho de diferentes países talvez seja similar ao relacionamento existente entre trabalho complexo e qualificado e trabalho simples e não-qualificado em um país. Nesse caso, o país mais rico explora o mais pobre, mesmo onde esse último ganha com a troca (MARX, 1972: 105-6).

Esses são os tipos de “fatores especiais” que transformam o comércio exterior num assunto muito complexo, que gera determinadas peculiaridades relativas ao comércio entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (MARX, 1972: 474-5), e que impedem qualquer “nivelamento [direto] de valores pelo tempo de trabalho e mesmo o nivelamento dos preços de custo por uma margem geral de lucro” entre

diferentes países (MARX, 1972: 201). Esses tipos de fatores são considerados por Emmanuel (1972) em sua análise do imperialismo como “troca desigual”.

Essas complexidades não se originam do fracasso do desenvolvimento capitalista em superar as barreiras sociais e culturais à sua penetração (embora essas barreiras possam ser muitíssimo resistentes). Elas se originam, isso sim, do caráter inerentemente contraditório (e, por isso, imperfeito) do próprio modo capitalista de produção. Devem ser interpretadas, portanto, como manifestações globais das contradições internas do capitalismo. Subjacente a todas essas manifestações, está o fato de que o capitalismo, no fim, torna-se a maior barreira contra seu próprio desenvolvimento. Vamos considerar como isso se manifesta no cenário mundial.

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções). Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A estagnação se imporia, acompanhada por toda uma gama de problemas econômicos e sociais. Começariam a ser sentidos freios internos dentro do modo capitalista de produção, especialmente na esfera da competição:

Enquanto o capital for frágil, se apoiará nas muletas dos modos passados de produção ou naqueles que acontecerão com sua ascensão. Assim que se sentir forte, jogará fora as muletas e caminhará conforme suas próprias leis. Logo que começar a perceber e tomar consciência de si mesmo como barreira para seu desenvolvimento, procurará refúgio em formas que, ao restringir a livre competição, parecerão tornar mais perfeita a regulamentação sobre o capital, mas essas formas são, ao mesmo tempo, os arautos de sua dissolução e da dissolução do modo de produção que se apóia nelas (MARX, 1973: 651).

Alguns comentários sobre a teoria do imperialismo

Marx nunca propôs uma teoria do imperialismo. Em suas observações sobre relações de transporte, teoria da localização e comércio exterior, ele, no entanto, indica claramente que tinha em mente algum tipo de teoria geral da

acumulação de capital numa escala geográfica expansível e intensificada. Nas duas seções precedentes, já esboçamos alguns dos principais aspectos da teoria geral, até onde essa foi articulada por Marx.

Evidentemente, a teoria do imperialismo que emergiu pós-Marx contribui para o entendimento dessa teoria geral e, portanto, para o entendimento das maneiras pelas quais o capitalismo cria espaços novos para a acumulação. Porém, o problema é que não há apenas uma única teoria do imperialismo, mas todo um conjunto de representações sobre o assunto: marxistas, neomarxistas, keynesianas, neoclássicas etc. Além disso, há diversas divergências e diferenças dentro de cada escola (BARRATT BROWN, 1974, apresenta um panorama geral). Vou me limitar a alguns comentários genéricos.

Afirma-se geralmente que o problema para os marxistas e neomarxistas é derivar uma teoria do imperialismo a partir de Marx. Concorda-se usualmente que ninguém ainda conseguiu fazer isso, embora muitos tenham tentado. Há uma explicação relativamente simples para esse estado das coisas. Marx elaborou a teoria da acumulação para o modo capitalista de produção num estado “puro”, sem referência a qualquer situação histórica específica. Nessa base, como vimos, ele demonstra a necessidade da intensificação e da expansão como concomitantes da acumulação. A teoria do imperialismo, como habitualmente concebida na literatura, é, à guisa de contraste, uma teoria da história. É usada para explicar o desenvolvimento histórico das formações sociais capitalistas no cenário mundial. Trata do modo pelo qual as forças conflitantes e os interesses de classe se relacionam em situações históricas específicas, determina as conseqüências por meio de suas interações e, assim, fixa as condições prévias para o próximo estágio na evolução das formações sociais capitalistas. Marx nunca elaborou tal teoria histórica, embora haja alguma evidência de que pretendeu fazer isso em livros não escritos sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial (MARX E ENGELS, 1955: 112-3).

Evidentemente, a teoria marxista do modo capitalista de produção não pode ser usada de maneira direta como base para derivação de uma teoria do imperialismo historicamente específica. No entanto, como vimos na seção precedente sobre comércio exterior, os *insights* teóricos de Marx cruzam com as análises históricas em determinados pontos. Além disso, a crucial influência mediadora, ignorada pela maioria dos autores sobre o imperialismo, é a tendência necessária para superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo; tendências que Marx deriva diretamente da teoria da acumulação. As teorias de Marx sobre relações de transporte, localização e concentração geográfica, que expandem as esferas da realização – em resumo, a teoria geral da acumulação numa escala geográfica expansível e intensificada –, de fato, abrangem a própria teoria do

imperialismo de Marx (embora ele não a tenha denominado de tal modo). Como a maioria dos autores ignora essa teoria geral presente em Marx, pareceria que isso nos fornece o elo perdido entre a teoria da acumulação de Marx e as diversas teorias do imperialismo formuladas desde então.

No entanto, mesmo aqui não podemos fazer derivações diretas. A teoria geral de Marx fala da necessidade de expandir e intensificar geograficamente. Porém, não fala exatamente como, quando ou onde. Considerando a interseção desses argumentos genéricos com análises históricas concretas, seremos capazes de identificar a lógica subjacente ditada pela acumulação de capital em ação. No entanto, a lógica subjacente não determina e, na realidade, não pode determinar exclusivamente as conseqüências. Essas conseqüências precisam ser entendidas em termos do equilíbrio de forças – econômicas, sociais, políticas, ideológicas, concorrentes, legais, militares etc. – por meio das quais os grupos de interesse e as classes se conscientizam da lógica subjacente contraditória e procuram mediante suas ações “decidir pela luta” em relação a algum tipo de resolução (comparar MARX, 1970: 21). Especificar as relações entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria do imperialismo, como são usualmente elaboradas, impõe, portanto, uma dupla dificuldade. Temos de especificar como a “lógica interna” do modo capitalista de produção, abstratamente concebida, relaciona-se com as realidades concretas – ou seja, as formas fenomenais – do processo histórico. Além disso, também temos de levar em consideração a influência mediadora das estruturas políticas, ideológicas, militares e outras, que, embora devam ser organizadas de modo coerente em relação ao curso da acumulação de capital, não são determinadas unicamente por isso.

A maioria das análises do imperialismo começa, de fato, a partir da análise de situações históricas reais. Isso é especialmente verdadeiro na obra de autores do Terceiro Mundo, como Fanon (1967), Amin (1973) e Frank (1969), cujo ponto de partida é a experiência de dominação e exploração pelos países capitalistas avançados. Essa experiência se projeta então na estrutura marxista para o entendimento da exploração em geral. A conseqüência disso é a variedade de representações da teoria marxista do imperialismo. Cada representação talvez seja correta para seu lugar e tempo, mas cada uma acaba considerando apenas uma ou duas facetas da própria teoria da acumulação de capital de Marx como suporte. Por ilação, e algumas vezes explicitamente, sugere-se que outras facetas da teoria da acumulação de Marx são irrelevantes ou incorretas.

Luxemburg (1968) é um caso excelente a esse respeito. Ela começa sua análise com uma crítica concentrada nos esquemas de reprodução de Marx, descritos no volume dois de *O capital*. Reagindo com muito vigor contra a idéia ali contida, de que a acumulação capitalista pode prosseguir eternamente, Luxemburg tenta

mostrar que Marx não conseguiu demonstrar de onde viria a demanda efetiva por mercadorias para sustentar a acumulação. A própria solução de Luxemburg afirma que a demanda efetiva tem de ser encontrada fora do sistema capitalista, em formações econômicas pré-capitalistas. O imperialismo explica-se como “a expressão política da acumulação de capital em sua luta competitiva para o que ainda permanece aberto em relação ao ambiente não-capitalista” (LUXEMBURG, 1968: 446). Como evidência, Luxemburg reúne descrições da penetração violenta em sociedades não-capitalistas, como a chinesa, por capitalistas em busca de mercado, assim como descrições das muitas rivalidades imperialistas entre as potências capitalistas de todo o mundo.

O argumento de Luxemburg é, em muitos aspectos, tão atraente quanto brilhante. Mas sua análise equivale a um desenvolvimento unilateral em relação a Marx. A objeção não é que ela esteja errada; na realidade, já vimos que o desenvolvimento capitalista talvez se torne contingente com respeito a outros modos de produção, que a penetração nas sociedades não-capitalistas e sua ruptura estão envolvidos pelo imperativo de “derrubar barreiras espaciais” e “que a violência, fazendo uso do poder do Estado, pode facilmente ser empregada”. A objeção é que Luxemburg enxerga as conseqüências do imperativo relativo à acumulação *apenas* nesses termos. Ela ignora os outros meios pelos quais o capitalismo é capaz de criar espaços novos para a acumulação.

Se lida como tratado teórico sobre o que deverá acontecer se forem bloqueados todos os outros meios para a criação de espaço novo para a acumulação, a obra de Luxemburg é uma exposição brilhante. Se lida como documentação a respeito de como a lógica da acumulação capitalista sustenta a penetração e ruptura das sociedades não-capitalistas, a obra é atraente. No entanto, se lida como derivação da necessidade da correção dos erros de Marx em sua especificação da reprodução capitalista relativamente ao imperialismo, a obra de Luxemburg é tão errônea quanto mal concebida. No entanto, apresentar a crítica desse modo não quer dizer que os processos para os quais Luxemburg chama a atenção talvez não se tornem, num determinado estágio da história capitalista, vitais para a perpetuação da ordem capitalista. Quer isso ocorra ou não, depende da capacidade do sistema capitalista de criar espaço novo para a acumulação por outros meios.

Nas obras de Baran (1957) e Frank (1969), a representação do imperialismo pode ser considerada de modo similar. É claramente inferida da teoria da localização de Marx a idéia da emergência de uma estrutura geral de relações centro-periferia na produção e na troca, enquanto a derrubada das barreiras espaciais em função da troca talvez crie dependência e “transforme as coisas necessárias em luxos” para a economia recém-introduzida no metabolismo da troca. Na obra de Baran e Frank, esses tipos de relacionamentos são analisados em detalhes, e podem ser, relativa e facilmente, integrados

na estrutura marxista ao se projetar a lógica da acumulação numa situação histórica real. Portanto, Baran e Frank se apóiam sobre uma sólida base teórica quando afirmam que o atraso e o subdesenvolvimento podem e devem ser produzidos e perpetuados pela penetração das relações sociais capitalistas nas economias não-capitalistas. Eles também talvez se apóiem sobre uma sólida base factual quando afirmam ser esse o relacionamento genérico existente entre o Terceiro Mundo e os centros metropolitanos da acumulação. No entanto, como no caso da obra de Luxemburg, a análise deve ser considerada um desenvolvimento unilateral da teoria da acumulação de Marx. Seria tão errôneo quanto mal concebido considerar esse desenvolvimento uma correção ou uma derivação única de Marx. O espaço novo para a acumulação é capaz de ser criado por meio de diversas estratégias em situações históricas reais. Quer seja ou não possível uma diferente estrutura de relações em relação à investigada por Baran e Frank, *não* depende da teoria, mas das possibilidades contidas em situações históricas reais.

Claro que a contribuição de Lenin à teoria marxista do imperialismo é fundamental. Além disso, em alguns aspectos, é a mais interessante, com respeito tanto ao seu conteúdo quanto ao seu método. Lenin não tentou derivar da teoria de Marx. Ele considerou o fenômeno do imperialismo como algo a ser revelado a partir da análise materialista histórica. Especificamente, ele queria explicar a guerra de 1914-18 como uma guerra imperialista “para a divisão do mundo, para a partição e repartição das colônias e esferas de influência do capital financeiro etc.” (LENIN, 1963: 673). O método é, portanto, histórico, e Lenin utiliza o termo “imperialismo” para descrever as características gerais da forma fenomenal assumida pelo capitalismo durante um estágio específico do seu desenvolvimento, particularmente, durante o final do século XIX e o início do século XX. Nisso, Lenin se baseou muitíssimo na obra de Hobson (1938), um não-marxista. No entanto, Lenin também procura revelar “a essência econômica do imperialismo” e relacionar o entendimento da forma fenomenal do imperialismo aos *insights* teóricos de Marx sobre a natureza do modo capitalista de produção.

No estágio imperialista do seu desenvolvimento, a forma fenomenal do capitalismo é resumida em termos de cinco aspectos básicos:

- (1) concentração da produção e do capital desenvolvida em altíssimo grau, criando monopólios que desempenham papel decisivo na vida econômica;
- (2) fusão do capital bancário com o capital industrial, e criação, com base nesse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira;
- (3) exportação de capital como distinta da exportação de mercadorias adquire grande importância;
- (4) formação de associações monopolistas internacionais, que dividem o mundo entre si, e
- (5) conclusão da divisão territorial de todo o mundo entre as grandes potências capitalistas (LENIN, 1963: 737).

A tendência à concentração e à centralização do capital, na análise de Marx, integra o processo geral de acumulação (MARX, 1967, vol. 1, cap. 25). A concentração física da produção para obtenção de economias de escala num sentido localizacional, também segundo a teoria de Marx, corre paralelamente à centralização crescente do capital. Lenin também baseia, na teoria de Marx, a lógica da exportação de capital. Ele refuta o argumento de que o capitalismo é sempre capaz de alcançar um desenvolvimento idêntico em todas as esferas de produção ou pode aliviar a miséria da maioria dos trabalhadores:

Se o capitalismo fizer essas coisas não seria capitalismo, pois tanto o desenvolvimento desigual como o nível de semi-inanição das massas são condições essenciais e inevitáveis, e constituem as premissas desse modo de produção. Enquanto o capitalismo continuar sendo o que é, o capital excedente não será usado para elevar o padrão de vida das massas num determinado país, pois isso significaria uma redução nos lucros dos capitalistas, mas será usado com a finalidade de obtenção de lucros crescentes por meio da exportação de capitais a países atrasados. Nos países atrasados, os lucros são habitualmente elevados, pois o capital é escasso, o preço da terra é relativamente baixo, os salários são baixos, as matérias-primas são baratas [...] A exportação de capitais influencia e acelera muito o desenvolvimento capitalista nos países aos quais é exportado. Até certo ponto, a exportação de capitais talvez tenda a refrear o desenvolvimento nos países exportadores de capitais, só podendo fazer isso por meio da expansão e aprofundamento do desenvolvimento adicional do capitalismo em todo o mundo (LENIN, 1963: 716-8).

Nesse caso, Lenin enfatiza certas possibilidades contidas na teoria marxista da acumulação de capital ao ser projetada numa situação histórica real. Evidentemente, ele não exclui o desenvolvimento da produção capitalista em novos centros, embora a divisão do mundo em esferas de influência, com centros de acumulação e esferas de realização, seja considerada uma racionalização “administrada”, conduzida pelo capitalismo financeiro mediante manipulações políticas relativamente ao inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo. No entanto, Lenin também afirma que o imperialismo

pode e deve ser definido de modo diferente se não levarmos em consideração apenas conceitos básica e puramente econômicos [...] mas também o lugar histórico desse estágio do capitalismo em relação ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas principais tendências no movimento da classe trabalhadora (1963: 737).

O imperialismo, portanto, possui o efeito de “exportar” algumas das tensões criadas pela luta de classes dentro dos centros de acumulação para as áreas periféricas. Os “superlucros” da exploração imperialista tornam “possível subornar os líderes dos trabalhadores e a camada superior da aristocracia dos trabalhadores. É exatamente isso que estão fazendo os capitalistas dos países “avançados” (1963: 677). Esse último aspecto do imperialismo tem de ser considerado resultado conjunto do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo numa escala mundial e o correspondente desenvolvimento desigual da luta de classes. O capital se torna móvel para escapar das conseqüências da luta de classes travada num lugar e tempo específicos, ou então o capital repatria superlucros para subornar a força de trabalho doméstica com melhorias materiais. Em ambos os casos, deve ocorrer a expansão geográfica do desenvolvimento.

Lenin mescla análise histórica concreta, fundada nos princípios do materialismo histórico, com alguns *insights* fundamentais da teoria de Marx. A análise da teoria de Lenin deve se basear, portanto, numa avaliação da sua exatidão histórica e numa apreciação crítica da maneira pela qual a teoria marxista cruza com os materiais históricos. Em relação ao primeiro aspecto, há motivos para supor que a dependência de Lenin em Hobson e Hilferding o levou a certos erros factuais. Quanto ao segundo aspecto, Lenin, como a maioria dos outros autores sobre o imperialismo, desenvolve a teoria geral de Marx de modo unilateral e não de modo abrangente. Em conseqüência, a ligação com a teoria da acumulação capitalista é, em parte, obscurecida pela perspectiva.

Em geral, o problema com a teoria marxista do imperialismo é que ela se tornou uma teoria “em si mesma”, divorciada da teoria da acumulação de capital de Marx. Em conseqüência, o argumento sobre o que é o imperialismo se degenerou num argumento sobre quais dos diversos princípios rivais devem ser utilizados para defini-lo. O desenvolvimento de mercados estrangeiros? A obtenção de matérias-primas mais baratas? A busca de uma força de trabalho mais facilmente explorada e mais submissa? A acumulação primitiva à custa de sociedades não-capitalistas? A fraude por meio da troca? A necessidade de exportar capital para estabelecer novos centros de acumulação associados à indústria? A concentração da mais-valia numa base localizada? A manifestação do poder monopolista, expressa por meio da organização política de um sistema de Estados-Nações? O capital financeiro operando mediante as empresas multinacionais e a cooptação governamental? Simplesmente, a divisão internacional do trabalho? A combinação específica de algumas das manifestações acima mencionadas? De acordo com a teoria geral de Marx, todas as manifestações acima mencionadas são possíveis e nenhum delas deve ser excluída. Portanto, é tarefa da análise histórica criteriosa a descoberta de quais dessas manifestações é dominante em um estágio particular do desenvolvimento das formações sociais capitalistas. A teoria geral de Marx não pretende prever formas e manifestações

específicas. Tudo o que quer é revelar o imperativo subjacente, contido no sistema capitalista, relativo à acumulação de capital e à realização disso, necessariamente, numa escala geográfica expansível e intensificada.

Isso não quer dizer que seja impossível a análise teórica dessas diversas manifestações em relação à acumulação de capital. Na realidade, nesse caso, muito pode ser feito. Além disso, também podemos fazer uma aposta. A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação *pelos meios mais fáceis*. O caminho da acumulação capitalista seguirá *por onde a resistência for mais fraca*. É tarefa das análises histórica e teórica identificar esses pontos de menor resistência, de maior fragilidade. Certa vez, Lenin aconselhou todos os movimentos revolucionários a procurar o elo mais frágil no capitalismo. Ironicamente, o capitalismo consegue, por tentativa e erro, além de pressão constante, descobrir os elos mais frágeis das forças contrárias à acumulação ininterrupta, e se aproveita desses elos para abrir campo novo para a burguesia cumprir sua missão histórica: a acumulação de capital.

A teoria da acumulação de capital de Marx numa escala geográfica expansível como um todo

Numa escala geográfica expansível, a teoria da acumulação de capital de Marx é complexa. Aprofundamo-nos em Marx para tentar descobrir em seus escritos alguns dos seus componentes básicos. No entanto, para serem devidamente avaliados, esses componentes têm de ser vistos tanto entre si como em relação aos diversos modelos delineados por Marx para entender a produção, a troca e a realização capitalista enquanto totalidade. Nos *Grundrisse* (1973: 407-10), em uma esplêndida passagem, Marx fornece uma espécie de “esboço geral” da sua teoria geral:

A criação, pelo capital, da *mais-valia absoluta* [...] depende da expansão – especificamente da expansão constante – da esfera da circulação [...] A condição prévia da produção com base no capital é, portanto, *a produção de uma esfera constantemente maior de circulação*. Desse modo, como o capital possui a tendência, por um lado, de sempre criar mais trabalho excedente, ele possui a tendência complementar de criar mais pontos de troca.

A partir disso, claro que podemos derivar “a tendência de criar o mercado mundial, [que] fica diretamente determinado no conceito do próprio capital”, e a necessidade, inicialmente pelo menos, “de subjugar cada momento da própria produção em relação à troca, e de suspender a produção de valores diretos de uso não participantes da troca”. Então, Marx continua e afirma:

A produção da *mais-valia relativa* [...] exige a produção de consumo novo; exige que o círculo do consumo dentro da circulação se expanda, como fez anteriormente o círculo da produção. Inicialmente, a expansão quantitativa do consumo existente; em segundo lugar, a criação de novas necessidades, propagando as necessidades existentes num círculo maior; em terceiro lugar, a produção de *novas* necessidades, e a descoberta e a criação de novos valores de uso.

Como consequência dessas tendências de expansão, o capitalismo cria

um sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas [...] Por isso, a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um estágio da sociedade em comparação ao qual todos os estágios anteriores parecem como meros *desenvolvimentos locais* da humanidade e como mera *idolatria da natureza*. Pela primeira vez, a natureza se tornou objeto para a humanidade, simplesmente uma matéria de utilidade [...] De acordo com essa tendência, o capital se impulsiona além das barreiras nacionais, e prejudica a adoração da natureza, assim como todas satisfações tradicionais, limitadas, incrustadas das necessidades ao alcance, e as reproduções dos antigos estilos de vida. É destrutivo em relação a tudo isso, e, constantemente, revoluciona tudo isso, derrubando todas as barreiras que cercam o desenvolvimento das forças de produção, a expansão das necessidades, o desenvolvimento multifacetado da produção, e a exploração e a troca das forças naturais e mentais [...]

No entanto [...] como cada uma dessas barreiras contradiz seu caráter, sua produção se move em contradições, constantemente superadas, mas também constantemente postuladas. Além disso, a universalidade que se esforça muito por obter encontra barreiras em sua própria natureza, que, em determinado estágio do seu desenvolvimento, possibilitará que seja identificada como sendo a própria e maior barreira em relação a essa tendência, e, por isso, se encaminhará para sua própria supressão.

O esboço de Marx não incorpora todos os elementos que identificamos nesse ensaio, mas transmite uma sensação do que tínhamos em mente ao elaborar uma teoria da acumulação numa escala geográfica expansível. Evidentemente, o impulso para a acumulação está no centro da teoria. O impulso se expressa, principalmente, no processo produtivo, por meio da criação da *mais-valia absoluta e relativa*. No entanto, a criação de valor depende da capacidade de realizá-la através

da circulação. O insucesso da realização de valor significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção. Portanto, se a esfera da circulação não se expande, a acumulação pára. O capital – Marx nunca cansa de enfatizar – não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação. Marx ajuda a entender esses processos teoricamente. No entanto, no fim, temos de fazer essa teoria se relacionar com situações existentes na estrutura das relações sociais capitalistas desse momento da história. Precisamos obter uma interseção entre as abstrações teóricas, por um lado, e as investigações materialistas das configurações históricas reais, por outro. Elaborar e reelaborar a teoria da acumulação de Marx, como totalidade, numa escala geográfica expansível, requer essa interseção. De fato, temos de derivar a teoria do imperialismo da teoria da acumulação de Marx. Porém, para fazer isso, precisamos nos mover com cuidado através das etapas intermediárias. Segundo o próprio de Marx, parece que as etapas intermediárias principais abrangem a teoria da localização e a análise dos investimentos fixos e imobilizados, e a criação obrigatória da paisagem geográfica para facilitar a acumulação através da produção e da circulação. No entanto, as etapas da teoria da acumulação para a teoria do imperialismo, ou mais geralmente para a teoria da história, não são simples derivações mecânicas, pois, seguindo esse caminho, temos também de realizar a transformação do geral para o concreto, que abrangeu o impulso básico da obra inacabada de Marx. Em suma, temos de aprender a completar o projeto que Marx sublinha no início do volume três de *O capital*: devemos apresentar um entendimento sintético dos processos de produção e de circulação sob o capitalismo, relacionando-os com a história capitalista, e “desse modo, abordar, passo a passo, a forma que esses processos assumem na superfície da sociedade”.

CAPÍTULO III

A TEORIA MARXISTA DO ESTADO

Publicado pela primeira vez
em *Antipode*, edição de 1976.

Observações introdutórias

O artigo de Larry Wolf (1976) suscita diversas questões sobre o papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico capitalista. Algumas das questões são práticas e dizem respeito a como e de que maneira pode-se antecipar a intervenção do Estado na economia norte-americana nos próximos anos. Como na década de 1930, outra época de problemas econômicos, cogita-se significativamente sobre a possibilidade de um planejamento econômico nacional centralizado (junto com um retorno mais enérgico às “puras forças do mercado”), como meio de racionalizar uma ordem econômica que, evidentemente, desequilibrou-se e esteve, talvez, perigosamente próxima – o quão próxima provavelmente nunca saberemos – de ficar totalmente desconjuntada. De modo muito apropriado, Wolf considera o movimento rumo ao planejamento econômico nacional como criador de novas oportunidades, assim como gerador de novos problemas para a esquerda radical. Também de modo muito apropriado, ele afirma que a maneira pela qual o movimento for feito terá efeito sobre os resultados. No entanto, a questão talvez seja mais complexa do que isso. Em virtude da atual estrutura de poder, não estou tão confiante quanto aos possíveis resultados como está Wolf. Considero que estou assistindo a uma reprise de um filme exaurido da década de 1930, com sombras da década de 1890, com objetivos como “justiça social” e “conservação” sendo gradualmente convertidos em objetivos de eficiência e racionalidade do mercado, com um toque de muito socialismo para os ricos, auxílio financeiro para empresas e instituições financeiras pouco sólidas etc. Em cada uma dessas duas décadas, um sopro de formulação de política econômica nacional rapidamente se misturou à pressão pela racionalização do sistema de mercado, criando os mesmos problemas para os quais foi idealizada a pôr fim; porém, num plano superior e numa forma mais concentrada a longo prazo.

No entanto, algumas das questões suscitadas por Wolf são teóricas, e dizem respeito à formulação duma estrutura conceitual adequada para se refletir

sobre o intervencionismo do Estado em geral. Ao longo dessas observações, Wolf mostra cautela em relação aos “marxistas dogmáticos”, e aos que reduzem o Estado a uma forma “simplesmente superestrutural”, a uma mera manifestação da “base econômica”. Embora os marxistas não ignorem essas concepções, tenho a clara impressão de que as mesmas são, muitas vezes, ficções da erudição burguesa, idealizadas para desestimular as pessoas a tentar entender Marx em toda a sua complexidade. Assim, freqüentemente, vemos Marx descrito como um autor que retrata homens e mulheres como seres dominados por cálculos econômicos racionais, quando, na realidade, Marx assinala que é o modo capitalista de produção que força tal racionalidade, *contra* todas as evidências quanto ao que os seres humanos são na realidade. Vemos Marx descrito como um determinista econômico, quando, na realidade, Marx assinala que o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, sendo apenas por meio da luta, política e pessoal, que podemos obter o domínio sobre nossa existência social e física, produzindo essa liberdade. Desse modo, isso tem a ver com a análise de Marx sobre o Estado.

O ensaio a seguir (extraído de um livro que parece levar um tempo interminável para ser concluído) procura classificar algumas das questões concernentes à concepção do Estado na sociedade capitalista. Por natureza, o ensaio é abstrato e, por isso, peço desculpas aos que preferem análises “realistas” imediatas ou exposições irrefutáveis. No entanto, acredito que as questões práticas aludidas por Wolf podem apenas ser entendidas em relação a uma base conceitual e teórica adequada. Além disso, a teoria tem de ser suficientemente robusta para ajudar a entender o comportamento do Estado sob diversas circunstâncias econômicas, sociais e políticas – em outras palavras, a teoria precisa nos ajudar nos casos da Espanha, França, Grã-Bretanha, Suécia, Argentina, Chile, Portugal e assim por diante, assim como dos Estados Unidos. Por esse motivo, é necessário recorrer a um modo abstrato de análise, deixando as investigações concretas levantarem a questão de como a teoria funciona em situações históricas reais. Evidentemente, a teoria é uma mera abstração até ser posta a funcionar. O que posso dizer é que a exposição teórica a seguir foi útil quando estudei o processo de urbanização na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e que também a considere um recurso útil para refletir sobre as perspectivas relativas à ação do Estado na situação presente do desenvolvimento capitalista. Apresento o ensaio na expectativa de que outros autores talvez também o considerem útil, e como refutação e comentário parciais a respeito das observações de Wolf sobre a teoria marxista do Estado em geral.

A teoria marxista do Estado

Marx teve a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. Suas concepções sobre o Estado estão difundidas em todos os seus textos e, com a ajuda dos trabalhos mais volumosos de Engels, é possível reconstruir – como, por exemplo, fez Chang (1931) – uma versão da teoria marxista do Estado. Afora a defesa veemente de Lenin (edição de 1949) do que pode ser denominada posição marxista “ortodoxa” e das análises perceptivas de Gramsci (1971), poucos marxistas prestaram atenção ao tema até recentemente, quando as obras de Miliband (1969), Poulantzas (1973; 1975; 1976), Offe (1973), Altvater (1973), O’Connor (1973), Laclau (1975) e outros recolocaram a questão no primeiro plano da análise marxista. Recentemente, essas contribuições foram revistas por Gold, Lo e Wright (1975). Esse renascimento do interesse pelo Estado demorou muito para acontecer. Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado. No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia. Neste ensaio, tentarei apresentar a base teórica para o entendimento do papel do Estado nas sociedades capitalistas, e mostrar como o Estado desempenha, necessariamente, certas tarefas básicas mínimas no apoio do modo capitalista de produção.

A maior parte dos escritos iniciais de Marx sobre o Estado se direciona no sentido de refutar o idealismo filosófico de Hegel, mediante a elaboração da interpretação materialista do Estado como “expressão ativa, consciente e oficial [da] atual estrutura da sociedade” (MARX E ENGELS, 1974, vol. 3 (1975): 199). Em *A ideologia alemã* (MARX E ENGELS, 1970: 53-4), essa interpretação materialista do Estado se amplia para uma concepção geral, em que se considera o Estado “uma forma independente”, que surge da “contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade”. Essa contradição “sempre se baseia” na estrutura social e, em particular, “nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras”. A partir disso, segue “que todos os conflitos dentro do Estado [...] são formas meramente ilusórias, nas quais os conflitos reais das diferentes classes lutam entre si”. Muitos anos depois, em um trecho freqüentemente citado (que Lenin considerou fundamental para a ortodoxia marxista), Engels resumiu essa visão do Estado:

Assim, o Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é “a realidade da idéia moral”, “a imagem e a realidade da razão”, como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto

da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 1941: 155).

Necessariamente, o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência “independente”, para garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos (MARX E ENGELS, 1970: 54). Da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação (comparar com OLLMAN, 1971: 216). Esses diversos instrumentos de dominação – em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação – podem ser transformados, pela luta política, em instrumentos para dominação de classe. De modo sucinto, Engels resume o ponto de vista de Marx:

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era, antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital. No entanto, ocorrem períodos excepcionais – quando classes antagônicas quase se igualam em forças – em que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes (ENGELS, 1941: 157).

O uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos (MARX

E ENGELS, 1970: 106). Em parte, essa contradição se resolve pelo emprego de duas estratégias. A primeira estratégia, encarregada de expressar a vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve *parecer* independente e autônoma em seu funcionamento. Os funcionários do Estado, portanto, precisam “se apresentar como órgãos da sociedade, situados *acima* da sociedade [...] Representantes de um poder que os aparta da sociedade, obtêm prestígio por meio de decretos especiais, que os investem de santidade e inviolabilidade peculiares”. Em consequência, mesmo o “guarda da esquina” possui uma “autoridade” que outros membros da sociedade não possuem. O ato de investir funcionários públicos com essa “autoridade independente” impõe um problema adicional. Temos de explicar como o poder do Estado pode ter toda a aparência de autonomia diante das classes dominantes, ao mesmo tempo em que expressa a unidade do poder de classe dessas classes (conforme POULANTZAS, 1973: 281). A questão da “autonomia relativa” do Estado foi, em consequência, um assunto de intenso debate entre os marxistas.

A segunda estratégia para solucionar a contradição se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses de classe são capazes de ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas idéias como “idéias dominantes”. Provavelmente, esse será o caso que resulta do processo real de dominação de classe:

Toda a nova classe que se põe no lugar da classe dirigente anterior fica obrigada, para levar a cabo seu objetivo, a representar seus interesses como o interesse comum de todos os membros da sociedade [...] precisa dar a suas idéias a forma de universalidade, e representá-las como as únicas idéias racionais e universalmente válidas. A classe que promove a revolução aparece desde o início [...] não como uma classe, mas como a representante do conjunto da sociedade (MARX E ENGELS, 1970: 65-6).

Em geral, Marx e Engels sustentam que a classe dirigente “domina também como pensadora, como produtora de idéias, e regula a produção e distribuição de idéias de sua época: assim, suas idéias são as idéias dominantes da época” (MARX E ENGELS, 1970: 65).

Contudo, se essas idéias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do “interesse comum”, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. Assim, essas idéias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. O relacionamento entre as idéias dominantes

e a classe dirigente se torna opaco por uma separação e uma idealização que, por sua vez, apresenta a possibilidade de criar uma contradição adicional. Depois que a moralidade se universaliza como “verdade absoluta”, por exemplo, é possível para o Estado, e mesmo para todo o modo de produção, ser julgado imoral (consultar MARX E ENGELS, 1974, vol. 3 (1975): 108). Além disso, se o Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum, o próprio Estado pode se tornar encarnação abstrata do princípio “moral” (nacionalismo, patriotismo, fascismo, todos apelam para isso em algum grau). As conexões entre a formação da ideologia dominante, a definição do “interesse comum ilusório” na forma do Estado, e os interesses específicos reais da(s) classe(s) dirigente(s) são tão sutis como complexos. No entanto, até recentemente, e com a notável exceção dos profundos *insights* de Gramsci, os relacionamentos reais permaneceram tão opacos para análise, como são na vida cotidiana. Somos capazes de revelar a base desses relacionamentos mais facilmente, porém, ao analisar o relacionamento entre o Estado e o funcionamento do modo capitalista de produção.

A teoria do Estado em relação à teoria do modo capitalista de produção

A famosa máxima marxista de que “o Executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia” (MARX E ENGELS, 1952: 44) foi elaborada como resposta polêmica à asserção difundida e ilusória que o Estado expressava os interesses comuns de todos. No entanto, é bastante satisfatória como base para o entendimento das relações reais entre o Estado e o capitalismo. Podemos começar a desenvolver tal entendimento básico mostrando como o imperativo do Estado em relação à necessidade preenche certas funções básicas se for para o capitalismo se reproduzir como sistema contínuo.

As relações sociais de troca e de valor de troca, que se situam no centro do modo capitalista de produção, pressupõem:

1. O conceito de “pessoa jurídica” ou “pessoa física” (MARX, 1973: 243-6), ambas “pessoas” despidas de todos os laços de dependência pessoal (como aqueles característicos da época escravocrata ou feudal), e, aparentemente, “livres” para “entrar em conflito entre si e se envolverem em trocas dentro dessa liberdade” (MARX, 1973: 163-4).
2. Um sistema de direito de propriedade, que assegura que os indivíduos obtêm o domínio sobre os valores de uso apenas mediante a propriedade ou a troca.

3. Um padrão comum do valor em troca (a objetivação que é o dinheiro), de modo que envolva apenas a troca de valores equivalentes, significando que os indivíduos se abordam no mercado essencialmente como iguais, no que diz respeito à medida de troca (MARX, 1973: 241). O dinheiro é, em resumo, o grande nivelador.

4. A condição, na troca, de dependência recíproca (em oposição à dependência pessoal), resultante do fato de que “toda produção do indivíduo depende da produção [...] e do consumo de todos os outros indivíduos” (MARX, 1973: 156 e 242-5). A condição de “livre individualidade e igualdade” é, portanto, “socialmente determinada”; alcança-se “apenas nas condições aceitas pela sociedade e com os recursos fornecidos pela sociedade; daí [ela] se dedicar à reprodução dessas condições e desses recursos” (MARX, 1973: 156). A partir disso, surge a separação entre os interesses privados e as necessidades sociais; essa última se afigurando como um “poder alienígena” (o Estado) sobre o indivíduo.

Marx deriva um *insight* fundamental dessas proposições:

A igualdade e a liberdade, portanto, não são apenas respeitadas na troca com base nos valores de troca, mas, também, a troca de valores de troca é a base real produtiva para toda igualdade e liberdade. Como idéias puras, são a expressão idealizada dessa base; quando desenvolvidas em relações jurídicas, políticas e sociais, são a base para um poder superior (1973: 245).

No modo capitalista de produção, as relações de troca originam, portanto, noções específicas a respeito do “indivíduo”, da “liberdade”, da “igualdade”, dos “direitos”, da “justiça” etc. Marx observou que tais conceitos normalmente proporcionavam os brados ideológicos nos comícios de todas as revoluções burguesas. Ele foi um crítico implacável daqueles que buscavam formular uma política revolucionária da classe trabalhadora em termos de “justiça eterna” e “direitos iguais”, pois esses eram conceitos refletivos das relações sociais burguesas de troca (consultar, por exemplo, *Crítica ao programa de Gotha* [MARX, 1938]). Porém, os conceitos desse tipo são mais do que meras ferramentas ideológicas. Eles se ligam ao Estado, incrustando-se formalmente no sistema legal burguês. O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo.

Em *O capital*, Marx procura elucidar um paradoxo básico: como um sistema de troca de mercadorias com base na liberdade e igualdade pode dar origem a um resultado caracterizado pela “desigualdade e falta de liberdade” (MARX, 1973: 249; MARX, 1967, vol. 1: cap. 5 e 684). Claro que a explicação se encontra no caráter de classe das relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção, que, assim, tornou-se uma conserva da classe capitalista. Essas relações de produção e acumulação, uma vez criadas, devem, necessariamente, ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado. Deve-se garantir o direito da propriedade privada sobre as mercadorias em troca, de modo que “ninguém se apodere da propriedade do outro pela força” e de modo que “cada um renuncie à sua propriedade de modo voluntário” (MARX, 1973: 243). A força de trabalho é uma mercadoria; o que significa que também é uma forma de propriedade privada, sobre a qual o trabalhador tem direitos exclusivos de venda. O dinheiro proporciona o veículo para a acumulação; permite que o indivíduo carregue “seu poder social, assim como seu vínculo⁷ com a sociedade, em seu bolso” (MARX, 1973: 157). O capital não é nada mais do que dinheiro repostado na produção e na circulação para render mais dinheiro. Se o dinheiro representa valores reais, exige o mesmo tipo de regulação estatal da oferta e do crédito de dinheiro. Do mesmo modo, se a margem de lucro precisa ser equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade; o que significa que o Estado deve se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade. Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (MARX E ENGELS, 1970: 80). O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês,

7. No original, bond, cujo significado também pode ser fiança, garantia, caução, debênture (N. T.).

necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa *oprime* o trabalho. O corolário é, naturalmente, que os Estado burguês deve ser *destruído* para se alcançar uma sociedade sem classes.

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo.

Podemos dar um passo além em relação a esse tipo de análise. Na teoria marxista da distribuição, o excedente obtido por meio da produção capitalista se divide no lucro industrial, no juro para financiar o capital e na renda dos proprietários. A homogeneidade no interior da classe capitalista se decompõe em frações de capital potencialmente em conflito entre si. Outras fragmentações – entre o capital mercantil e o capital industrial, por exemplo – podem nascer das divisões de função dentro do sistema capitalista. Essas fragmentações conduzem a conflitos de interesse no interior da classe capitalista como um todo. As lutas faccionárias que, de vez em quando, podem se tornar muito destrutivas, são, portanto, previsíveis na classe capitalista. O Estado, nesse caso, desempenha o papel de árbitro entre esses interesses conflitantes. Nesses conflitos, o Estado precisa ser neutro, pois talvez, sob certas circunstâncias, seja assumido por uma fração do capital.

Até agora, mostramos que a análise de Marx do modo capitalista de produção pode ser equiparada, em cada etapa, a uma derivação teórica relativa a certas funções mínimas do Estado: a igualdade e a liberdade de troca devem ser preservadas, o direito da propriedade tem de ser protegido, os contratos precisam ser cumpridos, a mobilidade deve ser preservada, os aspectos “anárquicos” e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações do capital precisam ser arbitrados para o “bem comum” do capital

como um todo. No sentido exato da palavra, não podemos ir mais além do que isso na derivação de uma teoria do Estado capitalista. No entanto, é útil considerarmos dois pontos genéricos adicionais sobre o Estado sob o capitalismo, ainda que partamos de uma derivação teórica.

Em primeiro lugar, é fácil perceber que uma forma particular de Estado – que podemos chamar de democracia social burguesa – está bem aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. De modo característico, a economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, que inclui liberdade de consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo que incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado às custas do Estado e para monopolizar os meios de produção. O compromisso da democracia burguesa em relação à liberdade é, de fato, o compromisso com todos esses diferentes tipos de liberdade simultaneamente (comparar com POLANYI, 1968: 74). Também sob a democracia burguesa, a separação entre os interesses privados e as necessidades comuns, enquanto representada pelo Estado, é, normalmente, realizada pela separação entre os poderes econômico e político. O direito de propriedade privada constitui a base do poder econômico, mas, sob o sufrágio universal, os privilégios da propriedade privada são substituídos pelo poder correspondente a “uma pessoa, um voto”, que constitui a base imediata do poder político. Sob essas condições, o relacionamento entre interesses de classe economicamente concebidos e o Estado enquanto entidade política se torna especialmente nebuloso, o que, naturalmente, é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses. Nessas condições, a riqueza também precisa empregar seu poder de modo indireto. Engels afirmou que: “Faz isso de duas maneiras: pela simples corrupção dos funcionários públicos, do qual os Estados Unidos são o exemplo clássico, e pela aliança entre governo e a bolsa de valores” (1941: 1570).

Os mecanismos para dominação de classe do Estado democrático burguês são, como apontaram Gramsci (1971) e Miliband (1969), algo mais difusos e sutis do que isso. Além disso, a fragmentação do próprio Estado em instituições separadas – Miliband (1969: 50) lista, por exemplo, o governo central, a burocracia administrativa, a polícia militar, o ramo judicial, os governos subcentrais e as assembleias legislativas – dificulta que qualquer fração do capital conquiste o controle total de todos os instrumentos de dominação de classe (embora a existência de um exército permanente e de forças policiais abra o caminho para uma ditadura militar). A separação formal de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário

– presente, por exemplo, na constituição norte-americana – foi idealizada como um sistema de freios e equilíbrios, para impedir a concentração do poder político nas mãos de algum subgrupo. Tal estrutura assegura que o Estado pode atuar como árbitro efetivo entre os diversos interesses fracionários dentro da classe capitalista (a esse respeito, a teoria de pluralismo político captura um aspecto da verdade sobre as estruturas políticas burguesas).

O exame das relações entre os poderes econômico e político leva a um segundo ponto, que Gramsci procurou elucidar. A classe dirigente exerce sua hegemonia sobre o Estado por meio de um sistema político que é capaz de controlar apenas de modo indireto. No contexto da democracia burguesa, isso apresenta algumas conseqüências importantes. Para preservar sua hegemonia na esfera política, a classe dirigente talvez tenha de fazer concessões que não são de seu interesse econômico imediato. Gramsci afirma, no entanto, que “também não há dúvida de que tais sacrifícios e tais concessões não tocam no essencial”. Ele então chega a seguinte concepção básica:

O grupo dirigente se coordena, de modo concreto, com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida do Estado se concebe como um processo contínuo de formação e superação de equilíbrios instáveis (no plano jurídico) entre os interesses do grupo fundamental e os dos grupos subordinados – equilíbrios em que os interesses do grupo dirigente prevalecem, mas apenas até certo ponto, isto é, há o refreamento dos interesses econômicos limitadamente corporativos (GRAMSCI, 1971: 182).

A democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dos governados; no entanto, ao mesmo tempo, tem de expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de idéias e informações. O relacionamento entre a ideologia da classe capitalista e aquela dos administradores e burocratas também adquire grande importância (MILIBAND, 1969). Essencialmente, o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho. Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes

subordinadas. Além disso, talvez se verifique, secundariamente, o uso do poder estatal para o controle da organização do consumo, o que pode ser vantajoso para a classe capitalista a longo prazo, pois estabiliza o mercado e a acumulação. Claro que as políticas que, simultaneamente, apóiam a ideologia dominante e proporcionam benefícios materiais são duplamente apropriadas. Por exemplo, pode-se entender a política estatal relativa à posse de casa própria pela classe trabalhadora como, simultaneamente, ideológica (o princípio do direito de propriedade privada obtém apoio muito difundido) e econômica (proporcionam-se padrões mínimos de abrigo e abre-se um novo mercado para a produção capitalista).

Sob essas condições, torna-se algo ambíguo o relacionamento entre o Estado e a luta de classes; portanto, é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores. Ademais, como Gramsci assinala, “as relações internacionais se entrelaçam com as relações internas dos Estados-Nações, criando combinações novas, únicas e historicamente concretas” (1971: 182). Nesse contexto é que o papel do Estado em relação ao imperialismo se torna muito importante. Em resposta ao poder organizado dos trabalhadores dentro de suas fronteiras, um determinado Estado-Nação talvez procure exportar os piores elementos da exploração capitalista mediante a dominação imperialista de outros países. A dominação imperialista também possui outras funções: facilitação da exportação de capital, preservação de mercados, manutenção do acesso a um exército de reserva para a indústria etc. Por esses meios, um Estado-Nação talvez consiga a obediência dos elementos da classe trabalhadora dentro de suas fronteiras, à custa dos trabalhadores dos países dependentes, ao mesmo tempo em que conquista influência ideológica, disseminando noções de orgulho nacional, império e chauvinismo, que, normalmente, acompanham as políticas imperialistas (comparar com LENIN, 1949).

Para se exato, as últimas observações se aplicam ao entendimento da história real do Estado e, em particular, da social democracia burguesa, no contexto das formações sociais capitalistas. No entanto, as análises teórica e concreta têm de ser integradas em algum ponto. A relação entre troca e produção sob o capitalismo, e as características gerais do sistema político que chamamos de democracia burguesa parecem um ponto excelente para começarmos tal integração. A vantagem de uma abordagem inteiramente teórica referente ao Estado sob o modo capitalista de produção é que ajuda a distinguir, como afirmou Gramsci, entre o que é “orgânico” (necessário) e o que é “conjuntural” (acidental) em relação a uma forma específica assumida pelo Estado numa particular situação histórica. Além disso, há, claramente, a percepção de que o modo capitalista de produção e a democracia burguesa são orgânicos entre si e não estão simplesmente relacionados de modo conjuntural. Em

suas origens, ao menos, as relações entre ambos não são tão misteriosas como parecem agora. A teoria política de Locke, por exemplo, que se encontra na raiz da constituição norte-americana, e que proporciona ampla base ideológica para a maioria das formas modernas da democracia social burguesa, apresenta uma base econômica definida, como MacPherson (1962) demonstrou de modo brilhante. Não é necessário se aprofundar muito em Locke para enxergar a natureza da sua base econômica: encontra-se, por exemplo, o delineamento de uma teoria do valor em relação ao trabalho – um princípio definido, pelo qual apenas os trabalhadores têm o direito de dispor da sua força de trabalho –, a defesa do direito de propriedade, acompanhada por um imperativo moral referente ao uso do produto do trabalho para propósitos produtivos, e até o reconhecimento de que é o dinheiro que permite – o que Locke concluiu por hipótese como um “estado natural” de igualdade – ser transformado numa desigualdade moralmente justificável, via acumulação. De modo muito específico, Marx (1969a: 365-7) considerou a teoria política de Locke uma reflexão ideológica e política das manifestas necessidades da nascente sociedade capitalista.

[Locke] defendeu a nova burguesia de todos os modos, tomando partido dos industriais contra a classe trabalhadora e contra os pobres, dos comerciantes contra os usurários antiquados, da aristocracia financeira contra os governos endividados, e, em um dos seus livros, ele até demonstrou que o modo de pensar burguês era o normal dos seres humanos (MARX, 1972: 592).

Na medida em que a teoria política de Locke proporcionou a ideologia para a democracia burguesa e se incorporou nas formas superestruturais do Estado capitalista, o Estado burguês defende exatamente aqueles mesmos interesses. Embora o capitalismo possa sobreviver sob diversos arranjos políticos e institucionais de modo bastante satisfatório, parece que a democracia burguesa é o único produto das relações econômicas pressupostas nesse particular modo de produção.

O Estado na sociedade capitalista

Até agora, consideramos o Estado em abstração, relativo, em particular, ao modo capitalista de produção. Embora seja útil considerar o Estado dessa maneira, é arriscado projetar tal entendimento nas análises históricas concretas de modo não crítico. O risco reside na tendência de situar o Estado como entidade autônoma mística, ignorando as complexidades e as sutilezas do seu envolvimento com outras facetas da sociedade. Na *Crítica ao programa de Gotha* (1938: 17-8), Marx se lamenta

amargamente sobre o “uso impróprio e sedicioso” que o programa faz das palavras “Estado contemporâneo”. Marx afirma que tal concepção é mera “ficção”, pois o Estado “é diferente no império prusso-germano do que é na Suíça, é diferente na Inglaterra do que é nos Estados Unidos”. Ele prossegue e salienta, no entanto, que:

Os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas muitas diversidades de forma, todos têm isso em comum: baseiam-se na moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida de modo capitalista. Também possuem, portanto, certos aspectos essenciais em comum. Nesse sentido, é possível falar a respeito do “Estado contemporâneo” em comparação ao futuro, no qual sua raiz presente, a sociedade burguesa, terá desvanecido.

Nesse último sentido é que, até agora, consideramos o Estado em relação ao capitalismo. No entanto, quando passamos, como Marx afirmou, do abstrato e genérico para o concreto e específico, temos de adaptar nosso modo de pensar e analisar. Mesmo teoricamente é importante reconhecer que “o Estado não é uma coisa [...] como tal, não existe. O que “o Estado” representa são diversas instituições específicas, que, juntas, constituem sua realidade, e que interagem como partes do que pode ser chamado de sistema estatal” (MILIBAND, 1969: 46).

Para ser exato, Miliband está incorreto nessa designação. De fato, o Estado deveria ser visto, como o capital, como uma *relação* (OLLMAN, 1971: cap. 30) ou como um *processo*: nesse caso, um processo de exercício de poder por meio de determinados arranjos institucionais. Por exemplo, é a aplicação e o cumprimento da lei que são de real importância material e não a estrutura da lei em si. No entanto, Miliband está correto ao afirmar que o Estado é muito mais do que o exercício do poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Nisso, a estrutura específica das instituições é importante (embora não fundamental). Além disso, é útil haver algum modo de categorizar essas “instituições estatais”, ao menos para chamar a atenção para os diversos canais através dos quais o poder é capaz de ser exercido: o judiciário, o braço executivo do governo, a administração e a burocracia, o legislativo, o exército e a polícia, e assim por diante, formam diversos componentes dentro desse sistema. As fragmentações podem crescer: governo central contra governos locais, rivalidades ministeriais e estruturas hierárquicas na burocracia etc. desempenham seus papéis. Muitos desses aspectos talvez sejam inteiramente conjunturais, mas o efeito líquido da fragmentação das instituições é, provavelmente, facilitar a obtenção da “formação e superação dos equilíbrios instáveis” entre frações do capital e entre o dominante e os dominados. É

bastante surpreendente, portanto, encontrar cientistas políticos contemporâneos concentrando a atenção nos processos de troca dentro das burocracias, entre burocracias e legislaturas, ao mesmo tempo em que consideram adequado analisar a ação coletiva e a vida política em termos da racionalidade do mercado.

Nesse caso, claro que o ponto a ser enfatizado é que o Estado, como geralmente nos referimos a ele, é uma categoria abstrata, talvez apropriada para se generalizar sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder, e também para ser levada em consideração, coletivamente, na totalidade da formação social. No entanto, o Estado não é uma categoria apropriada para descrever os processos reais pelos quais se exerce o poder. Invocar a categoria “o Estado” como “força em movimento” durante as análises históricas concretas é, em resumo, envolver-se numa mistificação.

A concepção do Estado como forma superestrutural, que possui sua base num modo particular de produção (nesse caso, o capitalismo), é perfeitamente adequada para o propósito da análise teórica, mas tal concepção se mostra bastante inadequada ao ser projetada ingenuamente no estudo da história das sociedades capitalistas reais. O Estado burguês não nasce como reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser (e era) exercido através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem. Claramente, Marx não considera o Estado elemento passivo da história. No desenvolvimento inicial do capitalismo, utilizaram-se os instrumentos do Estado (na origem, alguns dos quais eram feudais) com grande repercussão. Empregou-se o poder estatal para liberar o capital industrial das taxas de juro usurárias (MARX, 1972: 468-9), proporcionando muitos dos “pré-requisitos necessários”, na forma de capital imobilizado, no ambiente construído – docas, portos, sistemas de transporte etc. (MARX, 1967, vol. 2: 233; MARX, 1973: 530-3). Além disso, usou-se o poder estatal, de modo indiscriminado, e, em muitos casos, brutalmente, para criar a relação básica entre capital e trabalho. A acumulação primitiva – o divórcio inicial do trabalho dos meios de produção e da terra – realizou-se pela força ou através da violência legalizada por via do Estado; por exemplo, os atos de cerceamento na Inglaterra (MARX, 1967, vol. 1, cap. 28). As leis trabalhistas e as diversas formas de repressão institucional trouxeram a mão-de-obra excluída para o mercado de trabalho, ajudando a impor a disciplina no trabalho, necessária para o capitalismo (MARX, 1967, vol. 1: 271). Mesmo setores produtivos completos foram organizados mediante o exercício do poder estatal nos estágios iniciais do desenvolvimento capitalista (esse foi o caso na Alemanha do século XIX, e, nos tempos modernos, epitoma-se pelo caso brasileiro).

Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação de instituições estatais, que prepararam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas. Contudo, estamos muito seduzidos pela imagem de uma base econômica (e de uma superestrutura que, meramente, reflete a base), e tendemos a pensar a respeito do Estado num papel totalmente passivo em relação à história capitalista. Em *Uma contribuição à crítica da economia política* (MARX, 1970: 21), a célebre afirmação que “mudanças na base econômica levam, mais cedo ou mais tarde, à transformação de toda a imensa superestrutura” parece particularmente enganosa se tomada em seu significado visível e aplicada ao Estado em relação à história capitalista. Mas mesmo nesse trecho Marx rapidamente se contrapõe, assinalando que é no domínio “legal, político, religioso, artístico ou filosófico” que “os homens se tornam conscientes do conflito e decidem-se pela luta”. A “base econômica” e a superestrutura se associam, existindo simultaneamente e não seqüencialmente – há uma interação dialética entre ambas. Também nos seduzimos com a idéia de que o intervencionismo do Estado é, exclusivamente, um fenômeno do capitalismo tardio (capitalismo decadente, alguns diriam). Nos primeiros anos das formações sociais capitalistas, o “capitalismo de Estado” era, de fato, muito predominante. Com o amadurecimento do capitalismo, e depois da criação de todas as instituições estatais necessárias, da redação das leis, das interpretações da lei estabelecidas por precedentes jurisprudenciais, a questão do Estado pareceu se desvanecer num segundo plano, simplesmente porque a questão das relações sociais burguesas virou moda. De fato, talvez haja um movimento na direção da privatização das funções públicas. No entanto, o movimento na direção do *laissez-faire* sempre foi mais ideológico do que real. Simplesmente, corresponde à insistência de que se deve permitir que certas funções do mercado funcionem com liberdade. Na Grã-Bretanha do século XIX, era mais fácil demandar livre comércio, quando o país era o centro da acumulação de capital e possuía capacidade industrial para dominar o mercado mundial. No entanto, mesmo no auge do *laissez-faire*, qualquer desafio à relação básica entre capital e trabalho sofria coerção e repressão, como o movimento trabalhista britânico rapidamente descobriu nos anos da agitação cartista.⁸ É bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido.

8. O cartismo foi um movimento político reformista, ativo, na Inglaterra, nas décadas de 1830 e 1840. Exigia mudanças consideradas muito radicais para a época, como a concessão, a todos os homens, do direito de voto e de se tornarem membros do Parlamento. Alguns cartistas foram enviados para prisões na Austrália como punição (N. T.).

A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos, precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo. Com a transformação do Estado feudal, emergiu o Estado burguês. As formas do Estado feudal variavam muito; por terem sido as matérias-primas pelas quais os Estados burgueses se moldaram, deixaram sua marca nas formas de Estado contemporâneas. Naturalmente, há exceções importantes. Os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia não tiveram de superar sociedade feudal alguma (embora certas instituições feudais fossem transferidas), e esses Estados se diferenciam significativamente dos Estados europeus (onde existiram diversas formas de Estado feudal) e dos Estados latino-americanos (onde se implantou uma curiosa forma híbrida de capitalismo feudal pela colonização portuguesa e espanhola). Na Europa, havia grandes diferenças na estrutura feudal. O poder do “Estado” camponês na Suécia e o poder do capital agrário e mercantil na Inglaterra no período pós-Dissolução⁹ deram a ambos os países uma base muito mais ampla para o poder político do que era possível, por exemplo, na Espanha ou Prússia. Além disso, o processo de transformação se diferenciou muito de lugar para lugar. Na França, o violento processo de transformação eliminou efetivamente a aristocracia feudal. Na Inglaterra, o lento processo de transformação depois da guerra civil resultou na firme integração entre aristocracia e proprietários de terras, inicialmente na agricultura capitalista e depois, no século XIX, na estrutura do poder industrial. Em ambos os casos, o caráter da transição deixou uma marca indelével na qualidade subsequente da vida política. As diferenças políticas entre esses países precisam ser entendidas contra o pano de fundo dessas diversas experiências históricas, e das tradições culturais e políticas das quais essas diferenças se originaram. Também temos de levar em consideração as instituições do Estado, e as relações que se expressam por meio dessas instituições, como no constante processo de serem reformadas e remodeladas. Em alguns dos seus estudos históricos – o *Dezoito do Brumário de Luis Bonaparte*, em particular –, Marx fornece exemplos desse processo em ação. Certamente, somos obrigados a entender esse aspecto em relação ao Estado do mesmo modo. Mesmo no meio de todas as complexidades, eventos acidentais, interações fluidas e instáveis que cercam a vida política, legal, administrativa e burocrática, não podemos perder de vista os *insights* marxistas essenciais. De um modo ou outro, o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas. Se não conseguir fazer isso, então esse Estado deve ou ser reformado, ou então o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana.

9. Refere-se ao fechamento de todos os mosteiros na década de 1530, na Inglaterra, durante a Reforma (o período da fundação da Igreja protestante e do afastamento das igrejas inglesas da Igreja católica romana) (N. T.).

Talvez seja útil concluir essa discussão propondo três questões não resolvidas – provavelmente, questões que serão resolvidas tanto por meio de investigações materiais concretas da história como mediante análises teóricas adicionais.

1. Até que ponto os diversos aspectos e instrumentos do poder estatal dão uma função relativamente autônoma ao Estado com respeito ao curso do desenvolvimento capitalista, e até que ponto os funcionários do Estado podem agir como entes totalmente neutros, ou mesmo árbitros auto-suficientes, nos conflitos de classe e intraclasses? Essas questões estão, em primeiro plano, em grande parte da obra recente de Poulantzas.
2. Até que ponto o Estado capitalista é capaz de variar suas formas e estruturas, dando a aparência de diferenciação substancial entre as nações capitalistas, enquanto cumpre a função básica de sustentar a sociedade capitalista, e assegura a reprodução dessa sociedade? Em outras palavras, que variedade de instituições é possível, admitindo-se a hipótese de um propósito subjacente básico relativo à ação do Estado?
3. No Estado, que estruturas e funções são “orgânicas” em relação ao modo capitalista de produção e, assim, fundamentais para a sobrevivência das formações sociais capitalistas, que são, segundo Gramsci, meramente conjunturais?

Essas questões estão relacionadas entre si, e se situam no âmago de qualquer entendimento no tocante a como o poder estatal pode ser (e é) usado numa sociedade que continua essencialmente capitalista, embora mudando e transformando suas formas institucionais.

CAPÍTULO IV

O AJUSTE ESPACIAL: HEGEL, VON THÜNEN E MARX

Publicado pela primeira vez
em *Antipode*, edição de 1981.

Muitas vezes quis saber por que o primeiro volume de *O capital*, de Marx, termina com um capítulo sobre “a teoria moderna da colonização”. À primeira vista, a inclusão de tal capítulo causa estranheza. Abre toda uma discussão sobre comércio exterior e colonial, e a respeito da colonização, numa obra que, em sua maior parte, teoriza a respeito do capitalismo como sistema econômico fechado.¹⁰ Além disso, obscurece o que muitos considerariam como fecho mais “natural” em relação ao argumento de Marx do penúltimo capítulo. Ali, Marx decreta, por meio de muito floreado retórico, o toque fúnebre da propriedade privada capitalista, e a inevitável “expropriação de alguns usurpadores pela massa do povo” (MARX, 1967: 762-3). Assim, por que não concluir o volume com esse emocionante chamado às armas, tão profundamente recordativo do *Manifesto comunista*? Por que incluir um capítulo sobre o que parece ser um tema inteiramente novo?

Do mesmo modo, fiquei durante muito tempo intrigado com o tratamento desdenhoso que Marx concede a Von Thünen. Marx reconhece que Von Thünen formulou a “questão correta”: “Como o trabalhador foi capaz de passar de dono do capital – como seu criador – a seu escravo?”. No entanto, a resposta de Von Thünen, de acordo com Marx, foi “muito pueril” (MARX, 1967: 621). Então, quais foram os motivos para uma renúncia tão fácil?

Neste ensaio, mostrarei que o capítulo de Marx sobre colonização explica por que ele considerou a resposta de Von Thünen tão pueril. Também mostrarei que tanto Marx quanto Von Thünen respondiam a um desafio lançado por Hegel em *Filosofia do direito*. A abordagem de Marx sobre colonização e a doutrina de Von Thünen sobre salário fronteiro constituem suas respectivas respostas a uma questão deixada em aberto por Hegel: o papel da expansão

10. De vez em quando, Marx explica nos mínimos detalhes aquilo que é uma suposição explicitamente tácita. Consultar, por exemplo, *O capital* (1967, vol. 1: 581).

geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo. Como esse problema ainda persiste, parece valer a pena voltar as formulações iniciais a seu respeito.

Hegel

Filosofia do direito, de Hegel, é uma obra rica e extraordinária. No meio da exposição, em alguns parágrafos cortantes e surpreendentes, Hegel expõe as características de uma teoria econômica do imperialismo capitalista. Inicialmente, vamos considerar como Hegel chegou a tal concepção.

A principal intenção de *Filosofia do direito* é proporcionar uma interpretação da lei, da moralidade e de diversos aspectos da vida ética como “expressões objetivas e institucionais do espírito” (HEGEL, 1967; AVINERI, 1972: 132). Hegel interpreta a *família* como esfera da vida ética dominada pelo altruísmo privado e pessoal. A *sociedade civil*, por outro lado, é a esfera do “egoísmo universal”, em que cada indivíduo busca usar os outros como meios para seus próprios fins. Isto é, sobretudo, a esfera da competição no mercado, a divisão social do trabalho e a “interdependência universal”, como descrita na economia política. A evidente tensão entre família e sociedade civil – entre as esferas privada e pública da vida social – pode ser superada, segundo Hegel, apenas por meio da aquisição de uma consciência universalista por parte de todos e da expressão objetiva dessa consciência através das instituições do *Estado moderno*. O Estado *racional*, afirma Hegel, pode transcender as dualidades das vidas privada e pública, e assim restaurar a unidade quebrada da existência humana mediante a síntese dos papéis do “*homme*” e do “*citoyen*”, que Rousseau considerou rachada em pedaços dentro da tecitura complexa da sociedade burguesa.¹¹

Naturalmente, Hegel procede à maneira da filosofia especulativa. Ele começa com abstrações genéricas, alcançadas de modo ideal e não a partir de um estudo detalhado de como funcionam as instituições sociais e políticas reais. Seu aparato conceitual, portanto, não possui o necessário fundamento material, embora as proposições subseqüentes sejam rigorosamente deduzidas de uma lógica dialética implacavelmente aplicada na melhor tradição do idealismo filosófico. O propósito de *Filosofia do direito*, no entanto, é trazer as abstrações para mais próximo do terreno, prover sua lógica com um “corpo político”. O método de inquirição é, sob esse aspecto, precisamente oposto ao de Marx, que buscou, por meio da inquirição material histórica, expor “a lógica do próprio corpo político” (O’MALLEY, 1970). As

11. Sobre o relacionamento entre o pensamento de Rousseau e Hegel, consultar PELCZYNSKI, 1962.

opiniões políticas deduzidas por Hegel parecem muito conservadoras, pois as instituições do “Estado moderno racional” descritas por ele parecem ominosamente recordativas da Prússia do seu tempo. Porém, um forte encadeamento de crítica radical também percorre a obra, e a reveste com uma ambigüidade intrigante.

Na *Filosofia do direito*, os trechos do nosso interesse imediato são aqueles em que Hegel descreve as contradições inerentes da sociedade civil burguesa. Embora muito influenciado pelos textos dos economistas políticos britânicos – especialmente, Steuart e Adam Smith (PLANT, 1977) –, Hegel rejeita a idéia de que a “mão invisível” do mercado pode prodigiosamente frear o egoísmo e a cobiça universal em benefício de todos. Afinal, Hegel, numa Prússia que se aferrava tenazmente a políticas mercantilistas, administradas por um Estado bastante centralizado, não estava na posição de proclamar as virtudes de um mercado livre. Para se manter nos limites circunscritos por tal política, Hegel é forçado a explicar por que as coordenações do mercado são imperfeitas, por que geram contradições e não a harmonia social do tipo apregoada por Adam Smith. A principal dificuldade surge, afirma Hegel, porque o trabalho, como mediador ativo entre “homem e natureza”, é, necessariamente, a derradeira fonte de toda a prosperidade – a teoria do trabalho em relação ao valor está correta. No entanto, o trabalho privado é socializado por meio de um sistema de mercado baseado no egoísmo e na cobiça universal, enquanto o lucro, necessariamente, acarreta na apropriação do produto do trabalho de uma pessoa. Além disso, a lógica da busca do lucro significa uma compulsão no sentido da transformação perpétua das necessidades sociais – cada um procura criar uma nova necessidade no outro –, acarretando expansão perpétua tanto da produção como do consumo. Essa dinâmica produz contradições tão violentas, que a sociedade civil, deixada aos seus próprios expedientes e sem a intervenção do Estado moderno racional, acabaria, com certeza, na beira da catástrofe total. O intervencionismo do Estado se justifica inteiramente.

No entanto, vamos observar um pouco mais cuidadosamente as contradições que se desenvolvem na sociedade civil sob as condições associadas à busca do lucro e à troca no livre mercado. Hegel se concentra na acumulação crescente de riqueza, por um lado, e na massa crescente de empobrecidos, por outro, enquanto fulcro da ruptura social. Eis como ele molda seu argumento:

Quando a sociedade civil está num estado desimpedido de atividade, ela se engaja na expansão interna da população e do setor industrial. A acumulação de riqueza se intensifica por generalizar (a) a ligação dos homens pelas suas necessidades, e (b) os métodos de preparação e distribuição dos meios para satisfazer essas necessidades, pois é a partir

desse processo duplo de generalização que se obtêm os maiores lucros. Esse é um lado da situação. O outro lado é a subdivisão e a restrição de determinados trabalhos. Isso resulta na dependência e na desgraça da classe associada a trabalhos desse tipo (HEGEL, 1967: 149-50).

A expansão da produção, portanto, coincide com o declínio no padrão de vida da massa abaixo de “um certo nível de subsistência” e na sua privação relativa, até um ponto em que são incapazes de “sentir e desfrutar as liberdades mais amplas e, especialmente, os benefícios intelectuais da sociedade civil”. A “concentração de riqueza em poucas mãos” se associa “à criação de uma turba de pobres”. Numa adição poderosa ao texto original, Hegel observa:

A pobreza em si não transforma os homens em ralé [...] Contra a natureza, o homem não pode reivindicar direito algum, mas quando se estabelece a sociedade, a pobreza imediatamente assume a forma de uma má ação de uma classe contra outra. A importante questão de como a pobreza será abolida é uma das questões mais perturbadoras que inquietam a sociedade moderna (HEGEL, 1967: 277).

Hegel sugere duas soluções para essa questão “perturbadora”. Ele analisa a perspectiva de impedir o mergulho em desordens sociais funestas por meio da cobrança de imposto dos ricos para favorecer os pobres, pelo amparo dos pobres com o auxílio da beneficência pública ou pela oferta de novas oportunidades de trabalho aos pobres. No entanto, Hegel conclui que todas essas soluções só exacerbariam o problema. Por exemplo, a criação de novos empregos aumentaria o volume de produção, quando “a calamidade consiste precisamente no excesso de produção e na falta de um número proporcional de consumidores, que também são produtores”. Por razões desse tipo, “torna-se evidente que, apesar do excesso de riqueza, a sociedade civil não é suficientemente rica; isto é, seus recursos são insuficientes para estacar a pobreza excessiva e a criação de uma ralé penuriosa”.

Assim, Hegel tem de considerar um segundo conjunto de soluções. A sociedade civil, assevera ele, move-se por sua “dialética interna”, “impelindo-se para além dos seus limites e buscando mercados – portanto, meios necessários de subsistência – em outros países, deficientes nos bens que superproduziu e/ou atrasados no setor industrial”. Também deve fundar colônias e, assim, permitir que parte de sua população “retorne a uma vida sobre uma base familiar em uma nova terra”, enquanto também “oferte a si mesma com uma nova demanda e um novo campo para sua indústria” (HEGEL, 1967: 150-2).

O imperialismo e o colonialismo são, por meio disso, interpretados como soluções necessárias para as contradições internas acumuladas que assediam qualquer sociedade civil “madura”. Hegel explicita que a crescente acumulação de riqueza, por um lado, e a produção de uma “ralé penuriosa”, mergulhada nas profundezas da miséria e do desespero, por outro lado, criam o cenário para a instabilidade social e a guerra entre classes, que não pode, segundo sua análise, ser mitigada por qualquer transformação *interna* no funcionamento da sociedade civil. A superprodução e o subconsumo, provocados por desequilíbrios na distribuição da renda, também solapam a coerência interna do empreendimento industrial. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação *externa* por meio da expansão geográfica, pois sua “dialética interna” cria contradições, não admitindo soluções internas.

Depois de alguns parágrafos concisos e surpreendentes, nos quais esboça a possibilidade de uma solução “imperialista” para as contradições contínuas e crescentes da sociedade civil, Hegel, inesperadamente, muda de assunto. Ele nos deixa às escuras quanto a se o imperialismo e o colonialismo podem estabilizar a sociedade civil por meio da eliminação da pobreza e do infortúnio social, seja a curto ou longo prazo. Em vez disso, Hegel passa a fazer uma análise detalhada do Estado enquanto “realidade da Idéia ética”.¹² Isso parece sugerir que ele enxerga a transcendência da sociedade civil pelo Estado moderno – uma transformação interna – como única solução viável. No entanto, Hegel, em lugar algum, explica como os problemas da pobreza e da crescente polarização na distribuição da riqueza e da renda serão superados dentro do Estado moderno. Devemos então supor que esses problemas específicos poderão ser tratados com facilidade pelo imperialismo? O texto é muito ambíguo. Como assinala Avineri, esta é “a única vez, em seu sistema, que Hegel levanta um problema e o deixa sem solução” (AVINERI, 1972: 154; HIRSCHMAN, 1976: 1-8).

Será que a sociedade civil pode ser salva das suas contradições internas (e, no fim, da sua dissolução) por uma transformação *interna*: a realização do Estado moderno como “realidade da Idéia ética”? Ou será que a salvação está no “ajuste espacial”, isto é, a transformação *externa* por meio do imperialismo, do colonialismo e da expansão geográfica? Essas são as intrigantes questões que Hegel deixa em aberto.

Von Thünen

Filosofia do direito, de Hegel, foi publicada em 1821 (com adições em 1833). Em 1818-19, Von Thünen criou o primeiro esboço de *The isolated State* [O

12. Uma breve argumentação de transição sobre corporações leva Hegel do exame do colonialismo para a teoria do Estado (HEGEL, 1967: 152-5).

Estado isolado], revisado amplamente em 1824 e publicado em 1826.¹³ Embora o conceito de “Estado isolado” esteja evidentemente próximo da tradição do idealismo especulativo e filosófico, não há sinal algum de qualquer influência direta hegeliana na primeira obra publicada por Von Thünen. Ele combina um “constructo ideal” – o Estado isolado – com observações empíricas rigorosas, produzindo um relato fascinante sobre o ordenamento espacial da produção agrícola. Desde então, esse texto foi canonizado no folclore da geografia, da economia e do conhecimento regional, sendo considerado uma das primeiras tentativas sistemáticas de formular uma teoria coerente sobre localização e sobre organização social do espaço.¹⁴

Posteriormente, Von Thünen revelou que, já em 1826, ele abandonara as “concepções herdadas, aquelas das classes proprietárias”, adquirindo uma visão inteiramente nova. Ele não teve coragem de publicar essas novas concepções, afirmou, pelo medo de ser rotulado de “fanático ou mesmo revolucionário” (DEMPSEY, 1960). No entanto, depois disso, Von Thünen concentrou sua atenção nos princípios morais e econômicos que determinavam o *salário natural* e, portanto, o *salário justo* do trabalhador. No fim, suas concepções sobre essa questão se tornaram públicas em 1850, ano da sua morte, como segunda parte de *The isolated State*. Embora o objeto do estudo de Von Thünen passasse por uma mudança profunda, as duas partes de *The isolated State* apresentam algumas conexões. Por exemplo, mantém-se o constructo ideal sobre o Estado isolado, mas ele é usado, na segunda parte, como ferramenta para analisar de que maneira se mantêm a estabilidade, a continuidade e a harmonia social numa sociedade civil cada vez mais ameaçada por desordens sociais, originárias dos crescentes antagonismos de classe e da progressiva pobreza das massas.

Embora não faça referência a Hegel, as preocupações de Von Thünen, na segunda parte de *The isolated State*, são quase idênticas àquelas enunciadas no trecho de *Filosofia do direito* que trata das contradições internas da sociedade civil. Como Hegel, Von Thünen rejeita a idéia de que a mão oculta do mercado pode refrear o egoísmo universal em benefício de todos. Ele sugere uma inevitável deterioração da situação da sociedade civil devido à ausência de medidas curativas.¹⁵ Von Thünen também analisa a transformação interna e externa como meio de reconciliar as contradições inerentes da sociedade civil. Além disso, a linguagem e o aparato conceitual são muito hegelianos. Os paralelos são muito próximos para serem acidentais. Nas décadas de 1820 e 1830, dada a estatura de Hegel na vida intelectual alemã, torna-se muito improvável que Von Thünen ignorasse os argumentos de Hegel.

13. Consultar a introdução em Hall (1966) e Dempsey (1960).

14. Consultar Isard (1956) e Chisholm (1962). Também me apoiou muitíssimo em Barnbrock (1976).

15. “O interesse pessoal”, afirma ele, “não foi contrabalançado pelo conhecimento da responsabilidade e da verdade”. Consultar Dempsey (1960: 218-20).

As preocupações de Von Thünen também refletem diretamente a situação social tumultuada da Europa anterior às revoluções de 1848. Já em 1842, ele se confessou profundamente preocupado com “as concepções e ensinamentos dos comunistas”, que não ficavam satisfeitos em “pedir um salário *natural* para o trabalhador, mas logo vinham com expectativas quiméricas e faziam demandas exageradas”, como “a distribuição da propriedade e a igualdade de renda”. Ele enxergava em tais concepções os primeiros sinais de um “conflito incipiente”, que poderia, no fim, “trazer a devastação e a barbárie para toda a Europa”. Os exageros dos comunistas, receava Von Thünen, influenciariam a turba, “se popularizariam e se enraizariam na mente do povo, principalmente se essas concepções fossem propostas e expostas por autores hábeis, ainda que inescrupulosos” (DEMPSEY, 1960: 219). Tudo isso foi escrito seis anos antes que o *Manifesto comunista* irrompesse na cena europeia.

Von Thünen não considera que era “no plano do espírito universal” que “todo o progresso no desenvolvimento da humanidade deve se concretizar após diversos reveses, e se alcançar à custa do sangue e da miséria de muitas gerações”. Contudo, “um dos resultados desalentadores da história é que, como princípio, um erro não se supera pela verdade, nem pela justiça, nem pela razão e pelo direito, mas por outra injustiça”. Esse princípio funesto surgiu porque os salários insignificantes e a pobreza opressiva – pertinentes a maior parte da massa do povo – não possuem justificativa moral evidente, podendo, portanto, proporcionar terreno fértil para o descontentamento social. As doutrinas do salário de subsistência, ou da oferta e procura, reproduzem meramente a realidade, não dando resposta à questão crucial: “o salário insignificante que o trabalhador comum recebe quase em todo lugar é um salário *natural* ou é causado pela exploração que o trabalhador não pode evitar?”. A descoberta do que constituía um salário *natural* ou *justo* era imperativa, pois era apenas nos termos de tal concepção que os direitos, deveres e obrigações da burguesia poderiam ser definidos.

Na percepção da verdade e da justiça, e no controle do egoísmo, fazendo que, de modo voluntário, os privilegiados desistam do que injustamente possuem, residem os meios da humanidade, pacífica e alegremente, obter maior desenvolvimento e alcançar objetivos superiores.

Era “tarefa principal e sublime da ciência” descobrir e divulgar essas verdades, “não por meio da experiência ou do curso da história, mas pela própria razão” (DEMPSEY, 1960: 217-20).

Von Thünen fixa a principal contradição da sociedade civil de modo mais preciso que Hegel. A “fonte do infortúnio”, afirma ele, está “no divórcio do

trabalhador do seu produto”. Isso significa que os dois fatores de produção – capital e trabalho –, que têm de cooperar para produzir qualquer coisa, existem numa relação antagônica entre si. “Nesse interesse contrário, portanto, jaz a razão pela qual o proletariado e os proprietários se opõem permanentemente como inimigos naturais, e se manterão irreconciliados enquanto a divisão dos seus interesses não for eliminada”. Os baixos salários, explica ele, “têm sua origem no fato de que os capitalistas e os proprietários de terras se apossam de grande parte do que os trabalhadores produzem”. Além disso, as mudanças tecnológicas não trazem benefícios para a maioria dos trabalhadores: “Em nossa atual organização social, o trabalhador não será afetado por isso; sua condição se mantém inalterada, e o aumento integral da renda beneficiará os empresários, os capitalistas e os senhores”. Se a organização social, lamenta Von Thünen, concedesse aos trabalhadores apenas um quinto dos benefícios resultantes da melhoria da produtividade,

a alegria e a satisfação se espalhariam entre milhares de famílias, e, na primavera de 1848, os distúrbios e a violência pelas quais os trabalhadores forçaram um aumento salarial para si não teriam ocorrido, e o excelente vínculo patriarcal, que, no passado, existiu entre os mestres e aqueles sob sua responsabilidade, não teria sido destruído (DEMPSEY, 1960: 327).

Então, como esse vínculo patriarcal pode ser restaurado? Como podem ser reconciliados esses interesses opostos? Será que é possível se chegar a uma forma de organização social que garanta uma distribuição justa do produto social entre capital e trabalho, uma organização que também dê, ao trabalhador, oportunidades de educação e progresso pessoal? As respostas a essas questões dependem, de acordo com Von Thünen, da resposta, em primeiro lugar, a uma única e fundamental questão: qual é a *parte justa*, natural, do trabalho em relação ao produto que esse trabalho cria?

A solução de Von Thünen está contida na doutrina do *salário fronteiroiro*.

Na fronteira da planície cultivada do Estado Isolado, onde há terras sem donos em quantidades ilimitadas, nem a arbitrariedade dos capitalistas, nem a concorrência dos trabalhadores, nem a magnitude dos meios necessários de subsistência determinam o valor dos salários, mas o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários.

Se os trabalhadores residentes perto da fronteira “precisam ser mantidos ali para estabelecer uma colônia” e

precisam ser induzidos a continuar a trabalhar para seus empregadores por salários; os salários mais os juros que obtêm por emprestar o capital que foi necessário para estabelecer sua pequena colônia devem ser iguais ao produto do trabalho que pode ser produzido por uma família de trabalhadores em tal colônia.

Desse modo, “os salários e os juros que se produzem na fronteira do Estado isolado fixam a norma para todo o Estado”. Depois de considerações oportunas e cuidadosas em relação a todos os relacionamentos envolvidos, Von Thünen conclui que o salário natural em todo o Estado isolado se fixava pela fórmula $\bar{O}ap$, onde a representa as necessidades mínimas de subsistência do trabalhador e p o produto do seu trabalho (DEMPSEY, 1960: caps. 14-5).

Esse é o salário de equilíbrio, em que o produto total, a acumulação de capital e o padrão salarial ficam simultaneamente maximizados. É o salário pelo qual tanto “os trabalhadores como os capitalistas têm interesse mútuo no aumento da produção”. É o salário em que a luta de classes desaparecerá e a harmonia social será alcançada. A “barreira entre as duas classes, que existiu até agora, desaparecerá”, pois o salário natural oferece ao trabalhador o acesso à educação e as oportunidades para o progresso pessoal, permitindo que os mais talentosos, frugais e ativos entre eles se tornem capitalistas. É o salário pelo qual “todas as condições calamitosas que afligem a situação social européia desaparecem”.¹⁶ Von Thünen considerou a fórmula $\bar{O}ap$ – abençoada com essas propriedades mágicas, pequena maravilha – como seu feito mais notável, a ser gravada em sua lápide na sua morte.

Dois aspectos do argumento de Von Thünen nos interessam. Em primeiro lugar, sua concepção relativa ao capital e às condições sociais que determinam sua formação. Em segundo lugar, seu interesse pelo processo de colonização e expansão espacial como meio para justificar seu argumento relativo ao salário de equilíbrio. A seguir, em seqüência, consideramos cada um dos aspectos.

Von Thünen define o capital como *coisas*, isto é, “ferramentas úteis” produzidas pelo trabalho humano, aumentando a eficiência desse trabalho (DEMPSEY, 1960: 245, 251). O capital existe, portanto, sem pressupor nenhuma relação de classe entre capitalistas e trabalhadores. Na “condição original”, todos trabalham, mas há dois tipos de trabalho: aquele usado para produzir ferramentas (capital) e aquele usado para produzir necessidades de subsistência. Os trabalhadores frugais e mais eficientes são capazes de produzir um produto excedente sob forma de

16. Dempsey, 1960: 221 e 327. Consultar também a introdução de Dempsey (1960: 177).

ferramentas e, por causa da maior eficiência proporcionada pelas ferramentas, produzem excedentes ainda maiores. Esses excedentes podem ser emprestados a outros, que estarão dispostos a renunciar, em troca, à parte do produto excedente que as ferramentas obtidas por empréstimo ajudaram a gerar. Aí reside a origem dos juros. Então, Von Thünen deduz um dos seus teoremas mais importantes: “A renda que o capital como um todo fornece quando emprestado se determina pelo uso da última unidade do capital” (DEMPSEY, 1960: 257). Este teorema chamou a atenção de Alfred Marshall, que o considerou a verdadeira base para a teoria da produtividade marginal do capital.¹⁷ No entanto, Von Thünen tomou isso num sentido que Marshall achou inaceitável. Na condição original, os trabalhadores que produzem meios de subsistência poderiam “passar, de maneira idêntica, à produção de capital se o trabalho aplicado à produção do capital recebesse um salário maior do que o trabalho aplicado nos empregos alternativos disponíveis”. A transferência dos trabalhadores continuaria “até o equilíbrio ser alcançado: isto é, até ambos os tipos de trabalho serem pagos de modo igual” (DEMPSEY, 1960: 263).

A livre mobilidade do trabalho é condição essencial para obtenção do equilíbrio. A propriedade privada e a regulamentação estatal parecem impor barreiras a essa mobilidade. No entanto, a propriedade privada surge, afirma Von Thünen, apenas sob condições de escassez de recursos (terra) em relação ao crescimento populacional. Os salários só podem cair até “o ponto em que se torna mais vantajoso migrar para um país menos fértil [...] onde ainda há terras sem donos, e ali cultivar o solo com a ajuda do capital livre adquirido e importado”. A barreira relativa à propriedade privada é contida pelas terras sem donos na fronteira. Os Estados-Nações impõem uma maior dificuldade. O Estado verdadeiramente ético – e, nesse caso, Von Thünen parece contestar Hegel diretamente – não se acharia “o centro da terra”, e não consideraria “os outros países apenas ferramentas para seu próprio benefício”; ao fazer isso, esse Estado permaneceria numa “condição hostil” em relação ao “espírito universal”. Assim, ele deveria permitir a livre mobilidade tanto do capital quanto do trabalho, uma condição “tão natural, que podemos considerar a difusão da humanidade, em todo o mundo, por meio da migração, de acordo com o desígnio do mundo” (DEMPSEY, 1960: 267-9).

A existência de uma fronteira livremente acessível e aberta parece necessária para a obtenção do salário de equilíbrio. A fronteira proporciona um “laboratório” (a imagem científica não é acidental) para a “determinação da relação

17. Marshall (1949: viii). Consultar também Whitaker (1975: 248-9), que tem dúvida se Marshall realmente pensou nisso quando escreveu “minha dívida em relação a Thünen é maior do que em relação a qualquer outro autor, exceto Adam Smith e Ricardo”.

entre salários e juros”. Ali, a oposição entre capital e trabalho é impossível, pois todo o trabalho reverte à sua condição original de produtor de ferramentas (capital) ou de bens de subsistência (DEMPSEY, 1960: 251). De fato, Von Thünen reveste a idéia da fronteira com significado histórico tangível. Na América do Norte:

O solo fértil está disponível em vastidões ilimitadas por pouco ou por nada [...] apenas a distância ao mercado pode impor limites para a distribuição da cultura agrícola. Mas esses limites são empurrados sempre para mais longe por meio do trânsito de barcos a vapor nos rios e da construção de canais e ferrovias. Ali, o salário é, de fato, alcançável, e foi realmente alcançado, pois, na América, encontramos uma relação entre o salário e a taxa de juros correspondente a fórmula que desenvolvemos para solo fértil. Em consequência dessas relações entre trabalhadores e capitalistas, percebemos, na América do Norte, bem-estar generalizado, que cresce a passos largos. Ali, inexistente divisão bruta entre as diversas ordens sociais. Mesmo entre as classes inferiores, o aprendizado elementar, a leitura, a escrita e a aritmética se encontram mais disseminados do que na Europa (DEMPSEY, 1960: 328).

Essa condição – “um estado paradisíaco”, denomina Von Thünen – fica ameaçada pela crescente densidade populacional. Além disso, não é diretamente realizável na Europa, onde não há terras sem donos, não ocupada por senhorios. Como o salário de equilíbrio pode ser alcançado na ausência de uma fronteira real? Usou-se o artifício teórico do Estado isolado como meio de identificar o salário justo mesmo sob condições de uma fronteira fechada. Assim, Von Thünen pode se desviar da solução imperialista, concentrando-se na transformação interna da sociedade civil, que recapturará o paraíso perdido e elevará os seres humanos “ao seu estado espiritual”. Ele conjectura uma reconstrução social, que transformará a violência da guerra de classes numa harmonia social pacífica de cooperação entre capital e trabalho. A divisão do lucro é a forma organizacional, o salário natural (identificado mediante a teoria do salário fronteiro) é o objetivo, e o meio é “o maior desenvolvimento dos recursos intelectuais e [...] a subordinação da paixão ao domínio da razão” (DEMPSEY, 1960: 328).

No entanto, resta uma questão embaraçosa. O capital, originalmente concebido como ferramenta útil produzida por um tipo específico de trabalho, se tornou relação de classe. Se a paixão deve ceder à razão, então alguma justificativa moral e econômica deve ser encontrada para a evidente subordinação dos trabalhadores assalariados, enquanto classe, aos que detêm os produtos do

“trabalho morto” do passado. Temos de entender, em primeiro lugar, como e por que os trabalhadores passaram “do estado da liberdade para o estado da necessidade”, e entender por que tal transição foi necessária para a recuperação final do paraíso na Terra. Caso contrário, “parece incompreensível que o homem pudesse ser posto sob domínio do seu próprio produto, o capital, e se tornasse subordinado a ele” (DEMPSEY, 1960: 335). Essa foi, naturalmente, a questão que Marx considerou tão pertinente.

A resposta de Von Thünen, que Marx considerou tão pueril, se baseia na versão do que agora conhecemos como “teoria do capital humano”.¹⁸ A diferenciação original entre capital e trabalho depende apenas da frugalidade e eficiência de alguns trabalhadores em relação aos outros. Na circunstância prevalecente, Von Thünen constata que o trabalho de “um homem livre custa ao capitalista apenas a manutenção e os juros sobre o capital equivalente ao custo de treinamento do trabalhador”. Embora, à primeira vista, “algo repugnante”, essa concepção permite ver que quanto mais os trabalhadores agregam capital em si mesmos e nos seus filhos, maiores se tornam seus salários e mais facilmente podem transpor o limite poroso – fixado principalmente pela educação – entre capitalistas e trabalhadores. Desse modo, os trabalhadores são capazes de recuperar a liberdade e o domínio sobre o sofrimento. No entanto, é improvável que façam isso por sua própria conta. Sem a disciplina imposta pelo capital, os trabalhadores “em vez de usar seu excedente na melhor educação dos seus filhos, mergulhariam na apatia e indolência” (DEMPSEY, 1960: 337).

Por esse motivo, “é necessária a compulsão que o domínio do capital impõe sobre os homens, para conduzi-los ao seu destino superior, e, assim, não deve mais se afigurar como flagelo, mas como instrutora da humanidade”. O vínculo patriarcal, tão caro a Von Thünen, encontra sua justificativa. “O capital”, declara ele alegremente, “domina o homem, mas de modo maravilhoso” (DEMPSEY, 1960: 336). Isso impele o trabalhador à liberdade, sendo, portanto, manifestação da lei divina, parte integrante do plano do espírito universal, reflexo da mão de Deus. O infortúnio, que parecia ser a principal causa da miséria da maioria da humanidade – a separação do trabalhador do produto do trabalho –, torna-se o meio de fomentar o estado superior de liberdade, o estado do paraíso aqui na Terra, compatível com a vontade divina (DEMPSEY, 1960: 340).

Von Thünen é menos ambíguo do que Hegel. A harmonia social pode ser alcançada diretamente onde quer que a fronteira esteja aberta, e a mobilidade do trabalho e do capital esteja garantida. Um retrato algo romantizado da América

18. Dempsey (1960: 143-9). Na sua introdução, Dempsey analisa a idéia. Uma exposição moderna pode ser encontrada em Becker (1975).

do Norte é usado para ilustrar a questão. Onde a fronteira está fechada, como na Europa, o desassossego social florescente deve ser enfrentado com a transformação interna da sociedade civil. O entendimento fornecido por uma ciência econômica em que a fronteira é tratada ideal e analiticamente pavimentada o caminho.¹⁹ A aplicação de princípios marginalistas conduz à avaliação própria do que constitui o salário justo. Os direitos e deveres que se ligam aos papéis do capitalista e do trabalhador podem assim ser definidos. O mito da justiça fronteiriça pode ser internalizado dentro da estrutura do Estado moderno por indivíduos *racionalis* (e a ênfase é muito exata sobre a racionalidade de um determinado tipo). Desse modo, Von Thünen legitima e justifica a perpetuação das relações de classe e a preservação do “vínculo patriarcal”, por meio do qual os capitalistas podem cumprir sua obrigação em relação ao trabalhador (esquemas de distribuição de lucros, educação e disciplina externamente imposta para formar “capital humano”).²⁰ Os interesses antagônicos existentes têm de ser harmonizados por tais meios. A vontade divina – o plano do espírito universal – pode ser realizada aqui na Terra por meio da ação humana. Desde que os seres humanos adquiram a consciência universalista da economia marginalista.

Marx

A relação entre o pensamento de Hegel e Marx foi objeto de intenso e contínuo debate. Até onde fui capaz de descobrir, a relação entre Von Thünen e Marx não foi considerada digna de comentário. No entanto, a comparação mostra que todos eles têm muito em comum. Os três consideram fundamental o trabalho humano, enxergando a alienação entre o trabalho e seu produto como fonte dos infortúnios a serem superados. Eles enfocam os antagonismos de classe, e assumem posição comum contra a tese central da economia política inglesa: a doutrina de que a mão invisível do mercado automaticamente harmoniza interesses conflitantes e refreia o egoísmo individual em benefício de todos. Todos os três introduzem a idéia da transformação interna e externa como meio de restaurar a estabilidade social e rechaçar as crises do capitalismo. As grandes diferenças entre eles, portanto, existem dentro de uma moldura comum de questões e hipóteses.

19. Na economia burguesa, a imagem da fronteira é bastante preservada, em expressões como “fronteira do preço de fator” etc.

20. Dempsey inclui uma cópia do testamento de Von Thünen, e o defende dos críticos que consideram o esquema real de distribuição de lucros bastante imperfeito, mesmo de acordo aos próprios princípios de Von Thünen (consultar p. 48; 363-7).

Em um posfácio para *O capital*, escrito em 1873, Marx assinala que chegou a um acordo com Hegel quase 30 anos antes. A referência é quase certamente à *Crítica da "Filosofia do direito" de Hegel*, provavelmente escrita em 1843. A obra é, portanto, uma obra seminal, considerada, de modo justificado, como a fonte da qual fluiu "o programa completo de pesquisa e escrita literária que ocupou Marx pelo restante da sua vida" (O'MALLEY, 1970: xiv).

Nesta obra, Marx, algo surpreendentemente, ignora os trechos em que Hegel, de modo tão assombroso, descreve as contradições internas da sociedade civil e sua possível superação por meio do imperialismo. Em vez disso, ele enfoca a teoria de Hegel sobre o Estado moderno, para mostrar que a solução de Hegel é "pura mistificação", que servia apenas para "transfigurar e glorificar o estado existente das coisas". Porém, Marx não abandona a dialética. Simplesmente, ele tentou, como posteriormente afirmou, "virar de ponta-cabeça" a dialética de Hegel, dando-lhe uma base material. Desse modo, Marx esperava capturar o "movimento fluido" da história e, assim, chegar a uma representação acurada da "existência momentânea" e da "natureza transitória" de "toda forma social historicamente desenvolvida". Isso, para Marx, era a essência do modo "crítico e revolucionário" do pensamento dialético (MARX, 1967: vol. 1, 19).

O imenso edifício de pensamento e o elaborado sistema conceitual que Marx desenvolveu no decurso de uma existência prolífica de pesquisa, escrita literária e ativismo político desafia um simples sumário. No entanto, muito do que ele fez pode ser interpretado, superficialmente ao menos, como resposta às questões formuladas por Hegel ou como transformação delas. Como observou Engels, Hegel era dotado de um "senso histórico excepcional": "Embora a forma empregada fosse abstrata e idealista, o desenvolvimento das idéias corre sempre em paralelo ao desenvolvimento da história universal [...] Ele foi o primeiro a tentar demonstrar que há desenvolvimento na história, uma coerência intrínseca nela", e "essa concepção memorável da história foi a precondição teórica direta da nova perspectiva materialista". Marx era, assevera Engels, "o único que poderia empreender o trabalho de extrair, da lógica hegeliana, o cerne que continha as descobertas reais de Hegel".²¹ Desse modo, Marx transforma as qualidades ocultas e misteriosas do "espírito universal" de Hegel nas materialidades mundanas do mercado mundial. As questões sociais são, assim, transplantadas do reino da contemplação filosófica para o reino da prática da economia política. A oposição entre trabalho concreto (a produção real de valores de uso) e trabalho abstrato (a

21. Marx, K. e Engels, F., *Collected works* (1974), vol. 16 (1980: 474). Consultar também o texto "Introduction" (1970), de O'Malley, para uma excelente visão geral sobre esse tema.

qualidade social do trabalho, que rende mercadorias proporcionais em troca) espelha, no esquema da economia política de Marx, a oposição entre o privado e o público da concepção política de Hegel (e Rousseau) da sociedade civil. Se a consciência filosófica e o reconhecimento do Estado como realidade da Idéia ética são a solução para Hegel, então para Marx a potencialidade real para a emancipação está no proletariado, a classe que poderia verdadeiramente reivindicar consciência universal em virtude da sua experiência de sofrimento universal.²²

Muitas dessas idéias chave e outras são inicialmente mencionadas na *Crítica da "Filosofia do direito" de Hegel*. Muito surpreendente, portanto, é a total falta de qualquer comentário sobre a concepção de Hegel a respeito da "dialética interna" da sociedade civil, que a leva a buscar soluções coloniais ou imperialistas. Evidentemente, Marx pretendeu ampliar sua crítica nessa direção. No entanto, ele nunca fez isso. Ou assim parece.

No entanto, há a percepção de que o conjunto de *O capital* pode ser interpretado como transformação efetiva e representação materialista de parte do argumento idealista de Hegel. O tema da crescente polarização entre as classes sociais está, afinal, descrito extensamente em *O capital*. Na "lei geral da acumulação capitalista", Marx mostra que a consequência inevitável dos processos reais em funcionamento no capitalismo é a reprodução da "relação do capital numa escala progressiva; mais capitalistas em um pólo, mais trabalhadores assalariados no outro pólo". Além disso, esses processos também produzem um "relativo excedente populacional", um "exército de reserva" de desempregados, "liberados" principalmente por meio da mudança tecnológica e organizacional. Esse exército de reserva ajuda a reduzir os salários e a controlar os movimentos da classe trabalhadora, sendo, assim, uma "alavanca fundamental" para a acumulação adicional. O efeito líquido, como menciona Marx, invocando imagens profundamente recordativas de Hegel, é que a "acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, trabalho pesado, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação mental no outro pólo; isto é, no lado da classe que produz seu próprio produto na forma de capital" (MARX, 1967: vol. 1, cap. 25).

Marx remodela inteiramente o argumento idealista de Hegel em termos materialistas teóricos. Ele também refuta Malthus: mostra que a pobreza e o relativo excedente populacional surgem no capitalismo independentemente da taxa de crescimento populacional, e esclarece algumas das questões que preocuparam Von

22. Essas idéias são mais efetivamente explicadas na obra *Contribuições à crítica da "Filosofia do direito" de Hegel*, de Marx, transcritas em O'Malley (1970).

Thünen: por que, por exemplo, a maioria dos trabalhadores se estropia apesar do uso de maquinário.²³ O *insight* fundamental é que a crescente polarização entre capital e trabalho e o progressivo empobrecimento relativo da classe trabalhadora podem ser interpretados materialmente como produto inevitável das forças identificáveis em ação dentro de um modo de produção específico e historicamente alcançado conhecido como capitalismo.

No entanto, a descrição de Marx a respeito da “lei geral” se baseia na capacidade dos capitalistas de controlar tanto a demanda quanto a oferta da força de trabalho. Essa “dupla ação” do capital prejudica a lei da oferta e procura que a burguesia se habituou a considerar “sagrada e eterna”. Tacitamente, Marx aceita a crítica de Von Thünen a respeito do funcionamento de tal lei nos mercados de trabalho, mas chega a uma conclusão radicalmente diferente em relação ao argumento. Os capitalistas têm de controlar a oferta de mão-de-obra, criando, de fato, excedentes de mão-de-obra, ou pela mobilização de reservas “latentes” de mão-de-obra (mulheres e crianças, trabalhadores rurais expulsos da terra etc.), ou pela criação do desemprego tecnologicamente induzido. Qualquer ameaça a esse controle, observa Marx, é contraposta “por meios violentos e pela interferência do Estado”. Em particular, os capitalistas devem se empenhar em controlar os processos de colonização, que dão aos trabalhadores livre acesso a terras sem donos em alguma fronteira (MARX, 1967: 640). O que nos traz de volta à questão de como interpretar a colonização em relação à “dialética interna” instável do capitalismo.

O objetivo do capítulo final sobre colonização é mostrar como a burguesia, por meio das políticas defendidas nas colônias, contradisse seus próprios mitos no que diz respeito à origem e natureza do capital. Na análise burguesa – e a de Von Thünen era típica –, o capital (uma coisa) se originava do exercício proveitoso da própria capacidade de trabalho do produtor, enquanto a força de trabalho surgia através de um contrato social, livremente firmado, entre aqueles que produziam capital por meio da frugalidade e da diligência, e aqueles que decidiam não fazer isso. “Essa bela fantasia”, troveja Marx, “rompe-se em pedaços” nas colônias. Enquanto o trabalhador pode “acumular para si – e isso ele pode fazer enquanto permanece possuidor dos seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis”. O capital não é produto físico, mas *relação social*. Baseia-se na “destruição da propriedade privada auto-obtida; em outras palavras, a expropriação do trabalhador”. Historicamente, essa expropriação foi “escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo”, e Marx cita textos

23. A polêmica de Marx contra Malthus é explicada minuciosamente em Marx, K., *Theories of surplus value* (1972: 13-68). Consultar também Harvey (1977b).

e a duquesa de Sutherland em defesa da sua afirmação. A mesma verdade, no entanto, expressa-se na política dos países coloniais, como aquela de Wakefield, na Austrália, em que os recursos da propriedade privada e do Estado foram usados para *excluir* os trabalhadores do fácil acesso às terras sem donos, para preservar um conjunto de trabalhadores assalariados no interesse da exploração capitalista. Assim, nas colônias, a burguesia foi forçada a reconhecer o que procurava esconder em seu país natal: o trabalho assalariado se baseia na separação forçada do trabalhador do controle dos meios de produção (MARX, 1967: cap. 32).

Nesse caso, Marx confronta o idealismo fronteiro de Von Thünen (tanto no tocante às origens passadas, como em relação às possibilidades presentes) por meio do materialismo histórico obstinado, e opõe a concepção do capital como relação social à visão fetichista do capital como coisa. Assim, a “puerilidade” das proposições de Von Thünen se torna evidente. A abolição da pobreza, do desemprego e do excedente de mão-de-obra eliminaria a base social para acumulação adicional de capital. Pretender que a pobreza pudesse ser abolida sem a quebra do “vínculo patriarcal” entre capital e trabalho é, de acordo com Marx, vã ilusão, embuste cruel. A insistência de que o capital pode dominar o trabalho de “modo maravilhoso” é crassa apologética. O melhor que o esquema de distribuição de lucros – do tipo defendido por Von Thünen – poderia conseguir era um relaxamento ocasional – e apenas para um grupo privilegiado de trabalhadores – da tensão do “grilhão dourado” que liga o capital ao trabalho.²⁴

Não é difícil inferir a natureza das objeções de Marx aos giros apologéticos de Von Thünen. No entanto, sua posição em relação a Hegel é mais elusiva. Determinados aspectos se identificam prontamente. Se, por exemplo, os trabalhadores podem voltar a uma vida genuinamente não-alienada por meio da migração para alguma região de fronteira (como imaginou Hegel), então o controle capitalista sobre a oferta de mão-de-obra é solapado. Tal forma de expansão talvez seja vantajosa para a mão-de-obra, mas não pode solucionar os problemas do capitalismo. Os novos mercados e os novos campos para o setor industrial, que Hegel considerou essenciais, poderiam apenas ser alcançados por meio da recriação das relações capitalistas da propriedade privada, assim como do poder de se apropriar do trabalho dos outros. Assim, a condição fundamental que origina o problema – a alienação em relação ao trabalho – é contestada. O capítulo de Marx sobre colonização parece indicar a impossibilidade concernente a qualquer ajuste espacial permanente. Pode ser considerado, então, como a inevitável coda em relação ao penúltimo capítulo,

24. Marx não fez essas críticas diretamente, mas não é difícil inferi-las.

em que a expropriação dos expropriadores é incitada como única solução válida para os dilemas sociais impostos pelo capitalismo. Marx procura fechar com firmeza a porta que Hegel deixou parcialmente entreaberta.

No entanto, a porta não ficaria fechada. A “dialética interna” de Hegel passa por sucessivas representações no texto de Marx. Assim, em cada ponto, a questão da resolução espacial relativa às contradições do capitalismo pode, legitimamente, voltar a ser formulada. O capítulo sobre a colonização talvez seja suficiente para o primeiro volume de *O capital*, em que Marx se concentra exclusivamente nas questões de produção. Mas e quanto ao terceiro volume, em que Marx mostra que as exigências da produção conflitam com as exigências da circulação, produzindo crises de desequilíbrio na acumulação? A polarização então assume a forma de “capital não empregado, em um pólo, e população trabalhadora desempregada, no outro pólo”. Será que o estabelecimento de tais crises pode ser contido por meio da expansão geográfica? Marx não exclui a possibilidade de que o comércio exterior pode se contrapor à tendência da margem decrescente de lucro a curto prazo (MARX, 1967: 237-59). No entanto, quão longo é o curto prazo? Se se prolonga por muitas gerações, então o que isso representa para a teoria de Marx e sua prática política associada de buscar transformações revolucionárias no núcleo da sociedade civil?

Ao tratar tais questões, Marx é exasperadamente assistemático e vago. Portanto, é muito difícil integrar sua teoria da dinâmica da acumulação a longo prazo e suas contradições internas, particularizada para um sistema fechado, com temas relativos ao imperialismo, ao colonialismo, ao desenvolvimento geográfico desigual, às trocas desequilibradas etc. Marx estava consciente de tais questões, mas suas observações estão muito dispersas. Temos de desenvolver uma estrutura para sintetizar as diversas observações de Marx sobre a potência do ajuste espacial.

Isso exige uma firme interpretação da visão de Marx sobre a “dialética interna” do capitalismo em crise. Esse é um tópico sujeito a controvérsia, pois são muitas as interpretações concorrentes.²⁵ Trabalharei com uma versão muito simplificada, em que capitalistas distintos, presos à luta de classes e coagidos pela competição intracapitalista, são forçados a ajustes tecnológicos, que destroem a possibilidade relativa à acumulação equilibrada, e, desse modo, ameaçam a reprodução tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora. O produto final de tal processo é uma condição de *superacumulação* de capital, definida como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital

25. Uma versão completa da teoria é exposta em Harvey (1982).

rentavelmente. Esse excesso de capital pode existir como excedente de mercadorias, de moeda, de capacidade produtiva, e também leva a um excedente de força de trabalho (desemprego ou subemprego amplo). A única solução efetiva para tais crises, na ausência do ajuste espacial, é a *desvalorização* do capital, como moeda (por meio da inflação), como mercadorias (por meio da superabundância no mercado e dos preços em queda), como capacidade produtiva (por meio de instalações, equipamentos, infra-estruturas físicas etc. ociosos ou subutilizados, culminando em falência), e a desvalorização da força de trabalho (por meio de decrescentes padrões reais de vida do trabalhador).

Agora, temos de considerar como a superacumulação e a desvalorização podem ser remediadas por determinada forma de expansão geográfica. Podemos agregar as observações de Marx sobre tal perspectiva de acordo com três tópicos principais.

Os mercados externos e o subconsumo

Se o capital superacumulado na Grã-Bretanha for emprestado para a Argentina como meio de pagamento para a compra do excesso de mercadorias produzidas na Grã-Bretanha, então o alívio relativo à superacumulação será, na melhor das hipóteses, efêmero. A busca de tal estratégia supõe que as crises do capitalismo, sempre parcialmente expressas como falta de demanda efetiva, são totalmente atribuíveis ao subconsumo. Marx rejeita tão firmemente a interpretação geográfica desse processo como a explicação original (isto é, o subconsumo) (BLEANEY, 1976). Tudo o que ocorre, sugere ele, é que os efeitos da superacumulação se espalham sobre o espaço durante a fase de expansão alimentada pelo crédito. O colapso, ao chegar, provoca uma seqüência intrincada de eventos, por causa das diferenças existentes entre o desequilíbrio do comércio exterior e do balanço de pagamentos entre as regiões. Marx descreve uma seqüência típica desse modo:

Inicialmente, a crise pode se manifestar na Inglaterra, o país que adianta a maior parte do crédito e contrai o mínimo, pois o balanço de pagamentos [...] que deve ser saldado imediatamente, é *desfavorável*, ainda que a balança comercial seja *favorável* [...] Na Inglaterra, o craque, iniciado e acompanhado por uma fuga do ouro, liquida o balanço de pagamentos inglês [...] Então, chega a vez de algum outro país [...] Nos tempos de crise, o balanço de pagamentos é desfavorável para todos os países [...] mas sempre para todos os países em série, como uma saraivada de balas [...] Então, torna-se evidente que todos esses países, ao mesmo

tempo, apresentaram uma superexportação (portanto, produziram em excesso) e apresentaram uma superimportação (portanto, comerciaram em excesso), que os preços se inflacionaram em todos eles e o crédito se estendeu em demasia. Assim, o mesmo colapso acontece em todos eles.

Os custos da desvalorização são forçados de volta para a região iniciante:

Inicialmente, embarca-se para longe os metais preciosos, depois vendem-se mercadorias consignadas por preços baixos, exportam-se mercadorias para se desembaraçar delas ou obter adiantamentos pecuniários sobre elas no país natal, aumenta-se a taxa de juros, revoga-se o crédito, depreciam-se os valores mobiliários (desfazendo-se de valores mobiliários estrangeiros), atrai-se o capital estrangeiro para investimentos nesses valores mobiliários depreciados e, finalmente, ocorre a falência, que gera grande quantidade de reivindicações (MARX, 1967: 491-2, 517).

A seqüência parece sombriamente familiar. Nesse caso, evidentemente, não há perspectiva alguma para um ajuste espacial em relação às contradições do capitalismo.

Uma possibilidade mais intrigante surge com respeito ao comércio com formações sociais não-capitalistas. As circunstâncias podem, de fato, surgir, o que torna o desenvolvimento do capitalismo “condicional em relação aos modos de produção fora do seu próprio estágio de desenvolvimento”. O grau de alívio propiciado, portanto, depende da natureza da sociedade não-capitalista e da sua capacidade de integração ao sistema capitalista e de absorção do capital excedente. No entanto, as crises só poderão ser controladas se os países não-capitalistas “consumirem e produzirem a uma razão que os harmonize com a produção capitalista”.²⁶ Como isso pode ser assegurado sem alguma forma de dominação política e econômica? Mesmo assim, a solução está fadada a ser temporária. “Não é possível um país continuar a inundar outro país com seus produtos”, afirma Marx, “a não ser que o primeiro país seja capaz de dar ao segundo país algum proveito em troca”. Portanto, “quanto mais o interesse industrial [britânico] tornava-se dependente do mercado indiano, mais sentia necessidade de criar novos recursos produtivos na Índia” (MARX E ENGELS, 1972). Isso enceta todo um novo conjunto de problemas.

26. Marx (1967), vol. 2, p. 110; vol. 3, p. 257. Os dilemas que surgem foram recentemente bem ilustrados pelos problemas dos bancos ocidentais que buscaram meios rentáveis para o capital excedente na Polônia.

A exportação de capital para a produção

O capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões. As altas taxas de lucro prometidas proporcionam um incentivo “natural” para tal fluxo e, se atingidas, aumentam a taxa média de lucro no sistema como um todo. Temporariamente, as crises ficam resolvidas. “Temporariamente”, pois lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba, mas então numa escala geográfica expansível (MARX, 1967: 237, 256; MARX, 1969b: 436-7). O único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital. Podemos interpretar a real geografia histórica do capitalismo como produto de tal imperativo. No entanto, a “dialética interna” do capitalismo assegura que tal processo “move-se em contradições, constantemente superadas, mas, no momento exato, constantemente situadas” (MARX, 1973: 410). As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial.

Presumivelmente, há limites para tal processo. Por quanto tempo a expansão contínua pode ser sustentada antes que crises geograficamente localizadas ou que “crises de mudança” (que revertem ou mudam radicalmente a direção dos fluxos de capital) se unam em crises globais? Que dilemas internos são inerentes em tal processo?

Depois que determinada sociedade civil cria novos recursos produtivos noutras partes, para absorver seu capital superacumulado, estabelece um centro rival de acumulação que, em algum momento no futuro, também deve ser responsável por seu próprio ajuste espacial, para solucionar seus problemas. Marx considerou que percebeu o primeiro passo nessa direção depois que os britânicos exportaram capital para a Índia (MARX E ENGELS, 1972: 85-7). No entanto, a transição ali antecipada por Marx foi bloqueada por uma mistura de resistência interna à penetração capitalista e de política imperialista imposta pelos britânicos. Essa última foi, de modo geral, idealizada para impedir a ascensão da Índia à condição de competidora. De imediato, podemos identificar o seguinte dilema. Se, por qualquer razão, a “transformação externa” pronta para entrar em ação for impedida, então a capacidade do país natal para dispor

do capital superacumulado adicional também será impedida. O ajuste espacial é impedido, resultando numa crise no país natal. O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis. Contudo, deparamo-nos com outro tipo de dificuldade. Nas novas regiões, as novas forças produtivas criam uma ameaça competitiva para o país iniciante. Nas novas regiões, a superacumulação de capital exige um ajuste espacial, talvez mesmo à custa do capital nas regiões antigas. Os Estados Unidos absorveram muito mais capital excedente britânico do que a Índia, mas também se tornaram o grande concorrente em relação à Grã-Bretanha no mercado mundial. De modo similar, a ex-Alemanha Ocidental e o Japão absorveram muito mais capital excedente dos Estados Unidos do que todo o "Terceiro Mundo" depois de 1945, e também, subsequente, emergiram como principais centros competidores em relação à hegemonia econômica dos Estados Unidos dentro do capitalismo mundial.

Provavelmente, a desvalorização apresenta-se de qualquer forma. O país iniciante entra num beco sem saída. Nas novas regiões, o desenvolvimento desimpedido do capitalismo, estimulado pela exportação de capital, provoca a desvalorização no país natal mediante a competição internacional. O desenvolvimento restringido no exterior limita a competição internacional, mas impede o dinamismo que cria oportunidades para a exportação rentável de capital: o capital superacumulado não é capaz de fluir, sendo desvalorizado internamente. Então, não surpreende que as principais potências imperialistas hesitassem em suas políticas entre o livre comércio de "portas abertas" e a autarcia num império comercial fechado.²⁷

Contudo, existem diversas opções dentro dessas restrições genéricas. A expansão geográfica e a intensificação do capitalismo são uma revolução realizada durante muitos anos. Enquanto as crises local, regional e de mudança são algo normais para o funcionamento desse processo, a construção de uma crise verdadeiramente global do capitalismo depende do esgotamento das possibilidades para novas transformações revolucionárias ao longo do curso do capitalismo. Isso não depende da capacidade de propagar novas forças produtivas pela face da Terra, mas sim da oferta de nova força de trabalho, trazendo-nos de volta à questão da acumulação primitiva.

27. Consultar, por exemplo, Gardner (1971).

A expansão do proletariado por meio da acumulação primitiva

"O crescimento populacional", escreveu Marx, é "condição necessária" se a "acumulação deve ser um processo firme e contínuo" (MARX, 1973: 608, 764, 771; MARX, 1969b: 47). Posteriormente, Marx modifica isso, propondo crescimento populacional "liberto" do controle sobre os meios de produção; isto é, crescimento da força de trabalho assalariada, incluindo o exército de reserva industrial. Quanto mais rápido o crescimento se agregar nisso, provavelmente mais crises surgirão enquanto intervalos dentro de uma trajetória global de expansão.²⁸ Então, qual é a origem da expansão da população explorável? Marx divide a relativa população excedente em três categorias: latente, flutuante e estagnada. Vamos concentrar nossa atenção nas duas primeiras categorias. A mobilização dos elementos latentes acarreta acumulação primitiva (a separação dos trabalhadores rurais, artesãos, autônomos e mesmo alguns capitalistas do controle sobre seus meios de produção) ou substituição da família pela mão-de-obra individual (o emprego das mulheres e das crianças). A oferta flutuante pode se produzir pela combinação entre produção declinante de mercadorias e inovações tecnológicas poupadoras de trabalho. Considerados no contexto do crescimento natural da população (o próprio não isento da influência da dinâmica do capitalismo),²⁹ esses mecanismos devem proporcionar nova oferta de força de trabalho, para alimentar a acumulação, para o próprio bem da acumulação.

Marx não submete esses processos a um exame detalhado, nem se ocupa sistematicamente com aspectos espaciais. No entanto, o fluxo de sua lógica aponta claramente para determinadas conclusões. *Numa* determinada sociedade civil, vista como sistema fechado, a acumulação vai se acelerar até serem absorvidos todos os elementos latentes e serem alcançados os limites do crescimento natural da população. Então, progressivamente, devem se levar em conta as populações flutuantes como fonte de um exército de reserva industrial. A sociedade se livra do transtorno e alvoroço da acumulação primitiva e da destruição das relações familiares pré-capitalistas, passando a sofrer o trauma do desemprego tecnologicamente controlado. Provavelmente, ambos os processos serão foco de intensas lutas de classes, embora de tipos diferentes. No entanto, o último processo é mais problemático para o capitalismo. A mudança tecnológica acelerada e descontrolada gera superacumulação,

28. Esse aspecto do argumento de Marx é tratado com grande profundidade em Sweezy (1942: 222-6) e Morishima e Catephores (1978, cap. 5).

29. Por incrível que pareça, Marx aceita a maior parte do saber convencional sobre as influências econômicas que afetam o crescimento populacional, com a observação adicional de que os trabalhadores não tem outra opção exceto "acumular" a única fonte de riqueza que eles detêm, isto é, sua força de trabalho. Consultar Marx (1967, vol. 1: 643).

e, no fim, o desemprego tanto do capital quanto do trabalho. Embora os capitalistas talvez não estejam cômnicos disso, há uma vantagem sistemática de explorar as reservas latentes de mão-de-obra em vez das flutuantes. Quanto mais os capitalistas dependerem das reservas flutuantes, provavelmente mais graves serão as crises de desvalorização.

Se a expansão geográfica possibilita o acesso às reservas latentes de mão-de-obra, isso pode, de fato, ser útil para mitigar as crises de desvalorização. Isso significa alguma forma de acumulação primitiva no exterior (por meio da penetração das relações capitalistas de propriedade, das formas monetárias, da imposição de controles estatais e legais etc.). Os excedentes de mão-de-obra assim criados formam um campo de ação para o capital superacumulado. A forma exata alcançada do processo laboral e das relações sociais pode variar muito, de acordo com as condições iniciais e os tipos de luta de classes postos em movimento. Marx identificou algumas das variações. As colônias associadas a monoculturas, dirigidas por capitalistas com base na mão-de-obra escrava ou de imigrantes, podem ser formalmente integradas ao capitalismo sem se fundarem na mão-de-obra assalariada livre. Os modos de exploração em sociedades baseadas no trabalhador rural tradicional também podem ser convertidos em subordinação formal e não real do trabalho sob o capital. A conversão dos poderes estatais numa forma de capitalismo estatal cria outras possibilidades. De modo geral, Marx não prestou muita atenção à grande diversidade de possíveis formas transicionais que surgem depois que as reservas latentes de mão-de-obra são mobilizadas por meio da acumulação primitiva sobre populações nativas em formações sociais não-capitalistas.³⁰ Ele se apóia num ponto básico: o papel chave dos excedentes de mão-de-obra na busca do “ajuste espacial” relativo às contradições internas do capitalismo.

O excedente de mão-de-obra também pode ser importado do exterior. Para Marx, a importância da Irlanda para o capitalismo inglês era essa. Na Irlanda, a acumulação primitiva fornecia excedente de mão-de-obra para a Inglaterra, ajudando a solapar o poder organizado dos trabalhadores ingleses (MARX E ENGELS, 1955: 228-33, 235-8). No mundo contemporâneo, existem muitos paralelos que não precisam ser repisados. No entanto, nesse caso, encontramos uma tensão interessante. Na ausência de escravidão, a importação do excedente de mão-de-obra deve se apoiar na livre mobilidade geográfica dos trabalhadores. Porém, caso se conceda esse privilégio ao excedente de mão-de-obra no exterior, é difícil negá-lo à reserva flutuante gerada na terra natal. Diante do desemprego, a reserva flutuante talvez emigre, especialmente se terras sem donos estiverem disponíveis em determinada

30. Nesse caso, a explicação em Marx, *Grundrisse* (1973: 459-511), é muito útil.

fronteira. Nesse caso, Marx concorda tanto com Hegel como com Von Thünen; ou seja, grande quantidade de mão-de-obra pode ser aproveitada por meio da livre migração a uma fronteira. De fato, habitualmente, ele atribui a existência de melhores salários e condições de trabalho nos Estados Unidos à presença de fronteiras relativamente abertas. No entanto, Marx também diverge de Hegel e Von Thünen, pois considera tal condição como contrária aos reais interesses da acumulação.

Nesse momento, o significado do último capítulo sobre colonização atinge o objetivo com força redobrada. A acumulação primitiva na fronteira é tão vital como a acumulação primitiva e o desemprego tecnologicamente induzido na terra natal. As condições interna e externa da luta de classes estão intimamente entrelaçadas. Eis como Marx descreve a relação no caso das colônias fundadas por meio da livre migração de trabalhadores:

Em todo lugar, o regime capitalista colide contra a resistência do produtor, que, como proprietário de suas próprias condições de trabalho, emprega esse trabalho para enriquecer a si mesmo e não o capitalista. Nesse caso, a contradição entre esses dois sistemas econômicos diametralmente opostos manifesta-se na luta entre eles. Onde o capitalista tem atrás de si o poder do país natal, ele tenta limpar o caminho à força, eliminando os modos de produção e apropriação com base no trabalho independente do produtor (MARX, 1967: 765).

A busca do “ajuste espacial” gera novas formas de luta de classes, epitomada pelos diversos movimentos populistas e radicais surgidos entre os colonizadores das regiões de fronteira. De fato, nesse caso não é difícil criar uma estrutura teórica simples para captar a dinâmica principal da assim chamada “Economia Atlântica” do século XIX (THOMAS, 1973). Na terra natal, a absorção das reservas latentes conduz à criação de reservas flutuantes por meio da mudança tecnológica. Tais reservas flutuantes são atraídas para alguma fronteira aberta. Além disso, no país natal, a dependência de reservas flutuantes exacerba os problemas de superacumulação e desvalorização. Desse modo, o capital também é atraído para alguma fronteira aberta. O capital e a força de trabalho desempregados – a marca da concepção de Marx sobre a crise – são ambos atraídos para a fronteira. No entanto, se a acumulação de capital deve ser satisfeita, a mão-de-obra que se deslocou para a fronteira em busca de uma existência não-alienada deve ser recapturada como mão-de-obra assalariada. Inevitavelmente, a acumulação primitiva e as novas formas de luta de classes se reafirmam na fronteira. Isso é o que realmente sinaliza o capítulo final de Marx sobre colonização.

A circunstância geral permanece. Embora a expansão acelerada da força de trabalho assalariada (por meio da acumulação primitiva, da migração das reservas flutuantes de mão-de-obra etc.) possa mitigar as tendências para a produção de crise a curto prazo, as relações sociais que impulsionam a dialética interna do capitalismo são meramente recriadas numa escala geográfica mais ampla. Sob tais circunstâncias, não há “ajuste espacial” a longo prazo para as contradições internas do capitalismo.

Reflexões e alertas

A partir desses textos, vamos refletir do ponto de vista da história das idéias em seus contextos econômico e político. Von Thünen passou da consideração explícita da organização espacial em suas obras iniciais para uma formulação inteiramente não-espacial posteriormente. Embora afirme que o verdadeiro “Estado ético” não deva impor barreiras à mobilidade geográfica do capital e do trabalho, ele se defronta com a realidade do intervencionismo e mercantilismo estatal prussiano, expressos no contexto do incipiente nacionalismo germânico. Como Hegel antes dele, Von Thünen se vê obrigado a buscar a transformação interna que mitigará o conflito de classes e a polarização social nos limites de determinada sociedade civil. Assim, a fronteira se torna uma fronteira analítica relativa ao preço do fator, regulada de acordo com a produtividade marginal dos diversos fatores de produção dentro de uma economia fechada. A verdadeira lição que Marshall e todos os economistas neoclássicos posteriores aprenderam disso foi que a ciência econômica pode buscar e explicar princípios de harmonia social sem apelar para a economia política do ajuste espacial. Depois disso, a economia, como Walter Isard lamentou mais tarde, abandonou toda consideração séria a respeito do espaço, aceitando a máxima de Marshall, de que “a influência do tempo” é “mais importante do que a do espaço” (ISARD, 1956: 24). No entanto, a supressão da análise do ajuste espacial também foi crucial para dismantelar a economia política tradicional. As relações espaciais se tornaram reserva exclusiva da teoria política, cortando toda conexão direta com a realidade cotidiana da circulação do capital e das suas contradições, e substituiu uma teoria organicista do Estado (enredada na luta pela sobrevivência, no *lebensraum* [espaço vital] necessário etc.), associando doutrinas de destino manifesto, responsabilidade do homem branco, superioridade racista etc.

No final do século XIX, a burguesia considerava perdida a conexão entre política e economia, assim como entre transformação interna e externa, por incrível que pareça no momento histórico exato em que as carreiras de personagens tão diversos como Joseph Chamberlain, na Grã-Bretanha, Jules Ferry, na França, e Theodore Roosevelt, nos Estados Unidos, proporcionavam testemunho vivo das

unidades subjacentes (JULIEN ET AL., 1949). Todos eles, preocupados desesperadamente em apagar o incêndio da luta de classes, passaram a adotar políticas imperialistas depois que atingiram os limites da reforma social interna. No momento exato em que a relação entre transformação interna e externa estava num estado de tensão aguda, a ideologia burguesa mascarava o significado do relacionamento, insistindo na separação entre a teoria econômica e política. Deixou-se para um outro e furtivo mundo de escritores burgueses dissidentes, como Hobson e Mark Twain, e para os marxistas, analisarem e preservarem a unidade da economia política como ferramenta para interpretar uma história profundamente agitada.

Porém, os marxistas, paradoxalmente, não encontraram muita ajuda em Marx (certamente não em *O capital*). Para Marx, ainda que supremamente cômico da unidade subjacente dos assuntos políticos e econômicos, assim como da dinâmica global do capitalismo, a excluída consideração específica a respeito do ajuste espacial nos fundamentos que integravam, na teoria, questões de comércio exterior, de expansão geográfica e outras mais, apenas complicou os fatos, sem necessariamente acrescentar algum dado novo. Frequentemente, Marx busca, como no capítulo sobre “Colonização”, fechar a porta em relação a uma possibilidade que Hegel deixou aberta. Na obra de Marx, há suficiente comentário secundário (alguns dos quais já citamos) para indicar que ele nem sempre ficou satisfeito com esse fechamento. Mas num mundo em que a “Pax Britannica” de Palmerston reinava segura, e posicionado como Marx estava, ou seja, no centro do capitalismo *laisser-faire*, com todas as suas lisonjas ideológicas, Marx tinha pouco estímulo para ir além, descrevendo o ajuste espacial como nada mais do que a projeção violenta das contradições do capitalismo sobre o palco mundial. A sua preocupação maior, e a contribuição de *O capital*, foi elucidar a natureza da dialética *interna* do capitalismo.

As aterradoras realidades das rivalidades interimperialistas do final do século XIX, a luta pela autarcia nos fechados impérios comerciais, o colapso da “Pax Britannica” e a tendência aparentemente inevitável à guerra global, ligados, como todas essas coisas estavam com a ascendente militância dos trabalhadores nos países capitalistas avançados, forçaram os marxistas a enfrentar diretamente a relação dinâmica entre a transformação interna e externa. Bukharin, Lenin, Luxemburg e outros passaram a se dedicar à análise explícita do imperialismo (BUKHARIN, 1972; LENIN, 1963, vol. 1: 667-768; LUXEMBURG, 1968). Os marxistas, movendo-se na direção exatamente oposta dos teóricos burgueses da corrente em voga, esforçaram-se para extrair sua teoria do molde não-espacial em que Marx a delineou, e, assim, procuraram preservar a análise econômico-política pertinente ao seu tempo. Ao fazer isso, criaram uma nova imagem retórica na tradição marxista, uma imagem retórica que, de modo dramático, unifica temas a respeito da

exploração capitalista e do ajuste espacial. Os centros exploram as periferias, a metrópole explora sua hinterlândia, o Primeiro Mundo domina e explora impiedosamente o Terceiro Mundo etc. *Dentro* de uma determinada sociedade civil, a luta de classes se reconstitui como a luta de formações sociais periféricas contra alguma fonte central de opressão. O campo se revolta contra a cidade, a periferia contra o centro, o Terceiro Mundo contra o Primeiro. A imagem retórica espacial é tão poderosa que ameaça, de vez em quando, engolfar e substituir a interpretação da dialética interna do capitalismo, elaborada tão cuidadosamente por Marx. Além disso, certamente solapa qualquer explicação simples relativa às expectativas de Marx por um internacionalismo proletário, com base na consciência universalista nascida da universalidade do sofrimento da classe trabalhadora.

A porta que Hegel de modo tão previdente abriu ainda permanece escancarada. Passar através dela implica aceitar a tensão entre a transformação interna e externa como foco de interesse teórico. O entendimento completo dessa tensão preenche a lacuna entre a teoria marxista da acumulação (explicada, em sua maior parte, em termos inteiramente temporais) e a visão de Lenin sobre a geografia histórica do imperialismo capitalista. A reconstrução dos textos periféricos de Marx sobre o ajuste espacial indica, porém, que ele possuía uma avaliação muito mais profunda a respeito de suas potencialidades e limitações do que muitos lhe atribuem. Além disso, a leitura atenta de Lenin (que não empreendemos aqui) sugere que sua teoria do imperialismo está mais profundamente enraizada na teoria da acumulação de Marx do que aparenta de modo imediato.³¹ Ambos não apenas concordam que é impossível que as contradições do capitalismo, a longo prazo, sejam mitigadas pelo imperialismo, mas também estão amplamente de acordo quanto aos processos que ligam a transformação interna e externa. No entanto, Lenin acrescenta um *insight* crucial que falta em Marx, um *insight* que poderia facilmente ser inserido na teoria de Marx com implicações alarmantes.

A recusa rude e despachada de Marx a respeito da eficácia de qualquer ajuste espacial em relação às contradições internas do capitalismo permite-lhe concentrar a atenção sobre os processos fundamentais da formação da crise. A teoria da desvalorização da superacumulação revela o auge da insanidade e o intenso poder

31. A derivação plena da teoria de Lenin a partir de Marx exige muitas etapas, o que não posso fazer aqui. Em primeiro lugar, devemos fornecer uma base material para as forças que, diante da mobilidade geográfica tanto do capital quanto da força de trabalho, produzem e sustentam alianças de classe dentro da sociedade civil limitada territorialmente. Procurei cobrir essa etapa em Harvey (1982: 13). A segunda etapa é mostrar como tais alianças de classe, embora basicamente instáveis, podem se cristalizar em torno de configurações relativamente rígidas de poder político e militar, exercido através do aparelho estatal. Essa segunda etapa foi foco de grande e contínua controvérsia na literatura marxista sobre a teoria do Estado.

destrutivo implícitos no modo capitalista de produção. Sob sua fachada associada à racionalidade do mercado, e em oposição aos seus recursos criativos para revolucionar as forças produtivas, a burguesia se revela “a classe dirigente mais violentamente destrutiva da história”.³² Nas profundezas das crises, os capitalistas desencadeiam a violência da acumulação primitiva uns sobre os outros, destroem grande quantidade de capital, canibalizam-se e liquidam-se na “guerra de todos contra todos”, que Hobbes enxergou há muito tempo como característica inerente do capitalismo de mercado. O que Marx não prevê em parte alguma, mas Lenin enfatiza, é a conversão desse processo em lutas econômicas, políticas e militares entre os Estados-Nações. Em tempos de desvalorização selvagem, a busca de ajuste espacial se converte em rivalidades interimperialistas, que sustentam o impacto da desvalorização. A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam as fichas num jogo ameaçador. As guerras comerciais, o *dumping*, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo do capital e ao câmbio exterior, as guerras associadas às taxas de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, a subjugação e dominação de economias tributárias, a reorganização forçada da divisão do trabalho nos impérios econômicos e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada do capital de um país rival por meio da guerra, são algumas das opções à mão.

Duas vezes no século XX, o mundo mergulhou na guerra global por meio das rivalidades interimperialistas. Duas vezes, no espaço de uma geração, o mundo viveu a desvalorização maciça do capital mediante a destruição física, o consumo derradeiro da força de trabalho como bucha para canhão. Nunca foi fácil explicar essa história com base na teoria que recorre à relação de classe entre capital e trabalho como suporte sobre o qual gira a história capitalista. A conduta relutante de Marx em relação à questão formulada por Hegel nos traz para a iminência de tal entendimento. A inserção dos *insights* de Lenin nas exposições de Marx revela uma história mais completa.

Então, quem está certo? Se for para acreditar em Von Thünen, não há nada inerente no capitalismo que imponha a polarização acelerada de classe, o conflito ou a guerra interimperialista. A burguesia, munida da consciência própria dos seus deveres e obrigações, assim como dos seus direitos, apresenta-se para levar a humanidade para lugares sempre mais civilizados, verdadeiros paraísos dos direitos humanos e da pacífica harmonia social. Se isso não consegue se materializar, deve apenas ser atribuído às fragilidades da natureza humana, às deficiências morais do espírito, à falha da compreensão e da implantação do plano divino no mundo. Para

32. A frase presente é de Berman (1982: 100).

Marx, o capitalismo é muito mais problemático do que isso. Constitui uma força em revolução permanente, varrendo todas as formas de vida mais antigas, desatrelando recursos imensos para expandir a produtividade do trabalho social. No entanto, também contém dentro de si as sementes da sua própria negação, sementes que crescem e, no fim, racham as próprias bases em que estão enraizadas. No capitalismo, as crises são inerentes. Em tais momentos, a irracionalidade e o terrível poder destrutivo próprios do modo capitalista de produção ficam aparentes com mais facilidade: o capital inaproveitado, de um lado, e a força de trabalho desempregada, no outro. Em parte, no entanto, o recurso ao ajuste espacial mascara a irracionalidade do capitalismo, pois permite atribuir à desvalorização, por meio da destruição física ou da guerra global, fracassos puramente políticos. Uma teoria marxista adequadamente elaborada das relações entre transformação interna e externa desnuda tal ilusão. Ficam desnudas as raízes da formação da crise no aspecto tanto nacional quanto internacional, na dimensão geográfica.

A questão de quem está certo ou errado é de grande e imediata importância. Se a teoria marxista do ajuste espacial estiver correta, então, no século XX, a perpetuação do capitalismo foi obtida à custa da morte, da devastação e da destruição levadas a cabo em duas guerras mundiais. No entanto, cada guerra foi travada com armas de destruição sempre mais sofisticadas. Testemunhamos o crescimento da força destrutiva que mais do que se iguala ao crescimento da força produtiva que a burguesia também deve criar como condição da sua sobrevivência. De fato, nossa condição presente deve dar o que pensar, já que as tendências de crise do capitalismo mais uma vez fogem do controle, as rivalidades interimperialistas se aguçam e a ameaça de autarcia dentro de impérios comerciais fechados avulta. A batalha para exportar a desvalorização assume o primeiro plano e as beligerâncias dominam o tom dos discursos políticos em todos os níveis. Com isso, chega a renovada ameaça de guerra global, dessa vez travada com armas de tão grande e insano poder destrutivo, que nem mesmo o mais apto permanecerá vivo. A mensagem que Marx há muito tempo procurou fixar sobre nós parece mais premente do que nunca:

A destruição violenta do capital não por relações externas ao mesmo, mas como condição de sua autopreservação, é a forma mais notável pela qual o conselho é dado, dando espaço a um estado superior de produção social (MARX, 1973: 749-50).

CAPÍTULO V

A GEOPOLÍTICA DO CAPITALISMO

Publicado pela primeira vez em
Social relations and spatial structures, edição de 1981.

Desejo considerar as conseqüências geopolíticas da existência sob o modo capitalista de produção. Elaborarei teoricamente meu argumento, mas sua relevância história será evidente o suficiente para estimular o debate e talvez a ação política, numa questão de profunda e forçosa urgência.

As principais características do modo capitalista de produção

A expressão “modo de produção” é controversa, mas para o propósito da minha argumentação proponho uma interpretação relativamente simples para ela. Acredito que todos nós concordamos de modo aceitável que a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito. Podemos considerar a circulação do capital um processo contínuo, no qual se usa moeda para adquirir mercadorias (força de trabalho e meios de produção, como matérias-primas, maquinário, insumos de energia etc.), com o objetivo de combiná-los na produção e fabricação de uma nova mercadoria, que pode ser vendida pela moeda gasta inicialmente mais o lucro. Esquemáticamente, representa-se esse processo como um sistema do seguinte tipo:

$$M - C \left\{ \begin{array}{l} LP \\ \dots P \dots C' - M + \Delta m, \text{ etc.} \\ MP \end{array} \right.$$

A teoria apresentada a seguir se baseia na análise de tal processo de circulação. Também assumirei uma forma atomística com respeito à sociedade competitiva de mercado, na qual diversos agentes econômicos se dedicam a essa forma de circulação. Os desvios dessa hipótese, exceto sob condições especificadas posteriormente, não afetam a lógica do meu argumento. Não pretendo sugerir, no

entanto, que tudo o que acontece sob o capitalismo pode se reduzir a uma manifestação direta ou mesmo indireta da circulação do capital. Algumas mercadorias são produzidas e comercializadas sem apelo ao estímulo do lucro, e diversas transações entre agentes econômicos existem fora da circulação do capital. Contudo, sustento que a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação. Se, por exemplo, houver interrupção dessa forma de circulação pela impossibilidade da obtenção de lucro, então a reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos. Além disso, também sustentarei que, sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Não significa que interpreto todos esses fenômenos como rigorosamente funcionais em relação à circulação do capital. Porém, os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes, para mencionar algumas das organizações chave que tenho em mente, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente.

A análise profunda e rigorosa da circulação do capital revela muitos aspectos importantes. Essa foi a tarefa analítica que Marx se impôs em *O capital*, e seguirei a linha de pensamento por ele elaborada. Como, em outra obra (HARVEY, 1982), investiguei, analisei e, até certo ponto, ampliei muito as conclusões de Marx, sinto-me à vontade para sumariá-las sem demonstrações e justificativas detalhadas. Correndo o risco de uma demasiada simplificação, reduzirei os aspectos importantes da circulação do capital a dez pontos. Preciso fundamentar meu argumento.

1. A continuidade da circulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas. Isso ocorre porque o valor das mercadorias produzidas no final da seqüência (C') é maior do que o valor das mercadorias absorvidas na produção (C). Esse aumento no valor é capturado sob a forma monetária do lucro (Dm). Portanto, uma economia capitalista "saudável" é a que apresenta um índice de crescimento positivo. Quanto mais próxima do estado de estagnação (sem falar de declínio real), mais não-saudável se considera a economia. Isso se traduz na ideologia do crescimento ("o crescimento é bom"), independentemente das conseqüências ambiental, humana ou geopolítica.

2. Na produção, o crescimento se realiza por meio da utilização de trabalho vivo. De fato, os capitalistas podem obter lucros comprando barato e vendendo caro; no entanto, ao fazer isso, o ganho deles significa a perda de outros. A redistribuição do poder social por meio da troca desigual

talvez seja importante para ascensão e reorganização subsequente do capitalismo (por exemplo, a concentração inicial de riqueza através do comércio mercantil e a centralização subsequente do capital em empresas gigantescas). No entanto, a redistribuição não é base adequada para a circulação contínua do capital. Uma economia capitalista saudável é aquela em que todos os capitalistas obtêm rendimentos (lucros) positivos. Isso exige que valor real seja adicionado na produção. O trabalho vivo (em oposição a "trabalho morto", personificado e pago com outras mercadorias) é, portanto, a fonte exclusiva de valor agregado real na produção.

3. Na produção, o lucro se origina da exploração do trabalho vivo. Nesse caso, pode se despir o termo "exploração" de suas conotações mais emotivas. O termo denota uma condição moral, pela qual se trata o trabalho vivo como "fator" reificado da produção e condição técnica, pela qual é possível que a mão-de-obra gere mais na produção do que obtenha através da troca da sua força de trabalho como mercadoria. Isso não significa que o trabalhador recebe o mínimo possível. Surgem certas situações em que o trabalhador ganha mais, ao mesmo tempo que também aumenta a diferença entre o ganho da mão-de-obra e a geração de produção. Em outras palavras, um maior padrão material de vida para o trabalhador não é necessariamente incompatível com um aumento da taxa de exploração.

4. Em conseqüência, a circulação de capital se baseia na relação entre classes. O termo "classe" também é capcioso. No entanto, nesse caso, posso dar ao termo um significado restrito e muito simples. A circulação de capital impõe a compra e venda da força de trabalho como mercadoria. A separação entre compradores e vendedores suscita uma relação de classe entre eles. Aqueles que compram direitos relativos à força de trabalho para obtenção de lucro (os capitalistas) e aqueles que vendem direitos relativos à força de trabalho para viver (os trabalhadores) existem em lados opostos concernente a essa divisão entre comprador e vendedor. A divisão dos papéis de classe que isso acarreta não esgota todas as relações de classe possíveis ou importantes sob o capitalismo. A compra e venda da força de trabalho também não estão exclusivamente limitadas ao domínio da circulação de capital. No entanto, sem a relação entre capital e trabalho, expressa por meio da compra e venda da força de trabalho, não poderia haver nem exploração, nem lucro e nem circulação de capital. Como todos esses elementos são fundamentais para a produção de mercadoria e reprodução social, a relação de classe entre capital e trabalho é, indiscutivelmente, a relação social mais importante dentro da complexa tecedura da sociedade burguesa.

5. Essa relação de classe significa oposição, antagonismo e luta. Duas questões relacionadas estão em jogo. Quanto os capitalistas precisam pagar para obter os direitos relativos à força de trabalho, e o que, exatamente, esses direitos abrangem? As lutas sobre o índice salarial e sobre as condições de trabalho (a extensão do dia útil, a intensidade do trabalho, o controle sobre o processo laboral, a perpetuação das habilidades etc.) são, em consequência, endêmicas com respeito à circulação do capital. É claro que há diversas outras fontes de tensão, conflito e luta, nem todas podendo ser reduzidas, direta ou indiretamente, a uma expressão do antagonismo entre capital e trabalho. No entanto, a luta de classes entre capital e trabalho é tão fundamental, que, de fato, influencia todos os outros aspectos da vida burguesa.

6. Necessariamente, o modo capitalista de produção é tecnologicamente dinâmico. O impulso à revolução permanente do padrão da produtividade social do trabalho se encontra, inicialmente, na força dupla da competição intercapitalista e da luta de classes. A mudança tecnológica e organizacional dá aos capitalistas individuais vantagens sobre seus rivais e ajuda a obter lucro no mercado. Essa mudança representa uma arma (nem sempre usada com sucesso absoluto) para o controle da intensidade de trabalho e para a diminuição do poder dos trabalhadores na produção, por meio da substituição das habilidades sob monopólio. Também permite que os capitalistas exerçam influência sobre a oferta de mão-de-obra (conseqüentemente, sobre o índice salarial) mediante a criação do desemprego tecnologicamente induzido. A mudança em uma esfera requer mudança análoga em outra esfera, repercutindo de modo maciço por todo o tecido da sociedade burguesa (especialmente na esfera militar). Desse modo, o dinamismo tecnológico parece se perpetuar por si mesmo. Não surpreende que a ideologia do progresso e sua inevitabilidade se enraizassem profundamente na vida e cultura burguesa.

7. Normalmente, a mudança tecnológica e organizacional requer investimento de capital e força de trabalho. Essa verdade simples esconde consideráveis implicações. Certos meios devem ser encontrados para produzir e reproduzir excedentes de capital e trabalho, para alimentar o dinamismo tecnológico tão necessário para a sobrevivência do capitalismo.

8. A circulação do capital é instável. Incorpora contradições poderosas e destrutivas, que conferem sua inclinação crônica para a crise. Sob o capitalismo, a teoria da formação da crise é complexa e controversa nos detalhes. No entanto, o exame dos sete pontos precedentes revela uma

contradição central. O sistema tem de se expandir mediante a utilização do trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – da produção. O crescimento e o progresso tecnológico, ambos aspectos necessários da circulação do capital, são antagonísticos entre si. Periodicamente, o antagonismo subjacente irrompe como crise de acumulação plenamente amadurecida; ou seja, rupturas totais do processo de circulação do capital.

9. Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos. Denomino isso de estado de *superacumulação*. O capital excedente e a força de trabalho excedente existem lado a lado, sem aparentemente nenhum modo de uni-los na realização das tarefas socialmente úteis. A irracionalidade que se oculta, no âmago do modo supostamente racional de produção vem à tona para todos verem. Esse é o tipo de irracionalidade, envolvendo grande capacidade produtiva ociosa e grande desemprego, em que a maioria das economias ocidentais mergulhou nos últimos anos.

10. Os excedentes que não podem ser absorvidos são desvalorizados; algumas vezes, são até destruídos fisicamente. O capital pode ser desvalorizado como moeda (por meio da inflação ou da inadimplência sobre a dívida), como mercadoria (estoques não vendidos, vendas abaixo do preço de custo, perda física) ou como capacidade produtiva (instalação física ociosa ou subutilizada). A renda real dos trabalhadores, seu padrão de vida, segurança e até oportunidades de vida (expectativa de vida, mortalidade infantil etc.) são muito aviltados, especialmente para aqueles jogados na categoria dos desempregados. A infra-estrutura física e social, que serve como suporte decisivo para a circulação do capital e a reprodução da força de trabalho, também talvez seja negligenciada. As crises de desvalorização geram intensas ondas de choque em todos os aspectos da sociedade capitalista. Frequentemente, criam tensões sociais e políticas agudas. Assim, com a agitação provocada, novas formas políticas e ideologias podem emergir.

Sob o capitalismo, considero inevitáveis as crises, independentemente das medidas adotadas para mitigá-las. Entre crescimento e progresso tecnológico, a tensão é grande demais para ser contida dentro dos limites da circulação do capital. No entanto, para a engenhosidade humana e para a ação política, é possível a alteração do ritmo, da extensão espacial e da forma de manifestação da crise. A seguir, analisaremos algumas dessas possibilidades. Também é possível para a

engenhosidade humana e para a ação política a transformação das crises em momentos catalisadores, embora traumáticos, do progresso humano, não deixando as crises se dissolverem na barbárie, testemunho da fragilidade e futilidade das aspirações humanas iluministas. Porém, aproveitar o momento de crise como oportunidade para uma criativa mudança revolucionária exige entendimento profundo de como as crises se formam e se desenvolvem.

O excedente de capital e de força de trabalho: o agente principal do desenvolvimento capitalista

A geografia histórica do capitalismo pode ser mais bem considerada do ponto de vista do triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho. Sem a criação prévia e a mobilização de tal excedente, a circulação do capital não pode nem mesmo começar, nem a expansão pode ser sustentada. Por outro lado, a produção ininterrupta de excedentes de capital sob a forma de lucros, junto com revoluções tecnológicas que desempregam as pessoas, estabelecem continuamente o problema de como absorver tais excedentes sem desvalorização. De modo incessante, a probabilidade de crise fermenta dentro dessa tensão entre a necessidade de produzir excedentes de capital e de força de trabalho e a necessidade de absorvê-los.

A acumulação original, de acordo com Marx, apoiava-se na expropriação violenta dos meios de produção, que punha excedentes de capital na mão de poucos, enquanto a maioria era forçada a se tornar trabalhador assalariado para viver. A migração da força de trabalho excedente do campo para a cidade, a concentração urbana da riqueza pelos negociantes (pilhando o mundo por meio da troca injusta) e usurários (solapando a propriedade fundiária e a convertendo em riqueza monetária), além da extração do produto excedente do campo para o benefício da cidade, facilitaram a concentração social e geográfica dos excedentes. O ponto importante, no entanto, é reconhecer que os excedentes de capital e força de trabalho podem ser gerados *fora* da circulação do capital, e mobilizados mediante diversos processos de acumulação primitiva e concentração geográfica.

Os excedentes necessários também podem ser produzidos *dentro* do processo de circulação do capital. O lucro é capaz de ser convertido em capital. De fato, uma condição necessária para a realização do lucro no presente é a conversão de uma parte do lucro passado em novo investimento de capital. Apenas desse modo pode se sustentar a expansão necessária da qual depende a sobrevivência do capitalismo (HARVEY, 1982: cap. 3). A produção de excedentes de força de trabalho representa um problema maior. O desemprego pode ser criado pela mudança tecnológica, mas

a manutenção de um conjunto constante de trabalhadores excedentes por tal mecanismo significa que a crise, desencadeada pela tensão entre mudança tecnológica e crescimento, será freqüente e profunda. A acumulação primitiva, a mobilização das reservas "latentes" (mulheres e crianças, trabalhadores de setores não-capitalistas) e o crescimento populacional proporcionam fontes alternativas de força de trabalho excedente. Em uma sociedade inteiramente capitalista, a taxa positiva de crescimento populacional é, aparentemente, a base mais segura a longo prazo para a acumulação relativamente livre de problemas, embora, a curto prazo, também pode ser suficiente, por exemplo, o movimento massivo de mulheres rumo à força de trabalho (HARVEY, 1982: cap. 6). No entanto, nesse caso, nos deparamos com um problema, pois a reprodução da força de trabalho não está sob o controle direto do capitalista. O capitalista talvez pague um salário social suficiente para reproduzir e expandir a força de trabalho, inclusive para aprimorar suas qualidades. Talvez crie todos os tipos de meios sociais para testar e influenciar os trabalhadores a ter ou não filhos. Porém, a reação dos trabalhadores não é garantida. A força de trabalho não é, portanto, uma mercadoria como outra qualquer. Não se pode prever como a dinâmica da acumulação se enreda com o crescimento populacional, e toda relação entre circulação do capital e reprodução da força de trabalho continua sendo um problema espinhoso, talvez insolúvel.

Os excedentes de capital e trabalho, não obstante produzidos, precisam ser absorvidos. Sob condições normais, há a expectativa de que a tendência capitalista à acumulação cuide do assunto, embora com grandes ritmos cíclicos e, por vezes, descontinuidades desconfortáveis. Há duas circunstâncias genéricas em que isso não ocorre, e ambas merecem discussão. Em primeiro lugar, desproporcionalidades grandes na razão entre excedentes de capital e força de trabalho podem deixar um ou outro desvalorizados. Em segundo lugar, durante as crises, os excedentes produzidos tanto de capital quanto de força de trabalho não podem ser absorvidos, e ambos são desvalorizados.

Os processos pelos quais se produzem os excedentes de capital e força de trabalho não garantem que esses excedentes possam ser reunidos no tempo e espaço na proporção adequada para serem absorvidos em um determinado processo de circulação de capital. Até certo ponto, as tecnologias embutidas na circulação do capital podem se ajustar para acomodar tais diferenças, embora, muitas vezes, à custa de uma reestruturação radical. A livre mobilidade geográfica dos excedentes desigualmente distribuídos também pode ajudar. Todavia, certas situações surgem e inclusive persistem, nas quais excedentes de determinado tipo não podem ser absorvidos, pois excedentes de outro tipo não estão presentes na quantidade e qualidade necessárias. Ou o capital ou a força de trabalho são desvalorizados, mas não ambos. Até o ponto que a relação do poder dominante favoreça o capital,

provavelmente a condição mais persistente será de escassez de capital e de excedente de força de trabalho, com toda a devastação social resultante associada à desvalorização da força de trabalho.

Contudo, a condição que mais me interessa é aquela em que os excedentes inaproveitados de capital e força de trabalho coexistem. Essa é a condição de crise em que o capitalismo mergulha periódica e inevitavelmente, pois sua dinâmica tecnológica solapa sua capacidade de sustentar o crescimento. Então, tanto o capital quanto a força de trabalho são desvalorizados. Será que não há alguma maneira de evitar tal desastre social, econômico e até talvez político? Formular essa questão é, de fato, perguntar: será que não há alguma maneira de absorver os excedentes de modo produtivo por meio da abertura de novos canais e caminhos para a circulação do capital? A seguir, mostrarei que os deslocamentos espacial e temporal oferecem amplas oportunidades para a absorção dos excedentes, provocando, no entanto, conseqüências dramáticas para a dinâmica da acumulação. Depois, mostrarei que nenhum dos dois estratagemas oferece solução permanente para as contradições internas do capitalismo, mas se valer de um ou outro (ou de ambos) altera fundamentalmente a maneira pela qual se manifesta a crise.

O deslocamento temporal por intermédio de investimentos a longo prazo

A circulação do capital tem de ser completada em uma determinada extensão de tempo. Denomino isso “tempo de rotação socialmente necessário”; isto é, o tempo médio necessário para girar certa quantidade de capital em relação à taxa média de lucro sob condições normais de produção e circulação. Os capitalistas individuais que giram seu capital mais rápido do que a média social obtêm lucros excedentes. Aqueles que não conseguem atingir a média ficam sujeitos à desvalorização dos seus capitais. Desse modo, a competição gera pressões para acelerar o tempo de rotação mediante a mudança tecnológica e organizacional. Toda aceleração agregada libera excedentes tanto de capital como de força de trabalho. Além disso, as condições anormais de desvalorização são, normalmente, sinalizadas por uma desaceleração geral (falamos de uma economia “indolente”, com grande quantidade de estoques não vendidos etc.).

No entanto, algum capital circula necessariamente em ritmo mais lento, como o capital imobilizado (maquinário, instalação física e infra-estrutura) e dentro dos estoques de consumo (bens duráveis de consumo, moradias etc.). A produção de ciência e tecnologia, e o provimento de infra-estruturas sociais de educação, saúde, serviços sociais, justiça, administração pública, execução da lei e defesa militar,

definem áreas em que o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos. Os investimentos desse tipo dependem da criação prévia de excedentes tanto de capital como de força de trabalho em relação às necessidades correntes de consumo. Nesse caso, nos deparamos com a feliz circunstância de que tais excedentes estão sendo continuamente gerados dentro do processo de circulação do capital. Será que há melhor maneira de absorvê-los do que transferi-los para projetos a longo prazo de criação de infra-estruturas físicas e sociais? De fato, o investimento em ciência e tecnologia, e na habituação dos trabalhadores (por meio da educação ou repressão) a ritmos de trabalho mais intensivos, assim como a novos maquinários, sistemas de transporte e comunicações, sistemas de informação, formas de distribuição etc., podem todos ajudar a fomentar tempos de rotação agregados mais rápidos. Certa parte da circulação do capital desacelera para promover tempos de rotação acelerados para a parte restante.

Nesse caso, há a possibilidade de se obter equilíbrio dinâmico, em que os excedentes são absorvidos na criação de infra-estruturas físicas e sociais que facilitam a criação de excedentes adicionais. Tal forma “espiralada”, acredito, é responsável pelas fases do desenvolvimento capitalista em que o crescimento interno parece auto-sustentável. Com certeza, essas fases também se caracterizam pela transformação massiva das estruturas de emprego, pois a produtividade crescente na produção básica se realiza pela absorção crescente dos excedentes da produção e da manutenção das infra-estruturas sociais e físicas.

No entanto, em determinado instante, a espiral encontra barreiras insuperáveis. Normalmente, essa espiral se interrompe por uma crise em que a força do trabalho e o capital distribuídos em todas as partes ficam sujeitos à desvalorização. Nesse momento, desejo expor como e por que tal interrupção é inevitável. Para isso, preciso explicar, em primeiro lugar, como os excedentes são realmente transferidos da produção e do consumo correntes para investimentos a longo prazo em infra-estruturas físicas e sociais.

Inicialmente, considere-se a realocação da força de trabalho. Há sérios problemas friccionais, pois os sapateiros em excesso não podem se tornar cientistas de modo instantâneo, e, ditado pelas condições, apenas um reparador de estradas muito talentoso é capaz de se transformar facilmente num professor. A força de trabalho não é qualitativamente homogênea, e excedentes de certo tipo não podem, normalmente, ser instantaneamente absorvidos em outras partes. Inevitavelmente, a transformação das estruturas empregatícias e ocupacionais é lenta, podendo impedir a continuidade de qualquer forma espiralada de desenvolvimento.

A realocação de capital excedente também gera problemas. O excedente pode existir como moeda, mercadoria ou capacidade produtiva. Se existir como valor

de uso específico (sapatos e camisas) ou capacidade produtiva (tornos e fôrmas de sapateiro), o excedente não pode ser convertido diretamente numa ferrovia ou num novo serviço educacional. Em primeiro lugar, deve se converter em moeda. Isso representa a primeira barreira a ser superada, pois a superacumulação define uma situação em que a conversão suave de capital de uma forma em outra, e, particularmente, em moeda, torna-se impossível. O crédito pode superar essa barreira, mas não faz isso sem ambigüidade. Por que esse crédito não seria empregado para criar ainda mais excedentes do mesmo tipo? Por que esse crédito não seria atraído para o investimento a longo prazo, depois que todo capitalista se conscientiza da necessidade de se sujeitar às injunções do tempo de rotação socialmente necessário? Eis a segunda barreira a ser superada. A resposta a isso é tão velha quanto o próprio capitalismo. Encontra-se na criação do “capital fictício”: debêntures, hipotecas, ações, dívida pública etc. (HARVEY, 1982: cap. 9 e 10). O capital fictício converte um processo de circulação muito longo (o capital investido numa ferrovia, por exemplo) em uma taxa de retorno anualizada. O capital fictício faz isso ao facilitar a compra e venda diária de direitos e demandas em relação à participação no produto do trabalho futuro. Às vezes, a taxa é fixa (debêntures) ou variável, de acordo com o que o trabalho realmente produz ano a ano (ações). Entretanto, mede-se essa taxa em termos exatamente comparáveis à taxa de lucro sobre o tempo de rotação socialmente necessário da produção corrente.

Por intermédio da utilização do crédito e do capital fictício, o capital excedente pode fluir de uma esfera a outra. Por exemplo, depois que o rendimento anualizado sobre algum capital fictício (ações de uma ferrovia, dívida pública etc.) excede a taxa de lucro da produção corrente, há o estímulo para que o capital mude do uso presente para uso futuro. Provavelmente, a mudança não será suave, por causa da “granulosidade” de muitos dos investimentos envolvidos (ferrovias, hospitais etc.) e dos diferentes períodos de trabalho requeridos para operacionalizar um projeto. Além disso, a natureza de muitos investimentos – uso público e a dificuldade de onerá-los diretamente por seu uso – impossibilita, muitas vezes, a ação por parte dos capitalistas individuais, de modo que formas organizacionais novas e específicas (sociedades por cotas ou ações, empresas estatais ou mistas) têm de ser criadas para a construção de ferrovias, portos, universidades, centros científicos e educacionais etc. Os mercados de capitais também deverão ser bem organizados para a definição de sinais de mercado transparentes, no que diz respeito a diferenças na taxa de retorno anualizada. Finalmente, as qualidades fictícias dos investimentos, associadas ao produto do trabalho que se prolonga ao longo do tempo, criam fortes elementos de risco, incerteza, juízo subjetivo e intuição.

Nesse mundo intrincado, em que miríades de investidores tomam decisões de como melhor investir seu capital num sistema financeiro em que contratos da

bolsa de mercadorias e futuros são negociados, lado a lado, com títulos da dívida pública, debêntures de empresas, hipotecas, ações etc., o equilíbrio dinâmico entre os processos de circulação a curto e a longo prazo pode apenas ser alcançado por mero acaso. Dentro desse mundo, escondem-se todos os tipos de armadilhas e arapucas, muitas oportunidades para erros de julgamento, misturando-se em configurações de desequilíbrio selvagem. O crédito mais o capital fictício talvez sejam a poção mágica para tornar todos os capitais instantaneamente conversíveis, mas, evidentemente, trata-se de uma mistura volátil, capaz de combustão quase instantânea na fogueira da formação da crise. No entanto, não podemos aqui fixar a *necessidade* relativa à crise, pois muitas possibilidades poderiam ainda – em princípio ao menos – ser mantidas sob controle por meio de oscilações compensatórias. A necessidade relativa à crise deve ser estabelecida.

Desse modo, consideremos o equilíbrio dinâmico em sua forma mais suave e simples. O crédito equivalente aos valores excedentes de uso (mercadorias e capacidade produtiva) é adicionado ao capital excedente em moeda originário da produção corrente, e investido como capital fictício em projetos a longo prazo. Assim, a força de trabalho excedente encontra emprego. A demanda extra por bens assalariados e meios de produção se iguala aos valores excedentes de uso da produção corrente. Os estoques diminuem e a utilização da capacidade aumenta. Os preços e os lucros se recuperam, o reinvestimento na produção corrente é retomado e excedentes adicionais tanto de capital como de força de trabalho são gerados para ser absorvidos mais uma vez por meio da formação de capital fictício e do investimento adicional em projetos a longo prazo. Tal processo pode continuar *ad infinitum*, desde que não haja limite para o volume de formação do capital fictício.

O capital fictício, no entanto, é uma demanda sobre trabalho futuro. Para a realização do seu valor, o trabalho futuro deve ser organizado de tal modo a assegurar uma taxa de retorno sobre o investimento inicial. De fato, o que acontece é que os problemas presentes são absorvidos mediante a contratação de obrigações futuras. Até o ponto em que o problema seja absorvido e não eliminado, o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada de capital fictício. O volume de dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais preso dentro de uma moldura de obrigações contratuais (ver Figura 15.1). Em algum momento, as dívidas têm de ser pagas. O momento exato depende do tempo de rotação do capital distribuído em infra-estruturas físicas e sociais específicas. No entanto, a formação acelerada de capital fictício – a verdadeira essência da espiral do desenvolvimento – significa que mais e mais trabalho vivo da produção corrente precisa ser entregue para saldar obrigações passadas.

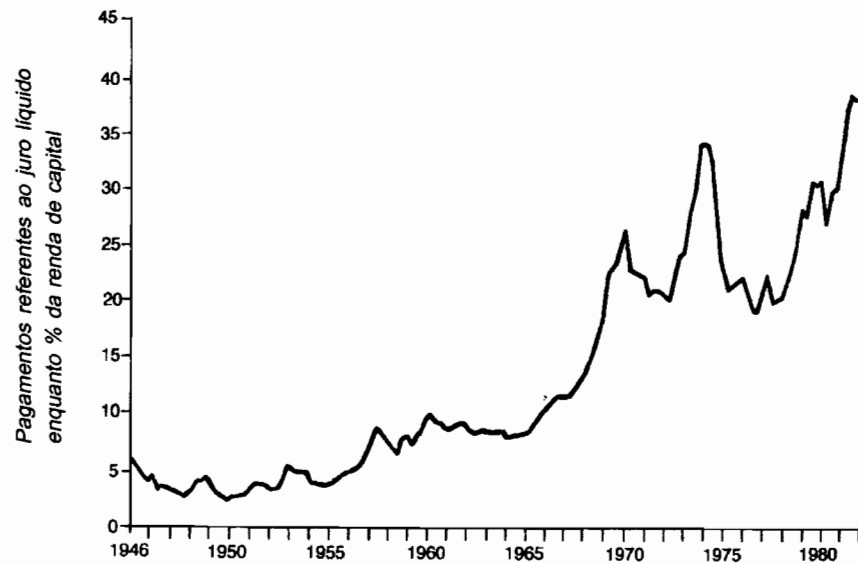


Figura 15.1 - Endividamento no capitalismo avançado, 1946-80

Então, surgem duas possibilidades de formação de crise. Na primeira possibilidade, o capital superacumulado armazenado em infra-estruturas físicas e sociais é realizado por meio do crescimento ativo da produção corrente (em parte, facilitado por meio da melhoria das infra-estruturas). Porém, assim, o capital superacumulado reflui do armazenamento para se combinar com capital em excesso da produção corrente, criando conjuntos sempre maiores de capital excedente. A capacidade para formação de capital fictício adicional é bloqueada ou por restrições de mão-de-obra ou recursos, ou pela circulação do capital nas infra-estruturas existentes, que não podem ser perturbadas antes que suas existências estejam esgotadas sem desvalorização. A crise geral resulta em excedentes em todas as partes sujeitas à desvalorização. Na segunda possibilidade, o capital armazenado em infra-estruturas físicas e sociais não é realizado, e é desvalorizado. Nesse caso, a crise parece ser provocada por meio do retardamento da produtividade (e, talvez, por intermédio da escassez tanto de capital como de trabalho) da produção corrente em relação ao volume de dívidas contratadas. A desvalorização, assim, concentra-se nas dívidas. Essas dívidas podem ser desvalorizadas, socialmente, por meio da monetização (inflação), ou, individualmente, por meio do inadimplemento sobre obrigações privadamente contratadas.

A longo prazo, as crises são inevitáveis. No entanto, quão longo é o longo prazo? Ao se prolongar a tendência à superacumulação para bem distante no futuro,

as crises talvez possam ser adiadas por muitos anos. Porém, quanto mais longamente as crises forem adiadas, maior a quantidade de capital fictício, mais o problema de superacumulação se acumula de forma reprimida, e mais profunda é a crise derradeira. Contudo, “derradeira” não tem data exata. Mesmo no meio da crise, as dívidas podem ser reestruturadas e alongadas, para evitar o impacto pleno aqui e agora.

A forma da crise também pode mudar. Por exemplo, a absorção de excedentes de capital e força de trabalho em surtos especulativos, que envolviam a construção de ferrovias e edifícios urbanos, tão característicos do século XIX, produzia crises periódicas de superacumulação de tais ativos. O ritmo das crises era determinado pelo tempo de rotação característico de tais projetos. O capital fictício (ações de ferrovias, obrigações dos empreiteiros) era desvalorizado, as dívidas eram canceladas, as empresas iam à falência e a mão-de-obra era despedida. Ainda que esse sistema fosse cada vez mais intolerável da perspectiva tanto do capital como do trabalho, tinha a virtude de legar o valor de uso do ativo, enquanto depenava o capital superacumulado de maneira vigorosa e clara. Em comparação, a absorção maciça de excedentes por intermédio da ação do Estado (construção de rodovias, saúde, educação), tão característica do período pós-1945, além do auxílio público em favor da dívida privada, destacou, mais recentemente, o papel da dívida pública. O ciclo da construção quase desapareceu, e as restrições tradicionais à formação do capital fictício foram eliminadas por meio da ação do Estado, subscrevendo efetivamente um *boom* econômico prolongado, que durou toda uma geração. O Estado pôde monetizar a dívida pela impressão de moeda. No entanto, isso produziu inflação, uma forma de crise que se desenvolve lentamente e propaga a desvalorização por toda a sociedade. O problema é que qualquer ataque contra a inflação revela o crônico problema da dívida, e qualquer ataque contra a dívida revela que a produtividade não acompanhou o ritmo da formação acelerada da dívida (como poderia?). O resultado final é a conversão de uma crise inflacionária em uma deflação mais convencional, na qual a desvalorização tem de ser administrada pelo Estado.

Embora não seja minha intenção revestir esse argumento teórico com verossimilhança histórica, não considero difícil fazê-lo. O *boom* do pós-guerra, por exemplo, foi, em parte, alimentado por meio da formação acelerada de capital fictício e dívidas crescentes suportadas pelo poder estatal. O efeito foi criar tal força reprimida em relação à desvalorização, que é difícil enxergar como o capitalismo pode funcionar de outro modo. Presentemente, vemos o capital e a força de trabalho sendo desvalorizados na produção; o investimento e a manutenção das infra-estruturas sociais e físicas sendo negligenciados; e parte da dívida sendo cancelada (normalmente por meio da reestruturação e do alongamento, como foi feito com Nova York, México, Brasil, Polônia e outros). A política pública está

enredada entre a Cila da inflação acelerada e a Caribde da desvalorização selvagem. A perspectiva sugere que talvez paguemos pelo *boom* entre 1945 e 1969 através da estagnação e da depressão até o final do século. No entanto, não podemos levar tal argumento mais adiante sem analisar a dimensão espacial.

A criação de uma teoria da geografia histórica do capitalismo

No momento, a questão a ser resolvida é se o dilema interno do capitalismo pode ser solucionado por meio da expansão ou da reestruturação geográfica. Em resumo, será que há um “ajuste espacial” para as contradições internas do capitalismo? A exportação de excedentes de força de trabalho e capital parece um meio bastante fácil de evitar a desvalorização. Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes. No entanto, o resultado final, devo concluir, é que as crises se tornam mais globais em escopo, enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise.

O caminho para essa conclusão apresenta diversas dificuldades. A questão do espaço e da geografia é uma “enteada” muito desprezada em *toda* a teoria social; em parte, suponho, porque sua inclusão tem um efeito entorpecedor nas principais proposições de *qualquer corpus* de teoria social. Os microeconomistas que trabalham com a teoria da competição perfeita se deparam com monopólios espaciais, os macroeconomistas verificam quantas economias possuem bancos centrais e o fluxo característico das relações de troca entre elas, e os marxistas, ao contemplar as relações de classe, encontram zonas, comunidades, regiões e países. Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. As relações espaciais e as estruturas geográficas variáveis são acomodadas por ajustes *ad hoc*, redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo do processo social. A maneira pela qual, primeiramente, as relações espaciais e as configurações geográficas se produzem passa, na maioria dos casos, despercebida ou ignorada.

Há algo muito insatisfatório a respeito de tudo isso. Para começar, suspeita-se – e muitas teorias do imperialismo asseveram – que, no século XX, a sobrevivência do capitalismo foi assegurada apenas pela transformação das relações espaciais e pela ascensão de estruturas geográficas específicas (como centro e periferia, Primeiro e Terceiro Mundos). As “ondas inovadoras”, que outros autores, influenciados por

Schumpeter, consideram fundamentais para a absorção dos excedentes de capital e força de trabalho ao longo do tempo tinham, muitas vezes, tudo a ver com a transformação do espaço: as ferrovias e os navios a vapor, as indústrias automobilística e aeroespacial, e as telecomunicações. A empresa multinacional, capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diferentes recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho, obtém muito do seu poder devido à sua capacidade de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de uma maneira que a empresa familiar não é capaz. Em todo o caso, as implicações das dramáticas transformações ocorridas na geografia da produção, do consumo e da troca por toda a história do capitalismo são, em si mesmas, merecedoras de estudo.

A confrontação direta dessa tarefa talvez ajude a cicatrizar as dissidências divisoras e danosas da tradição marxista. Corajosamente, o próprio Marx esboçou uma teoria da história capitalista, alimentada pela exploração de uma classe por outra. Por outro lado, Lenin criou uma tradição diferente, em que a exploração de um povo em um lugar por outros povos em outros lugares (a periferia pelo centro, o Terceiro Mundo pelo Primeiro) assumiu o palco central. Os dois discursos relativos à exploração coexistem desconfortavelmente e sua relação continua obscura. Assim, a base teórica do marxismo-leninismo se tornou ambígua, despertando violentos debates a respeito do direito à autodeterminação nacional, da questão nacional, das perspectivas do socialismo em um só país, do universalismo da luta de classes etc.

Na realidade, até certo ponto, caricaturei o pensamento tanto de Marx como de Lenin para salientar um problema básico. Frequentemente, em seus textos, Marx admite a importância do espaço e do lugar. Entre os temas encontrados em suas obras, incluem-se a oposição entre cidade e campo, a importância da divisão territorial do trabalho, a concentração de forças produtivas em aglomerados urbanos, os diferenciais geográficos no valor da força de trabalho e inclusive na operação da lei do valor, e a importância de reduzir as barreiras espaciais por intermédio de inovações no transporte e nas comunicações (HARVEY, 1975, 1982). Além disso, Marx, historicamente, teve de admitir que a transição para o capitalismo (e as perspectivas para o socialismo) era diferente de lugar para lugar, inclusive dentro da Europa ocidental (sem mencionar a Rússia e a Ásia). A política em relação à questão irlandesa também o forçou a confrontar a divergência regional e cultural como essencial para a promoção da luta de classes. Mas nada disso está realmente integrado em formulações teóricas, que são poderosas com respeito ao tempo, mas frágeis em relação ao espaço. A variação geográfica é excluída, considerada “complicação desnecessária”. Concluo que a visão política e a teoria de Marx ficaram abaladas pela falta de elaboração, em seu pensamento, de uma dimensão sistemática e especificamente geográfica e espacial.

À primeira vista, essa é a lacuna que Lenin parece preencher. De modo evidente, seus argumentos se baseiam em Marx, mas seu estudo sobre as origens do capitalismo na Rússia, além do fato das rivalidades interimperialistas culminarem na Primeira Guerra Mundial, levou-o a introduzir as dimensões geográfica e espacial em sua argumentação. No entanto, as modificações se revelam ajustes *ad hoc*, que apenas afirmam que o capitalismo passa por seu curso específico de desenvolvimento, dependendo das condições nesse ou naquele território, e que a dinâmica fundamental do capitalismo força as principais potências capitalistas a lutas e confrontações geopolíticas. Para transformar os *insights* de Marx em uma estrutura geopolítica, Lenin introduziu o conceito de Estado, que, até hoje, continua sendo o conceito fundamental pelo qual se expressa a territorialidade. No entanto, ao fazer isso, deu a questão como provada no tocante a como ou por que a circulação de capital e a organização da força de trabalho devem ser nacionais e não globais em sua orientação, e no que diz respeito ao por que os interesses tanto dos capitalistas como dos trabalhadores devem, ou até podem, ser externados como interesse nacional. Lenin deu expressão geográfica à dinâmica do capitalismo à custa de reabrir a questão histórica da relação entre sociedade civil e Estado.

Não aceito a idéia de que as relações espaciais e a estrutura geográfica podem ser reduzidas a uma teoria do Estado, ou que a teorização prévia da ascensão do Estado capitalista seja necessária para reconstruir a geografia histórica do capitalismo. Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado (incluindo a transição para o socialismo); ou como o poder do Estado, depois de constituído, pode, em si, tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas.

A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização, enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico. Fácil de dizer, difícil de fazer. Em primeiro lugar, pela superfície do planeta, encontramos uma grande variedade de ambientes físicos e bióticos, muitos dos quais modificados significativamente pela ação humana ao longo dos séculos. A diversidade dessa ação produziu uma paisagem geográfica variada, em que diferenças culturais e socioestruturais se enraizaram profundamente. Essa diferença geográfica específica

pode ser abrangida mas não subjugada inteiramente pelo peso homogeneizador da circulação do capital. Do ponto de vista abstrato, o espaço também possui propriedades mais complexas e específicas do que o tempo. É possível reverter o campo do espaço, e mover-se em diversas direções através dele, enquanto que o tempo simplesmente passa, e é irreversível. A metrificação para o espaço também é menos facilmente padronizada. O tempo ou o custo de movimento pelo espaço não necessariamente se equiparam, e ambos produzem metrificações diferentes em relação a uma simples distância física. Em comparação a isso, o cronômetro e o calendário são muito simples. O espaço geográfico é sempre o domínio do concreto e do específico. Será possível a elaboração de uma teoria do concreto e do específico no contexto das determinações universais e abstratas da teoria de Marx sobre a acumulação capitalista? Essa é a questão fundamental a ser respondida.

A produção da organização espacial

Marx não estava necessariamente equivocado ao priorizar o tempo em relação ao espaço. Na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o *tempo* do trabalho excedente, e transformá-lo em lucro dentro do *tempo de rotação socialmente necessário*. Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada. O capitalismo, conclui Marx, em um notável *insight*, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da “anulação do espaço pelo tempo” (MARX, 1973: 539). No entanto, isso denota que esses objetivos apenas podem ser alcançados por meio da produção de configurações espaciais fixas e imóveis (sistemas de transporte etc.). Em segundo lugar, portanto, nos defrontamos com a *contradição*: a organização espacial é necessária para superar o espaço. A tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa *contradição* se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas.

O ponto de partida para tal teoria se situa na interface entre as possibilidades de transporte e comunicações, por um lado, e as decisões localizacionais, por outro. Por exemplo, Marx defendeu com veemência a idéia de que a capacidade de superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo por meio do investimento e da inovação nos sistemas de transporte e comunicações cabia às forças produtivas do capitalismo. Menciono, de passagem, que G. A. Cohen especifica o tempo, mas não a capacidade de superar o espaço, em sua lista definitiva das forças produtivas (MARX, 1973: 533-4; COHEN, 1978). No campo do espaço, o impulso para revolucionar as forças produtivas é tão grande como em qualquer outro. Assim, a história do capitalismo ficou marcada

por reduções dramáticas no custo ou tempo de movimento, além de melhorias na continuidade do fluxo. As relações espaciais estão, desse modo, sujeitas à transformação contínua. Outras formas de mudança tecnológica podem alcançar o mesmo objetivo, mas por via diferente. Há muitos exemplos contemporâneos de mudança, que liberam a produção da dependência em relação a habilidades localizadas de mão-de-obra, matérias-primas, produtos intermediários, fontes de energia etc. Por meio do aumento da variedade das possíveis substituições em determinado processo produtivo, os capitalistas podem cada vez mais se livrar dos limites geográficos específicos.

No entanto, como sempre existem limites espaciais tecnologicamente definidos de algum tipo, a questão permanece: o que acontece em seus confins? Evidentemente, o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção. A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições da conexão interindústrias, da divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados dos consumidores finais. Os capitalistas individuais, em virtude de suas decisões localizacionais específicas, moldam a geografia da produção em configurações espaciais distintas.

O resultado de tais processos tende para o que chamarei de *coerência estruturada* em relação à produção e ao consumo em um determinado espaço. Essa coerência estruturada, como observa Aydalot, abrange as formas e as tecnologias de produção (padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas), as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra (hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e as infra-estruturas físicas e sociais (sobre as quais falarei mais adiante) (AYDALOT, 1976). O território em que prevalece essa coerência estruturada se define, imprecisamente, como o espaço em que o capital pode circular sem os limites do lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário sendo excedido pelo custo e tempo do movimento. Uma definição alternativa seria: o espaço em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente (o espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária – com a extensão da substituição definida pelo custo e tempo do movimento do trabalho diário – é um princípio de desagregação espacial muito importante sob o capitalismo). Depois de formalmente representada pelo Estado, a coerência territorial torna-se muito mais perceptível. As políticas que regulam o processo laboral, a organização laboral, os padrões de vida dos trabalhadores (políticas de bem-estar etc.), a regulamentação e remuneração adequada do capital

etc. se aplicam em todo o território. A coerência se reforça informalmente, embora não menos poderosamente, por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local (inclusive, tradições de luta de classes), que dão significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais.

Há processos em andamento, portanto, que definem os *espaços regionais*, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais.

No entanto, também há processos em andamento que solapam essa coerência. Esses processos se incluem nas características principais do capitalismo, identificadas no início deste ensaio. Em primeiro lugar, a acumulação e a expansão, além da necessidade de produzir e absorver excedentes de força de trabalho e capital, produzem pressões em uma região, que extravasam para o exterior (por exemplo, a exportação de capital), ou que atraem para o interior (por exemplo, a imigração). Em segundo lugar, as revoluções tecnológicas, que liberam tanto a produção como o consumo dos limites espaciais, além do aumento da capacidade de superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, tornam os limites de uma região muito porosos e instáveis. A especialização territorial e as conexões inter-regionais se desenvolvem com crescente facilidade em relação à integração espacial. Em terceiro lugar, a luta de classes em um território talvez force os capitalistas ou os trabalhadores a buscarem outros lugares com condições mais favoráveis para suas respectivas sobrevivências. Em quarto lugar, as revoluções nas formas capitalistas de organização (a ascensão do capital financeiro, das empresas multinacionais, das filiais de manufatura etc.) permitem maior controle sobre espaços cada vez mais maiores por capitalistas associados.

Tais forças tendem a abalar toda a coerência estruturada de um território. Talvez enfatizem a divisão internacional do trabalho em vez da divisão localmente integrada, e tornem a interdependência inter-regional mais importante do que a coerência regionalmente definida. Talvez produzam limites territoriais inadequados para o Estado, e forcem sua modificação. Talvez até abalem o poder do local ou do Estado-Nação por meio da produção de uma crise fiscal, só possível de ser remediada por meio da investida, com o apoio do Estado, contra os padrões de vida dos trabalhadores, as hierarquias tradicionais dentro da força de trabalho, o poder dos capitalistas locais *vis-à-vis* as multinacionais. Talvez também a consciência e a cultura regional sejam solapadas, transformadas em pálidas sombras do seu caráter anterior.

Diante de forças tão poderosas, a persistência de algum tipo de coerência regional estruturada parece surpreendente. Em parte, deve-se às condições infra-estruturais específicas para melhorar as mobilidades espaciais do capital e da

força de trabalho. Como melhorias desse tipo são, corretamente, consideradas ameaças importantes à coerência regional, temos, evidentemente, um paradoxo à mão, que merece explicação adicional.

Em primeiro lugar, consideremos a mobilidade do capital. Esse processo, como mostrei em outra parte, deve, antes de tudo, ser desmembrado em diferentes tipos de mobilidade de capital (HARVEY, 1982: cap. 12). Em tempos de sistemas sofisticados de crédito e telecomunicações, o custo e o tempo do movimento da moeda são muito pequenos. Nesse caso, mais do que em qualquer outro lugar, podemos enxergar o estado de perfeição alcançado, sob o capitalismo, na anulação do espaço pelo tempo. Nos últimos 150 anos, o custo e o tempo para movimentar mercadorias também diminuiu, a ponto que os custos de transporte não desempenham mais papel importante nas decisões de localização de um punhado de indústrias. Por outro lado, a mobilidade geográfica da capacidade produtiva enfrenta maiores obstáculos. Quanto mais uma indústria depende de equipamentos de vida relativamente longa – ou seja, capital fixo e imobilizado –, menos facilmente essa indústria pode se transferir sem desvalorização. Essa capacidade diferencial em relação à mobilidade geográfica do capital de diferentes tipos cria, dentro do processo global de circulação do capital, todo o gênero de tensões nesse processo de circulação no espaço.

No momento, deixarei isso de lado, para chegar ao ponto fundamental. Toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente. O inacreditável poder de movimentar moeda ao redor do mundo, tão característico da era contemporânea, exige não apenas sistemas de telecomunicações bem organizados, mas, no mínimo, amparo seguro do sistema de crédito pelas instituições públicas, financeiras e jurídicas. A territorialidade da moeda e a importância do poder do Estado para garantir a qualidade da moeda em seu território recebem o que lhes cabe. Provavelmente, a capacidade de mover mercadorias depende da construção de um sistema de transportes sofisticado, eficiente e estável, amparado por todo um conjunto de infra-estruturas sociais e físicas (de serviços jurídicos a armazéns), facilitando e assegurando a troca. Por seu lado, a produção não apenas utiliza o capital fixo e imobilizado diretamente empregado por ela, mas também depende de uma matriz completa de serviços físicos e sociais (de costureiras a cientistas), que devem estar disponíveis *in situ*. Os produtores, portanto, podem melhorar sua capacidade, e atingir um nível no qual outros agentes (principalmente, o Estado) tornem-se responsáveis por parcelas cada vez maiores dos custos infra-estruturais fixos e imobilizados. Nas últimas duas décadas, a maior mobilidade do capital de produção se originou de tais estratégias.

Consideremos, nesse momento, a mobilidade geográfica da força de trabalho. Nesse caso, ocorrem muitas contracorrentes complexas, que, não obstante, produzem

um resultado básico similar. Do ponto de vista do processo de desenvolvimento capitalista como um todo, parecem condições necessárias à livre mobilidade geográfica da força de trabalho e sua fácil adaptação à circulação inconstante do capital no espaço. Por outro lado, os capitalistas individuais, evidentemente, preferem uma força de trabalho estável e confiável, além de oferta cativa de mão-de-obra (com excedentes adequados de força de trabalho, para assegurar o controle capitalista em relação tanto ao processo laboral como aos índices salariais). Para isso, esses capitalistas talvez apoiem ativamente processos básicos de reprodução social (educação, religião, saúde, serviços sociais, inclusive previdência), criados para produção e preservação da força de trabalho de determinada quantidade e qualidade em certo território. Talvez eles apoiem ações públicas que restrinjam a livre mobilidade da força de trabalho. Os trabalhadores, de sua parte, enfrentam um dilema similar. Se não puderem escapar inteiramente do sistema salarial, provavelmente se dedicarão a melhorar seus salários reais, condições de trabalho etc. Nesse caso, a ironia é que o processo de desenvolvimento capitalista se baseia exatamente nesse comportamento para coordenar a oferta e procura da força de trabalho no espaço. Mas, por outro lado, os trabalhadores também poderão melhorar sua sorte se ficarem em um lugar, organizando-se e lutando, coletivamente, por uma vida melhor. Para isso, eles talvez criem suas próprias infra-estruturas sociais e físicas (ou se associem às fomentadas pela burguesia), lutem para controlar o aparato estatal e, assim, aumentem seu poder para melhorar suas vidas. Na medida que isso aconteça, os trabalhadores também talvez apoiem medidas que restrinjam a livre mobilidade geográfica da força de trabalho (imigração, em particular). A tensão entre a livre mobilidade geográfica e os processos organizados de reprodução dentro de um território limitado existem tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores. Como essa tensão se resolve para um e outro depende, decisivamente, da condição da luta de classes entre eles. A fuga do capital (e o conseqüente abalo da coerência territorial e do poder do Estado) é uma reação típica em relação às vitórias da classe trabalhadora dentro de um território, como é a mobilidade do trabalhador individual para escapar das formas mais odiosas da exploração capitalista. Porém, nesse momento, deixarei essas tensões de lado, para chegar à minha questão imediata: nada disso pode acontecer sem levarmos em consideração as infra-estruturas sociais e físicas necessárias para assegurar a reprodução da força de trabalho de certa quantidade e qualidade.

Podemos agora expor uma conclusão fundamental. A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço. No entanto, as infra-estruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção e manutenção. Aqui, aproximamo-nos da essência do paradoxo. Parte

da totalidade do capital e da força de trabalho tem de ser imobilizada no espaço, congelada no espaço, para proporcionar maior liberdade de movimento ao capital e à força de trabalho remanescentes. No entanto, o argumento, nesse momento, volta ao começo, pois a viabilidade do capital e do trabalho comprometidos com a produção e a manutenção de tais infra-estruturas apenas fica assegurada se o capital remanescente circular por vias espaciais e num período de tempo compatíveis com o padrão geográfico e a duração de tais compromissos. Se essa condição não for satisfeita – por exemplo, se não for gerado movimento suficiente para tornar rentável a ferrovia, ou o aumento da produção não seguir o investimento maciço na educação – então o capital e o trabalho comprometidos ficarão sujeitos à desvalorização. As mudanças geográficas na circulação do capital, e a distribuição da força de trabalho também podem ter impacto devastador, ainda que geograficamente específico, sobre as infra-estruturas físicas e sociais, como as rupturas temporais anteriormente descritas neste ensaio.

Nesse momento, resumirei o argumento. A coerência regional estruturada, em que a circulação do capital e a troca de força de trabalho apresentam a tendência, sob restrições espaciais tecnologicamente determinadas, a se constringer, tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudança tecnológica e de luta de classes. O poder de solapamento depende, no entanto, da mobilidade geográfica tanto do capital como da força de trabalho, e essa mobilidade depende da criação de infra-estruturas fixas e imobilizadas, cuja permanência relativa na paisagem do capitalismo reforça a coerência regional estruturada em solapamento. No entanto, assim, a viabilidade das infra-estruturas fica em perigo, devido à própria ação da mobilidade geográfica, facilitada por essas infra-estruturas.

A conseqüência só pode ser a instabilidade crônica em relação às configurações regionais e espaciais; dentro da geografia da acumulação, uma tensão entre as estruturas espaciais imobilizadas necessárias para tal propósito. A instabilidade, saliento, é algo que intervencionismo estatal algum pode sanar (de fato, na ausência de políticas públicas aparentemente racionais, o intervencionismo tem o hábito de gerar todo o tipo de conseqüência involuntária). O desenvolvimento capitalista deve buscar uma solução de continuidade entre a preservação dos valores dos compromissos passados (assumidos em um espaço e tempo específicos) ou a sua desvalorização, para abrir espaço novo para a acumulação. Continuamente, portanto, o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar.

A formação das alianças regionais de classes e a instabilidade resultante

Todos os agentes econômicos (indivíduos, organizações, instituições) tomam decisões sobre a circulação do seu capital ou a distribuição da sua força de trabalho, no contexto marcado pela grande tensão entre escapar para onde a taxa de remuneração é maior, ou não arrear pé, aferrando-se a compromissos passados e reavendo valores já concretizados. Como se desenvolve essa tensão entre fixidez e movimento é fundamental para nossa teoria. Essa é a ponte conceitual que nos permite, se adequadamente elaborada, integrar, concernente à dinâmica capitalista, a história de Marx com a geografia de Lenin.

O que tentarei mostrar é que as alianças regionais de classes, vinculadas vagamente num território e organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado, são uma resposta necessária e inevitável à necessidade de defender valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada. A aliança também pode promover condições favoráveis à acumulação adicional nessa região. No entanto, também mostrarei que tais alianças se destinam a ser instáveis. Elas não são capazes de conter a criação das forças fundamentais desencadeadoras de crises, pois internalizam divisões de classe e faccionárias potencialmente explosivas. Seus limites também são muito porosos e sujeitos à alteração.

As diferentes facções do capital e do trabalho representam diversos interesses dentro de um território, dependendo da natureza dos ativos que controlam e dos privilégios que dispõem. Algumas facções são mais facilmente atraídas a uma aliança regional de classes do que outras. Os proprietários de terras e de bens de raiz, os incorporadores e os empreiteiros – isto é, aqueles que detêm a dívida hipotecária –, e os funcionários públicos, têm mais a ganhar. Aqueles setores da produção que não podem se deslocar com facilidade (por causa do capital imobilizado empregado ou de outras restrições espaciais) tenderão a apoiar uma aliança, ficando tentados, ou sendo forçados, a obter ordem e habilidades laborais locais por meio de compromissos em relação a salários e condições de trabalho. As facções da mão-de-obra que, por intermédio da luta ou da escassez, conseguiram criar bolsões de privilégio em um mar de exploração certamente também aderirão à causa da aliança para preservar seus proveitos. Se um compromisso local entre capital e trabalho é profícuo tanto para a acumulação como para os padrões de vida da mão-de-obra (que pode ser por um tempo), então mais facções da burguesia e das classes trabalhadoras talvez apóiem esse compromisso. A aliança, saliento, também não é, na postura, inteiramente defensiva. A experiência mostra que uma economia regional eficientemente organizada (a coerência estruturada que já nos

referimos), repleta de infra-estruturas sociais e físicas adequadas, pode ser benéfica para a maioria. O fomento comunitário e regional torna-se parte importante do jogo quando todos os elementos dentro da aliança procuram capturar e reter os benefícios obteníveis por meio do encaminhamento de fluxos de capital e força de trabalho através do território sob seu controle. A luta pela solidariedade comunitária, regional ou nacional, enquanto ideologia por trás da aliança, talvez sustente, reconstitua ou, em alguns casos (como pode ser demonstrado pelos Estados Unidos, creio eu), crie culturas e tradições locais e regionais. A conclusão é inevitável: se as estruturas regionais e as alianças de classes já não existissem, então, necessariamente, os processos em andamento sob o capitalismo as criariam.

Exponho essa proposição sem recorrer ao conceito de Estado. Faço isso porque desejo enfatizar que, sob o capitalismo, o impulso para a formação e dissolução do Estado precisa ser entendido no contexto da criação de forças desencadeadoras da formação e dissolução das alianças regionais de classes. No entanto, o Estado é diferente dos outros agentes em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o território e a integridade do território são os objetivos do seu conjunto de funcionários, em um grau incomum em relação aos outros agentes. Em segundo lugar, em virtude de sua autoridade, o Estado pode dar forma e coesão mais firmes às alianças regionais de classes por meio das instituições legais, executivas, de participação e negociação política, de repressão e força militar. Em terceiro lugar, pode impor fronteiras relativamente seguras sobre limites geográficos porosos e instáveis. Finalmente, devido ao seu poder de tributar e controlar a política fiscal e monetária, pode estimular e sustentar a coerência regional estruturada relativa à produção e ao consumo, à qual o capitalismo tende de qualquer maneira, e pode empreender os investimentos infra-estruturais que os capitalistas individuais não são capazes de assumir. O Estado também pode se transformar no agente central para a promoção da ideologia nacionalista. Por todas essas razões, ele se torna a chave relativa à expressão da tendência de estabelecer alianças regionais de classes e acrescentar seu próprio e específico fundamento lógico a esse fundamental processo subjacente.

O resultado é uma aliança regional de classes, que, normalmente, estabelece-se sobre o aparelho do poder estatal, compromete-se com o fomento comunitário e luta pela solidariedade comunitária ou nacional como meio de promover e defender uma amálgama de diversas classes e interesses faccionários em um território. A competição espacial entre localidades, cidades, regiões e países assume novo significado quando cada aliança regional procura capturar e reter benefícios na competição com os outros. Os processos globais de luta de classes parecem se dissolver diante de nossos olhos em diversos conflitos interterritoriais. Lenin está vindicado.

No entanto, a estabilidade de toda aliança regional de classes fica abalada pelos processos que Marx descreveu tão bem. A acumulação e a superacumulação, a luta de classes e a mudança tecnológica provocam a ruptura, e transformam as alianças regionais praticamente do mesmo modo que afetam todas as configurações espaciais fixas. Em uma aliança regional, mesmo os associados mais sólidos, mesmo nas melhores épocas, talvez fiquem tentados a deixá-la; nas piores épocas, o comportamento individual se torna muito imprevisível. A competição força todos os agentes econômicos a ficar em alerta com a possibilidade de realizarem uma mudança geográfica que lhes dê vantagem sobre seus rivais. Em parte, a instabilidade se estabelece porque os indivíduos não têm a capacidade de saber exatamente o que seus rivais farão. No domínio da luta de classes, surgem problemas similares. Embora o capital e o trabalho possam firmar uma aliança sobre certas questões (barreiras contra importações baratas, por exemplo) e entrar em acordos sobre outras questões (procedimentos de negociação coletiva, por exemplo), o antagonismo entre eles nunca pode desaparecer totalmente. Depois que a luta de classes se agudiza, a aliança se torna cada vez mais frágil. As facções do capital talvez fiquem atraídas por escapar da região, ou revidar contra o poder do trabalho mediante ameaças de saída do capital ou ameaças de abertura das comportas à importação livre de impostos ou à mão-de-obra imigrante barata. Tais ameaças podem antagonizar outras facções do capital, incapazes de se evadir tão facilmente dos compromissos locais: os financistas, os produtores, os comerciantes, os senhorios etc. não estão necessariamente de acordo. A mão-de-obra, que adotou políticas conciliatórias para consolidar sua posição dentro da aliança de classes, talvez fique tentada a ressuscitar demandas mais revolucionárias. As condições para o colapso e a desintegração da aliança regional estão sempre presentes. No fim, a dinâmica do capitalismo tende a desunir as alianças que fomentou inicialmente. Sob condições de crise, as tensões se tornam especialmente violentas. Desse modo, aparentemente, a única maneira de manter a aliança intacta é buscar uma solução externa para os problemas da região.

A busca do "ajuste espacial"

Voltamos agora à questão inicial; modificada, porém, para levar em consideração as condições geográficas gerais sobre as quais ocorre a acumulação. Será que, diante da "dialética interna" que tende ao desequilíbrio, a aliança regional pode manter sua coesão, e adiar a superacumulação e a desvalorização por meio da expansão e reestruturação geográfica? Será que os excedentes de capital e força de trabalho podem ser empregados e remunerados ao se envolverem em relações externas com outras regiões?

A expansão do comércio exterior não resolve o problema. As mercadorias excedentes são comerciadas no exterior, e seu equivalente em valor é logo recebido de volta na forma de outras mercadorias. Isso não mitiga a condição em relação aos excedentes. Se, no entanto, financia-se o comércio com crédito (ou o país envolvido é capaz de assumir uma balança comercial negativa *ad infinitum*), então se encara a questão de outra maneira. Certa região pode emprestar capital excedente para outra, e assim financiar a compra de suas próprias mercadorias excedentes, assegurando, desse modo, a utilização plena tanto da sua capacidade produtiva como da força do trabalho. Essa combinação de deslocamento temporal e espacial pode funcionar bem, muitas vezes por períodos prolongados de tempo, até as dívidas vencerem. A única maneira pela qual as dívidas podem ser pagas se dá pela expansão da importação de mercadorias, apenas exacerbando o problema da superacumulação na região de origem. Ou isso, ou as dívidas não podem ser pagas e se perde o capital emprestado.

A força de trabalho excedente pode ser enviada para o exterior para fundar colônias. Com essa solução, surgem dois problemas. Em primeiro lugar, se a mão-de-obra pode se transferir com liberdade para uma existência não-alienada em certa fronteira, sucumbe o controle capitalista sobre a oferta interna de mão-de-obra, e fica abalada uma condição importante para a perpetuação do capitalismo. Em segundo lugar, a exportação da força de trabalho excedente não representa nada para o capital excedente deixado para trás, a não ser que esse capital excedente seja absorvido por meio de uma demanda crescente das colônias. No entanto, nesse caso, a colônia deve pagar pelos bens adquiridos por meio da produção de mercadorias. Isso significa mais mercadorias e capitais excedentes a longo prazo.

A exportação de capital desacompanhada de força de trabalho, ou o fluxo inverso, isto é, força de trabalho sem capital, pode ter um efeito paliativo pequeno e temporário sobre a tendência à superacumulação. O benefício surge porque a expansão acelerada da oferta de mão-de-obra cria, como vimos anteriormente neste ensaio, uma base mais segura para a acumulação relativamente livre de problemas, que seria o caso sob condições de lento crescimento populacional. Adota-se aqui o processo de acumulação primitiva fora da região como meio de administrar e controlar a oferta de força de trabalho em relação ao capital disponível na região. O impulso para criar, na região, excedentes de mão-de-obra por processos internos relativos à circulação de capital é, assim, reduzido. Do ponto de vista da maioria dos trabalhadores, o efeito é "indiferente", ainda que, para grupos privilegiados dentro de uma aliança regional, os efeitos talvez sejam positivos, pois o emprego relativamente pleno pode ser mantido na região de origem. O emprego relativamente pleno talvez sustente, como questão de interesse pessoal e imediato, programas controlados de trabalhadores-hóspedes e o neocolonialismo externo. No entanto, a longo prazo, os índices mais elevados de

exploração e expansão produzem cada vez mais capital. Por mais importante que seja o processo de acumulação primitiva no exterior, esse processo não proporciona solução definitiva para o problema, mesmo se não houver limite para a população disponível ou em relação à resistência encontrada.

Se, no entanto, o capital e a força de trabalho excedentes são ambos aplicados para criar nova capacidade produtiva em novas áreas, então os excedentes se mantêm para ser absorvidos por períodos muito mais longos. O investimento em infra-estruturas básicas, como vimos, é a longo prazo, enquanto a expansão contínua de uma economia capitalista regional inteiramente nova cria uma demanda contínua e crescente pelos excedentes de capital e força de trabalho produzidos na região natal. O único problema com essa solução é que a nova economia regional tende a alcançar sua própria coerência estruturada interna, para moldar sua própria aliança de classes regional, fomentando e protegendo seus interesses, e está destinada a se tornar expansionista, tecnologicamente dinâmica, acossada pela luta de classes e inerentemente instável. Essa nova economia regional também começa a produzir excedentes de capital e força de trabalho, que se tornam cada vez mais difíceis de ser absorvidos. Também, a longo prazo, fica obrigada a cuidar do seu próprio "ajuste espacial". Ao fazer isso, vê-se, inevitavelmente, competindo com o país natal no mercado mundial, e, se vencer a competição, pode forçar a desvalorização da economia de origem por meio da competição internacional. Consideremos um exemplo óbvio: no século XIX, transferiram-se quantidades massivas de excedentes de capital e força de trabalho da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, e, no fim, os Estados Unidos derrotaram a Grã-Bretanha no mercado mundial.

Para evitar tal eventualidade, o país natal pode impor formas dependentes de desenvolvimento na nova região. Assim, a economia subserviente produz apenas o que o país natal deseja e nas quantidades que esse país necessita. O desenvolvimento livre de um novo capitalismo regional é mantido sob controle e, qualquer que seja a aliança de classes regional que surja, essa aliança é mantida firmemente sob controle do país natal. No entanto, o território dependente pode não se expandir suficientemente rápido para absorver os excedentes que estão sendo gerados no país natal. Prontamente, a exportação de capital se converte numa mera relação comercial, que nada pode fazer para mitigar os problemas subjacentes relativos à superacumulação. Assim, a Índia, sob dominação britânica, desde o início não representou um desafio competitivo contra a indústria britânica, mas também foi muito menos importante como campo de absorção dos excedentes do que, por exemplo, os Estados Unidos. O mesmo princípio se empregou depois de Segunda Guerra Mundial. Os excedentes dos Estados Unidos encontraram um lar muito mais conveniente na Europa ocidental e no Japão do que no Terceiro Mundo, mas foram a Europa e o Japão que estabeleceram o maior desafio competitivo para os Estados Unidos no mercado mundial.

Evidentemente, há um beco sem saída da seguinte espécie: para a nova região absorver os excedentes, deve se permitir que essa região se desenvolva livremente e se transforme numa economia capitalista plenamente amadurecida, destinada, no fim, a produzir seus próprios excedentes e, assim, envolver-se na competição internacional contra a base natal. Se a nova região se desenvolve de modo reprimido e dependente, o índice de expansão não é suficientemente rápido para absorver os florescentes excedentes da economia natal. Ocorre então a desvalorização; a não ser que novas regiões de desenvolvimento possam ser abertas. A consequência, porém, como Marx e Lenin observaram há tempos, é difundir as contradições do capitalismo em esferas sempre maiores, dando-lhes latitudes de operação sempre maiores.

No entanto, *nota bene*, o capitalismo é capaz de fazer uma pausa considerável para tomar fôlego, e garantir sua própria sobrevivência, por intermédio da busca do “ajuste espacial”, especialmente quando combinado com deslocamentos temporais dos tipos anteriormente mencionados. É como se, depois de ter tentado anular o espaço pelo tempo, o capitalismo adquirisse tempo para si, fora do espaço conquistado. Assim, embora possamos continuar asseverando que as crises não podem, a longo prazo, ser evitadas, temos de considerar a possibilidade de que esse longo prazo talvez seja muito longo. No entanto, o longo prazo também deve ser pontuado por aquilo que, em outra parte, denominei “crises de mudança” profundas; isto é, momentos cataclísmicos, que reconstroem toda geografia da acumulação do capital, destroem as estruturas espaciais e as alianças de classes regionais rígidas, solapam o poder das formações estatais, e reconstituem-nas numa nova configuração geográfica, que pode acomodar melhor a dinâmica tecnológica, conflituosa e vigorosamente expansível do fluxo de capital indócil e mutável (HARVEY, 1978; 1982: cap. 13). Porém, a questão sempre permanece: o que acontece quando, por qualquer razão, o “ajuste espacial” é impedido e as dívidas contraídas pelo deslocamento espacial vencem?

A exclusão que Marx fez a respeito de todo ajuste espacial permitiu-lhe concentrar-se nos processos fundamentais de formação da crise. A teoria da superacumulação e da desvalorização revela o intenso poder destrutivo existente sob a fachada do capitalismo relativa ao progresso tecnológico e à racionalidade do mercado. No decurso da crise, grandes quantidades de capital são desvalorizadas e destruídas, os trabalhadores e sua força de trabalho sofrem um destino semelhante, e os capitalistas canibalizam e liquidam uns aos outros, na “guerra de todos contra todos”, o derradeiro sinal do modo de produção capitalista.

O que Marx em nenhuma parte antecipa, mas Lenin enfatiza, é a conversão desse processo em lutas econômicas, políticas e militares entre Estados-Nações. Nesse momento, elaboramos uma proposição mais geral. Em virtude do inexorável processo de formação da crise, a busca pelo ajuste espacial converte a ameaça da desvalorização

numa luta entre alianças regionais instáveis, sobre as quais recaem o ímpeto da crise. Diante da perspectiva de se partir em milhares de pedaços, uma aliança regional talvez se consolide, liberando suas tendências destrutivas para o exterior. A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam as apostas num jogo arriscado. As guerras comerciais, o dumping, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo de capital e ao câmbio, as guerras relativas à taxa de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, a subjugação e o controle das economias dependentes, a reorganização forçada da divisão territorial do trabalho nos impérios econômicos (inclusive impérios empresariais) e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada resultantes da confrontação militar e da guerra podem ser consideradas como parte e parcela dos processos de formação e solução da crise. A busca pelo “ajuste espacial” assume uma direção viciosamente competitiva e talvez violenta.

A geopolítica do capitalismo

Na geografia histórica do capitalismo, o ano de 1980 prenunciou uma década difícil e perigosa. Em 1983, o desemprego ficou acima dos 10% na maioria dos países industrializados (com a notável exceção do Japão), e a capacidade produtiva ociosa e os estoques não vendidos atingiram níveis sem precedentes. Em retrospecto, a onda inflacionária do final da década de 1960 e a estagflação da década de 1970 parecem prelúdios relativos a uma crise clássica de desvalorização tanto do capital quanto da força de trabalho sob condições de desenfreada superacumulação.

Nesse momento, a divisão inter-regional e internacional do trabalho está no decurso da racionalização e da reconstrução, por meio da combinação de processos poderosos de mudança tecnológica e mobilidade geográfica do capital. Os anteriores padrões de coerência regional estão desordenados. As alianças regionais de classes tradicionais ou se desintegram ou se consolidam forçosamente, no esforço para estender a desvalorização ao exterior. Os novos diferenciais geográficos estabelecidos de produtividade produzem transformações dramáticas nos padrões globais e regionais do comércio e nos fluxos de moeda, criando condições de crônica instabilidade monetária nacional e internacional. As incertezas geográficas encurtam os horizontes temporais, exacerbando o já sério problema da dívida (privada e pública, local, nacional e internacional), acumulada em muitos anos de veloz e, em retrospecto, excessiva formação de capital fictício. A capacidade de absorção de excedentes de capital e força de trabalho através do deslocamento temporal e geográfico, ao menos sob as condições gerais traçadas no período imediato do pós-guerra, parece ter se esgotado. Nessas condições, a única solução consistente é que os oprimidos pelo déficit sejam fiadores dos levados à falência, e os falidos paguem o déficit.

A não ser tal expectativa imaginária, podemos esperar apenas uma maré crescente de desvalorização, que fratura as alianças regionais de classes e piora as relações entre as mesmas. As reações protecionistas de todos os tipos (não apenas ao nível nacional e, de nenhum modo, restritas a tarifas e outros dispositivos convencionais) se tornam abundantes. Adotam-se movimentos agressivos para exportar a desvalorização a outras regiões. Para considerar um exemplo recente, a indústria siderúrgica norte-americana, em aliança com os sindicatos, impõe restrições sobre importações mais baratas da Europa e do Japão, que, por sua vez, restringem as importações do Brasil e da Coreia do Sul. No entanto, a empresa US Steel cai em tentação, e decide importar placas de aço britânicas mais baratas, provocando acusações dos seus concorrentes e sindicatos, da mesma maneira que abala o interesse nacional e exporta empregos devido a um pequeno ganho comercial.

Por diversos processos desse tipo, ocorrem mudanças regionais e internacionais do poder econômico e político, mudanças que políticas específicas de governos parecem impotentes para evitar por meios normais. De fato, políticas tanto nacionais como internacionais perdem qualquer coerência que podem ter tido algum dia. Em uma aliança regional, os planos para melhorar a competitividade da indústria impõem mudanças tecnológicas aceleradas, que, no país natal, afastam a mão-de-obra viva da produção, enquanto exportam desemprego para o exterior. As políticas idealizadas para exportar a desvalorização ao Terceiro Mundo não apenas provocam distúrbios em cidades como São Paulo e Santiago, mas põem em risco a grande dívida contraída por seus respectivos países. Em um caso clássico de deslocamento geográfico e temporal combinado, essa dívida, que, entre 1972 e 1983, cresceu de pouco mais de 20 bilhões de dólares para quase 200 bilhões de dólares para os três maiores tomadores de empréstimos (Brasil, México e Argentina), agora parece totalmente incobrável. No caso de inadimplência, os dez maiores bancos norte-americanos, credores de quase 40 bilhões dessa dívida, sofrem a ruína financeira. Sob tais circunstâncias, será que o Federal Reserve possui alguma escolha, a não ser aliviar a oferta de moeda nos Estados Unidos, dar fiança os bancos e reacender as forças domésticas e internacionais da inflação? Em todo o caso, a dívida só pode ser paga através da expansão das importações do Terceiro Mundo, o que significa, em um tempo de desvalorização geral, importar o desemprego para os Estados Unidos. Se o dominados pelo déficit darem fiança aos levados à falência, como os falidos podem pagar o déficit sem aprofundar os problemas dos oprimidos pelo déficit?

Sob tais condições, os realinhamentos e conflitos geopolíticos parecem inevitáveis. Mesmo a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a peça geopolítica central do capitalismo pós-guerra, está ameaçada por rivalidades e desavenças econômicas internas. O Pentágono deseja restituir a unidade da OTAN,

mas o Federal Reserve, com certeza, abala essa unidade com a política monetária que considera apropriada para o controle da inflação, mas que também provoca níveis inaceitáveis de desvalorização na Europa ocidental. As políticas direcionadas abertamente para o bloco soviético pelos Estados Unidos afetam desfavoravelmente esses países, como a Alemanha Ocidental, que buscavam saídas para o capital excedente no comércio Leste/Oeste (as discussões sobre o crédito para a União Soviética, o gasoduto e a dívida polonesa são casos recentes em questão). Na Europa ocidental, certos governos buscam outra rodada de ajuste espacial, exportando o crescimento capitalista irreprimido para o Terceiro Mundo (como proposto pelo Relatório Brandt). Esses governos consideram um realinhamento geopolítico da Europa ocidental com regiões mais dinâmicas do Terceiro Mundo. Com isso, atropelam os Estados Unidos, que ainda, por exemplo, interpreta a Doutrina Monroe como expressão do direito à dominação neocolonial (em nome do anti-sovietismo e do anticomunismo) por quase toda a América Latina. O Japão, considerado corretamente a principal ameaça competitiva à hegemonia comercial dos Estados Unidos e Europa ocidental, criou um gênero especial de economia capitalista, muito dinâmico e expansível, mas também inflexível para uma posição inferior, com pouca capacidade de absorção da desvalorização tanto do capital como da força de trabalho. Timidamente, o Japão procura consolidar sua forte influência nos mercados do Terceiro Mundo, enquanto aplana seu avanço no mundo industrializado. Enquanto isso, os Estados Unidos, finalmente, esquecem Pearl Harbour e, num lance para reduzir seus próprios gastos de defesa e seu déficit orçamentário, estimulam o rearmamento do Japão, onde o militarismo está, de qualquer maneira, quietamente ressurgente.

As pressuposições aparentemente sólidas sobre as quais se criou o *boom* do pós-guerra quase se dissolveram no ar. Dissolveu-se o dólar forte e estável, enquanto sustentáculo do sistema monetário internacional (Bretton Woods). Também se dissolveram os espaços abertos para o capital excedente, por intermédio da reconstrução das economias devastadas pela guerra (o Plano Marshall) e do compromisso de ampliar o comércio mundial pela eliminação das barreiras à troca de mercadorias (GATT) e ao fluxo de capital. A competição internacional e inter-regional intensificada, além da acelerada mudança tecnológica, abalou a dinâmica da expansão e fez toda a economia global entrar em parafuso. A “desintegração do Ocidente”, descrita tão vividamente por Mary Kaldor, prossegue aceleradamente (KALDOR, 1978). Será que a desintegração pode ser detida? Será que a depressão, a revolução, a guerra (ou alguma combinação das três) podem ser evitadas?

Sob tais condições, podemos apenas lembrar, com nervosismo, a história econômica e diplomática da década de 1930, aquele atribulado prelúdio para a guerra intercapitalista global, que transformou mais a história geográfica do mundo do que

qualquer outra seqüência de eventos da história. Será que isso pode voltar a acontecer? Em caso afirmativo, como e por quê? As analogias puras talvez nunca satisfaçam, mas podem suscitar análise e reflexão importantes. Em primeiro lugar, diante do caos econômico, devemos observar com que rapidez mudaram os alinhamentos geopolíticos e econômicos. Embora, na década de 1920, existissem muitos sinais indicativos de fragilidade (hiperinflação na Alemanha, desemprego retumbante na Grã-Bretanha, linguagem bombástica e especulativa nos Estados Unidos), a principal clivagem geopolítica mundial era, com certeza, entre a União Soviética e as potências capitalistas. No entanto, em 1933, o mundo capitalista se partiu em pedaços, em muitos lados hostis: os britânicos se protegendo atrás da *Commonwealth Preference* (Prioridade relativa à Comunidade Britânica), os japoneses dentro de uma “esfera de prosperidade mútua” eficazmente conveniente e os alemães prestes a adotar uma política de *Lebensraum* (espaço vital) por meio da dominação política, econômica e, no fim, militar. Apenas os Estados Unidos, em vão, procuraram (em seu interesse próprio) sustentar uma política de “portas abertas”, em um mundo onde as alianças regionais de classes (com forte apoio das classes trabalhadoras, na maioria dos casos), progressivamente, se estabeleciam, política e militarmente, dentro dos impérios comerciais fechados. No entanto, se a firme dinâmica da expansão que culmina na superacumulação prevalece como inexorável, como aqui descrevemos, então a aliança regional de classes enfrenta uma sombria alternativa de depressão e (talvez) revolução no país natal, ou confronto militar no exterior (a forma derradeira do “ajuste espacial”).

Em segundo lugar, apesar de todo o grande drama da política do *New Deal* nos Estados Unidos ou da construção das *autobahns* (auto-estradas) na Alemanha fascista, há muito pouca evidência de que tais transformações internas da sociedade civil realmente solucionaram, de alguma forma, as contradições internas do capitalismo. Em 1939, nos Estados Unidos, na véspera da sua entrada na guerra, o desemprego crescia com força, e houve pouca ou nenhuma revitalização do comércio mundial ou do reinvestimento, além daquele diretamente criado pelos dispêndios do governo. Na ocasião, como agora, a necessidade da responsabilidade fiscal impediu planos mais bem elaborados de absorver os excedentes de capital e força de trabalho. De fato, foi a Segunda Guerra Mundial que trouxe o pleno emprego e o reinvestimento, mas fez isso sob condições em que grandes quantidades de capitais existentes foram destruídas fisicamente e muitos trabalhadores ociosos foram consumidos como bucha para canhão. Foi exatamente a desigualdade geográfica dessa destruição que abriu novos espaços no período do pós-guerra para a absorção do capital excedente norte-americano, sob a égide daquele benevolente “ajuste espacial” conhecido como Plano Marshall.

Em terceiro lugar, as transformações internas realizadas na década de 1930 perdem importância em comparação com a dramática reconstrução institucional e geopolítica empreendida sobre as cinzas da Segunda Guerra Mundial. Por insistência dos Estados Unidos (então, a potência mundial hegemônica), a política de “portas abertas” prevaleceu, apoiada por um conjunto de instituições supranacionais (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), sob controle *de facto* dos Estados Unidos, e por um acordo monetário internacional, que, efetivamente, transformou os Estados Unidos no banqueiro mundial. A dissolução dos impérios comerciais fechados (os britânicos foram forçados a dismantelar a *Commonwealth Preference* em troca da lei de empréstimo e arrendamento para armas e serviços durante a guerra) e a descolonização criaram diversos Estados independentes novos, mas economicamente impotentes, em todo o Terceiro Mundo (em grande parte, do mesmo modo que novos Estados foram talhados na Europa depois da Primeira Guerra Mundial). Tudo se arranjou para impedir a emergência de blocos de poder rivais dentro do mundo capitalista, e para facilitar a internacionalização do capital (principalmente dos Estados Unidos), sob condições de mobilidade geográfica razoavelmente limitada da força de trabalho. A cooptação e a repressão, no país natal e no exterior, para manter o mundo livre liberado para a circulação do capital, tornaram-se o tema político dominante. Para esse fim, forjaram-se novas alianças geopolíticas, e estabeleceram-se novas fundações para a coesão de alianças regionais de classes dentro de uma estrutura internacionalista. É claro que a ameaça soviética e o anticomunismo se tornaram a principal ferramenta ideológica, para assegurar a solidariedade de alianças regionais de classes potencialmente competidoras. Até o ponto que essa ideologia precisou de uma base material, a confrontação geopolítica em relação à União Soviética e ao bloco comunista se tornou fundamental para a sobrevivência do capitalismo, independente das políticas ou ações soviéticas.

Esse é a estrutura geopolítica relativamente estável em que ocorreu o *boom* do pós-guerra. Também é a estrutura ameaçada pelo próprio sucesso dessa dinâmica. A superacumulação e a desvalorização, como começamos observando, se manifestam por toda parte, e a coesão interna do mundo capitalista como um todo, assim como das alianças regionais de classes dentro desse mundo, ameaçam se desintegrar num caos de competição e forças antagônicas. Será que há – que pode haver – alguma maneira de impedir tal desintegração e todos os seus inenarráveis horrores associados?

Réquiem para uma conclusão

Considero que o argumento teórico que expus aqui é fundamental tanto para a elucidação da nossa presente e angustiosa situação, como para a interpretação da geografia histórica do capitalismo. Se eu tiver razão – e apresso-me em acrescentar que espero estar inteiramente equivocado, e que a história ou outros estudiosos provarão isso rapidamente para mim –, então, no século XX, a perpetuação do capitalismo foi obtida à custa da morte, da devastação e da destruição levadas a cabo em duas guerras mundiais. No entanto, cada guerra foi travada com armas de destruição sempre mais sofisticadas. Com certeza, a era burguesa testemunhou o crescimento da força destrutiva que mais do que corresponde ao crescimento da força produtiva essencial para a sobrevivência do capitalismo. Parece insano que essa força produtiva também necessite utilizar essa força destrutiva. No entanto, os ideólogos do capitalismo não apenas não derramaram lágrimas, mas, como Schumpeter, entoaram cantos de louvor ao que denominaram a “destruição criativa” por meio da qual os capitalistas de modo tão dramático transformam o mundo. Porém, nossa presente e angustiosa situação deve nos dar o que pensar. Conforme se esgotam as soluções temporais e geográficas para a dialética interna da superacumulação, a tendência de crise do capitalismo mais uma vez investe furiosamente, as rivalidades interimperialistas se agudizam e a ameaça de autarcia dentro dos impérios comerciais fechados se avulta. Numa ordem mundial em desintegração, a luta para exportar a desvalorização ganha prioridade e a beligerância domina o tom do discurso político. Com isso, surge a ameaça renovada da guerra global, dessa vez travada com armas de tão grande e insano poder destrutivo que nem mesmo o mais apto sobreviverá. A mensagem que Marx há muito tempo anotou no caderno de notas que se tornou *Grundrisse* se fixa sobre nós de modo mais premente do que nunca: “A destruição violenta do capital não por relações externas ao mesmo, mas como condição de sua autopreservação, é a forma mais notável pela qual o conselho é dado, dando espaço a um estado superior de produção social” (MARX, 1973: 749-50).

O capitalismo não inventou a guerra, assim como não inventou a escrita, o conhecimento, a ciência ou a arte. Mesmo na era contemporânea, nem todas as guerras podem ser consideradas guerras capitalistas. A guerra não necessariamente desaparecerá do cenário humano com o fim do capitalismo. No entanto, o que nossa teoria salienta é que consideramos a substituição do modo capitalista de produção – esse processo expansível e tecnologicamente dinâmico de circulação que começamos a analisar – como condição necessária para a sobrevivência humana. Essa é uma tarefa além da prerrogativa de qualquer classe ou comunidade única. É uma tarefa, sugiro, que deve ser o foco imediato de todo átomo de nossa atenção coletiva.

CAPÍTULO VI

DO ADMINISTRATIVISMO AO EMPREENDEDORISMO: A TRANSFORMAÇÃO DA GOVERNANÇA URBANA NO CAPITALISMO TARDIO

Publicado pela primeira vez em
Geografiska Annaler, edição de 1989.

Nas últimas duas décadas, entre os meus interesses acadêmicos, um tema central foi o esclarecimento do papel da urbanização na mudança social, especialmente sob as condições das relações sociais capitalistas e da acumulação capitalista (HARVEY, 1973; 1982; 1985a; 1985b; 1989a). Esse projeto exigiu maior inquirição do motivo pela qual o capitalismo produz uma geografia histórica distintiva. Depois que se forma a paisagem física e social da urbanização de acordo com critérios caracteristicamente capitalistas, certos limites se interpõem nas vias futuras do desenvolvimento capitalista. Isso implica que, embora o processo urbano sob o capitalismo seja moldado pela lógica da circulação e da acumulação do capital, aqueles critérios modelam as condições e as circunstâncias da acumulação do capital em pontos posteriores do tempo e do espaço. Em outras palavras, os capitalistas, como todos os demais, talvez lutem para promover sua própria geografia histórica, mas, também como todos os demais, não fazem isso sob circunstâncias históricas e geográficas de sua própria escolha individual, mesmo quando desempenham um papel coletivo importante e mesmo determinante ao moldar aquelas circunstâncias. Essa relação de duas vias de reciprocidade e dominação (em que os capitalistas, como os trabalhadores, são dominados e coagidos pelas suas próprias criações) pode ser mais bem apreendida teoricamente em termos dialéticos. Desse ponto de vista, busquei *insights* mais poderosos a respeito do processo de feitura da cidade, que é tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento, na fase mais recente do desenvolvimento capitalista.

É claro que não há novidade na inquirição do papel da urbanização na dinâmica social. De vez em quando, o assunto floresce como foco de debates importantes, ainda que, mais freqüentemente, não em relação a circunstâncias histórico-geográficas específicas, em que, por uma razão ou outra, o papel da urbanização e das cidades aparece especialmente ressaltado. No desenvolvimento da civilização, discute-se muito a parte desempenhada pela formação da cidade, como o papel da cidade na Grécia e Roma clássicas. Na transição do feudalismo ao capitalismo, o significado das cidades é uma arena de perene controvérsia, gerando,

ao longo dos anos, uma literatura notável e esclarecedora. Diversas evidências também podem agora ser apresentadas para sustentar a importância da urbanização para o desenvolvimento político, cultural e industrial do século XIX, assim como para a expansão subsequente das relações sociais capitalistas aos países menos desenvolvidos (que agora têm as cidades que, de forma dramática, mais crescem no mundo).

Com muita frequência, no entanto, o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo, ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação a mudanças sociais mais importantes e fundamentais. As sucessivas revoluções em tecnologia, relações espaciais, relações sociais, hábitos de consumo, estilos de vida etc., características da história capitalista, podem, sugere-se às vezes, ser compreendidas sem investigação profunda alguma das raízes e da natureza dos processos urbanos. De fato, esse juízo é, de modo geral, feito tacitamente em virtude dos pecados da omissão e não da comissão. No entanto, nos estudos da mudança macroeconômica e macrosocial, a tendência antiurbana é demasiadamente persistente por comodidade. Por essa razão, parece conveniente investigar o papel que o processo urbano talvez esteja desempenhando na reestruturação radical em andamento nas distribuições geográficas da atividade humana e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes.

A mudança para o empreendedorismo na governança urbana

Em 1985, em Orleans, um seminário reuniu acadêmicos, empresários e formuladores de políticas de oito grandes cidades de sete países capitalistas avançados (BOUINOT, 1987). O objetivo era analisar as linhas de ação adotadas pelos governos urbanos diante da erosão disseminada da base econômica e fiscal de muitas grandes cidades no mundo capitalista avançado. O seminário expressou um grande consenso: os governos urbanos tinham de ser muito mais inovadores e empreendedores, com disposição de explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação e, assim, assegurar um futuro melhor para suas populações. A única esfera de desacordo dizia respeito a qual seria a melhor maneira disso ser feito. Será que os governos urbanos deveriam desempenhar algum papel de apoio ou direto na criação dos novos empreendimentos? De que tipo? Será que deveriam lutar para preservar as fontes de emprego, ou mesmo assumir as fontes ameaçadas? Quais? Ou será que deveriam simplesmente se limitar à provisão das infra-estruturas, dos terrenos, das renúncias fiscais e das atrações culturais e sociais, reforçando as antigas formas de atividade econômica e atraindo as novas formas?

Cito isso porque é sintomático da reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas duas décadas nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Digno de nota é que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e nas ideologias.

Tanto Boddy (1984) como Cochrane (1987) concordam, por exemplo, que, desde o início da década de 1970, as autoridades locais na Grã-Bretanha “envolveram-se cada vez mais na atividade de desenvolvimento econômico diretamente relacionada com a produção e o investimento”, enquanto Rees e Lambert (1985: 179) mostram como “na década de 1970, no campo econômico, o crescimento das iniciativas dos governos locais foi bastante estimulado pelas sucessivas administrações centrais”, para complementar as tentativas dos governos centrais de melhoria da eficiência, da competitividade e da rentabilidade do setor industrial britânico. Recentemente, David Blunkett, dirigente do conselho laboral de Sheffield por muitos anos, deu sua aprovação a um determinado tipo de empreendedorismo urbano:

No início da década de 1970, depois que a política de pleno emprego deixou de ser uma das principais prioridades governamentais, os conselhos locais³³ passaram a assumir esse desafio, apoiando as pequenas empresas, criando vínculos mais estreitos entre os setores público e privado, e promovendo áreas locais para atração de novos empreendimentos. Começaram a adaptar o tradicional papel econômico do governo local³⁴ britânico, que oferecia incentivos sob a forma de subvenções, empréstimos a fundo perdido e infra-estrutura subsidiada, e não exigia envolvimento recíproco com a comunidade, para atrair empresas industriais e comerciais que procuravam locais adequados para investimento e comércio [...] Atualmente, como no passado, o governo local é capaz de imprimir sua própria marca empreendedora e empresarial, enfrentando a grande mudança econômica e social provocada pela reestruturação tecnológica e industrial (BLUNKETT E JACKSON, 1987: 108-42).

33. Uma pequena divisão do governo local britânico, responsável pela oferta de serviços; por exemplo, moradia e recreação em uma determinada área, normalmente alguns distritos (N. T.).
34. No Reino Unido, a principal função do governo local é proporcionar serviços locais, como escolas, bibliotecas e corpo de bombeiros. Também é responsável pelo meio ambiente local, fazendo coleta de lixo e limpeza pública (N. T.).

Nos Estados Unidos, onde, há muito tempo, a iniciativa e o empreendedorismo cívico são características importantes dos sistemas urbanos (consultar ELKIN, 1987), a redução do fluxo dos repasses federais e das receitas dos tributos locais depois de 1972 (o ano em que o presidente Nixon declarou o fim da crise urbana, assinalando que o governo federal não tinha mais os recursos fiscais para contribuir para sua solução) levou ao renascimento do processo de tomada de iniciativas, fazendo Robert Goodman (1979) caracterizar os governos tanto estaduais quanto locais como “os últimos empreendedores”. Atualmente, há muita literatura que trata de como, nos Estados Unidos, o novo empreendedorismo urbano assumiu o centro do palco na formulação da política urbana e nas estratégias de desenvolvimento urbano (consultar JUDD E READY, 1986; PETERSON, 1981; LEITNER, 1989).

A mudança ao empreendedorismo não foi completa. Na Grã-Bretanha, muitos governos locais não responderam às novas pressões e oportunidades, ao menos até recentemente, enquanto cidades como Nova Orleans, nos Estados Unidos, continuam a depender do governo federal, necessitando de repasses para sobreviver. Evidentemente, a história dos resultados da mudança para o empreendedorismo, ainda a ser devidamente registrada, está marcada tanto por muitos fracassos como por muitos sucessos – e não há pouca controvérsia quanto ao que representa “sucesso” (uma questão que voltarei mais tarde). Porém, sob toda essa diversidade, no período desde o início da década de 1970, a mudança do administrativismo urbano para algum gênero de empreendedorismo continua sendo um tema persistente e recorrente. Tanto as razões para tal mudança, como suas implicações, merecem algum escrutínio.

Há uma concordância geral de que a mudança tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973. A desindustrialização, o desemprego disseminado e aparentemente “estrutural”, a austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local, tudo isso ligado a uma tendência ascendente do neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte (ainda que, freqüentemente, mais na teoria do que na prática) à racionalidade do mercado e à privatização, representam o pano de fundo para entender por que tantos governos urbanos, muitas vezes de crenças políticas diversas e dotados de poderes legais e políticos muito diferentes, adotaram todos uma direção muito parecida. A maior ênfase na ação local para enfrentar esses males também parece ter algo a ver com a capacidade declinante do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais, de modo que o investimento assume cada vez mais a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais (que fazem o possível para maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista). Além disso, a ascensão do empreendedorismo urbano talvez tenha tido um papel importante na transição geral da dinâmica do capitalismo de um regime fordista-

keynesiano de acumulação capitalista para um regime de “acumulação flexível” (consultar GERTLER, 1988; HARVEY, 1989b; SAYER, 1989; SCHOENBERGER, 1988; SCOTT, 1988; SWYNGEDOUW, 1986, para alguma elaboração e reflexão crítica sobre esse conceito controverso). Nessas últimas duas décadas, a transformação da governança urbana teve raízes e implicações macroeconômicas importantes. Se Jane Jacobs (1984) estiver certa, pelo menos em parte, ao considerar a cidade a unidade relevante para o entendimento de como se cria a riqueza das nações, então a mudança do administrativismo urbano para o empreendedorismo urbano pode ter implicações de longo alcance para perspectivas futuras de desenvolvimento.

Se, por exemplo, o empreendedorismo urbano (no sentido mais amplo) se encaixa numa estrutura de concorrência interurbana de soma zero³⁵ concernente a recursos, empregos e capital, então mesmo os governantes municipais socialistas mais resolutos e vanguardistas farão, no fim, o jogo capitalista, desempenhando o papel de agentes disciplinadores em relação aos próprios processos que estão tentando resistir. Na Grã-Bretanha, os conselhos laborais enfrentaram exatamente esse problema (consultar o excelente relato de REES E LAMBERT, 1985). Por um lado, tiveram de desenvolver projetos capazes de “produzir resultados diretamente relacionados com as necessidades dos trabalhadores, de maneira que desenvolvessem as competências da mão-de-obra e não o contrário” (MURRAY, 1983), enquanto, por outro lado, precisaram admitir que grande parte do esforço não valeria nada se a região urbana não garantisse vantagens competitivas relativas. Dadas as circunstâncias corretas, no entanto, o empreendedorismo urbano e mesmo a concorrência interurbana talvez abram caminho para um padrão de soma não-zero de desenvolvimento. Com certeza, no passado, esse tipo de atividade desempenhou um papel chave no desenvolvimento capitalista. É uma questão aberta saber se isso, no futuro, poderá ou não levar a uma transição progressista e socialista.

As questões conceituais

Para tal inquirição, há problemas conceituais que merecem um esclarecimento inicial. Em primeiro lugar, a reificação das cidades em combinação com a linguagem que considera o processo urbano aspecto ativo em vez de passivo do desenvolvimento político-econômico impõe grandes riscos. Faz parecer como se as “cidades” pudessem ser agentes ativos quando são simples coisas. De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social

35. Jogo em que apenas um participante ganha um montante igual ao que os outros perdem (N. T.).

especialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. De fato, como muitos estudiosos demonstraram, as práticas espaciais podem adquirir conteúdos burocrático-administrativos, raciais e de gênero (para relacionar apenas um subconjunto de possibilidades importantes). Mas, sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicos.

A dificuldade está em encontrar um procedimento capaz de lidar especificamente com a relação entre *processo* e *objeto*, sem isso se tornar vítima de uma reificação desnecessária. O conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais, que denomino urbanização, produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva. A ação social subsequente deve levar em consideração esses artefatos, pois muitos processos sociais (como viajar diariamente para o trabalho) se tornam fisicamente canalizados por esses artefatos. A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder etc. Isso também concede qualidades objetivadas à “cidade”, que talvez dominem as práticas cotidianas, restringindo cursos posteriores de ação. Finalmente, a consciência dos moradores urbanos influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações. Em todos esses aspectos, há uma tensão permanente entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa. É tão insensato negar o papel e o poder das objetivações, da capacidade das coisas que criamos de retornar como formas de dominação, quanto é insensato atribuir, a tais coisas, a capacidade relativa à ação social.

Dado o dinamismo a que o capitalismo está propenso, verificamos que essas “coisas” estão sempre em transformação, que as atividades estão constantemente escapando dos limites das formas fixas, que as qualidades objetivadas do urbano são cronicamente instáveis. A condição capitalista é tão universal, que a concepção do urbano e da “cidade” também se torna instável, não por causa de alguma definição conceitual deficiente, mas exatamente porque o próprio conceito tem de refletir as relações mutáveis entre forma e processo, entre atividade e coisa, entre sujeitos e objetos. Assim, quando falamos da transição do administrativismo urbano para o empreendedorismo urbano nessas duas últimas décadas, temos de reconhecer os

efeitos reflexivos de tal mudança através dos impactos sobre as instituições urbanas, assim como sobre os ambientes urbanos construídos.

Infelizmente, nos últimos anos, o domínio das práticas espaciais tem mudado, tornando ainda mais problemática qualquer definição imutável em relação ao urbano enquanto domínio espacial distintivo. Por um lado, testemunhamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos “clubes da esquina”, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo certo conceito de cidade enquanto unidade física hermeticamente murada ou mesmo domínio administrativo coerentemente organizado. A “megalópole” da década de 1960 sofreu fragmentação e dispersão ainda maior, especialmente nos Estados Unidos, já que a desconcentração urbana aumentou o ritmo concernente à geração da forma de “cidade esparramada”. No entanto, persiste o fundamento espacial de *alguma* forma, com significados e efeitos específicos. Em uma forma de cidade esparramada, a criação de novas estruturas e padrões ecológicos tem importância relativamente a como se organiza a produção, a troca e o consumo, de como se estabelecem os relacionamentos sociais, de como se exerce o poder (financeiro e político), de como se alcança a integração espacial da ação social. Apresso-me em acrescentar que a apresentação da problemática urbana em termos ecológicos não presume explicações ecológicas. Meramente sustenta que os padrões ecológicos são importantes relativamente à organização e ação social. Na governança urbana, a mudança para o empreendedorismo deve então ser analisada em diversas escalas espaciais: zonas e comunidades locais, centro da cidade e subúrbios, região metropolitana, região, Estado-Nação etc.

Também é importante especificar quem está sendo empreendedor e a respeito de quê. Desejo insistir aqui que “governança” urbana significa muito mais do que “governo” urbano. É desastroso que grande parte da literatura (na Grã-Bretanha, especialmente) se concentre tanto na questão do “governo” urbano, quando o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou, pelo menos, numa coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um processo conflituoso, ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificada. Numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação da aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano. É claro que a iniciativa cívica foi muitas vezes prerrogativa das câmaras de comércio locais, de algum conluio de financistas, industriais e comerciantes locais, ou de alguma “mesa-redonda” entre líderes empresariais e incorporadores imobiliários. Frequentemente, essa “mesa-

redonda” se aglutina, gerando o poder dirigente relativo à política da “máquina de desenvolvimento” (MOLOTCH, 1976). As instituições educacionais e religiosas, os diversos ramos do governo (variando do militar às instituições de pesquisa e administrativas), as organizações sindicais locais (em particular, do setor da construção civil), assim como os partidos políticos, os movimentos sociais e os aparelhos estatais locais (que são múltiplos e freqüentemente heterogêneos), também podem participar do jogo da iniciativa local, ainda que, muitas vezes, com objetivos diferentes.

A formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil, abrindo caminho para pessoas de visão, tenacidade e habilidade (como um prefeito carismático, um administrador municipal talentoso ou um líder empresarial rico) imporem uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano, talvez para moldá-lo até para fins políticos específicos. Enquanto, em Baltimore, foi uma figura pública como o prefeito Schaefer que desempenhou o papel principal, em Halifax ou Gateshead, na Grã-Bretanha, foram os empreendedores privados que assumiram a liderança. Em outros casos, foi uma mistura mais intrincada de personalidades e instituições que desenvolveu um projeto específico em conjunto.

Levanto esses problemas não porque sejam intransponíveis ou intratáveis — eles são solucionados diariamente dentro das práticas da urbanização capitalista —, mas porque temos de prestar atenção no seu modo de resolução prática com o necessário cuidado e seriedade. No entanto, arriscarei fazer três asserções amplas, que sei que são corretas para uma cidade como Baltimore (o estudo de caso que fundamenta a maior parte do argumento que aqui apresento) e que talvez sejam mais usualmente aplicáveis.

Em primeiro lugar, o novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego. O seminário de Orleans (BOUNOT, 1987) apresentou muitas referências da importância da parceria público-privada, que foi, afinal, na Grã-Bretanha, na década de 1970, o objetivo das reformas dos governos locais para favorecer sua formação (ou, no fim, para superar a resistência local, pela criação de empresas de desenvolvimento urbano). Nos Estados Unidos, na década de 1960, a tradição da parceria público-privada patrocinada federalmente e implantada localmente desvaneceu conforme os governos urbanos, em consequência do desassossego urbano, procuraram recuperar o controle social das populações indóceis por meio da redistribuição de renda (melhor moradia, educação, saúde etc.; tudo direcionado à população carente). O papel da autoridade local como facilitador com respeito aos interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista (em oposição ao papel de estabilizador da sociedade capitalista) declinou. Na Grã-Bretanha, verificou-se a mesma desatenção em relação ao desenvolvimento capitalista:

O início da década de 1970 foi um período de resistência à mudança: grupos de protesto contra rodovias, ação comunitária contra a derrubada de cortiços, opositores contra a renovação das regiões centrais das cidades. Os interesses estratégicos e empresariais foram sacrificados devido às pressões das comunidades locais. Compreensivelmente, estamos passando para um período diferente, em que o papel empreendedor se torna dominante (DAVIES, 1980: 23; citado em BALL, 1983: 270-1).

Em Baltimore, o momento de transição pode ser fixado com exatidão. Em 1978, um referendo, aprovado por estreita margem após uma vigorosa e litigiosa campanha política, sancionou o uso de uma área pública para um empreendimento imobiliário privado, que se tornou o espetacular e exitoso Harborplace. Depois disso, a política de parceria público-privada conquistou confiança popular, assim como efetiva presença oculta em quase tudo que envolvia governança urbana (consultar BERKOWITZ, 1984; LEVINE, 1987; LYALL, 1982; STOKER, 1986).

Em segundo lugar, a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa, e, portanto, sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado. Em muitos casos, isso significou que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios, ainda que haja exemplos onde isso não ocorreu (consideremos, por exemplo, o risco privado assumido na construção do Metrocentre, em Gateshead), tornando arriscada qualquer generalização absoluta. No entanto, presumo que seja essa característica de assunção de risco pelo setor público local (em vez do nacional ou federal) que diferencia a fase atual de empreendedorismo urbano das fases mais antigas de iniciativa cívica, na qual o capital privado parecia, geralmente, muito menos avesso ao risco.

Em terceiro lugar, o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar do que o território. Em relação ao território, penso nos projetos econômicos (moradia, educação etc.) idealizados principalmente para melhorar as condições de moradia ou trabalho em uma jurisdição específica. A construção do lugar (um novo centro cívico, um parque industrial) ou a melhoria das condições de um lugar (intervenção, por exemplo, no mercado local de trabalho mediante programas de requalificação ou pressão para redução dos salários locais), por outro lado, pode ter impacto menor ou maior do que o território específico em que tais projetos se localizam. A melhoria da imagem de cidades como Baltimore, Liverpool, Glasgow ou Halifax por meio da construção de centros culturais, de varejo, de entretenimento e empresariais, pode lançar uma sombra aparentemente benéfica sobre toda a região metropolitana. Tais projetos podem adquirir significado na escala metropolitana da ação público-

privada, possibilitando a formação de coalizões que superam as disputas entre cidade e subúrbio, que acoassavam as regiões metropolitanas na fase administrativa. Por outro lado, na cidade de Nova York, um empreendimento muito similar – o Southstreet Seaport – criou um novo lugar que teve apenas impacto local, não alcançando influência alguma de abrangência metropolitana, e gerando uma coalizão de forças constituída basicamente de incorporadores imobiliários e financistas locais.

A construção de tais lugares talvez seja considerada uma maneira de obter benefícios para populações numa jurisdição específica. De fato, essa é a alegação principal do discurso público elaborado para justificá-la. No entanto, geralmente, sua forma torna indiretos todos os benefícios, e, possivelmente, resulta maior ou menor em escopo do que a jurisdição em que se encontra. Os projetos específicos a um determinado lugar também têm o hábito de se tornarem foco da atenção pública e política, desviando a atenção e até recursos dos problemas mais amplos, que talvez afetem a região ou o território como um todo.

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo).

As estratégias alternativas para a governança urbana

Como afirmei em outra obra (HARVEY, 1989a: cap. 1), há quatro opções básicas relativas ao empreendedorismo urbano. Cada opção justifica alguma consideração em separado, ainda que seja a combinação dessas opções que proporciona a chave para as rápidas e recentes mudanças no desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos do mundo capitalista avançado.

Em primeiro lugar, a competição dentro da divisão internacional do trabalho significa a criação da exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços. Certas vantagens derivam da base de recursos (o petróleo, permitindo que o Texas florescesse na década de 1970) ou da localização (por exemplo, no caso das cidades californianas, o acesso favorecido ao vigor comercial da costa do Pacífico). Mas outras vantagens se criam através dos investimentos públicos e privados nas infra-estruturas físicas e sociais que fortalecem a base econômica da região metropolitana como exportadora de bens e serviços. As intervenções diretas para estimular a aplicação de novas tecnologias, a criação de novos produtos ou a provisão de capital de risco para novas empresas (que talvez sejam possuídas e administradas cooperativamente) também talvez sejam importantes, enquanto os custos locais

podem ser reduzidos por subsídios (renúncias fiscais, crédito barato, aquisição de terrenos). Dificilmente, na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência. A competitividade internacional também depende das qualidades, quantidades e custos da oferta local de mão-de-obra. Os custos locais podem ser mais facilmente controlados quando os acordos coletivos locais substituem os acordos coletivos nacionais, e quando os governos locais e outras grandes instituições, como hospitais e universidades, pavimentam o caminho para reduções de salários e benefícios (na década de 1970, em Baltimore, o setor público e institucional se caracterizava por uma série de conflitos sobre índices e benefícios salariais). A força de trabalho de qualidade adequada, ainda que dispendiosa, pode ser um ímã poderoso para um novo desenvolvimento econômico, de modo que o investimento em forças de trabalho bem treinadas e habilitadas, adaptadas aos novos processos de trabalho e às suas exigências administrativas, pode ser bem recompensado. Finalmente, há o problema de economias aglomeradas em regiões metropolitanas. Muitas vezes, a produção de bens e serviços não depende de decisões isoladas das unidades econômicas (como a instalação da filial de uma grande multinacional na cidade; freqüentemente, com efeitos de contágio muito limitados), mas do modo pelo qual se criam economias pelo estabelecimento de diversas atividades dentro de um espaço restrito de interação, facilitando os sistemas produtivos altamente eficientes e interativos (consultar SCOTT, 1988). Desse ponto de vista, grandes regiões metropolitanas como Nova York, Los Angeles, Londres e Chicago, possuem algumas vantagens distintas que os custos do congestionamento já não tem mais compensado. No entanto, como o caso de Bolonha (consultar GUNDLE, 1986) e a onda de novo desenvolvimento industrial na Emilia Romagna ilustram, a atenção cuidadosa relativa ao mix industrial e de marketing, com o apoio da ação firme da autoridade local (nesse caso, encabeçada pelos comunistas), pode promover forte crescimento de novos distritos e configurações industriais, fundados nas economias aglomeradas e na organização eficiente.

Na segunda opção, a região urbana também pode buscar melhorar sua posição competitiva com respeito à divisão espacial de consumo. É mais do que tentar atrair recursos financeiros para uma região urbana por meio do turismo e das atrações associadas à aposentadoria. Depois da década de 1950, o estilo consumista de urbanização fomentou uma base sempre mais ampla para a participação do consumo de massa. Embora a recessão, o desemprego e o alto custo do crédito tenham reduzido essa possibilidade para importantes setores da população, ainda resta muita capacidade de consumo (muito dessa capacidade alimentada pelo crédito). A concorrência por essa capacidade de consumo torna-se maior, embora os consumidores que dispõem

dos recursos financeiros têm a oportunidade de serem muito mais seletivos. Paradoxalmente, os investimentos para atrair os dólares dos consumidores cresceram rapidamente como reação à recessão generalizada. Esses investimentos enfocam, cada vez mais, a qualidade de vida. A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, *shopping centers*, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir. Por exemplo, Baltimore, reputada funestamente como “o cu do mundo da costa leste” no início da década de 1970, aumentou a quantidade de empregos no setor turístico de abaixo de mil para mais de 15 mil em menos de duas décadas de maciça reconstrução urbana. Mais recentemente, na Grã-Bretanha, 13 cidades industriais enfermas (incluindo Leeds, Bradford, Manchester, Liverpool, Newcastle e Stoke-on-Trent) se uniram num esforço promocional conjunto para aumentar sua participação dentro da indústria britânica de turismo. Eis como o jornal *The Guardian*, de 9 de maio de 1987, registra esse empreendimento relativamente bem-sucedido:

Além de gerarem renda e criarem empregos em áreas de desemprego aparentemente terminal, o turismo também tem um efeito secundário significativo relativo ao maior realce do ambiente. As cirurgias plásticas e as instalações idealizadas para atrair maior número de turistas também melhoram a qualidade de vida daqueles que vivem no local, inclusive atraindo novas indústrias. Embora os ativos específicos de cada cidade sejam variados, cada uma delas é capaz de oferecer diversos lembretes estruturais concernentes ao que as tornam notáveis. Em outras palavras, essas cidades partilham um elemento de venda denominado herança industrial e/ou marítima.

Os festivais e os eventos culturais também se tornam foco das atividades de investimento. “As artes criam um clima de otimismo – a cultura do ‘é possível fazer’ é essencial para o desenvolvimento do empreendimento cultural”, afirma a introdução de um recente relatório do Arts Council of Great Britain [Conselho de Artes da Grã-Bretanha], acrescentando que as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior, e ajudar as pessoas “a acreditar em si mesmas e em sua comunidade” (consultar BIANCHINI, 1991). O espetáculo e a exibição se transformam em símbolos de uma

comunidade dinâmica, tanto nas cidades controladas por comunistas como Roma e Bolonha, quanto em Baltimore, Glasgow e Liverpool. Desse modo, uma região urbana tem a expectativa de poder aderir e sobreviver como local de solidariedade comunitária, enquanto analisa a opção de se aproveitar do consumo conspícuo num oceano de recessão em expansão.

Em terceiro lugar, o empreendedorismo também foi muito influenciado pela luta feroz com respeito à obtenção das atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia). As atividades desse tipo precisam da provisão de infra-estrutura específica e, freqüentemente, dispendiosa. Numa rede mundial de comunicações, a eficiência e a centralidade são essenciais em setores onde se requerem interações pessoais de tomadores de decisões importantes. Isso representa grandes investimentos em transporte e comunicações (aerportos e teleportos, por exemplo), e na oferta de espaço adequado de trabalho, equipado com as ligações internas e externas necessárias para minimizar os tempos e os custos das transações. O desenvolvimento de uma vasta gama de serviços de apoio, especialmente os que podem coletar e processar informações rapidamente, ou permitem consulta rápida aos “especialistas”, pede outros tipos de investimentos, enquanto as habilidades específicas exigidas por tais atividades premiam as regiões metropolitanas com determinados tipos de oferta educacional (escolas de administração e direito, setores de produção de alta tecnologia, competências associadas à mídia etc.). Nesse setor, a concorrência interurbana é muito dispendiosa e, particularmente, difícil, pois as economias aglomeradas continuam supremas, e o poder monopolístico de centros estabelecidos, como Nova York, Chicago, Londres e Los Angeles, é difícil de ser quebrado. No entanto, como, nas últimas duas décadas, as atividades de comando foram um setor de grande crescimento (na Grã-Bretanha, em menos de uma década, a quantidade de empregos no setor financeiro e de seguros dobrou), a busca dessas atividades atrai cada vez mais como caminho dourado para a sobrevivência urbana. O resultado, naturalmente, é dar a impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana.

Em quarto lugar, a vantagem competitiva com respeito à redistribuição de superávits através dos governos centrais (ou, nos Estados Unidos, dos governos estaduais) ainda tem grande importância, pois se trata de um mito que os governos centrais não redistribuem os saldos positivos na proporção que estavam acostumados. Os canais mudaram, de modo que, tanto na Grã-Bretanha (por exemplo, Bristol) como nos Estados Unidos (por exemplo, Long Beach-San Diego), são os contratos

militares e de defesa que proporcionam o suporte para a prosperidade urbana, em parte por causa do montante de recursos envolvidos, mas também por causa do tipo de emprego e benefícios secundários que talvez se adquiram dessas assim chamadas indústrias “high-tech” (MARKUSEN, 1986). Além disso, ainda que todo esforço talvez tenha sido feito para cortar o fluxo de apoio do governo central para muitas regiões urbanas, há muitos setores da economia (educação e saúde, por exemplo) e mesmo economias metropolitanas inteiras (consultar o estudo de SMITH E KELLER, 1983 sobre Nova Orleans) em que tais cortes são impossíveis. A alianças da classe dirigente urbana tiveram diversas oportunidades, portanto, para utilizar mecanismos redistributivos como meio de sobrevivência urbana.

Essas quatro estratégias não se excluem entre si, e a prosperidade desigual das regiões metropolitanas dependeu da natureza das coalizões formadas, da combinação e do ritmo das estratégias empreendedoras, dos recursos específicos (naturais, humanos, localizacionais) com os quais a região metropolitana é capaz de trabalhar, e do poder de competição. No entanto, o desenvolvimento desigual também resultou do sinergismo, que leva um tipo de estratégia a facilitar outro tipo. Por exemplo, o desenvolvimento da megalópole Los Angeles-San Diego-Long Beach-Orange County parece ter sido alimentado pelos efeitos interativos entre grandes repasses governamentais para as indústrias de defesa e o crescimento acelerado das atividades de comando e controle, que, além disso, estimularam as atividades orientadas para o consumo, a ponto de ter havido um considerável renascimento de determinados tipos de manufatura. Por outro lado, em Baltimore, há pouca evidência de que o grande aumento da atividade orientada para o consumo tenha contribuído para o desenvolvimento de outras atividades, exceto, talvez, a proliferação relativamente moderada dos serviços bancários e financeiros. No entanto, há evidência de que a rede de cidades e regiões urbanas na Sunbelt³⁶ ou no sul da Inglaterra geraram um sinergismo coletivo maior do que nos respectivos equivalentes do norte. Noyelle e Stanback (1984) também propõem que a posição e a função dentro da hierarquia urbana têm tido um papel importante no padrão das fortunas e dos infortúnios urbanos. Os efeitos de transmissão entre as cidades e na hierarquia urbana também devem ser levados em consideração para o padrão das fortunas e dos infortúnios urbanos durante a transição do administrativismo para o empreendedorismo na governança urbana.

No entanto, o empreendedorismo urbano envolve certo nível de concorrência interurbana. Nesse caso, abordamos um motivo que impõe limites evidentes sobre a capacidade de projetos específicos mudarem a sorte de determinadas

36. A região sul e sudoeste dos Estados Unidos, da Virgínia até o sul da Califórnia, chamada assim por causa do clima quente e ensolarado (N. T.).

cidades. De fato, à medida que a concorrência interurbana se torna maior, quase certamente acionará um “poder coercitivo externo” sobre certas cidades, aproximando-as mais da disciplina e da lógica do desenvolvimento capitalista. Talvez até force a reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento (como a reprodução em série de *world trade centers* ou de novos centros culturais e de entretenimento, de construções à beira do mar ou do rio, de *shopping centers* pós-modernos etc.). A evidência relativa à reprodução em série de formas similares de renovação urbana é muito grande, e as razões subjacentes são dignas de nota.

Com a diminuição dos custos de transporte e a conseqüente redução das barreiras espaciais para o movimento de bens, pessoas, moedas e informações, realçou-se a importância das qualidades do local, e se fortaleceu consideravelmente o vigor da concorrência interurbana para o desenvolvimento capitalista (investimentos, empregos, turismo etc.). Consideremos a questão, antes de mais nada, do ponto de vista do capital multinacional de alta mobilidade. Com a redução das barreiras espaciais, a distância do mercado ou das matérias-primas se torna menos importante para as decisões localizacionais. Os elementos monopolísticos da competição espacial, tão essenciais para as obras relativas à teoria de Löschian, desaparecem. Certos artigos pesados e de baixo valor (como cerveja e água mineral), que costumavam ser produzidos localmente, agora são comercializados em locais muito distantes, tornando quase sem sentido conceitos como “alcance de uma mercadoria”. Por outro lado, a capacidade do capital de exercer maior seleção sobre a localização, realça a importância das condições específicas de produção em um determinado lugar. As pequenas diferenças na oferta de mão-de-obra (quantidades e qualidades), nas infra-estruturas e nos recursos, na regulamentação e tributação governamental, assumem muito maior importância do que quando os custos elevados de transporte criavam monopólios “naturais” para a produção local em mercados locais. Além disso, o capital multinacional, na atualidade, é capaz de reagir a variações muito localizadas de gostos do mercado por meio da produção especializada e de pequenos lotes, idealizada para satisfazer nichos locais de mercado. Em um mundo de concorrência acirrada – como o que prevaleceu até o *boom* do pós-guerra entrar em colapso em 1973 –, as pressões coercitivas forçam o capital multinacional a ser muito mais seletivo e sensível a pequenas variações entre os lugares com respeito às possibilidades tanto de produção como de consumo.

Consideremos a questão, em segundo lugar, do ponto de vista dos locais que se candidatam a aumentar ou perder sua vitalidade econômica se não oferecerem às empresas as condições necessárias para se estabelecerem ou permanecerem na cidade. De fato, a redução das barreiras espaciais intensificou ainda mais a concorrência, entre localidades, estados e regiões urbanas, pelo capital destinado ao desenvolvimento. Assim, a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um “ambiente

favorável aos negócios”, e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade. Naturalmente, o empreendedorismo crescente foi conseqüência parcial desse processo. No entanto, percebemos aqui esse empreendedorismo crescente sob uma luz diferente, pois a busca para se obter capital de investimento confina a inovação a um caminho muito estreito, elaborada em torno de um pacote favorável ao desenvolvimento capitalista e a tudo que isso acarreta. Em resumo, a missão da governança urbana é atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço. O caráter especulativo dos investimentos urbanos deriva da incapacidade de prever exatamente qual pacote terá ou não sucesso, num mundo de muita instabilidade e volatilidade econômica.

Portanto, é fácil conjecturar sobre todos os tipos de espirais ascendentes e descendentes de desenvolvimento e declínio urbano sob condições em que são fortes o empreendedorismo urbano e a concorrência interurbana. As reações inovadoras e competitivas de muitas alianças urbanas da classe dirigente engendraram mais incerteza, e, no fim, tornaram o sistema urbano mais vulnerável às incertezas da mudança acelerada.

As implicações macroeconômicas da concorrência interurbana

As implicações tanto macroeconômicas quanto locais com respeito ao empreendedorismo urbano e a concorrência interurbana mais acirrada merecem escrutínio. É muito útil pôr esses fenômenos em perspectiva com algumas das tendências e mudanças mais gerais observadas no modo como as economias capitalistas têm funcionado desde que, em 1973, a primeira recessão importante do pós-guerra provocou diversos ajustes, aparentemente profundos, nos rumos do desenvolvimento capitalista.

Em primeiro lugar, a concorrência interurbana e o empreendedorismo urbano abriram os espaços urbanos dos países capitalistas avançados a todos os tipos de novos padrões de desenvolvimento, mesmo quando o resultado líquido tenha sido a reprodução em série de parques científicos, enobrecimento de regiões degradadas,³⁷ *world trade centers*, centros culturais e de entretenimento, grandes shopping centers com equipamentos pós-modernos etc. A ênfase na criação de um ambiente local favorável para os negócios acentuou a importância da localidade como lugar de regulação concernente à oferta de infra-estrutura, às relações trabalhistas, aos controles ambientais e até à política tributária em face do capital

37. No original, *gentrification*. É um processo que envolve a mudança de pessoas de maior renda para uma área anteriormente desvalorizada da cidade, deslocando as pessoas de menor renda dessa área (N.T.).

internacional (consultar SWYNGEDOUW, 1989). A assunção do risco pelo setor público e, em particular, a pressão para o envolvimento do setor público na oferta de infra-estrutura, significou que, para o capital multinacional, o custo da mudança localizacional diminuiu, proporcionando maior mobilidade geográfica a esse mesmo capital. Desse modo, o novo empreendedorismo urbano aumentou a flexibilidade geográfica pela qual as empresas multinacionais podem abordar suas estratégias localizacionais. Conforme a localidade se torna o lugar de regulamentação das relações trabalhistas, isso também contribui para a crescente flexibilidade das estratégias administrativas em mercados de trabalho geograficamente segmentados. Nos Estados Unidos, os acordos locais de trabalho (em vez dos nacionais) tem sido, há muito tempo, uma característica das relações trabalhistas, mas, nas últimas duas décadas, observa-se a tendência a acordos locais em muitos países capitalistas avançados.

Em resumo, desde o início da década de 1970, não há nada sobre o empreendedorismo urbano que seja antitético à tese relativa à mudança macroeconômica na forma e no estilo do desenvolvimento capitalista. De fato, pode-se afirmar com segurança que (consultar HARVEY, 1989a: cap. 8) as mudanças na política urbana e o movimento rumo ao empreendedorismo têm desempenhado um importante papel facilitador na transição dos sistemas de produção fordistas localizacionalmente rígidos, suportados pela doutrina do bem-estar estatal keynesiano, para formas de acumulação flexível muito mais abertas em termos geográficos e com base no mercado. Além disso, pode-se afirmar (consultar HARVEY, 1989a e 1989b) que a transição do modernismo de base urbana para o pós-modernismo, com relação ao design, às formas culturais e ao estilo de vida, também está conectada à ascensão do empreendedorismo urbano. A seguir, mostrarei como e por que surgem essas conexões.

Em primeiro lugar, consideremos as conseqüências distributivas do empreendedorismo urbano. Nos Estados Unidos, por exemplo, a maior parte da alardeada “parceria público-privada” equivale a conceder subsídios aos consumidores ricos, às empresas afluentes e às atividades de controle importantes para que elas permaneçam na cidade, à custa do consumo coletivo local da classe trabalhadora e dos pobres. O aumento dos problemas de empobrecimento e de perda de poder, incluindo a criação de uma “subclasse” bem característica (usando a linguagem de WILSON, 1987), foi registrado em relação a muitas das grandes cidades norte-americanas. Por exemplo, Levine fornece muitos pormenores a respeito de Baltimore, num cenário em que as principais demandas são feitas para o benefício das parcerias público-privadas. Do mesmo modo, Boddy (1984) afirma que, as abordagens “*mainstream*” (como ele as qualifica), em oposição às abordagens socialistas, para o progresso local na Grã-Bretanha, foram “regidas pela propriedade, orientadas pelos negócios, pelo mercado e pela concorrência, com foco principal no desenvolvimento

econômico e não no emprego, e com ênfase nas pequenas empresas". Como o principal objetivo foi "estimular ou atrair a iniciativa privada, criando as condições prévias para o investimento rentável", o governo local "de fato, acabou sustentando a iniciativa privada, assumindo parte do ônus dos custos de produção". Como, atualmente, o capital tende a ter mais mobilidade, resulta que, provavelmente, crescerão os subsídios locais ao capital, enquanto diminuirá a provisão local para os desprivilegiados, criando uma maior polarização na distribuição social da renda real.

Em muitos casos, os tipos de empregos criados impedem qualquer mudança progressiva na distribuição de renda, visto que a ênfase nas pequenas empresas e na terceirização pode se transformar num estímulo direto ao "setor informal" como base para a sobrevivência urbana. Nas últimas duas décadas, particularmente nos Estados Unidos, o avanço das atividades produtivas informais em muitas cidades (SASSEN-KOOB, 1988) foi uma característica marcante. Considera-se o setor informal cada vez mais como ou um mal necessário, ou como um setor dinâmico, capaz de trazer de volta certo nível de atividade manufatureira para centros urbanos em decadência. Além disso, os tipos de atividades de serviço e de funções administrativas que se firmaram nas regiões urbanas tenderam a ser ou empregos mal pagos (muitas vezes, exercidos exclusivamente por mulheres), ou cargos muito bem pagos no topo do espectro gerencial. Em consequência, o empreendedorismo urbano contribui para aumentar as diferenças de riqueza e de renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano, observado mesmo nas cidades (como Nova York) que apresentam grande progresso. Foram exatamente essas consequências que os conselhos laborais na Grã-Bretanha (assim como algumas das administrações urbanas mais progressistas dos Estados Unidos) tentaram impedir. No entanto, é evidente que mesmo o governo urbano mais progressista é incapaz de resistir a tais consequências quando encaixadas no lógica do desenvolvimento espacial capitalista, no qual a competição parece funcionar não como uma mão oculta benéfica, mas sim como uma lei coerciva externa, impingindo o menor denominador comum relativo à responsabilidade social e à oferta de bem-estar num sistema urbano organizado de modo competitivo.

Muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades. Quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e *shopping centers* espetaculares podem existir? Muitas vezes, o sucesso é fugaz ou se torna discutível pelas novidades semelhantes ou alternativas que surgem em outros lugares. Em virtude das leis coercivas da concorrência, as coalizões locais, para sobreviverem, não têm opção, exceto se conseguirem se manter na dianteira no jogo, engendrando saltos de inovação em estilos de vida, formas

culturais, combinações de produtos e serviços e, inclusive, formas institucionais e políticas. O resultado é um turbilhão estimulante, ainda que destrutivo, de inovações culturais, políticas, de produção e consumo de base urbana. Nesse instante, podemos identificar uma conexão vital, se bem que subterrânea, entre a ascensão do empreendedorismo urbano e a inclinação pós-moderna para o projeto de fragmentos urbanos em vez do planejamento urbano abrangente, para a efemeridade e o ecletismo da moda e do estilo em vez da busca de valores duradouros, para a citação e a ficção em vez da invenção e da função, e, finalmente, para o meio em vez da mensagem e para a imagem em vez da substância.

Nos Estados Unidos, onde o empreendedorismo urbano foi especialmente vigoroso, o resultado foi a instabilidade do sistema urbano. Houston, Dallas e Denver, cidades de crescimento acelerado na década de 1970, transformaram-se subitamente, depois de 1980, em pântanos de excesso de investimento de capital, deixando diversas instituições financeiras à beira da bancarrota, quando não da falência efetiva. O Vale do Silício, outrora o prodígio *high-tech* de novos produtos e novos empregos, inesperadamente perdeu seu esplendor. No entanto, Nova York, à beira da insolvência em 1975, recuperou-se na década de 1980, com a grande vitalidade dos seus serviços financeiros e atividades de controle; mas, mais uma vez, como consequência do *crash* do mercado de ações em outubro de 1987, a cidade viu seu futuro ameaçado devido à onda de fusões e de dispensas temporárias de empregados que racionalizou o setor de serviços financeiros. No início da década de 1980, São Francisco, a favorita do comércio da costa do Pacífico, subitamente apresentou excesso de espaço para escritórios, recuperando-se, porém, quase de imediato. Nova Orleans, já em dificuldades enquanto tutelada dos repasses do governo federal, patrocina uma Feira Mundial desastrosa, que põe a cidade ainda mais no atoleiro; enquanto Vancouver, já em crescimento acelerado, hospeda uma Exposição Mundial de muito sucesso. Desde o início da década de 1970, as mudanças das fortunas e dos infortúnios urbanos foram realmente notáveis, e o fortalecimento do empreendedorismo urbano e da concorrência interurbana têm tido muito a ver com isso.

No entanto, houve outro efeito mais sutil merecedor de consideração. O empreendedorismo urbano estimula o desenvolvimento das atividades e dos esforços que possuem maior capacidade *localizada* de aumento dos valores das propriedades, da base tributária, da circulação local de receitas e (mais freqüentemente como consequência da lista precedente) do emprego. Como a mobilidade geográfica crescente e as tecnologias em acelerada mudança renderam diversas formas de produção de bens muito duvidosos, a produção desses tipos de serviços (1) muito localizados e (2) caracterizados por tempo de giro acelerado, quando não instantâneo, afigura-se como a base mais estável para o esforço empresarial urbano. A ênfase no

turismo, na produção e no consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros num determinado palco, mostra todos os sinais de ser o remédio predileto para economias urbanas enfermas. Os investimentos urbanos desse tipo talvez produzam ajustes acelerados, ainda que passageiros, em relação aos problemas urbanos. No entanto, esses investimentos são, freqüentemente, muito especulativos. Por exemplo, preparar-se para concorrer a sediar uma Olimpíada é uma prática dispendiosa, que talvez se pague ou não. Nos Estados Unidos, muitas cidades (Búfalo, por exemplo) investiram em grandes estádios esportivos, na expectativa de atraírem equipes de beisebol da liga principal, e Baltimore também está com planos de construir um novo estádio, para trazer de volta um time de futebol americano que preferiu, anos atrás, um estádio melhor em Indianápolis (essa é a versão moderna de um antigo culto de carga de Papua Nova Guiné,³⁸ relativo à construção de uma pista no ar, na esperança de atrair um avião à terra). Os projetos especulativos desse tipo são parte de um problema macroeconômico mais genérico. Em outras palavras, shopping centers e estádios esportivos financiados a crédito, assim como outras facetas do consumo conspícuo, são projetos de alto risco, que podem, com facilidade, defrontar-se com tempos difíceis, exacerbando, como a “supershoppingcenterização da América” dramaticamente ilustra (GREEN, 1988), os problemas da superacumulação e do excesso de investimento, aos quais o capitalismo, como um todo, está tão facilmente propenso. Em parte, a instabilidade que permeia o sistema financeiro norte-americano (requerendo algo da ordem de cem bilhões de dólares em recursos públicos para estabilizar a indústria da poupança e dos empréstimos) se deve a empréstimos de má qualidade em energia, agricultura e desenvolvimento imobiliário urbano. Muitos dos “mercados-livres festivos”, que, exatamente uma década atrás, pareciam “a lâmpada de Aladim para as cidades que enfrentavam dificuldades”, relatou uma matéria recente do *Baltimore Sun* (edição de 20 de agosto de 1987), agora também atravessam tempos difíceis. Os projetos em Richmond, Flint (em Virginia), Michigan e Toledo (em Ohio), geridos pela Rouse’s Enterprise Development Co., estão perdendo milhões de dólares, e mesmo o South Street Seaport, em Nova York, e o Riverwalk, em Nova Orleans, têm passado por muitas dificuldades financeiras. Em todas essas dimensões, a ruínosa concorrência interurbana começa a se tornar um atoleiro de dívidas.

No entanto, mesmo diante do fraco desempenho econômico, os investimentos nesses tipos de projeto parecem exercer um fascínio tanto social quanto político. Em primeiro lugar, a venda de uma cidade como local para determinada atividade depende muito da criação de uma imagem urbana atraente. As lideranças

38. Inspirado no carregamento de material bélico em aviões durante a Segunda Guerra Mundial (N. T.).

das cidades podem considerar o desenvolvimento espetaculoso como um “chamariz” para atrair outras formas de progresso. Nessas duas últimas décadas, parte do que vimos é a tentativa de criar uma imagem física e social das cidades adaptada para essa finalidade competitiva. A criação de uma imagem urbana desse tipo também tem conseqüências políticas e sociais internas. Ajuda a se contrapor ao sentido de alienação e anomia, que Simmel, há muito tempo, identificou como a característica problemática da vida na cidade moderna. Isso acontece, em especial, quando um terreno urbano se abre à exposição, moda e “exibição do eu”, num ambiente de espetáculo e representação. Se todos, de punks e rappers a yuppies e haute bourgeoisie, são capazes de participar na criação de uma imagem urbana, por meio da sua produção de espaço social, então todos podem sentir alguma pertinência em relação a esse lugar. A produção orquestrada de uma imagem urbana também pode, se bem-sucedida, ajudar a criar solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar. Inclusive, possibilita que a imagem urbana proporcione um refúgio mental, em um mundo no qual o capital lida, cada vez mais, como lugar não-fixo. O empreendedorismo urbano (em oposição ao administrativismo burocrático, muito mais sem rosto) se enreda, nesse caso, com a busca da identidade local, e, como tal, abre um leque de mecanismos para o controle social. Atualmente, a famosa fórmula romana – pão e circo – candidata-se a ser reiventada e revivida, conforme a ideologia da localidade, do lugar e da comunidade torna-se central para a retórica política da governança urbana, que se concentra na idéia da união,³⁹ na defesa contra um mundo hostil e ameaçador de comércio internacional e concorrência acirrada.

A reconstrução radical da imagem de Baltimore através da construção de uma nova parte da cidade à margem do mar e do ancoradouro interior é um bom exemplo. Essas obras colocaram a cidade em evidência de um novo modo. Baltimore mereceu o título de “cidade renascentista”, ganhando a capa da revista *Time*, e descolou-se da sua imagem de lugubridade e empobrecimento. Dava a impressão de ser uma cidade dinâmica, empreendedora, pronta para receber capital externo e estimular o movimento do capital e das pessoas “certas”. Não obstante, a realidade era de empobrecimento crescente e deterioração urbana generalizada. Uma pesquisa local abrangente, com base em entrevistas com líderes comunitários, cívicos e empresariais, identificou muita “podridão por baixo do brilho” (SZANTON, 1986). Em 1984, um relatório do Congresso considerou a cidade como uma das “mais carentes” dos Estados Unidos. Um amplo estudo a respeito do renascimento de Baltimore, de Levine (1987), mostrou como os benefícios foram parciais e limitados, e como a cidade, como um

39. No original, *togetherness*, que significa a sensação de estar unido com outras pessoas num relacionamento afetivo (N. T.).

todo, estava acelerando seu declínio e não o revertendo. A imagem de prosperidade oculta tudo isso, disfarça as dificuldades subjacentes. A imagem de sucesso se difunde internacionalmente, de modo que o jornal britânico *Sunday Times*, de 29 de novembro de 1987, registra, sem um mínimo de crítica, o seguinte:

Audaciosamente, apesar do grande desemprego, Baltimore transformou seu ancoradouro abandonado em um imenso *playground*. Os turistas são sinônimo de compras, suprimento de comidas e bebidas, e transporte. Isso, por sua vez, significa construção, distribuição e manufatura, trazendo mais empregos, novos moradores, mais atividade. O declínio da antiga Baltimore estacou e mudou de sentido. A área do ancoradouro agora está entre as principais atrações turísticas dos Estados Unidos, e o desemprego urbano está diminuindo rapidamente.

Porém, também é evidente que o fato de pôr Baltimore em evidência desse modo, dando um maior sentido de identidade à cidade, representou um êxito político, consolidando o poder da influência da parceria público-privada local que materializou o projeto. Trouxe recursos financeiros associados ao desenvolvimento para Baltimore (ainda que seja difícil dizer se trouxe mais do que tirou em virtude da assunção do risco pelo setor público). Também deu à população em geral algum sentido associado à vinculação com o lugar. Mesmo se falta pão, o circo prospera. O triunfo da imagem sobre a substância é total.

As perspectivas críticas em relação à mudança empresarial na governança urbana sob condições de concorrência interurbana

Nos últimos anos, houve muito debate sobre a “autonomia relativa” da autoridade local em relação à dinâmica da acumulação do capital. Na governança urbana, a mudança para o empreendedorismo parece sugerir considerável autonomia da ação local. A noção de empreendedorismo urbano, como aqui apresentei, não supõe que a autoridade local, ou a aliança de classes mais ampla que constitui a governança urbana, fique automaticamente (ou mesmo no famoso “em último caso”) cativa apenas dos interesses da classe capitalista, ou que suas decisões sejam tomadas antecipadamente em termos refletivos das exigências da acumulação do capital. Superficialmente, ao menos, isso parece tornar minha explicação incompatível com a versão marxista da teoria da autoridade local formulada, por exemplo, por Cockburn (1977), a qual um grupo de autores não-marxistas ou neomarxistas, como Mollenkopf

(1983), Logan e Molotch (1987), Gurr e King (1987) e Smith (1988), discordou com veemência. A consideração em relação à concorrência interurbana, porém, indica um modo pelo qual o empreendedorismo urbano aparentemente autônomo pode se harmonizar com as exigências contraditórias da acumulação contínua do capital, enquanto garante a reprodução das relações sociais capitalistas em escalas sempre maiores e em níveis sempre mais profundos.

Com eloqüência, Marx asseverou que a competição é, inevitavelmente, a “viga mestra” das relações sociais capitalistas em qualquer sociedade em que a circulação do capital é uma força hegemônica. As coercivas leis da concorrência impõem aos agentes individuais ou coletivos (empresas capitalistas, instituições financeiras, Estados, cidades) certas configurações de atividades, que são, por si próprias, constitutivas da dinâmica capitalista. No entanto, a “imposição” acontece depois da ação e não antes. O desenvolvimento capitalista sempre é especulativo – de fato, toda a história do capitalismo pode ser interpretada como uma série completa de impulsos especulativos minúsculos e, às vezes, grandiosos, empilhados, histórica e geograficamente, uns sobre os outros. Por exemplo, não há prognóstico exato sobre como as empresas se adaptarão e se comportarão diante da concorrência de mercado. Cada empresa buscará seu próprio caminho para sobreviver, sem conhecimento prévio algum a respeito do que acontecerá. Somente depois do acontecimento, a “mão invisível” (expressão de Adam Smith) do mercado se afirma como “uma necessidade *a posteriori*, imposta pela natureza, controlando os caprichos ilícitos dos produtores” (MARX, 1967: 336).

A governança urbana é similar, estando também sujeita a ser ilícita e caprichosa. No entanto, também há muita razão para se esperar que tal “capricho ilícito” seja regulado depois do acontecimento pela concorrência interurbana. Possivelmente, a concorrência por investimentos e empregos, especialmente sob condições de desemprego generalizado e de reestruturação industrial, e numa fase de mudanças aceleradas para padrões mais flexíveis e geograficamente móveis de acumulação do capital, gerará todos os tipos de fermentos concernentes a como melhor atrair e estimular o desenvolvimento sob condições locais específicas. Toda coalizão procurará sua própria versão do que Jessop (1983) denomina “estratégias de acumulação e projetos hegemônicos”. Do ponto de vista da acumulação do capital a longo prazo, é essencial que sejam exploradas diferentes vias e diversos conjuntos de esforços políticos, sociais e empresariais. Para um sistema social dinâmico e revolucionário como o capitalismo, apenas desse modo é possível descobrir novas formas e modos de regulação social e política, ajustados a novas formas e caminhos de acumulação do capital. Se é isso que é pretendido pela “autonomia relativa” da autoridade local, então não há nada que, em princípio, diferencie o empreendedorismo

urbano da “autonomia relativa” que possuem todas empresas, instituições e empreendimentos capitalistas na exploração de diversas vias relativas à acumulação do capital. Entendida desse modo, a autonomia relativa é perfeitamente compatível com a teoria geral da acumulação do capital, que subscrevo (HARVEY, 1982), e, na realidade, é constitutiva dessa teoria. O problema teórico surge, no entanto, como em tantos casos desse tipo, porque a teoria marxista, assim como a teoria não-marxista, tratam do argumento da autonomia relativa como se esse argumento pudesse ser considerado externo em relação ao poder controlador das relações espaciais, e como se a concorrência interurbana e espacial não existisse ou fosse irrelevante.

De acordo com esse argumento, sob condições de fraca concorrência interurbana, parece que a postura gerencial torna a governança urbana menos compatível com as regras da acumulação do capital. O exame desse argumento requer, no entanto, uma análise mais ampla das relações do estado do bem-estar social e do keynesianismo nacional (nos quais se encaixa a ação da autoridade local) com a acumulação do capital durante as décadas de 1950 e 1960. Esse não é o lugar para tentar empreender tal análise, mas é importante reconhecer que foi em termos do estado do bem-estar social e do compromisso keynesiano que emergiu boa parte do argumento sobre a autonomia relativa da autoridade local. O fato de reconhecer isso como um interlúdio específico ajuda a entender por que a iniciativa cívica e o empreendedorismo urbano são tradições antigas e bastante utilizadas na geografia histórica do capitalismo (começando, é claro, com a Liga Hanseática e as cidades-estado italianas). Nas últimas duas décadas, a recuperação e o reforço dessa tradição, e o restabelecimento da concorrência interurbana, sugerem que a governança urbana avançou de acordo com as exigências da acumulação do capital. Tal mudança requereu uma reconstrução radical entre as relações do estado central e a autoridade local, e uma redução das atividades da autoridade local em relação ao estado do bem-estar e ao compromisso keynesiano (ambos estiveram sob fogo cerrado nas últimas duas décadas). E, evidentemente, em muitos países capitalistas avançados, há uma grande evidência de desordem em relação a esse ponto nos anos recentes.

Dessa perspectiva, é possível elaborar uma perspectiva crítica sobre a versão contemporânea do empreendedorismo urbano. Em primeiro lugar, a análise deve focar o contraste entre o vigor superficial de diversos projetos de regeneração de economias urbanas debilitadas e as tendências subjacentes da condição urbana. Deve-se reconhecer que, sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente. A perspectiva crítica também deve focar algumas das perigosas conseqüências macroeconômicas, muitas das quais,

aparentemente, inevitáveis, devido à coerção exercida através da concorrência interurbana. Essa concorrência inclui impactos regressivos na distribuição de renda, volatilidade da malha urbana e a efemeridade dos benefícios trazidos por muitos projetos. A concentração no espetáculo e na imagem, e não na essência dos problemas sociais e econômicos também pode se revelar deletéria a longo prazo, ainda que, muito facilmente, possam ser obtidos benefícios políticos.

No entanto, também ocorre algo positivo, que merece muita atenção. A idéia da cidade como corporação coletiva, na qual é possível a tomada de decisão democrática, possui uma longa história no panteão das doutrinas e das práticas progressistas (a Comuna de Paris, é claro, sendo o caso paradigmático na história socialista). Existiram algumas tentativas recentes de reviver tal visão corporativa, tanto na teoria (consultar FRUG, 1980) como na prática (consultar BLUNKETT E JACKSON, 1987). Embora seja possível caracterizar certos tipos de empreendedorismo urbano como inteiramente capitalistas no método, intento e resultado, também é útil reconhecer que muitos dos problemas da ação corporativa coletiva não se originam na ocorrência de algum tipo de iniciativa cívica, ou mesmo a partir de quem, em particular, domina as alianças urbanas de classe que formam ou projetam seu legado. Nesse caso, é a generalização da concorrência interurbana, numa estrutura global de desenvolvimento capitalista desigual, que, aparentemente, limita o número de opções, fazendo com que projetos “ruins” impulsionem coalizões de forças “boas”, bem-intencionadas e benevolentes, obrigando-as a ser “realistas” e “pragmáticas”, até o ponto em que essas coalizões jogam de acordo com as regras da acumulação capitalista em vez de perseguir os objetivos de satisfação das necessidades locais ou de maximização do bem-estar social. No entanto, mesmo nesse caso, não parece evidente que a mera ocorrência da concorrência interurbana seja a principal contradição a se enfrentar. Deve sim se considerar uma condição que age como “viga mestra” (para usar a expressão de Marx) com respeito às relações sociais mais genéricas, concementes a qualquer modo de produção em que esteja encaixada essa concorrência. Claro que o socialismo em uma cidade não é um projeto factível, mesmo sob as melhores circunstâncias. No entanto, as cidades são importantes bases de poder para se trabalhar. O problema é arquitetar uma estratégia geopolítica de união interurbana, que mitigue a concorrência interurbana, e mude os horizontes políticos da localidade, criando um desafio mais generalizável em relação ao desenvolvimento capitalista desigual. Os movimentos da classe trabalhadora, por exemplo, demonstraram historicamente a capacidade de controlar as políticas do lugar, mas sempre permaneceram vulneráveis à disciplina das relações espaciais. O controle mais poderoso sobre o espaço (tanto militarmente como economicamente) é exercido por uma burguesia cada vez mais internacionalizada. Sob tais condições, nesses últimos anos, a trajetória adotada por

meio da ascensão do empreendedorismo urbano serve para sustentar e aprofundar as relações capitalistas de desenvolvimento geográfico desigual, afetando o curso do desenvolvimento capitalista de maneira intrigante. No entanto, a perspectiva crítica sobre o empreendedorismo urbano não revela apenas seus impactos negativos, mas também sua potencialidade para se transformar numa prática corporativa urbana progressista, dotada de um forte sentido geopolítico de como construir alianças e ligações pelo espaço, de modo a mitigar, quando não desafiar, a dinâmica hegemônica da acumulação capitalista, para dominar a geografia histórica da vida social.

CAPÍTULO VII

A GEOGRAFIA DO PODER DE CLASSE

Publicado pela primeira vez
em *Socialist Register*, edição de 1998.

É imperativo reacender as paixões políticas que cobrem o *Manifesto comunista*. É um documento notável, pleno de *insights*, rico em significados e repleto de possibilidades políticas. Embora não tenhamos o direito (como Marx e Engels escreveram no prefácio de 1872 para a edição alemã) de alterar o que se tornou um documento histórico chave, temos não apenas o direito mas o dever de interpretá-lo, levando em consideração as condições contemporâneas e a experiência histórico-geográfica. “*A aplicação prática dos princípios*”, escreveram Marx e Engels no prefácio, “*dependerá, como o próprio Manifesto afirma sempre e em toda a parte, das condições históricas existentes no momento*”. De modo preciso, o trecho em itálico delinea nossa presente tarefa.

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial”, referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível, como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital, cujo caráter precisa ser mais bem entendido. A maneira pela qual Marx e Engels conceituam o problema no *Manifesto comunista* merece algum comentário, para que, agora, o movimento comunista – com representantes de diversos países – reúna-se para tentar definir uma agenda revolucionária, que funcione no meio de uma grande diferenciação geográfica. A diferenciação é tão importante hoje como sempre foi, e as fraquezas do *Manifesto*, assim como suas forças, em sua abordagem relativa a esse problema precisam ser enfrentadas e tratadas.

O ajuste espacial em Hegel e Marx

Em *Filosofia do direito*, Hegel considerou o imperialismo e o colonialismo como possíveis soluções para as contradições internas do que ele concebeu ser uma sociedade civil “madura” (HEGEL, 1967: 150-2). A crescente acumulação de riqueza, por um lado, e a produção de uma “ralé penuriosa”, mergulhada nas profundezas da miséria e do desespero, por outro lado, criam o cenário para a instabilidade social e a guerra entre classes, que não pode ser mitigada por qualquer transformação *interna* (como a redistribuição de riqueza dos ricos para os pobres). A sociedade civil, assim, move-se por sua “dialética interna”, “impelindo-se para além dos seus limites e buscando mercados – portanto, meios necessários de subsistência – em outros países, deficientes nos bens que superproduziu e/ou atrasados no setor industrial”. Também deve fundar colônias e, assim, permitir que parte de sua população “retorne a uma vida sobre uma base familiar em uma nova terra”, enquanto também “oferte a si mesma com uma nova demanda e um novo campo para sua indústria”. Tudo isso alimentado pela “paixão pelo lucro”, que, inevitavelmente, envolve risco, de modo que a indústria “em vez de se enraizar no solo e no círculo limitado da vida civil, com seus prazeres e desejos [...] abraça os elementos do fluxo, do perigo e da destruição”.

Depois de alguns parágrafos concisos e surpreendentes, nos quais esboça a possibilidade de uma solução imperialista e colonial para as crescentes contradições internas da sociedade civil, Hegel, inesperadamente, muda de assunto. Ele nos deixa às escuras quanto a se o capitalismo pode se estabilizar por meio de algum tipo de “ajuste espacial”, seja a curto ou longo prazo. Em vez disso, Hegel desloca sua atenção para o conceito de Estado enquanto realidade da idéia ética. Isso parece sugerir que a transcendência das contradições internas da sociedade civil pelo Estado moderno – uma transformação interna – é tão possível quanto desejável. No entanto, Hegel, em lugar algum, explica como os problemas da pobreza e da crescente polarização na distribuição da riqueza serão realmente superados. Devemos então supor que esses problemas específicos poderão ser tratados pelo imperialismo? O texto é muito ambíguo. Como assinala Avineri, esta é, “a única vez, em seu sistema, que Hegel levanta um problema e o deixa sem solução” (AVINERI, 1972: 132).

Pode-se debater infinitamente de que maneira Hegel influenciou as preocupações posteriores de Marx. Com certeza, Engels acreditava que Marx era “o único que poderia empreender o trabalho de extrair, da lógica hegeliana, o cerne que continha as descobertas reais de Hegel”. A linguagem usada por Marx para descrever a lei geral da acumulação capitalista, por exemplo, apresenta uma estranha

semelhança com a de Hegel.⁴⁰ Pode-se até interpretar o volume I de *O capital* como um argumento bem orquestrado, apoiado em muita evidência histórica e material, provando que as proposições tão fortuitamente desenvolvidas por Hegel, sem nenhum suporte lógico ou comprobatório, estavam corretas.⁴¹ De acordo com Marx, as contradições internas descritas por Hegel, além de inevitáveis, também não tinham resolução interna, exceto por meio da revolução proletária. Essa foi a conclusão que Marx quis impor não apenas sobre os hegelianos, mas sobre quem quer que fosse. No entanto, para tornar o argumento sustentável, ele também precisou ter em mente a questão que Hegel levantou mas deixou em aberto.

Levando isso em consideração, um outro aspecto da estrutura da argumentação em *O capital* faz sentido. O último capítulo do livro trata da questão da colonização. À primeira vista, parece uma reflexão tardia e estranha, numa obra que, no capítulo precedente, proclamava a expropriação dos expropriadores e o toque fúnebre da burguesia, com uma retórica rememorativa do *Manifesto*. No entanto, considerando o argumento de Hegel, o capítulo adquire um significado particular.

Em primeiro lugar, Marx procura mostrar como a burguesia, por meio das políticas defendidas nas colônias, contradiz seus próprios mitos no que diz respeito à origem e natureza do capital. Na análise burguesa (o caso paradigmático é o de Locke), o capital (uma coisa) se originava do exercício proveitoso da própria capacidade de trabalho do produtor, enquanto a força de trabalho, como mercadoria, surgia através de um contrato social, livremente firmado, entre aqueles que produziam capital excedente por meio da frugalidade e da diligência, e aqueles que decidiam não fazer isso. “Essa bela fantasia”, troveja Marx, “rompe-se em pedaços” nas colônias. Enquanto o trabalhador pode “acumular para si – e isso ele pode fazer enquanto permanece possuidor dos seus meios de produção –, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis”. O capital não é uma coisa física, mas *relação social*. Baseia-se na “destruição da propriedade privada auto-obtida; em outras palavras, a expropriação do trabalhador”. Historicamente, essa

40. Compare-se, por exemplo, o argumento de Hegel em *Filosofia do direito*: “Quando o padrão de vida de uma grande massa de pessoas cai abaixo de um determinado nível de subsistência – um nível regulado automaticamente como o necessário para um membro da sociedade [...] o resultado é a criação de uma turba de pobres. Ao mesmo tempo, isso gera, no outro extremo da escala social, condições que facilitam muito a concentração de riqueza desproporcional em poucas mãos”, e a conclusão de Marx, em *O capital*, volume I: “Conforme o capital se acumula, a situação do trabalhador, seja seu salário alto ou baixo, deve piorar [...] A acumulação de miséria se torna uma condição necessária, correspondente à acumulação de riqueza. A acumulação de riqueza, em um pólo, é, portanto, simultaneamente, a acumulação de miséria, o tormento da labuta, da escravidão, da ignorância, da brutalização e da degradação moral, no outro pólo, isto é, no lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. O paralelo entre os dois textos é notável.

41. Consultar Harvey (1982: cap. 13; e 1981) para mais detalhes sobre esse argumento.

expropriação foi “escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo”, e Marx cita textos e a duquesa de Sutherland em defesa da sua afirmação. A mesma verdade, no entanto, expressa-se na política dos países coloniais, como aquela de Wakefield, na Austrália, em que os recursos da propriedade privada e do Estado foram usados para excluir os trabalhadores do fácil acesso às terras sem donos, para preservar um conjunto de trabalhadores assalariados no interesse da exploração capitalista. Assim, nas colônias, a burguesia foi forçada a reconhecer o que procurava esconder em seu país natal: o trabalho assalariado e o capital se baseiam ambos na separação forçosa do trabalhador do controle dos meios de produção (MARX, 1967). Esse é o segredo da acumulação “primitiva” ou “original” do capital.

A relação de todos esses fatos com a questão que Hegel deixou em aberto requer explicação. Se os trabalhadores podem voltar a uma vida genuinamente não-alienada por meio da migração para alguma região de fronteira, então o controle capitalista sobre a oferta de mão-de-obra é solapado. Tal forma de expansão talvez seja vantajosa para a mão-de-obra, mas não soluciona as contradições internas do capitalismo. Os novos mercados e os novos campos para o setor industrial, que Hegel considerou essenciais, poderiam apenas ser alcançados por meio da recriação das relações capitalistas da propriedade privada, assim como do poder de se apropriar do trabalho dos outros. Assim, a condição fundamental que origina o problema – a alienação em relação ao trabalho – é contestada. O capítulo de Marx sobre colonização parece sugerir a impossibilidade concernente ao “ajuste espacial” externo para solucionar as contradições internas do capitalismo. Evidentemente, Marx, em *O capital*, sente-se obrigado a fechar a porta que Hegel deixou parcialmente entreaberta, reforçando seu apelo em favor da revolução total, e negando que a colonização pudesse, a longo prazo, ser uma solução viável para as contradições internas do capital.

No entanto, a porta não ficaria fechada. A “dialética interna” de Hegel passa por sucessivas representações no texto de Marx. Assim, em cada ponto, a questão da resolução espacial relativa às contradições do capitalismo pode, legitimamente, voltar a ser formulada. O capítulo sobre a colonização talvez seja suficiente para o primeiro volume de *O capital*, em que Marx se concentra exclusivamente nas questões de produção. E quanto ao terceiro volume, em que Marx mostra que as exigências da produção conflitam com as exigências da circulação, produzindo crises de superacumulação? A polarização então assume a forma de “capital não empregado, em um lado, e população trabalhadora desempregada, no outro lado”, e a conseqüente desvalorização tanto do capital como do trabalho. Será que o estabelecimento de tais crises pode ser contido por meio da expansão e reestruturação geográfica? Marx não exclui a possibilidade de que o comércio exterior, o crescimento dos mercados externos, a exportação de capital para produção e a

expansão do proletariado através da acumulação primitiva em outros países podem se contrapor à tendência da margem decrescente de lucro a curto prazo (MARX, 1967: 237-59). No entanto, quão longo é o curto prazo? Se se prolonga por muitas gerações (como sugeriu Rosa Luxemburg em sua teoria do imperialismo), então o que isso representa para a teoria de Marx e sua prática política associada de buscar transformações revolucionárias no núcleo da sociedade civil no aqui e agora?

A dimensão espacial relativa ao *Manifesto comunista*

O *Manifesto comunista*⁴² contemplou muitos desses problemas. Em alguns aspectos, a abordagem adotada por Marx e Engels para o problema do desenvolvimento geográfico desigual e do ajuste espacial é muito ambivalente. Por um lado, as questões de urbanização, transformação geográfica e “globalização” ocuparam um lugar proeminente na argumentação, mas, por outro lado, as possíveis ramificações das reestruturações geográficas tenderam a se perder num discurso retórico que, no fim, privilegiava o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia.

A sentença inicial do *Manifesto* situa a argumentação na Europa. Suas teses se destinam a essa entidade transnacional e às suas classes trabalhadoras. Isso reflete o fato de que “comunistas de muitas nacionalidades” (o francês, o alemão, o italiano, o flamengo, o dinamarquês e o inglês foram as línguas consideradas para a publicação do documento) se reuniram em Londres para formular um programa da classe trabalhadora. O documento é, portanto, eurocêntrico e não internacional. No entanto, não se ignora a importância do cenário global. As mudanças revolucionárias que conduziram a burguesia ao poder estavam associadas “à descoberta da América e ao contorno do Cabo da Boa Esperança”, e à abertura do comércio com as colônias e com os mercados indiano e chinês. Desde o início da argumentação, a ascensão da burguesia está intimamente conectada a suas atividades e estratégias geográficas:

A indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América abriu o caminho. Esse mercado proporcionou grande desenvolvimento do comércio, da navegação, da comunicação por terra.

42. Todas citações se originam de Marx e Engels, *Manifesto of the Communist Party*, edição da Progress Publishers, Moscou 1952.

Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu à ampliação da indústria; à medida que a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias se desenvolviam, a burguesia progredia na mesma proporção, aumentando seu capital, e empurrando para o segundo plano toda classe legada da Idade Média.

Através desses meios geográficos, a burguesia ignorou e suprimiu os poderes feudais associados ao local. Também por esses meios, a burguesia converteu o Estado (com seus poderes militar, organizacional e fiscal) no executivo das suas próprias ambições. Uma vez no poder, a burguesia continuou a perseguir sua missão revolucionária, por meio, em parte, das transformações geográficas tanto internas quanto externas. Internamente, a criação das grandes cidades e a urbanização acelerada fizeram as cidades dominar o campo (simultaneamente livrando o campo da “idiotia” da vida rural e reduzindo o campesinato a uma classe subalterna). A urbanização concentra forças produtivas e a força de trabalho no espaço, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em massivas concentrações de poder político e econômico. As “forças da natureza” se sujeitam ao controle humano: “os maquinários, a utilização da química para a indústria e agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos, a roçadura de continentes inteiros para o cultivo, a canalização dos rios, a expulsão de populações inteiras do campo...”.

No entanto, a concentração do proletariado em fábricas e cidades o tornou cômico dos seus interesses comuns. Sobre essa base, o proletariado começou a criar instituições, como sindicatos, para articular suas reivindicações. Além disso, os sistemas modernos de comunicação puseram “os trabalhadores de diversos lugares em contato entre si”, permitindo a centralização de “muitas lutas locais, todas do mesmo caráter, numa única luta nacional entre as classes”. Esse processo, ao se propagar através das fronteiras, despe os trabalhadores de “todos os traços de caráter nacional”, pois todos eles estão sujeitos à ordem unificada do capital. A organização da luta da classe trabalhadora se concentra e se difunde pelo espaço, refletindo as ações do capital.

Marx desenvolve essa idéia num trecho que, de tão conhecido, estamos inclinados a lê-lo de modo superficial em vez de refletir sobre o mesmo com a atenção merecida:

A necessidade de um mercado em permanente expansão acossa a burguesia sobre toda a superfície do globo. Ela deve se estabelecer em todo lugar, estabelecer conexões por toda parte [...] Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em cada país [...] Todas as indústrias nacionais antigas foram destruídas ou estão sendo destruídas diariamente. Elas são substituídas por novas indústrias,

cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas; indústrias que não processam mais matéria-prima nativa, mas matéria-prima extraída dos lugares mais remotos; indústrias cujos produtos não são consumidos apenas no mercado doméstico, mas em todas as regiões do mundo. Em vez das antigas necessidades, satisfeitas pela produção doméstica, constatamos novas necessidades, que exigem produtos de lugares distantes e climas diversos para sua satisfação. Em vez do antigo isolamento e auto-suficiência local e nacional, temos o intercâmbio em todas as direções, a interdependência universal das nações. Assim como na produção material, o mesmo também ocorre na produção intelectual. As criações intelectuais de cada país se tornam propriedade comum. A unilateralidade e a tucanice nacional são cada vez menos possíveis, e das diversas literaturas nacionais e locais emerge uma literatura mundial...

Se isso não é uma descrição estimulante da “globalização” que agora conhecemos, então é difícil imaginar o que seria. Os indícios do argumento de Hegel relativo ao “ajuste espacial” estão evidentes em toda parte. No entanto, Marx e Engels acrescentam algo:

A burguesia [...] atrai para a civilização até as mais bárbaras das nações; os baixos preços das suas mercadorias são a artilharia pesada que demole todas as muralhas chinesas, que fazem capitular a aversão obstinada dos bárbaros em relação aos estrangeiros. Força todos os países, sob pena de extinção, a adotar o modo burguês de produção; força-os a introduzir em seu meio o que ela chama de civilização, isto é, para que eles também se tornem burgueses. Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem.

O tema relativo à “missão civilizatória” da burguesia é aqui enunciado (embora com um toque de ironia). No entanto, está implícito um certo limite relativo à capacidade de funcionamento indefinido e perpétuo do ajuste espacial. Se a missão geográfica da burguesia é a reprodução de classe e das relações produtivas numa escala geográfica gradualmente expansível, então as bases para as contradições internas tanto da revolução capitalista quanto socialista também se expandem geograficamente. A conquista de novos mercados abre caminho para “crises mais amplas e destrutivas”, enquanto “diminui os meios pelos quais se previnem as crises”. A luta de classes se torna global. Portanto, Marx e Engels enunciam o imperativo “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” como uma condição necessária para a revolução anticapitalista e pró-socialista.

Problematizando a questão geográfica do *Manifesto*

Em grande medida, ignorou-se, nas análises posteriores, o elemento geográfico do *Manifesto*. Quando esse elemento foi centro de atenção, muitas vezes foi considerado não problemático em relação à ação política. Ao rememorarmos a argumentação, isso sugere uma resposta dupla. Em primeiro lugar, é importante reconhecer (como o *Manifesto* faz tão claramente) os modos pelos quais os reordenamentos geográficos, as estratégias espaciais de reestruturação, os desenvolvimentos geográficos desiguais etc. são aspectos essenciais para a acumulação do capital, tanto historicamente como na atualidade. Também é importante reconhecer (em aspectos que o *Manifesto* tende a minimizar) que a luta de classes se desenrola diferentemente nesse terreno bastante variado, e que o caminho para o socialismo deve levar em consideração tais realidades geográficas. No entanto, em segundo lugar, é igualmente importante problematizar a análise (“esboço” talvez fosse uma palavra mais apropriada) presente no *Manifesto*, para desenvolver uma compreensão mais sofisticada, acurada e politicamente útil quanto a como as dimensões geográficas relativas à acumulação do capital e a luta de classes desempenham um papel fundamental na perpetuação do poder burguês e na supressão dos direitos e aspirações do trabalhador, não apenas em lugares específicos, mas também globalmente.

A seguir, considerarei a primeira resposta como “dada”, ainda que esteja mais do que ciente de que essa resposta precisa, freqüentemente, ser reafirmada num movimento que aborde algumas – quando não todas – das suas implicações fundamentais. Embora Lefebvre talvez exagere um pouco, considero que vale a pena recordar sua observação de que o capitalismo sobreviveu no século XX por um único meio: “Pela ocupação do espaço, pela produção do espaço” (LEFEBVRE, 1976). Como seria irônico se o mesmo fosse dito no final do século XXI!

Portanto, minha principal preocupação aqui é problematizar a análise presente no *Manifesto*. Isso requer, tácita ou explicitamente, uma contra-teoria não-hegeliana do desenvolvimento espaço-temporal da acumulação do capital e da luta de classes (MESZAROS, 1995; HARVEY, 1996). Desse ponto de vista, isolarei seis aspectos do *Manifesto* para empreender uma série de observações críticas.

Em primeiro lugar, a divisão do mundo em países “civilizados” e “bárbaros” é, no mínimo, anacrônica, senão inteiramente objetável, mesmo se puder ser justificada como típica da época. Além disso, o modelo centro-periferia da acumulação do capital que se liga a essa divisão é, na melhor das hipóteses, uma grande simplificação e, na pior, um engano grosseiro. Dá a impressão de que o capital se

originou em um único lugar (Inglaterra ou Europa), depois se difundiu para fora e abarcou o resto do mundo. A adoção dessa posição parece derivar da aceitação não crítica da teleologia de Hegel: se o espaço for considerado, será como receptor passivo do processo teleológico, que começa do centro e flui para fora, preenchendo todo o planeta. Deixando de lado o problema de onde, exatamente, nasceu o capitalismo, e se surgiu em um único lugar ou apareceu simultaneamente em ambientes geograficamente distintos (um palco de disputa acadêmica, que não mostra sinais de consenso), o desenvolvimento posterior do capitalismo, que, no final do século XVIII, ao menos, concentrou suas formas mais livres de desenvolvimento na Europa, em geral, e na Grã-Bretanha, em particular, não pode ser abarcado por esse modo difusionista de pensamento. Embora haja alguns casos em que o capital se difundiu para fora, de um centro para uma periferia (por exemplo, a exportação de capital excedente da Europa para a Argentina ou Austrália no final do século XIX), tal análise é incompatível com o que ocorreu no Japão depois da restauração Meiji, ou com o que está acontecendo hoje, quando, em primeiro lugar, a Coréia do Sul e, depois, a China se dedicam a alguma forma de acumulação primitiva internalizada e inserem sua força de trabalho e seus produtos no mercado global.

A geografia da acumulação do capital merece um tratamento baseado muito mais em princípios do que o esboço difusionista proporcionado pelo *Manifesto*. O problema não está no caráter de esboço da análise *per se*, mas na falta de delinear uma teoria de desenvolvimento geográfico desigual (que, freqüentemente, impõe a acumulação primitiva desigual), útil para mapear a dinâmica de formação da classe trabalhadora e da luta de classes no espaço europeu, sem falar no espaço global. Também defenderia um entendimento mais teorizado da dialética espaço/lugar no desenvolvimento capitalista (HARVEY, 1996). Como lugares, regiões e territórios evoluem considerando relações espaciais variáveis? Observamos como os jogos geopolíticos de poder, por exemplo, se interligam com a posição de mercado, em estruturas variáveis de relações espaciais, que, por sua vez, privilegiam determinados locais e territórios para a acumulação capitalista. Também é interessante observar como as burguesias nacionais que não conseguiram usar com facilidade os recursos espaciais para enredar o feudalismo sucumbiram ao fascismo (Alemanha, Itália e Espanha são exemplos). Embora sejam argumentos abstratos, tentarei, a seguir, pôr matéria neles.

Para começar, o planeta nunca foi um palco uniforme, sobre o qual a acumulação do capital pode jogar seu destino. Foi (e continua sendo) uma superfície muito variada, com diferenças ecológicas, políticas, sociais e culturais. Em diferentes fases de desenvolvimento, os fluxos de capital ocupam certos terrenos com mais facilidade do que outros. Além disso, no embate com o mercado mundial capitalista, algumas formações sociais conseguem se adaptar, e se inserem agressivamente nas

formas capitalistas relativas às trocas de mercado, enquanto outras formações não são capazes disso por diversos motivos e com conseqüências muito importantes. A acumulação primitiva ou “original” pode acontecer (e aconteceu) em lugares e tempos diferentes, ainda que facilitada pelo contato com a rede do mercado, que, cada vez mais, submete o mundo a uma unidade econômica. No entanto, como e onde ocorre a acumulação primitiva depende das condições locais, mesmo que os efeitos sejam globais. Por exemplo, hoje em dia, em relação ao Japão, sustenta-se amplamente que, depois da década de 1960, o sucesso comercial desse país se deveu, em parte, à postura não competitiva e retraída da China pós-revolução, e que a inserção contemporânea da potência chinesa no mercado capitalista mundial significa a condenação do Japão como produtor, enquanto oposto a uma economia rentista. Em vez da teleologia, são contingências desse tipo que desempenham papel importante na história mundial capitalista. Além disso, o caráter global da acumulação do capital impõe o problema da dispersão do poder burguês, mais difícil de ser tratado geopoliticamente, por causa, exatamente, das suas múltiplas localizações. O próprio Marx se preocupou mais tarde sobre essa possibilidade política. Em 1858, ele escreveu (num trecho que Meszaros [1996: xii] corretamente deu grande importância):

Para nós a questão difícil é essa: a revolução na Europa continental é iminente e seu caráter será socialista; não será *necessariamente esmagada* nessa *pequena parte do mundo*, pois, num terreno muito maior, o desenvolvimento da sociedade burguesa ainda está *na ascendente*.

É purgante refletir a respeito das diversas revoluções socialistas ao redor do mundo que acabaram cercadas e esmagadas pelas estratégias geopolíticas de um poder burguês ascendente.

Em segundo lugar, o *Manifesto*, corretamente, destaca a importância da redução das barreiras espaciais por meio das inovações e dos investimentos nos transportes e nas comunicações; cruciais para o desenvolvimento e manutenção do poder burguês. Além disso, o raciocínio assinala que esse é um processo em progresso e não já concluído. Nesse aspecto, o *Manifesto* é presciente ao extremo. “A anulação do espaço pelo tempo”, como Marx, posteriormente, a denominou (adotando uma expressão muito comum no início do século XIX, quando as pessoas se adaptavam às conseqüências revolucionárias da ferrovia e do telégrafo), está encaixada, em profundidade, na lógica da acumulação do capital, impondo as contínuas – ainda que, muitas vezes, abruptas – transformações nas relações espaciais, que têm caracterizado a geografia histórica da era burguesa (das auto-estradas pedagiadas ao ciberespaço). Essas transformações minam as qualidades absolutas do espaço

(freqüentemente, associadas ao feudalismo), e enfatizam a relatividade das relações espaciais e das vantagens localizacionais; desse modo, a doutrina de Ricardo da vantagem comparativa no comércio se transforma numa questão dinâmica em vez de estável. Ademais, os caminhos espaciais dos fluxos de mercadorias precisam ser mapeados em relação aos fluxos de capital, à força de trabalho, à supremacia militar, à transferência de tecnologia, aos fluxos de informação etc. Sob esse aspecto, ao menos, o *Manifesto* não estava incorreto relativamente às suas afirmações pouco elaboradas e mal avaliadas, embora prescientes.

Em terceiro lugar, talvez uma das maiores carências do *Manifesto* seja sua desatenção em relação à organização territorial do mundo, em geral, e do capitalismo, em particular. Se, por exemplo, o Estado era necessário como “braço executivo da burguesia”, então o Estado tinha de ser definido, organizado e administrado territorialmente. Embora, em 1648, o Tratado de Westphalia estabelecesse o direito à coexistência dos estados independentes e soberanos como norma européia (caracteristicamente, duvidosa), a extensão desse princípio pelo mundo levou alguns séculos para se concretizar e, ainda hoje, não está concluída. O século XIX foi o grande período das definições territoriais (com a maior parte das fronteiras mundiais sendo estabelecida entre 1870 e 1925, e a maioria delas sendo traçada apenas pelos britânicos e franceses, com a divisão da África, em 1885, sendo o exemplo mais espetacular).

No entanto, a formação e consolidação do Estado é um outro passo além da definição territorial, e mostrou ser um processo prolongado e, muitas vezes, instável (especialmente, por exemplo, na África). Pode-se dizer que, só depois de 1945, a descolonização impulsionou a formação do Estado no mundo inteiro, mais perto do modelo altamente simplificado considerado pelo *Manifesto*. Além disso, o relativismo introduzido pelas revoluções nos transportes e nas comunicações, junto com a dinâmica desigual da luta de classes e a dotação desigual de recursos, indica que as configurações territoriais não conseguem permanecer estáveis por muito tempo. Os fluxos de mercadorias, capital, mão-de-obra e informação sempre tornam porosas as fronteiras. Nesse caso, há muito espaço para a contingência (incluindo fases de reorganização e redefinição territorial), solapando a teleologia simplista derivada de Hegel, mas que ainda pode ser encontrada em algumas versões de idéias tanto capitalistas como comunistas sobre o que futuro encerra.

Em quarto lugar, o Estado é, naturalmente, apenas uma entre as muitas instituições mediadoras que influenciam a dinâmica da acumulação e da luta de classes no mundo inteiro. A moeda e as finanças também ocupam lugar de honra. Em relação a esse ponto, há algumas questões intrigantes sobre as quais o *Manifesto* permanece em silêncio; em parte, acredito, porque seus autores ainda tinham de

descobrir seus *insights* fundamentais sobre as relações dialéticas entre moeda, produção, troca mercantil e distribuição (como são conceitualizadas, por exemplo, na introdução dos *Grundrisse*). Há duas maneiras de contemplar essas questões (e, nesse caso, considero a questão da moeda tão emblemática como fundamental). Por um lado, podemos interpretar a moeda mundial como uma representação universal de valor, com a qual os territórios se relacionam (por meio de suas próprias moedas correntes), e à qual os produtores capitalistas se ajustam, conforme buscam alguma medida do seu desempenho e da sua rentabilidade. Essa é uma concepção muito funcionalista e antidualética. Dá a impressão de que o valor, enquanto abstração etérea, paira sobre as atividades dos indivíduos, a partir das nações (casualmente, essa é a concepção dominante da ideologia neoclássica contemporânea a respeito da globalização). Em *O capital*, Marx considera a moeda universal de outro modo, ou seja, como uma representação de valor que, resultante da relação dialética entre a particularidade das atividades materiais (trabalho concreto) empreendidas em lugares e momentos específicos, e a universalidade dos valores (trabalho abstrato) alcançada pela troca de mercadorias, torna-se tão difundida e generalizada, no tocante a ser um ato social normal. No entanto, as instituições medeiam entre a particularidade e a universalidade, dando alguma aparência de ordem e permanência ao que é, de fato, areia movediça. Assim, os bancos centrais, as instituições financeiras, os sistemas de troca, as moedas correntes locais endossadas pelo Estado etc. se tornam mediadores poderosos entre a universalidade da moeda no mercado mundial e as particularidades dos trabalhos concretos realizados aqui e agora em torno de nós. Essas instituições mediadoras também estão sujeitas à mudança; por exemplo, as autoridades passam do iene para o marco alemão, do marco alemão para o dólar, e do dólar de volta para o iene, ou novas instituições (como o FMI e o Banco Mundial pós-1945) surgem para desempenhar novos papéis de mediação. Nesse caso, a questão é que sempre existe uma relação problemática entre as condições locais e específicas, por um lado, e a universalidade dos valores alcançada no mercado mundial, por outro, e que essa relação interna é mediada por estruturas institucionais que conquistam um certo tipo de poder independente. Frequentemente, essas instituições mediadoras estão estabelecidas territorialmente, tendendo a esses territórios de modo importante. Essas instituições desempenham um papel chave na determinação de que tipos de trabalhos concretos e de que tipos de relações de classes surgirão, e podem, às vezes, impor padrões de desenvolvimento geográfico desigual mediante seu controle sobre a constituição do capital e os fluxos do capital. Dada a importância do sistema bancário e financeiro europeu da década de 1840 (os Rothschilds sendo os protagonistas dos acontecimentos de 1848, por exemplo), e das teorias político-econômicas dos saint-simonianos relativamente ao poder dos capitais associados de mudar o mundo, é

surpreendente a falta de qualquer análise a respeito das instituições mediadoras ligadas à moeda e às finanças. Talvez as formulações posteriores (não apenas de Marx, mas também de Lenin, Hilferding e muitos outros) tenham ajudado a retificar a questão, mas o tratamento episódico e contingente a respeito do papel do capital financeiro e monetário na organização da dinâmica geográfica da acumulação do capital foi um dos legados involuntários do *Manifesto* (quase nada foi escrito sobre o assunto entre Hilferding e o início da década de 1970).

Em quinto lugar, o argumento de que a revolução burguesa subjugou o campo em favor da cidade, como, de modo semelhante, subjugou os territórios num estágio inferior de desenvolvimento em favor daqueles num estágio mais avançado, assim como o raciocínio de que os processos de industrialização e acelerada urbanização representavam o viveiro para uma política mais unida da classe trabalhadora, também são prescientes ao extremo, pelo menos em um sentido. Reduzidos à formulação mais simples, afirmam que a produção da organização espacial não é neutra em relação à luta de classes. Esse é um princípio fundamental, não importa o quão críticos sejamos com respeito ao esboço dessas dinâmicas como expostas no *Manifesto*. A análise proposta se desenrola do seguinte modo:

O proletariado passa por diversos estágios de desenvolvimento. Com seu nascimento, começa seu conflito contra a burguesia. Inicialmente, a luta é conduzida por trabalhadores isolados, em seguida pelos empregados de uma fábrica, depois pelos dirigentes de um sindicato, em uma localidade, contra os burgueses que, diretamente, os exploram. Nesse estágio, os trabalhadores ainda constituem uma massa desconexa, espalhada pelo país, e fragmentada pela competição mútua. Se, em algum lugar, eles se unem, para constituir organismos mais compactos, isso ainda não é consequência da sua própria e ativa união, mas sim da união da burguesia [...] No entanto, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas aumenta em quantidade; ele se concentra em massas maiores, sua força cresce, e ele sente mais essa força [...] os conflitos entre os trabalhadores isolados e os burgueses isolados assumem, cada vez mais, o caráter de conflitos entre duas classes. Por isso, os trabalhadores começam a constituir agrupamentos (os sindicatos trabalhistas) [...] A união [dos trabalhadores] é ajudada pelos aperfeiçoados meios de comunicação criados pela indústria moderna, e que põem os trabalhadores de diferentes localidades em contato entre si. Era justamente esse contato que era necessário para centralizar as diversas lutas locais, todas do mesmo caráter, em uma única luta nacional entre classes...

Em relação a maior parte do século XIX, essa análise retrata um curso bastante comum do desenvolvimento da luta de classes. Além disso, quanto ao século XX, há muitos exemplos em que se percebem trajetórias similares (a industrialização da Coréia do Sul é paradigmática). No entanto, uma coisa é dizer que tal análise é um útil esboço descritivo, e outra é afirmar que esses são os estágios necessários pelos quais a luta de classes deve evoluir no caminho da construção do socialismo. Mas, se for interpretado, como sugeri, como uma afirmação estimulante da não-neutralidade da organização espacial na dinâmica da luta de classes, então a burguesia talvez também desenvolva suas próprias estratégias espaciais de dispersão, divisão e regulamentação das rupturas geográficas, com respeito à ascensão das forças de classe que tão evidentemente ameaçam sua existência. Para os trechos já citados, encontramos aditada a seguinte advertência: “A organização dos proletários numa classe, e, por conseqüência, num partido político, é perturbada continuamente pela competição entre os próprios trabalhadores”. Há muitos exemplos de estratégias burguesas para obtenção desse resultado. Da dispersão do setor manufatureiro dos centros para as periferias das cidades norte-americanas, no final do século XIX, evitando assim a concentração do poder proletário, até o ataque atual contra o poder sindical por meio da dispersão e fragmentação dos processos produtivos pelo espaço (muito disso, é claro, para os assim chamados países em desenvolvimento, onde a organização da classe trabalhadora é mais precária), revelaram-se uma arma poderosa na luta burguesa para aumentar seu poder. De modo semelhante, o estímulo ativo da competição entre os trabalhadores pelo espaço funcionou em benefício da superioridade capitalista, isto sem mencionar o problema do bairrismo e do nacionalismo nos movimentos da classe trabalhadora (a posição da Segunda Internacional na Primeira Guerra Mundial é o caso mais notório). Em geral, considero honesto afirmar que os movimentos dos trabalhadores se saíram melhor no controle do poder de lugares e territórios em vez de no controle de espacialidades, com a conseqüência de que a classe capitalista empregou seus recursos superiores de manobra espacial para derrotar revoluções proletárias/socialistas restritas a um único lugar (consultar a preocupação de Marx, em 1858, acima mencionada). A recente investida geográfica e ideológica sobre as formas de poder da classe trabalhadora através da “globalização” dá grande amparo a essa tese. Embora nada disso seja incompatível com o suporte básico do argumento do *Manifesto*, é, evidentemente, diferente do esboço real da dinâmica de luta de classes descrita como cenário modelo para o desenvolvimento do socialismo no contexto europeu.

Em sexto lugar, isso nos conduz a um dos elementos mais problemáticos do legado do *Manifesto*. Diz respeito à homogeneização do “trabalhador” e das “forças de trabalho” por um terreno geográfico muito variado, enquanto base adequada para a luta contra os poderes do capital. Embora o slogan “trabalhadores

de todo o mundo, uni-vos” talvez ainda se mantenha (apropriadamente modificado para livrá-lo da sua pressuposição sexista) como a única resposta adequada contra as estratégias globalizantes da acumulação do capital, a maneira de se alcançar isso e de conceituar essa resposta merece escrutínio crítico. Essencial para o argumento jaz a convicção de que a indústria moderna e o trabalho assalariado impostos pelos capitalistas (“os mesmos na Inglaterra e na França, nos Estados Unidos e na Alemanha”) despiram os trabalhadores “de todos os traços de caráter nacional”. Em conseqüência:

Os trabalhadores não têm país. Não podemos tirar deles o que eles não têm. Como o proletariado deve, em primeiro lugar, conquistar a supremacia política, deve se tornar a classe dirigente da nação, deve constituir a nação, o proletariado é, até agora, nacional, ainda que não no sentido burguês da palavra.

Dia a dia, as diferenças e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais, devido ao progresso da burguesia, à liberdade comercial, ao mercado mundial, à uniformidade no modo de produção e nas condições de vida correspondentes a isso.

A supremacia do proletariado fará isso desaparecer ainda mais rápido. A ação unida, dos principais países civilizados, ao menos, é uma das primeiras condições para a emancipação do proletariado.

À medida que a exploração de um indivíduo pelo outro terminar, a exploração de uma nação por outra também terminará. À medida que o antagonismo entre as classes numa nação desaparecer, a hostilidade de uma nação por outra também acabará.

A visão diretriz é nobre, mas, nesse caso, há, indiscutivelmente, boa dose de pensamento tendencioso. Na melhor das hipóteses, o *Manifesto* admite que, quando os socialistas chegarem ao poder, as decisões iniciais “serão diferentes nos diferentes países”. Também admite o surgimento de problemas na transferência de idéias políticas de um contexto para outro; os alemães assumiram idéias francesas e as adaptaram às suas próprias circunstâncias, não muito bem desenvolvidas, criando um tipo alemão de socialismo, ao qual Marx foi muito crítico na parte III do *Manifesto*. No mundo prático da política, no entanto, há uma certa sensibilidade para as condições materiais e circunstâncias locais desiguais. Na seção final do *Manifesto*, dá-se atenção às diferentes condições políticas na França, Suíça, Polônia e Alemanha. A partir disso, Marx e Engels vaticinam que a missão dos comunistas é conseguir unidade para suas causas, definir os atributos comuns dentro das

diferenças, e criar um movimento no qual os trabalhadores do mundo possam se unir. No entanto, ao fazer isso, conta-se muito com a força do capital, que destrói as lealdades e os vínculos associados ao local, para preparar o caminho.

Podemos ler isso de duas maneiras, acredito. Por um lado, o *Manifesto* sustenta (corretamente, em minha opinião) que o único modo de resistir ao capitalismo e fazer a transição para o socialismo é através da luta global, em que a criação da classe trabalhadora global – talvez alcançada de forma gradual, passando pelo local e nacional até chegar em preocupações globais – conquiste poder e presença para preencher suas próprias potencialidades históricas.⁴³ Nesse caso, a missão do movimento comunista é buscar vias, contra todas as diferenças, para unir adequadamente todos os movimentos muito diferenciados e freqüentemente locais em algum tipo de propósito comum. A segunda leitura é mais mecanicista. Considera a eliminação automática das diferenças e diferenciações nacionais por meio do avanço burguês, assim como a desambientação e desnacionalização da classe trabalhadora e, portanto, das suas aspirações e dos seus movimentos políticos. Então, a missão do movimento comunista é preparar e acelerar o fim dessa revolução burguesa, educar a classe trabalhadora quanto à natureza real da sua situação, e organizar, com base nisso, o potencial revolucionário para construir uma alternativa. Tal leitura mecanicista é, no meu ponto de vista, incorreta, ainda que base substancial para esse tipo de leitura se encontre no próprio *Manifesto*.

A principal dificuldade está na suposição de que a indústria e a mercadorização capitalista levarão à homogeneização da população trabalhadora. Há um sentido inegável de que isso é verdade, mas o que a leitura não consegue avaliar é a maneira pela qual o capitalismo, simultaneamente, diferencia (alimentando, às vezes, distinções culturais antigas) relações de gênero, preferências étnicas e crenças religiosas. O capitalismo faz isso não apenas por meio do desenvolvimento de estratégias burguesas explícitas de divisão e controle, mas também convertendo o princípio da opção de mercado num mecanismo para diferenciação grupal. O resultado é a implantação de todos os tipos de divisões de classe e gênero, e outras divisões sociais na paisagem geográfica do capitalismo. As divisões como aquelas entre cidades e subúrbios, entre regiões, assim como entre nações não podem ser entendidas como resíduos de alguma ordem antiga. Essas divisões não são automaticamente eliminadas. Elas são produzidas ativamente por meio dos poderes diferenciadores da acumulação do capital e das estruturas de mercado. As lealdades associadas ao local proliferam, e, em alguns aspectos, fortalecem-se em vez de se desintegrarem mediante os

43. Em outra obra, procurei adaptar o conceito de Raymond Williams relativo ao “particularismo militante” para captar esse processo e suas inevitáveis contradições (consultar HARVEY, 1996: cap. 1).

mecanismos da luta de classes, assim como pela ação tanto do capital quanto da mão-de-obra trabalhando para si mesmos. Com muita facilidade, a luta de classes se dissolve num conjunto de interesses comunitários geograficamente fragmentados, facilmente cooptados pelo poder burguês ou explorados pelos mecanismos de penetração do mercado neoliberal.

Em potencial, no *Manifesto*, há uma subavaliação perigosa a respeito do poder do capital para fragmentar, dividir e diferenciar, para absorver, transformar e mesmo exacerbar antigas divisões culturais, para produzir diferenciações espaciais, para mobilizar geopoliticamente, na homogeneização generalizada obtida mediante o trabalho assalariado e a troca mercantil. Também há uma subavaliação da maneira pela qual o trabalho se mobiliza por meio de formas territoriais de organização, construindo lealdades associadas ao lugar no caminho. A dialética dos atributos comuns e das diferenças não funcionou (se pudesse) do modo sugerido pelo esboço provido pelo *Manifesto*, ainda que sua lógica subjacente e sua injunção em favor da unidade estejam corretas.

“Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”

O Banco Mundial estima que, entre 1966 e 1995, a força de trabalho global dobrou de tamanho (atualmente, está estimada em 2,5 bilhões de homens e mulheres). No entanto:

Mais de um bilhão de indivíduos, que vivem com um dólar ou menos por dia, dependem [...] de salários muito baixos em troca de trabalhos muito duros. Em muitos países, os trabalhadores carecem de representação, e o trabalho é insalubre, perigoso ou degradante. Enquanto isso, mundialmente, mais ou menos 120 milhões de trabalhadores estão desempregados e muitos outros milhões de indivíduos perderam a esperança de encontrar trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995: 9).

Essa condição existe numa época de progresso acelerado dos níveis médios de produtividade por trabalhador (também se divulgou que, desde 1965, dobrou no mundo inteiro), além do crescimento acelerado do comércio mundial, alimentado, em parte, pela redução dos custos de movimentação, mas também pela onda de liberalização comercial e pelo aumento considerável dos fluxos internacionais de investimento direto. Essa onda de liberalização e esse aumento dos fluxos internacionais ajudaram a desenvolver sistemas de produção integrados transnacionalmente, organizados em larga escala através do comércio intra-empresas. Em consequência:

A quantidade de trabalhadores empregados em indústrias concorrentes de exportação e importação cresceu de modo expressivo. Nesse sentido, portanto, pode-se dizer que os mercados de trabalho mundiais estão ficando mais interligados [...] Nesse desenvolvimento, alguns analistas vêem o surgimento de um mercado de trabalho global, em que “o mundo se tornou um grande bazar, com os países mascateando suas forças de trabalho, numa competição de um país contra outro, oferecendo o menor preço para a execução do serviço” [...] A principal preocupação é que a intensificação da competição global gerará pressões por salários menores e padrões de trabalho piores em todo o mundo (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 1996: 2).

Esse processo de interligação cada vez mais forte se intensificou pela “participação crescente na economia mundial de países em desenvolvimento populosos como China, Índia e Indonésia”. Com respeito à China, por exemplo, o United Nations Development Programme [Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas] registra:

A participação das indústrias manufatureiras intensivas em mão-de-obra no total de exportações cresceu de 36%, em 1975, para 74%, em 1990 [...] Entre 1985 e 1993, o emprego no setor têxtil cresceu 20%, no setor de vestuário e tecidos, 43%, e no setor de produtos plásticos, 51%. Atualmente, a China é o maior exportador de produtos intensivos em mão-de-obra para muitos países industrializados [...] Apesar de toda essa dinâmica geração de empregos, a China ainda enfrenta um grande desafio em relação à questão do emprego. As reformas econômicas liberaram uma “população flutuante” de cerca de 80 milhões de pessoas, a maioria delas procurando trabalho. A Comissão de Planejamento do Estado estima que, nos próximos cinco anos, cerca de 20 milhões de trabalhadores serão dispensados pelas empresas estatais, e que mais 120 milhões de chineses deixarão a zona rural para procurar trabalho nas cidades. Para que todas essas pessoas encontrem trabalho, o crescimento econômico intensivo em mão-de-obra precisará continuar em ritmo acelerado (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 1996: 94).

Cito esse exemplo para ilustrar os movimentos massivos da força de trabalho global ocorridos e em andamento. A China não é um caso isolado. Em Bangladesh, a indústria de vestuário orientada para a exportação, inexistente há 20 anos, emprega, atualmente, mais de um milhão de trabalhadores (80% dessa força de trabalho constituída por mulheres, e metade dela amontoadas em Daca).

Cidades como Jacarta, Bangcoc e Bombaim, como relata Seabrook, tornaram-se centros de formação de uma classe trabalhadora transnacional, muito dependentes de mulheres vivendo sob condições de pobreza, violência, poluição e repressão violenta (SEABROOK, 1996: cap. 6).

Não causa surpresa que a inserção dessa massa proletarizada nas redes do comércio global estivesse associada a diversas convulsões e sublevações sociais, assim como a condições estruturais em mudança, como as desigualdades crescentes entre regiões (a abandonada África subsaariana muita atrasada em comparação com o emergente leste e sudeste asiático), assim como entre as classes sociais. Com referência a desigualdade entre classes, “entre 1960 e 1991, a participação na renda global dos 20% mais ricos cresceu de 70% para 85% – embora a percentagem dos mais pobres declinasse de 2,3% para 1,4%”. Em 1991, “mais de 85% da população mundial recebia apenas 15% da sua renda”, e “a riqueza líquida das 358 pessoas mais ricas, os biliardários em dólares, era igual a renda somada de 45% da população mundial mais pobre, isto é, 2,3 bilhões de pessoas” (UN DEVELOPMENT PROGRAM, 1996: 13). Essa polarização é simplesmente espantosa, tornando sem valor a inacreditável asserção do Banco Mundial de que a integração internacional junto com o liberalismo do livre mercado e os baixos níveis de interferência governamental (condições estranha e erroneamente atribuídas aos regimes políticos repressivos de Taiwan, Coréia do Sul e Cingapura) são o melhor caminho para promover o crescimento e elevar o padrão de vida dos trabalhadores (BANCO MUNDIAL, 1996: 3).

É diante desse pano de fundo que se torna mais fácil avaliar a força do relatos reunidos por Seabrook:

A Indonésia, em nome do sistema de livre mercado, promove as violações mais brutais dos direitos humanos, e solapa o direito de existência daqueles que baseiam, no trabalho, sua vantagem competitiva. As pequenas e médias empresas, terceirizadas por empresas multinacionais, são os locais onde o som da fundição, punção e batimento do metal vem das forjas onde são produzidos os grilhões para a servidão industrial [...]

Muitas empresas transnacionais estão terceirizando ali: Levi Strauss, Nike, Reebok. Muitas empresas terceirizadas são de propriedade sul-coreana. Todas têm vocação para os baixos salários e a administração desumana. A Nike e a Levis publicaram um código de conduta no que diz respeito a critérios para investimento; mas, na realidade, sob o sistema compassivo, sempre buscam o menor custo de produção [...] Algumas empresas terceirizadas mudaram de Jacarta para cidades menores, onde os trabalhadores são ainda menos capazes de se unirem para melhorar suas condições (SEABROOK, 1996: 103-5).

Ou, no plano mais pessoal, há um relato dado por uma trabalhadora e sua irmã:

Como rotina, somos insultadas. Quando o patrão se enfurece, ele nos xinga de cadelas, porcas, vagabundas; temos de agüentar tudo isso com resignação, sem reagir [...] Oficialmente, trabalhamos das sete da manhã às três da tarde (com um salário inferior a dois dólares por dia), mas, com frequência, temos de fazer horas extras obrigatórias; algumas vezes – especialmente se há um pedido urgente a ser entregue – até as nove da noite. Por mais que estejamos cansadas, não podemos ir para casa. Recebemos um pagamento extra de 200 rúpias (dez centavos de dólar) [...] Vamos a pé para a fábrica, de onde vivemos. Dentro da fábrica é muito quente. O galpão tem um telhado metálico, e não há muito espaço. É tudo muito apertado. São mais de 200 pessoas trabalhando ali, a maioria, mulheres, mas há apenas um banheiro para toda a fábrica [...] Depois do trabalho, quando chegamos em casa, não temos forças para fazer mais nada, a não ser comer e dormir (SEABROOK, 1996).

Nesse caso, casa significa um aposento único, de dois metros por três, alugado por 16 dólares por mês; duas latas de água custam aproximadamente dez centavos de dólar, e a alimentação consome, no mínimo, um dólar e 50 centavos por dia.

Em *O capital*, Marx relata a história de uma chapeleira, Mary Anne Walkley, de 20 anos, que, freqüentemente, trabalhava 30 horas ininterruptas (ainda que ressuscitada pelo suprimento eventual de xerez, vinho do Porto e café) até – depois de um turno particularmente difícil, necessário para a confecção de “trajes suntuosos para as nobres damas convidadas ao baile em honra da recém-importada princesa de Gales” – morrer, de acordo com o testemunho do médico, “por causa das longas horas de trabalho em uma oficina superlotada, e por morar num dormitório minúsculo e muito mal ventilado”. Compare-se isso ao relato contemporâneo das condições de trabalho nas fábricas da Nike no Vietnã:

[O sr. Nguyen] constatou que, no Vietnã, o tratamento dispensado aos trabalhadores pelos gerentes das fábricas (normalmente, cidadãos da Coréia do Sul ou de Taiwan) é uma “fonte constante de humilhação”, que o abuso verbal e o assédio sexual acontecem com frequência, e que o “castigo corporal” é aplicado muitas vezes. Ele verificou que, com frequência, se impõem horas extras obrigatórias aos trabalhadores vietnamitas. “É uma ocorrência comum”, escreveu o sr. Nguyen em seu relatório, “a existência de diversos trabalhadores sofrendo de esgotamento, calor e desnutrição

em seus turnos”. Muitos trabalhadores até expelem sangue tossindo antes de caírem desfalecidos. Em vez de exigir o fim das condições abusivas de trabalho nas fábricas, a Nike recorreu a uma esmerada campanha internacional de relações públicas, dando a impressão que se preocupava a respeito dos seus funcionários. No entanto, quantidade alguma de relações públicas mudará o fato de que um trabalhador de tempo integral, que ganha um dólar e 60 centavos por dia, provavelmente passa fome boa parte do tempo, pois três refeições, das mais simples possíveis, custam dois dólares e dez centavos (HERBERT, 1997).

As condições materiais que inflamam o ultraje moral que envolve o *Manifesto* não desapareceram. Essas condições estão corporificadas em tudo, desde os tênis Nike, os produtos Disney, as roupas Gap até os produtos Liz Clairbone. Como no século XIX, parte da reação foi ultraje reformista da classe média, apoiado pelo poder dos movimentos da classe trabalhadora para regulamentar esse tipo de trabalho ao nível mundial, desenvolvendo um código de “práticas trabalhistas justas”, talvez certificado por um “rótulo de trabalho justo” sobre os produtos que compramos (GOODMAN, 1996; GREENHOUSE, 1997a; 1997b).

Assim, o cenário referente ao *Manifesto* não mudou radicalmente em sua base. O proletariado global é maior do que nunca, e o imperativo para os trabalhadores do mundo se unirem é mais forte do que nunca. No entanto, as barreiras para essa unidade são ainda maiores do que eram no já complicado contexto europeu de 1848. Na atualidade, a força de trabalho está muito mais dispersa geograficamente, sendo muito mais culturalmente heterogênea, étnica e religiosamente diversa, racialmente estratificada e lingüisticamente fragmentada. A consequência é diferenciar radicalmente tanto os modos de resistência ao capitalismo quanto a definição de alternativas. Embora seja verdade que os meios de comunicação e as oportunidades para transferência se aperfeiçoaram muitíssimo, isso faz pouco sentido para os aproximadamente um bilhão de trabalhadores que vivem com menos de um dólar por dia, com histórias culturais, literaturas e entendimentos muito diferentes (em comparação aos financistas internacionais e às empresas transnacionais que sempre os usam). Entre a classe trabalhadora global, as diferenças (tanto geográficas como sociais) em salários e previdência social são também maiores do que nunca. A diferença política e econômica entre os trabalhadores mais afluentes (por exemplo, alemães e norte-americanos) e os trabalhadores assalariados mais pobres da Indonésia e do Mali é muito maior do que, no século XIX, entre a assim chamada aristocracia operária européia e seus correspondentes não especializados. Isso significa que um determinado segmento da classe trabalhadora (principalmente, mas não exclusivamente, nos países capitalistas

avancados e, muitas vezes, possuidoras de expressão política mais poderosa) tem muito a perder além de seus grilhões. Além disso, embora as mulheres sempre fossem importante integrante da força de trabalho nos primeiros anos do desenvolvimento capitalista, sua participação se generalizou, ao mesmo tempo que se concentrou em certas categorias ocupacionais (normalmente, intituladas “não especializadas”), suscitando questões importantes relativas ao gênero sexual na ação política da classe trabalhadora, que, no passado, foram freqüentemente varridas para debaixo do tapete.

Na busca por uma adequada qualidade de vida, assim como por uma assistência médica básica, as variações ecológicas e seus impactos associados (conflitos por recursos naturais, injustiça ambiental, efeitos diferenciais de degradação ambiental) também ficaram mais evidentes. Sob esse aspecto, também não há palco uniforme sobre o qual pode se desempenhar a luta de classes com neutralidade, pois a relação com a natureza é uma determinação cultural, que tem implicações de como pode se construir qualquer alternativa ao capitalismo, ao mesmo tempo que proporciona uma base para uma crítica radical a respeito das atitudes meramente utilitárias e instrumentais inseridas na acumulação e exploração capitalista do mundo natural. A maneira de configurar o ambiental com o econômico, o político com o cultural, torna-se mais difícil ao nível global, onde a presunção de homogeneidade de valores e aspirações através do planeta não se sustenta.

As populações globais também têm estado em movimento. Os movimentos migratórios parecem impossíveis de ser detidos. As fronteiras do Estado são menos porosas para as pessoas e para a mão-de-obra do que são para o capital, mais ainda são suficientemente porosas. A imigração é um assunto muito importante em todo o mundo (inclusive para o próprio movimento trabalhista). A organização do trabalho, em face da considerável diversidade étnica, racial, religiosa e cultural gerada pelos movimentos migratórios, suscita problemas específicos, que o movimento socialista nunca achou fácil tratar, quanto mais solucionar. Na atualidade, a Europa, por exemplo, tem de enfrentar todas as dificuldades que afetaram os Estados Unidos durante muitos anos.

A urbanização também se acelerou, criando uma importante revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial. Em 30 anos, dobrou a proporção da população global que vive em cidades, resultando em concentrações espaciais massivas de população, numa escala, até então, considerada inconcebível. Revelou-se muito mais fácil organizar a luta de classes nos pequenos povoados mineiros da região carbonífera de Gales do Sul ou mesmo nas cidades industriais relativamente homogêneas, como a Manchester do século XIX (com uma população inferior a um milhão de habitantes, embora problemáticamente dividida entre operários ingleses e irlandeses), do que organizar a luta de classes (ou mesmo desenvolver as instituições de uma democracia representativa) nas atuais

São Paulo, Cairo, Lagos, Los Angeles, Xangai, Bombaim etc., com suas populações imensas, esparramadas e, muitas vezes, desmembradas, quase alcançando ou superando a marca de 20 milhões de habitantes.

O movimento socialista tem de considerar essas grandes transformações geográficas, desenvolvendo táticas para lidar com as mesmas. Isso não diminui a importância do brado final do *Manifesto* em favor da união. As condições atuais tornam o clamor mais imperativo do que nunca. No entanto, não somos capazes de fazer história ou geografia sob condições histórico-geográficas da nossa própria escolha. A leitura geográfica do *Manifesto* enfatiza a não-neutralidade das estruturas e dos recursos espaciais na complexa dinâmica espacial da luta de classes. Revela como a burguesia conquistou seu poder *vis-à-vis* todos os modos de produção precedentes, mobilizando o controle sobre o espaço como força produtiva peculiar a si mesma. Mostra como a burguesia, continuamente, aumentou e protegeu seu poder pelo mesmo mecanismo. Portanto, resulta que, até o movimento da classe trabalhadora aprender como enfrentar o poder burguês para controlar e produzir espaço, sempre disputará a partir de uma posição de fraqueza em vez de uma posição de força. Da mesma maneira, até o movimento chegar a um acordo com as condições e diversidades geográficas da sua própria existência, será incapaz de definir, articular e lutar por uma alternativa socialista realista contra a dominação capitalista.

As implicações de tais argumentos são muitas, e algumas pistas quanto às estratégias já estão presentes no *Manifesto*. Se aperfeiçoadas de modo adequado, podem nos levar a terrenos mais ricos de luta. É importante reconhecer, por exemplo, que o ponto de partida da luta de classes está na particularidade do corpo laboral, em figuras como Mary Anne Walkley e nos bilhões de outros indivíduos cujas existências diárias se amoldam por meio de uma relação muitas vezes traumática e conflituosa com a dinâmica da acumulação do capital. O corpo laboral é, portanto, um lugar de resistência, que alcança uma dimensão política por meio da capacidade política dos indivíduos de atuar como agentes morais. Tratar a questão desse modo não significa reverter a algum desenfreado individualismo, mas sim sustentar, como faz o *Manifesto*, que a universalidade da luta de classes se origina com a particularidade da pessoa, e que a política de classe deve voltar a se transferir para essa pessoa de modo significativo. A alienação do indivíduo é, portanto, um ponto de partida importante para a ação política, e é essa alienação que deve ser superada.

No entanto – essa é, naturalmente, a mensagem crucial do *Manifesto* –, a alienação apenas pode ser tratada pela luta coletiva, significando construir um movimento que se estende pelo espaço e tempo, para confrontar a condição universal e transnacional da acumulação do capital. Devem ser encontradas vias para conectar o microespaço do corpo com o macroespaço do que, na atualidade, denomina-se

“globalização”. O *Manifesto* propõe que isso se faça pelo encadeamento que atravessa o pessoal, o local, o regional, o nacional e, por fim, o internacional. Forma-se uma hierarquia de escalas espaciais, em relação às quais a política de classe deve ser construída. No entanto, a “teoria da produção de escala geográfica”, como observa Smith, “está totalmente subdesenvolvida”, e temos ainda de aprender, especialmente com respeito à formação da classe trabalhadora global e à política do corpo, como “arbitrar e trafegar” entre as diversas escalas espaciais (SMITH, 1992). Esse é um problema sério, a ser enfrentado e resolvido para restaurar a ação política da classe trabalhadora. Dou apenas três exemplos.

O ponto de partida tradicional para a luta de classes foi um espaço específico – a fábrica –, sendo a partir dela que a organização de classe foi construída através de movimentos sindicais, partidos políticos etc. No entanto, o que acontece quando desaparecem as fábricas, ou elas ficam tão móveis, que tornam a organização permanente muito difícil, quando não impossível? E o que acontece quando a maior parte da força de trabalho se torna temporária ou ocasional? Sob tais condições, a organização laboral pela via tradicional perde sua base geográfica, e seu poder diminui de modo correspondente. Então, modelos alternativos de organização precisam ser criados. Em Baltimore, por exemplo, uma campanha em favor de um salário de subsistência (reunida sob a égide de uma organização denominada Baltimoreans United in Leadership Development – Build) apela para uma possível estratégia alternativa, que funciona numa escala metropolitana – o movimento é de abrangência urbana –, e tem com objetivo afetar diretamente o nível do piso salarial de toda a área metropolitana: todos (trabalhadores tanto temporários como permanentes) deveriam receber um salário de subsistência de, no mínimo, sete dólares e 70 centavos por hora mais benefícios. Para cumprir esse objetivo, conseguiu-se o apoio das instituições da comunidade (especialmente as igrejas), das organizações ativistas, dos grupos estudantis, assim como de todos os sindicatos. Com o propósito de sindicalização dos trabalhadores temporários e ocasionais, recorreu-se às instituições fixas do espaço metropolitano (governamentais, incluindo terceirizadas, universitárias, hospitalares etc.). Criou-se um movimento no espaço metropolitano, que funcionava fora dos moldes tradicionais de organização dos trabalhadores, apontando novas condições.⁴⁴ A estratégia do Build de inserção de uma ação política de escala metropolitana nas equações da luta de classes é um exemplo interessante de mudança do sentido da escala espacial, contrapondo-se à tática espacial usada pelo capital.

44. Para um balanço do trabalho do Build, consultar Cooper (1997) e Harvey (1998).

Considere-se um segundo exemplo. A mentalidade governamental relativa ao capitalismo contemporâneo acarretou na criação de autoridades supranacionais importantes, como a Nafta e a União Européia. Indiscutivelmente, tais criações – o Acordo de Maastricht⁴⁵ é o caso paradigmático – são pró-capitalistas. Qual deve ser a resposta da esquerda? Nesse caso, é importante analisar as divisões (na Europa, o debate dentro da esquerda é intenso), mas, com muita frequência, a resposta é uma argumentação muito simplista, que segue a seguinte linha: “Como a Nafta e o Maastricht são pró-capitalistas, combatemos esses acordos, defendendo o Estado-Nação contra a governança supranacional”. A argumentação que delineio aqui sugere uma resposta muito diferente. A esquerda deve aprender a combater o capital em *ambas* as escalas espaciais, simultaneamente. No entanto, ao fazer isso, também deve aprender a coordenar políticas potencialmente contraditórias em si mesmas, nas diferentes escalas espaciais, pois, frequentemente, os sistemas espaciais hierárquicos (e os problemas ecológicos muitas vezes impõem esse dilema) que fazem sentido político satisfatório em uma escala não fazem em outra (por exemplo, a racionalização da produção automobilística na Europa talvez signifique o fechamento de fábricas em Oxford ou Turim). Retrair-se para o Estado-Nação enquanto local estratégico exclusivo da organização de classe e da luta de classes representa cortejar o insucesso (assim como flertar com o nacionalismo e tudo o que isso acarreta). Isso não significa que o Estado-Nação se tornou irrelevante; de fato, tornou-se mais relevante do que nunca. No entanto, a escolha da escala espacial não é “ou isto ou aquilo”, mas sim “não só... mas também”, embora essa última opção acarrete confrontar contradições importantes. Isso significa que, nos Estados Unidos, o movimento sindical deve se empenhar mais na organização além-fronteira (especialmente com respeito ao México) do que no combate à Nafta, e que, na Europa, o movimento sindical deve atentar mais em obter poder e influência em Bruxelas e Estrasburgo do que cada um realiza em sua própria capital nacional.

O movimento para o plano internacional impõe dilemas e problemas similares. É interessante observar que o internacionalismo da luta dos trabalhadores, embora pare como uma necessidade óbvia e latente sobre a maior parte do movimento dos trabalhadores, enfrenta sérias dificuldades ao nível organizacional. Em parte, atribuo isso à deficiência de confrontar os dilemas da integração das lutas em diferentes escalas espaciais. Existem exemplos de tais integrações em outros domínios. Os movimentos em torno dos direitos humanos, do meio ambiente e das condições da mulher ilustram as possíveis vias pelas quais a ação política pode ser construída (assim como algumas das armadilhas para tais ações), para ligar, por um lado, a microescala

45. Em 1991, os líderes dos países da União Européia se reuniram na cidade holandesa de Maastricht e firmaram um acordo para se tornarem mais unidos política e economicamente (N. T.).

do corpo e do pessoal, e por outro, a macroescala do global e do político-econômico. Nada semelhante à Conferência do Rio sobre o meio ambiente ou à Conferência de Pequim sobre a mulher aconteceu para confrontar as condições globais do trabalho. Apenas começamos a pensar sobre conceitos como “formação da classe trabalhadora global”, ou, inclusive, a analisar o que isso significa. No mundo, a maior parte da defesa da dignidade humana em face da degradação e da violência relativa ao trabalho foi articulada por meio das igrejas e não diretamente pelas organizações laborais (a capacidade das igrejas de operar em diferentes escalas espaciais proporciona diversos modelos de organização política, os quais o movimento socialista poderia extrair algumas lições importantes). Como no caso da Build, ao nível local, as alianças entre organizações laborais e muitas outras instituições da sociedade civil parecem agora ser cruciais para a articulação de políticas socialistas em escala internacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, muitas das campanhas orquestradas contra estabelecimentos em que os empregados são explorados ao máximo, em geral, ou contra versões específicas (como as operações da Disney no Haiti e da Nike no sudeste asiático), são organizadas efetivamente por meio de tais alianças. A argumentação aqui não é que nada esteja sendo feito ou que as instituições não existem (a revitalização da International Labour Organization – ILO – talvez seja um interessante ponto de partida). No entanto, pós-1989, a reconstrução de algum tipo de internacionalismo socialista não foi uma tarefa fácil, mesmo se o colapso do muro abriu novas oportunidades de explorar o internacionalismo livre da necessidade de defender os restos da Revolução Bolchevique contra as políticas predatórias das potências capitalistas.⁴⁶

A maneira de construir um movimento político, em diversas escalas espaciais, como resposta às estratégias geográficas e geopolíticas do capital, é um problema que, em esboço ao menos, o *Manifesto* articula de modo evidente. Como fazer isso para o nosso tempo é uma questão imperativa, que temos de solucionar para nosso tempo e lugar. Uma coisa, no entanto, é clara: não podemos assumir essa tarefa sem reconhecer as complexidades geográficas que nos confrontam. Os esclarecimentos oferecidos pelo estudo da questão geográfica do *Manifesto* proporcionam uma oportunidade magnífica para enfrentar essa tarefa, para reacender a chama do socialismo, de Jacarta a Los Angeles, de Xangai a Nova York, de Porto Alegre a Liverpool, do Cairo a Varsóvia, de Pequim a Turim. Não há resposta mágica. No entanto, há, ao menos, uma maneira estratégica de pensamento disponível, que pode iluminar o caminho. Isso é o que o *Manifesto* ainda é capaz de proporcionar.

46. Em 1994, o Socialist Register analisa muitos desses problemas em detalhes, e as diversas colaborações refletem, coletivamente, muito da complexidade – tanto teórica quanto prática – de criar uma nova ação política internacionalista.

CAPÍTULO VIII

A ARTE DA RENDA: A GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA EM *COMMODITIES*

Preparado para a *Conference on Global and Local*,
realizada na *Tate Modern*, em Londres, em fevereiro de 2001.

É inegável que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria. No entanto, também há a crença muito difundida de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais (estejam eles nas artes plásticas, no teatro, na música, no cinema, na arquitetura, ou, mais amplamente, em modos localizados de vida, no patrimônio, nas memórias coletivas e nas comunhões afetivas), sendo preciso pô-los à parte das mercadorias normais, como camisas e sapatos. Talvez façamos isso porque somente conseguimos pensar a seu respeito como produtos e eventos que estão num plano mais elevado da criatividade e do sentido humano, diferente do plano das fábricas de produção de massa e do consumo de massa. No entanto, mesmo quando nos despimos de todos os resíduos de pensamento tendencioso (muitas vezes, com base em ideologias poderosas), ainda assim continuamos considerando como muito especiais esses produtos designados como “culturais”. Como a condição de mercadoria de tantos desses fenômenos se harmoniza com seu caráter específico? A relação entre cultura e capital, é evidente, requer inquirição cuidadosa e escrutínio matizado.

A renda monopolista e a competição

Começo com certas reflexões sobre o significado do termo renda monopolista, buscando entender como os processos contemporâneos de globalização econômica se relacionam com as localidades e as formas culturais.

A categoria “renda monopolista” é uma abstração advinda da linguagem da economia política. Para os mais interessados em questões de cultura, estética, valores afetivos, vida social e coração, esse termo talvez seja muito técnico e árido para suportar o peso dos assuntos humanos, além dos possíveis cálculos dos financistas, dos incorporadores, dos especuladores imobiliários e dos locadores. No entanto, espero mostrar que o termo possui um poder multiplicador muito maior: se elaborado adequadamente, pode propiciar interpretações valiosas sobre muitos dilemas práticos e pessoais resultantes do nexos entre globalização capitalista, desenvolvimentos político-econômicos locais e evolução dos sentidos culturais e dos valores estéticos.

Toda renda se baseia no poder monopolista dos proprietários privados de determinadas porções do planeta. A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável. Há duas situações em que a categoria renda monopolista alcança o primeiro plano. A primeira situação surge quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo-lhes extrair renda monopolista daqueles que desejam usar tal recurso, mercadoria ou local. No domínio da produção, Marx (1967, vol. 3: 775) afirma que o exemplo mais óbvio é o vinhedo que produz vinho de elevada qualidade, que pode ser vendido por preço monopolista. Nessa circunstância, “o preço monopolista cria a renda”.

A versão localizacional seria a centralidade (para o capitalista comercial) em relação, por exemplo, à rede de transportes e comunicação, ou a proximidade (para a cadeia hoteleira) de alguma atividade muito concentrada (como um centro financeiro). O capitalista comercial e o hoteleiro se dispõem a pagar um ágio pelo terreno, por causa de sua acessibilidade. Esses são casos indiretos de renda monopolista. Não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso. No segundo caso, tira-se proveito diretamente da terra ou do recurso (como quando as vinhas ou os terrenos imobiliários de primeira qualidade são vendidos para capitalistas e financistas multinacionais com fins especulativos). A escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros. A renda monopolista desse tipo pode ser estendida à propriedade de obras de arte (como um Rodin ou um Picasso), que podem ser, e são cada vez mais, compradas e vendidas como investimentos. É a singularidade do Picasso e do terreno que, nesse caso, formam a base para o preço monopolista.

Freqüentemente, as duas formas de renda monopolista se cruzam. Pode se negociar uma vinha (com seu castelo e cenário físico únicos), renomada por seus vinhos por um preço diretamente monopolista, assim como os vinhos exclusivamente cheirosos produzidos na propriedade. Um Picasso pode ser adquirido para ganhos eventuais e, depois, arrendado para alguém, que o põe à mostra por um preço monopolista. A proximidade de um centro financeiro pode ser negociada tanto direta como indiretamente com uma cadeia hoteleira, que a utiliza para seus próprios objetivos. No entanto, é importante a diferença entre as duas formas de renda. É improvável (ainda que não impossível), por exemplo, que a abadia de Westminster e o palácio de Buckingham sejam negociados diretamente (mesmo o mais ardente defensor da privatização talvez rejeite isso). No entanto, podem ser, e provavelmente

são, negociados por meio das práticas de marketing da indústria do turismo (ou, no caso do palácio de Buckingham, pela rainha).

Em relação à categoria da renda monopolista, vinculam-se duas contradições. Ambas são importantes para a argumentação a seguir.

Em primeiro lugar, embora a singularidade e a particularidade sejam cruciais para a definição de “qualidades especiais”, o requisito relativo à negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial, que não possa ser calculado monetariamente. Um Picasso tem de ter um valor monetário, assim como um Monet, um Manet, a arte aborígine, os objetos arqueológicos, os edifícios históricos, os monumentos antigos, os templos budistas, assim como as experiências de descer as corredeiras do rio Colorado, de estar em Istambul ou no topo do Everest. Como se evidencia a partir dessa lista, há, nesse caso, uma certa dificuldade de “criação de mercado”. Embora mercados tenham se criado em torno de obras de arte e, até certo ponto, de objetos arqueológicos (há alguns casos bem documentados, como a respeito da arte aborígine australiana, do que ocorre quando alguma forma de arte é atraída para a esfera do mercado), há, evidentemente, muitos itens da lista difíceis de ser incorporados diretamente (esse é o problema da abadia de Westminster). Diversos itens até talvez não sejam fáceis de ser negociados indiretamente. A contradição, nesse caso, é que, quanto mais facilmente negociáveis se tornem tais itens, menos únicos e especiais eles se afiguram. Em alguns casos, o próprio marketing tende a destruir as qualidades exclusivas (em especial, se essas dependem de qualidades como vastidão selvagem, grande distância, pureza de alguma experiência estética etc.). Geralmente, quanto mais facilmente negociáveis são tais itens ou eventos (e sujeitos à replicação por falsificações, fraudes, imitações ou simulacros), menos eles proporcionam a base para a renda monopolista. Lembro aqui do estudante que se queixou sobre o quão inferior foi sua experiência na Europa em comparação com a Disney World:

Na Disney World, todos os países estão juntos e muito mais perto. Além disso, mostra-se o melhor de cada país. A Europa é maçante. As pessoas falam línguas estranhas e as coisas são sujas. Algumas vezes, na Europa, não se vê nada interessante durante dias, mas na Disney World alguma coisa diferente sempre acontece, e as pessoas ficam felizes. É muito mais divertido. Tudo é muito bem planejado (citado em KELBAUGH, 1997: 51).

Embora pareça uma opinião risível, é sensato refletir sobre o quanto a Europa está tentando se replanejar de acordo com os padrões Disney (e não apenas para se aproveitar dos turistas americanos). No entanto, e aqui está o centro da

contradição, quanto mais a Europa se torna “disneificada”, menos única e especial se torna. A homogeneidade insípida provocada pela transformação pura em *commodities* suprime as vantagens monopolistas. Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares (posteriormente, refletirei sobre o que isso significa), mantendo a vantagem monopolista numa economia mercantil e, freqüentemente, muito competitiva. No entanto, por que, num mundo neoliberal, onde os mercados competitivos são supostamente dominantes, os monopólios de qualquer tipo seriam tolerados, ou seriam vistos como desejáveis? Aqui, encontramos a segunda contradição, que, na raiz, revela-se uma imagem refletida da primeira. A competição, como Marx notou há muito tempo, sempre tende para o monopólio (ou oligopólio), pois a sobrevivência do mais apto, na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas. Quanto mais violenta a competição, mais rápido se tende ao oligopólio, quando não ao monopólio. Portanto, não é casualidade alguma que, nos últimos anos, a liberalização dos mercados e a celebração da competição no mercado produzissem uma concentração inacreditável de capital (Microsoft, Rupert Murdoch, Bertelsmann, serviços financeiros e uma onda de aquisições, fusões e consolidações em empresas aéreas, no varejo e mesmo nas indústrias tradicionais, como automobilística, petrolífera etc.). Há muito tempo, essa tendência foi identificada como um aspecto incômodo da dinâmica capitalista; por isso, a legislação antitruste dos Estados Unidos e o trabalho das comissões de monopólios e fusões na Europa. No entanto, são defesas fracas contra uma força esmagadora.

Essa dinâmica estrutural não teria a importância que tem se não fosse o fato de que os capitalistas cultivam, de modo ativo, o poder monopolista. Por meio disso, eles realizam um controle de longo alcance sobre a produção e o marketing, para estabilizar o ambiente empresarial, permitindo o cálculo racional e o planejamento a longo prazo, a redução do risco e da incerteza e, de modo mais geral, a garantia de um vida relativamente pacífica e tranqüila para si mesmos. Em conseqüência, a mão visível da empresa, como Chandler a denomina, foi muito mais importante para a geografia histórica capitalista do que a mão invisível do mercado, muito alardeada por Adam Smith, e pavoneada *ad nauseam*, nos últimos anos, como poder diretriz da ideologia neoliberal da globalização contemporânea. No entanto, é aqui que a imagem refletida da primeira contradição aparece à vista com mais clareza: de modo decisivo, os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra (toda renda, lembremos, é um retorno proveniente do poder monopolista da propriedade privada de qualquer porção do planeta). O poder monopolista da propriedade privada é,

portanto, tanto o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista. Um direito jurídico inegociável existe na origem de todo o negócio capitalista, tornando a opção de não-negócio (açambarcamento, sonegação, conduta avarenta) um problema importante nos mercados capitalistas. A competição pura de mercado, a troca livre de mercadorias e a racionalidade perfeita de mercado são, desse modo, mecanismos raros e cronicamente instáveis para a produção coordenada e para as decisões de consumo. A dificuldade consiste na manutenção de relações econômicas suficientemente competitivas, enquanto se sustentam os privilégios do indivíduo e do monopólio de classe em relação à propriedade privada, que são os alicerces do capitalismo como sistema político-econômico.

Esse último ponto requer uma elaboração adicional para nos aproximar ainda mais do assunto em questão. Admite-se, ampla mas equivocadamente, que o poder monopolista do tipo supremo e culminante seja mais evidentemente sinalizado pela centralização e concentração do capital em megaempresas. De modo contrário, também equivocadamente, admite-se amplamente que as pequenas empresas são um sinal de mercado competitivo. Assim, o antigo capitalismo competitivo se tornou cada vez mais monopolizado ao longo do tempo. O erro surge porque a teoria econômica da empresa ignora totalmente seu contexto espacial, ainda que aceite (nas raras ocasiões em que condescende em considerar a questão) que a vantagem localizacional envolve “competição monopolista”. No século XIX, por exemplo, em grau considerável, os fabricantes de cerveja, pão e castiçais, nos mercados locais, estavam protegidos da competição por causa do alto custo do transporte. O poder monopolista local era onipresente e muito difícil de ser quebrado em todos os setores, de energia a suprimento de alimentos. Assim, o capitalismo do século XIX era muito menos competitivo do que agora. Neste ponto, é que as mudanças nas condições de transporte e comunicações entram como variáveis determinantes cruciais. À medida que as barreiras espaciais diminuía por meio do pendor capitalista para a “anulação do espaço pelo tempo”, muitas indústrias e serviços locais perdiam suas proteções locais e seus privilégios monopolistas. Foram forçados à competição contra produtores de outras localidades; de início, relativamente próximos, mas, depois, contra produtores situados em locais muito mais distantes. Sob esse aspecto, a geografia histórica do setor cervejeiro é muito instrutiva. No século XIX, a maioria das pessoas tomava cerveja local, pois não tinha opção. No final desse mesmo século, na Grã-Bretanha, a produção e o consumo de cerveja tinham se regionalizado num grau considerável, mantendo-se assim até a década de 1960 (as importações, com exceção da cerveja Guinness, eram inexistentes). No entanto, nessa época, o mercado se tornou nacional (a Newcastle Brown e a Scottish Youngers apareceram em Londres e no sul), antes de se tornar internacional (subitamente, as importações viraram

moda). Se agora uma pessoa bebe cerveja local, é por opção, geralmente por algum tipo de ligação com a localidade ou por causa de alguma qualidade especial da cerveja (com base na técnica, na água, ou no que quer que seja), que, supostamente, a diferencia das outras. Evidentemente, ao longo do tempo, o espaço econômico de competição mudou tanto na forma como na escala. Também subsistem outras barreiras à movimentação espacial. As tarifas protecionistas, por exemplo, protegem os privilégios monopolistas dentro do espaço do Estado-Nação.

Talvez agora seja possível, de modo mais claro, prever a direção da minha argumentação. O recente surto de globalização diminuiu significativamente a proteção monopolista conferida historicamente pelos altos custos de transporte e comunicação, embora a remoção das barreiras institucionais ao comércio (protecionismo) também tenha reduzido as rendas monopolistas a ser obtidas por esse meio. No entanto, o capitalismo não pode existir sem poderes monopolistas, e busca meios de reuni-los. Portanto, a ordem do dia é como reunir os poderes monopolistas numa situação em que foram muito reduzidas, quando não eliminadas, as proteções proporcionadas pelos assim chamados “monopólios naturais” do espaço e da localização, assim como as proteções políticas das fronteiras nacionais.

A resposta óbvia é centralizar o capital em megaempresas ou estabelecer alianças mais amplas (como no setor automobilístico ou aéreo), para dominar os mercados. E vimos bastante disso. A segunda via é assegurar, ainda com mais firmeza, os direitos monopolistas de propriedade privada mediante leis internacionais de comércio, que regulam todo comércio global. Em consequência, as patentes e os pretensos “direitos de propriedade intelectual” se tornaram um importante campo de batalha, através do qual o poder monopolista, de modo mais geral, faz suas reivindicações. A indústria farmacêutica, para tomar um exemplo paradigmático, adquiriu grande poder monopolista; em parte, por meio de centralizações maciças de capital, e, em parte, mediante as proteções das patentes e dos acordos de licenciamento. Além disso, essa indústria está, com avidez, buscando ainda mais poder monopolista, à medida que procura estabelecer direitos de propriedade sobre materiais genéticos de todos os tipos (inclusive, em relação a plantas raras de florestas tropicais, tradicionalmente coletadas pelos habitantes indígenas). Conforme se reduzem os privilégios monopolistas de uma fonte, testemunhamos a tentativa desesperada de preservar e reunir privilégios monopolistas por outros meios. Diversos livros e artigos estão sendo escritos sobre esse processo. Não sou capaz de examiná-los aqui. No entanto, quero observar com mais atenção alguns aspectos desse processo, que afetam mais diretamente os problemas do desenvolvimento local e das atividades culturais. Inicialmente, desejo mostrar que há conflitos constantes sobre a definição de poder monopolista, que é possível que

esteja harmonizado com o local e as localidades, e que a idéia de “cultura” está cada vez mais enredada com as tentativas de reasssegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis. Começo com o exemplo mais óbvio de renda monopolista, dado pelo “vinhedo que produz vinho de elevada qualidade, que pode ser vendido por um preço monopolista”.

As aventuras no negócio do vinho

Nos últimos 30 anos, o negócio do vinho, como o da cerveja, ficou cada vez mais internacional, e a pressão da competição internacional criou alguns efeitos curiosos. Sob pressão da União Européia, por exemplo, os produtores internacionais de vinho concordaram (depois de prolongadas batalhas jurídicas e negociações intensas) em interromper o uso de “expressões tradicionais” sobre os rótulos das garrafas de vinho, que, eventualmente, poderiam incluir termos como “chateau” e “domaine”, assim como termos genéricos como “champagne”, “burgundy”, “chablis” ou “sauternes”. Desse modo, a indústria européia do vinho, liderada pela França, procura preservar rendas monopolistas, sustentando as virtudes exclusivas da terra, do clima e da tradição (virtudes reunidas sob o termo francês “terroir”) e a distinção do produto, certificada por um nome. Reforçado por controles institucionais como “appellation contrôlée”, o negócio francês do vinho se sustenta sobre a autenticidade e a originalidade do seu produto, que estabelece a singularidade em que se baseia a renda monopolista. A Austrália é um dos países que concordou com essa mudança. O fabricante do Chateau Tahbilk, em Victoria, forçado a retirar a palavra “chateau” do seu rótulo, afirmou, jocosamente, que “somos orgulhosamente australianos, sem necessidade de usar termos herdados de outros países e culturas do passado”.⁴⁷ Como compensação, ele identificou dois fatores que, quando combinados, “conferem ao Tahbilk uma posição única no mundo do vinho”. Em primeiro lugar, o vinho é produzido em uma das seis únicas regiões vinícolas do mundo onde o mesoclima é muito influenciado pela massa de água interior (os diversos lagos e lagunas locais abrandam e esfriam o clima). Em segundo lugar, a terra é de um tipo único (encontrada apenas em um outro lugar, no estado de Victoria), descrita como uma marga avermelhada arenosa, tingida por um conteúdo muito elevado de óxido férrico, que “tem um efeito positivo na qualidade da videira, adicionando um certo caráter regional distintivo aos nossos vinhos”. Esses dois fatores se juntam para definir “Nagambie Lakes” como região vinícola exclusiva

47. Tahblik Wine Club (2000), Wine Clube Circular, edição de 15 de junho de 2000, Tahblik Winery and Vineyard, Tahblik, Victoria, Austrália.

(a ser autenticada, presumivelmente, pelo Australian Wine and Brandy Corporation's Geographical Indications Committee, criado para identificar regiões vinícolas em toda a Austrália). Assim, o produtor do Tahbilk estabelece uma alegação contrária em relação às rendas monopolistas, com base numa combinação exclusiva de fatores ambientais da região em que se situa. Faz isso de uma maneira que se assemelha e concorre com as alegações de singularidade concernentes aos termos "terroir" e "domaine" impostas pelos produtores franceses de vinho.

Mas, então, deparamo-nos com a primeira contradição. Todos os vinhos são negociáveis, e, portanto, em algum sentido, são comparáveis, não importa sua origem. Entra Robert Parker, e o seu guia *Wine advocate*, que ele publica periodicamente. Parker avalia os vinhos pelo seu sabor, não dedicando atenção particular ao "terroir" ou a quaisquer outras alegações histórico-culturais. Ele é notoriamente independente (a maior parte dos outros guias são patrocinados por setores influentes da indústria do vinho). Parker dá notas aos vinhos conforme seu próprio e distintivo gosto. Ele tem muitos seguidores nos Estados Unidos, um mercado muito importante. Se ele dá nota 65 a um vinho de Bordeaux e 95 a um vinho australiano, os preços são afetados. Os produtores de vinho de Bordeaux estão apavorados com ele. Eles processaram, denegriram e insultaram Parker, e até o agrediram fisicamente. Ele desafia a base das rendas monopolistas desses produtores. As alegações monopolistas, podemos concluir, são tanto "uma influência do discurso", como resultado do empenho enquanto reflexão a respeito das qualidades do produto. No entanto, se for abandonada a linguagem relativa ao "terroir" e à tradição, que tipo de discurso pode ser posto em seu lugar? Nos últimos anos, Parker e muitos outros envolvidos no negócio do vinho inventaram uma linguagem em que os vinhos são descritos em termos de "sabor de pêssego e ameixa, com um toque de tomilho e groselha". A linguagem parece bizarra, mas essa mudança discursiva, correspondente à ascensão da competição e globalização internacional no negócio do vinho, assumiu um papel distintivo, refletindo a transformação em *commodities* do consumo do vinho dentro de linhas padronizadas.

No entanto, o consumo do vinho possui muitas dimensões, abrindo sendas para uma investigação proveitosa. Para muitas pessoas, é uma experiência estética. Além do prazer absoluto (para alguns) de um bom vinho acompanhado da comida certa, existem todos os tipos de outros referentes da tradição ocidental, que remontam à mitologia (Dioniso e Baco), à religião (o sangue de Jesus e os rituais de comunhão) e às tradições celebradas em festivais, na poesia, nas canções e na literatura. O conhecimento dos vinhos e a apreciação "apropriada" são, muitas vezes, um sinal de classe, sendo analisável como uma forma de capital "cultural" (como Bourdieu expressaria). O vinho correto talvez tenha ajudado a fechar alguns bons negócios (quem pode confiar em alguém que não sabe escolher um vinho?). O estilo do vinho

se relaciona com as cozinhas regionais, e, portanto, encaixa-se naquelas práticas que transformam a regionalidade num modo de vida marcado por estruturas distintas de sentimento (fica difícil imaginar Zorba, o Grego, bebendo um jarro de vinho californiano Mondavi, ainda que esse seja vendido no aeroporto de Atenas).

O negócio do vinho está interessado em dinheiro e lucros, mas também envolve cultura em todos os seus sentidos (da cultura do produto até as práticas culturais que cercam seu consumo e o capital cultural que pode evoluir tanto entre produtores, como entre consumidores). A incessante busca por rendas monopolistas impõe a procura de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade em cada um desses domínios. Se não puder se estabelecer a singularidade pelo apelo ao "terroir" e à tradição, ou pela descrição direta do sabor, outros modos de distinção deverão ser invocados para estabelecer alegações e discursos monopolistas, idealizados para garantir a veracidade dessas alegações (o vinho que garante a sedução, ou o vinho que evoca a nostalgia e o fogo da lenha são tropos publicitários correntes nos Estados Unidos). Na prática, o que constatamos no negócio do vinho são diversos discursos concorrentes, todos com alegações diferentes e verazes sobre a singularidade do produto. No entanto, e aqui volto ao meu ponto de partida, todas essas mudanças e vaivéns discursivos, assim como muitas das mudanças e reviravoltas ocorridas nas estratégias para controlar o mercado internacional do vinho, possuem, em sua raiz, não apenas a busca do lucro, mas também a busca das rendas monopolistas. Nisso, a linguagem de autenticidade, originalidade, singularidade e qualidades irreplicáveis especiais avulta em abundância. A generalidade do mercado globalizado gera, de modo compatível com a segunda contradição que identifiquei anteriormente, uma força poderosa, que procura garantir não apenas a continuidade dos privilégios monopolistas da propriedade privada, mas também as rendas monopolistas que resultam da descrição de mercadorias como sendo mercadorias incomparáveis.

O empreendedorismo urbano, a renda monopolista e as formas globais

Os conflitos recentes no negócio do vinho fornecem um modelo útil para o entendimento de diversos fenômenos na fase contemporânea da globalização. Esses conflitos têm particular importância para o entendimento de como os cálculos da economia política, por meio das tentativas de acumulação das rendas monopolistas, absorveram os desenvolvimentos e as tradições culturais locais. Também propõe a questão de quanto o interesse atual, tanto na inovação cultural local, como na ressurreição e invenção de tradições locais, se vincula ao desejo de extrair e se apropriar de tais rendas. Como os capitalistas de todos os tipos (inclusive, o mais

exuberante dos financistas internacionais) se seduzem facilmente pelas perspectivas lucrativas dos poderes monopolistas, imediatamente percebemos uma terceira contradição: que o mais ávido adepto da globalização apoiará os desenvolvimentos locais com potencial para produzir rendas monopolistas (mesmo se o resultado de tal apoio seja a criação de um clima político local contrário à globalização!). A ênfase na singularidade e pureza da cultura local balinesa talvez seja essencial à rede hoteleira, às empresas aéreas e à indústria turística, mas o que acontece quando isso estimula um movimento balinês de resistência violenta à “impureza” da comercialização? O país basco talvez seja uma configuração cultural potencialmente valiosa, exatamente por causa da sua singularidade, mas o ETA⁴⁸ não parece receptivo à comercialização. Investiguemos com um pouco mais de profundidade essa contradição, à medida que a mesma afeta a política do desenvolvimento urbano. Para isso, requer-se situar essa política em relação à globalização. Nas últimas décadas, o empreendedorismo urbano se tornou importante tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Por empreendedorismo urbano, entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro. Há agora uma extensa literatura sobre esse tema, que revela que as formas, atividades e objetivos desses sistemas de governança (diversamente conhecidos como “regimes urbanos”, “máquinas de crescimento” ou “coalizões de crescimento regional”) variam amplamente, dependendo das condições locais e do arco de forças operantes dentro desses sistemas. O papel desse empreendedorismo urbano em relação à forma neoliberal de globalização também foi analisado em detalhe, mais geralmente sob a rubrica das relações local-global e da assim chamada “dialética espaço-lugar”. A maior parte dos geógrafos que examinaram o problema concluiu corretamente que é um erro categórico considerar a globalização uma força causal com respeito ao desenvolvimento local. Nesse caso, o que está em jogo, afirmam eles acertadamente, é um relacionamento mais complicado através das escalas, em que as iniciativas locais podem alcançar uma escala global e vice-versa, ao mesmo tempo que certos processos, dentro de uma definição específica de escala – competição interurbana e inter-regional sendo os exemplos mais evidentes –, podem reelaborar as configurações local/regional da globalização. Portanto, não se deve

ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais.

No entanto, o que significa exatamente falar de “uma padronização geograficamente articulada”? Há muita evidência de desenvolvimento geográfico desigual (numa variedade de escalas) e, ao menos, alguma teorização convincente para entender sua lógica capitalista. Algo disso pode ser entendido em termos convencionais, como a busca dos capitais móveis (com o capital financeiro, comercial e produtivo tendo capacidades diferentes sob esse aspecto) em auferir vantagens na produção e na apropriação da mais-valia por meio do giro. De fato, pode se identificar algumas tendências ajustáveis a modelos simples, concernentes a “uma corrida para a parte mais baixa”, em que a força de trabalho mais barata e mais facilmente explorável se torna o farol guia para a mobilidade do capital e para as decisões de investimento. No entanto, há muita evidência compensatória, que sugere ser isso uma simplificação excessiva, quando ressaltada como explicação causal única a respeito da dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual. Em geral, o capital flui com facilidade tanto para regiões de altos salários, como para de baixos salários, e, muitas vezes, parece ser guiado geograficamente por critérios diferentes daqueles descritos na economia política tanto burguesa quanto marxista.

Em parte (mas não inteiramente), o problema resulta do hábito de desconsiderar a categoria de capital fundiário e a importância considerável dos investimentos a longo prazo no ambiente construído, que são, por definição, imóveis geograficamente (exceto no sentido de acessibilidade relativa). Tais investimentos, especialmente quando são do tipo especulativo, invariavelmente requerem novas ondas de investimento se a primeira onda se provou rentável (para lotar um centro de convenções, precisa-se de hotéis, que exigem melhores transportes e comunicações, que requerem uma expansão do centro de convenções...). Assim, há um elemento de causa circular e cumulativa em funcionamento na dinâmica dos investimentos na área metropolitana (considere-se, por exemplo, toda a renovação da zona das docas⁴⁹ londrina e a viabilidade financeira do Canary Wharf,⁵⁰ que estimulou novos investimentos, tanto públicos quanto privados). Eis o que frequentemente são máquinas de crescimento urbano em todas as partes: a orquestração da dinâmica do processo de investimento e a provisão de investimentos públicos chave, no lugar e tempo certos, para fomentar o êxito na competição interurbana e inter-regional.

49. Grande e moderno empreendimento, que envolveu a construção de residências e de escritórios na região leste do centro de Londres, junto ao rio Tâmisa, principalmente durante a década de 1980 (N. T.).

50. Parte da zona das docas londrina, que inclui o Canary Wharf Tower, o edifício mais alto da Grã-Bretanha, e muitos outros grandes edifícios de escritórios, também construídos na década de 1980 (N. T.).

48. Na Espanha, organização política que quer estabelecer um governo independente para o povo basco, e costuma usar métodos violentos para tentar alcançar seus objetivos (N. T.).

No entanto, isso não seria assim tão atraente (como é) se não fosse a maneira pela qual também pode obter rendas monopolistas. Uma estratégia bem conhecida dos incorporadores imobiliários, por exemplo, é conservar a melhor e mais alugável parte do terreno de algum empreendimento para extrair renda monopolista dessa parte depois da realização do restante do projeto. Os governos astutos, com os poderes necessários, podem adotar as mesmas práticas. O governo de Hong Kong, como o entendo, é custeado largamente pelas vendas controladas, a preços monopolistas muito elevados, dos terrenos públicos para empreendimentos imobiliários. Por sua vez, isso converte os bens imóveis em rendas monopolistas, tornando Hong Kong muito atraente para o capital de investimento financeiro internacional, que opera por meio do mercado de bens imóveis. Naturalmente, Hong Kong possui outras alegações de singularidade, devido à sua localização, sobre a qual pode também negociar com muita força, oferecendo vantagens monopolistas. Casualmente, o governo de Cingapura começou a capturar rendas monopolistas, e foi muito bem-sucedido, de forma quase similar, ainda que por meios político-econômicos muito diferentes.

Esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infra-estruturas físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infra-estruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais. Nem todos esses esforços obtêm êxito, mas mesmo os exemplos de insucesso podem, parcial ou inteiramente, ser entendidos em termos do seu fracasso em realizar rendas monopolistas. No entanto, a busca de rendas monopolistas não se limita às práticas de empreendimentos imobiliários, iniciativas econômicas e recursos governamentais. Essa busca possui uma aplicação bem mais ampla.

O capital simbólico coletivo, os marcos de distinção e as rendas monopolistas

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos)? Todas essas alegações, como no negócio do vinho, são tanto resultado das construções discursivas

como dos conflitos baseados em fatos materiais. Muitas alegações se apóiam em narrativas históricas, interpretações e sentidos das memórias coletivas, significados das práticas culturais etc.: sempre há um forte elemento social e discursivo operante na construção de tais alegações. Logo que estabelecidas, porém, tais alegações podem ser devolvidas com força ao ponto de origem para a extração das rendas monopolistas, já que, na mente de muitas pessoas ao menos, não existirão lugares outros além de Londres, Cairo, Barcelona, Milão, Istambul, São Francisco, ou seja onde for, para obter acesso a tudo quanto seja supostamente único a tais lugares.

O ponto de referência mais evidente onde esse processo funciona é o turismo contemporâneo, mas considero um erro basear a questão nisso. Pois o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral. Bourdieu, a quem devemos o uso genérico desses termos, infelizmente os restringe aos indivíduos (quase como átomos flutuando num mar de juízos estéticos estruturados), quando para mim parece que as formas coletivas (e a relação dos indivíduos com essas formas coletivas) talvez fossem de interesse ainda maior. O capital simbólico coletivo vinculado a nomes e lugares como Paris, Atenas, Nova York, Rio de Janeiro, Berlim e Roma é de grande importância, conferindo a tais lugares grandes vantagens econômicas em relação a, por exemplo, Baltimore, Liverpool, Essen, Lille e Glasgow. O problema para esses lugares citados em segundo lugar é elevar seu quociente de capital simbólico e aumentar seus marcos de distinção, para melhor basear suas alegações relativas à singularidade geradora da renda monopolista. Dada a perda de outros poderes monopolistas por causa do transporte e comunicação mais fáceis, e a redução de outras barreiras para o comércio, a luta pelo capital simbólico coletivo se tornou ainda mais importante como base para as rendas monopolistas. De que outro modo podemos explicar o alarde provocado pelo Museu Guggenheim, em Bilbao, da grife arquitetônica Gehry? E também como podemos explicar a disposição de instituições financeiras importantes, com consideráveis interesses internacionais, de financiar tal projeto?

A ascensão de Barcelona à proeminência do sistema europeu de cidades, para considerar outro exemplo, deu-se, em parte, com base na sua firme acumulação tanto de capital simbólico como de marcos de distinção. Nesse caso, enfatizou-se a prospecção da história e da tradição caracteristicamente catalã, o marketing a respeito de suas importantes realizações artísticas e heranças arquitetônicas (Gaudí, é claro), e seus marcos distintivos de estilo de vida e tradições literárias, com o apoio de uma avalanche de publicações, exposições e eventos culturais celebrantes da distinção. Além disso, houve novos embelezamentos arquitetônicos (a antena de radiocomunicação de Norman Foster e o Museu de Arte Moderna branco fulgurante

de Meier, no meio de construções degradadas da cidade velha), investimentos pesados para permitir o fácil acesso ao porto e à praia, recuperando terrenos baldios para a Vila Olímpica (com referência sagaz à utopia dos Icários), e a transformação do que fora antes uma vida noturna lúgubre e perigosa num panorama aberto de espetáculo urbano. Todo esse processo ainda recebeu a ajuda dos Jogos Olímpicos de 1992, que propiciou grandes oportunidades para acumulação de rendas monopolistas (Juan Samaranch, presidente do Comitê Olímpico Internacional, por coincidência, tinha muitos interesses imobiliários em Barcelona).

No entanto, o sucesso inicial de Barcelona parece ter tomado o rumo da primeira contradição. Enquanto as oportunidades de apropriação das rendas monopolistas se apresentavam em abundância, com base no capital simbólico coletivo de Barcelona enquanto cidade (os preços dos imóveis explodiram e o Royal Institute of British Architects concedeu a toda a cidade sua medalha por realizações arquitetônicas), seu irresistível chamariz atraiu, como consequência, mais e mais a transformação em *commodities* multinacional e homogeneizada. As fases posteriores dos empreendimentos à margem do mar parecem exatamente como quaisquer outros empreendimentos do mundo ocidental, os espantosos congestionamentos de trânsito provocam pressões para abrir avenidas na cidade velha, lojas de propriedade multinacional substituem o comércio local, o “enobrecimento” de regiões desvalorizadas da cidade transfere os moradores antigos e destrói construções mais antigas, e Barcelona perde alguns dos seus marcos de distinção. Há inclusive sinais nada sutis de “disneificação”. Essa contradição é marcada por questionamentos e resistência. Que memória coletiva deve ser celebrada pela cidade (os anarquistas, como os Icários, que desempenharam papel importante na história de Barcelona; os republicanos, que lutaram tão bravamente contra Franco; os nacionalistas catalães; os migrantes da Andaluzia; ou um velho aliado de Franco, como Samaranch)? Que estética realmente tem valor (os arquitetos celeberrimos e poderosos de Barcelona, como Bohigas)? Por que aceitar a “disneificação”? Os debates desse tipo não podem ser facilmente silenciados, exatamente porque é evidente para todos que o capital simbólico coletivo acumulado por Barcelona depende dos valores de autenticidade, singularidade e qualidades específicas irreplicáveis. Tais marcos locais de distinção são de difícil acumulação sem suscitar a questão do exercício local de poder, mesmo dos movimentos populares e oposicionistas. Nesse ponto, normalmente, os guardiões do capital simbólico coletivo e do capital cultural (os museus, as universidades, a classe dos mecenas e o aparelho estatal) fecham suas portas, e tratam de manter fora a ralé (ainda que, em Barcelona, o Museu de Arte Moderna, ao contrário da maioria das instituições desse tipo, continuou, surpreendente e construtivamente, aberto às sensibilidades populares). Nesse caso, os interesses são significativos. Trata-se de

uma questão de determinar que segmentos da população devem se beneficiar mais do capital simbólico, para o qual todos, em seus próprios e distintivos modos, contribuíram. Por que deixar a renda monopolista vinculada ao capital simbólico ser auferida apenas pelas multinacionais ou por uma pequena e poderosa parcela da burguesia local? Mesmo Cingapura, que criou rendas monopolistas e se apropriou delas com tanta crueldade e tanto sucesso ao longo dos anos (principalmente, por sua vantagem localizacional e política), cuidou de que os benefícios fossem distribuídos por meio da oferta de habitação, saúde e educação.

Pelos tipos de motivos exemplificados pela história recente de Barcelona, a indústria do conhecimento e do patrimônio, a produção cultural, a arquitetura de grife e o cultivo de juízos estéticos distintivos se tornaram poderosos elementos constitutivos da política do empreendedorismo urbano, em muitos lugares (ainda que de modo mais particular na Europa). Em um mundo altamente competitivo, a luta para acumular marcos de distinção e capital simbólico coletivo continua. No entanto, isso suscita todas as questões relativas às opções de memória coletiva, estética e beneficiários. A supressão inicial de toda menção ao comércio de escravos na reconstrução do Alberto Dock,⁵¹ em Liverpool, por exemplo, gerou protestos por parte da população excluída de ascendência caribenha, e o Memorial do Holocausto, em Berlim, despertou muitas controvérsias. Mesmo monumentos antigos, como a Acrópole, cujo significado agora – assim se poderia imaginar – estaria bem estabelecido, estão sujeitos à contestação. Tais contestações podem ter implicações políticas muito difundidas, mesmo indiretas. Considere-se, por exemplo, a argumentação emaranhada em torno da reconstrução de Berlim, depois da reunificação alemã. Todos os estilos de forças divergentes colidiram ali, conforme se desenrolava a luta para definir o capital simbólico de Berlim. De modo evidente, Berlim pode fixar uma alegação a respeito de singularidade com base na sua potencialidade de mediação entre o leste e o oeste. Sua posição estratégica em relação ao desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo contemporâneo (com a abertura da ex-União Soviética) propicia evidente vantagem. No entanto, há outro tipo de batalha por identidade sendo travado, que invoca memórias coletivas, mitologias, história, cultura, estética e tradição. Contemplo apenas uma única dimensão particularmente problemática dessa luta, uma dimensão que não é necessariamente dominante, e cuja capacidade para fundamentar alegações em relação à renda monopolista sob a competição global não é clara ou certa.

51. Uma doca em Liverpool, conhecida por suas lojas e seus restaurantes, construídos dentro dos antigos armazéns vitorianos (N. T.).

Uma facção de arquitetos e planejadores locais (com o apoio de certa parte do aparato estatal local) procura revalidar as formas arquitetônicas da Berlim dos séculos XVIII e XIX, e, em particular, realçar a tradição arquitetônica de Schinkel, excluindo quase todo o resto. Essa posição talvez seja vista como simples questão de preferência estética elitista, mas possui diversos significados, que têm a ver com as memórias coletivas, a monumentalidade, o poder da história e a identidade política da cidade. Também se associa ao clima opinativo (articulado em uma variedade de discursos) que define quem é berlinense e não é, e quem tem direito à cidade, em termos bem definidos de estirpe ou de adesão a valores e crenças específicas. Prospecta uma história local e uma herança arquitetônica carregadas de conotações nacionalistas e românticas. Num contexto em que os maus-tratos e a violência contra os imigrantes são comuns, talvez até ofereça legitimação tácita a tais ações. A população turca (grande parte da qual agora é natural de Berlim) sofreu muitas afrontas, sendo forçada a abandonar o centro da cidade. Sua contribuição a Berlim como cidade é inteiramente ignorada. Além disso, esse estilo romântico/nacionalista se ajusta à abordagem tradicional concernente à monumentalidade, que, nos projetos contemporâneos (embora sem referência específica e até talvez sem saber), replica amplamente os projetos de Albert Speer (esboçados para Hitler na década de 1930) para um primeiro plano monumental para o Reichstag.⁵² Felizmente, isso não é tudo que está entrando em cena em Berlim, na busca por capital simbólico coletivo. A reconstrução do Reichstag, de autoria de Norman Foster, por exemplo, ou o grupo de arquitetos modernistas internacionais importado pelas multinacionais (largamente em oposição aos arquitetos locais), para dominar a Potsdamer Platz, são incompatíveis com a posição inicialmente mencionada. A reação romântica local à ameaça de dominação multinacional pode simplesmente acabar sendo um elemento de interesse inocente num empreendimento complexo relativo a diversos marcos de distinção para a cidade (Schinkel, afinal, possui considerável mérito arquitetônico, e a reconstrução de um castelo do século XVIII pode facilmente se prestar à “disneificação”). No entanto, o possível aspecto negativo da história desperta interesse, pois realça como as contradições da renda monopolista podem terminar. Se os projetos limitadores, a estética excludente e as práticas discursivas se tornarem dominantes, o capital simbólico coletivo criado dificilmente transacionará com liberdade, pois suas qualidades especiais o porão largamente fora da globalização. O poder monopolista coletivo, que a governança urbana é capaz de comandar, pode sempre ser orquestrado em oposição ao cosmopolitismo banal da globalização multinacional.

52. O parlamento alemão (N. T.).

Os dois dilemas – guinar para bem junto da pura comercialização, no que diz respeito a perder os marcos de distinção subjacentes às rendas monopolistas, ou elaborar marcos de distinção muito especiais, no que diz respeito a ser muito difícil transacioná-los – estão sempre presentes. No entanto, como no negócio do vinho, sempre há fortes efeitos discursivos em jogo, definindo o que é ou não é muito especial sobre um produto, um lugar, uma forma cultural, uma tradição, uma herança arquitetônica. As batalhas discursivas se tornaram parte do jogo, e os patronos (na mídia e na academia, por exemplo) conquistam sua audiência, assim como seu sustento financeiro em relação a esses processos. Há muito a conquistar, por exemplo, por meio do apelo à moda (de modo interessante, ser um centro da moda é uma maneira das cidades acumularem considerável capital simbólico coletivo). Os capitalistas estão bem cômicos disso, e devem, portanto, engajar-se nas guerras culturais, assim como nas moitas do multiculturalismo, da moda e da estética, pois é precisamente por esses meios que as rendas monopolistas podem ser conquistadas, pelo menos por um tempo. Se, como afirmo, a renda monopolista sempre é um objeto do desejo capitalista, os meios de obtê-la através de intervenções nos campos da cultura, história, patrimônio, estética e significados deve necessariamente ser de grande importância para os capitalistas de todos os tipos.

A renda monopolista e os espaços da esperança

Enquanto isso, a crítica contestará o aparente reducionismo econômico da minha argumentação. Dei a impressão, dirá ela, que o capitalismo produz culturas locais, molda significados estéticos e, desse modo, domina iniciativas locais, para impedir o desenvolvimento de qualquer tipo de diferença que não esteja diretamente incluída dentro da circulação do capital. Não posso impedir tal leitura, mas isso seria uma deturpação da minha mensagem. O que espero ter exposto, ao invocar o conceito de renda monopolista dentro da lógica da acumulação do capital, é que o capital possui meios de se apropriar e extrair excedentes das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos, não obstante a origem. Nos Estados Unidos, a indústria da música, por exemplo, tem grande êxito na apropriação da fantástica criatividade de origem popular e localizada dos músicos de todos os tipos (quase sempre em benefício da indústria e não dos músicos). A desavergonhada transformação em *commodities* e comercialização de tudo são, afinal, indicadores dos nossos tempos.

No entanto, a renda monopolista é uma forma contraditória. A busca por essa renda leva o capital global a avaliar iniciativas locais distintivas (e, em certos aspectos, quanto mais distintiva a iniciativa, melhor). Também leva à avaliação da singularidade, da autenticidade, da particularidade, da originalidade, e de todos os

tipos de outras dimensões da vida social incompatíveis com a homogeneidade pressuposta pela produção da mercadoria. Para o capital não destruir totalmente a singularidade, base para a apropriação das rendas monopolistas (e há muitas circunstâncias em que o capital fez exatamente isso), deverá apoiar formas de diferenciação, assim como deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente e, em algum grau, incontrolável, que possa ser antagônico ao seu próprio e suave funcionamento. É em tais espaços que todos os tipos de movimentos oposicionistas podem se organizar; pressupondo, como é freqüentemente o caso, que os movimentos oposicionistas não estejam firmemente ali entrincheirados. O problema para o capital é achar os meios de cooptar, subordinar, mercadorizar e monetizar tais diferenças apenas o suficiente para ser capaz de se apropriar das rendas monopolistas disto. O problema para os movimentos oposicionistas é usar a validação da particularidade, singularidade, autenticidade e significados culturais e estéticos de maneira a abrir novas possibilidades e alternativas, em vez de permitir que essa validação seja usada para criar um terreno mais fértil do qual possam ser extraídas rendas monopolistas por aqueles que possuem tanto o poder como a inclinação compulsiva para fazer isso. As lutas resultantes, muito difundidas ainda que geralmente fragmentadas, entre a apropriação capitalista e a criatividade artística, podem levar um segmento da comunidade preocupado com questões culturais para o lado com uma política contrária ao capitalismo multinacional.

No entanto, não é nada certo que o conservadorismo e mesmo a prática reacionária da exclusão, muitas vezes vinculados a valores “puros” de autenticidade, originalidade e a uma estética de particularidade da cultura, sejam bases adequadas para uma política progressista de oposição. Pode-se muito facilmente guinar para políticas de identidade local, regional ou nacionalista, do tipo neofascista, das quais já há muitos sinais preocupantes por toda a Europa. Essa é uma contradição básica, que a esquerda deve combater. Os espaços para políticas de transformação estão ali, pois o capital não pode se permitir fechá-los completamente, e a oposição de esquerda está gradualmente aprendendo a como melhor usá-los. Os fragmentados movimentos de oposição à globalização neoliberal, como revelado em Seattle, Praga, Melbourne, Bangcoc e Nice, e, agora, mais construtivamente, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (em oposição ao encontro anual, em Davos, das elites empresariais e dos líderes governamentais), indica uma política alternativa. Não é inteiramente antagônica à globalização, mas a quer em condições muito diferentes. Naturalmente, não por acaso foi Porto Alegre e não Barcelona, Berlim, São Francisco ou Milão que se abriu a essa iniciativa. Em Porto Alegre, as forças da cultura e da história estão sendo mobilizadas por um movimento político (liderado pelo Partido dos Trabalhadores) de modo diferente, buscando um outro tipo de capital simbólico

coletivo em relação ao ostentado no Museu Guggenheim, em Bilbao, ou na ampliação da Tate Gallery, em Londres. Os marcos de distinção em acumulação em Porto Alegre se originam da sua luta para moldar uma alternativa à globalização, que não tire partido das rendas monopolistas, em particular, ou se submeta ao capitalismo multinacional, em geral. Ao se concentrar na mobilização popular, está construindo, de modo ativo, novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição. Esse é um caminho difícil de ser seguido, como mostram exemplos anteriores, como as experiências notáveis na Bolonha vermelha das décadas de 1960 e 1970. O socialismo em uma única cidade não é um conceito viável. No entanto, é evidente que alternativa alguma à forma contemporânea de globalização será apresentada a nós a partir do alto. Terá de vir de dentro dos espaços múltiplos locais, ligados num movimento mais amplo.

Nesse caso, é que assumem certa importância estrutural as contradições enfrentadas pelos capitalistas quando buscam renda monopolista. Ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, abrem espaço para a reflexão e a ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas. Esse espaço merece intensa investigação e cultivo pelos movimentos de oposição. É um dos espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chave do capital em vez do contrário.

BIBLIOGRAFIA

- Abers, R. (1988), 'Learning Democratic Practice: Distributing Government Resources through Popular participation in Porto Alegre, Brazil', in M. Douglass and J. Friedmann (eds), *Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age*, New York.
- Agnew, J. and Duncan, J. (eds) (1989), *The Power of Place: Bringing Together the Geographical and Sociological Imagination*, Boston.
- Althusser, L. (1969), *For Marx*, Harmondsworth, Middlesex.
- Altvater, E. (1973), 'Notes on Some Problems of State Interventionism', *Kapitalistate*, no. 1, pp. 96-108 and no. 2, pp. 76-83.
- Amin, S. (1973), *Accumulation on a World Scale*, New York.
- Anderson, B. (1998), *The Specter of Comparisons*, London.
- Avineri, S. (1972), *Hegel's Theory of the Modern State*, London.
- Aydalot, P. (1976), *Dynamique Spatiale et Développement Inégal*, Paris.
- Ball, M. (1983), *Housing Policy and Economic Power: the Political Economy of Owner Occupation*, London.
- Baran, P. (1957), *The Political Economy of Growth*, New York.
- Barnbroch, J. (1976), 'Ideology and Location Theory: a Critical Enquiry into the Work of J. H. Von Thünen', *Doctoral Dissertation*, Department of Geography and Environmental Engineering, The Johns Hopkins University, Baltimore.
- Barratt Brown, M. (1974), *The Economics of Imperialism*, Harmondsworth, Middlesex.
- Becker, C. (1975), *Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, New York.
- Berkowitz, B. (1984), 'Economic Development Really Works: Baltimore, MD', in R. Bingham and J. Blair (eds), *Urban Economic Development*, Beverly Hills.
- Berman, M. (1982), *All That is Solid Melts into Air*, New York.
- Bianchini, F. (1991), 'The Arts and the Inner Cities', in B. Pimlott and S. Mac-gregor (eds), *Tackling the Inner Cities*, Oxford.
- Bird, J., Curtis, B., Putnam, T. Robertson, G., and Tickner, L. (eds) (1993), *Mapping Futures: Local Cultures Global Change*, London.
- Blaut, J. (2000), *Eight Eurocentric Historians*, New York.
- Bleaney, P. (1976), *Underconsumption Theories*, London.
- Blunkett, D. and Jackson, K. (1987), *Democracy in Crisis: the Town Halls Respond*, London.

- Boas, G. and Wheeler, H. (1953), *Lattimore the Scholar*, Baltimore.
- Boddy, M. (1984), 'Local Economic and Employment Strategies', in M. Boddy and C. Fudge (eds), *Local Socialism*, London.
- Bouinot, J. (ed.) (1987), *L'action Economiques des Grandes Villes en France et à l'Etranger*, Paris.
- Botd-White, J. (1990), *Justice as Translation*, Chigado.
- Breitbart, M. (ed.) (1979), 'Anarchism and Environment', *Antipode*, 11, 33-41.
- Breitbart, M. (1981), 'Peter Kroporkim, the Anarchist Geographer', in D. Stoddart (ed.), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford.
- Brown, L. (1949), *The Story of Maps*, Boston.
- Buchanan, K. (1970), *The Transformation of the Chinese Earth*, New York.
- Buchanan, K. (1974), 'Reflections on a "dirty word"', *Dissent*, 31, 25-31.
- Bukharin, N. (1972 edn), *Imperialism*, London.
- Bunge, W. (1977), 'The First of the Detroit Geographical Expedition', in R. Peet (ed.), *Radical Geography*, Chicago.
- Buttimer, A. (1974), *Values in Geography*, Resource paper no. 24, Association of American Geographers, Washington, DC.
- Capel, H. (1981), 'Institutionalization of Geography and Strategies of Change', in D. Stoddart (ed.), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford.
- Carter, R., Donald, J. and Squires, J. (eds) (1993), *Space and Place: Theories of Identity and Location*, London.
- Castells, M. (1983), *The City and the Grassroots*, Berkeley.
- Chalmers, T. (1900 edn), *The Christian and Civic Economy of Large Towns*, 3 vols, Clifton, NJ.
- Chang, S. (1931), *The Marxian Theory of the State*, Philadelphia.
- Chisholm, M. (1962), *Rural Settlement and Land Use*, London.
- Chorley, R. and Haggett, P. (eds) (1967), *Models in Geography*, London.
- Cochrane, A. (ed.) (1987), *Developing Local Economic Strategies*, Milton Keynes.
- Cohen, G. (1978), *Karl Marx's Theory of History: a Defence*, Oxford.
- Cole, H., Freeman, C., Jahoba, M., and Pavitt, K. (1973), *Thinking about the Future: a Critique of the Limit to Growth*, London.
- Collett, L. (1977), *Marxism and Hegel*, London.
- Cooke, P. (1989), *Localities*, London.
- Cooke, P. (1990), 'Locality Structure and Agency: a Theoretical Analysis', *Cultural Anthropology*, 5, 3-15.
- Cooper, S. (1997), 'When Push Comes to Shove: Who is Welfare Reform Really Helping?', *The Nation*, 2 June 1997, 11-15.
- Corey, K. (1972), 'Advocacy in Planning a Reflective Analysis', *Antipode*, 4, 46-63.
- Cox, K. and Mair, A. (1989), 'Levels of Abstraction in Locality Studies', *Antipode*, 21, 121-32.
- Cronon, W. (1983), *Changes in the Land*, New York.
- Davies, H. (1980), 'The Relevance of Development Control', *Town Planning Review*, 51, 7-24.

- Davis, H. (1978), *Toward a Marxist Theory of Nationalism*, New York.
- Davis, M. (1990), *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*, London.
- Dear, M. and Scott, A. (eds) (1981), *Unbanization and Urban Planning in Capitalist Society*, New York.
- Dempsey, B. (1960), *The Frontier Wage*, Chicago.
- Diamond, J. (1997), *Guns, Germs, and Steel: the Fates of Human Societies*, New York.
- Dorpalen, A. (1942), *The World of General Haushofer*, New York.
- Douglass, M. and Friedmann, J. (eds) (1998), *Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age*, New York.
- Duncan, S. and Savage, M. (1989), 'Space, Scale and Locality', *Antipode*, 21, 179-206.
- Dworkin, D. and Roman, L. (eds) (1993), *Views beyond the Border Country: Raymond Williams and Cultural Politics*, London.
- Eagleton, T. (ed.) (1989), *Raymond Williams: Critical Perspectives*, Cambridge.
- Elkin, S. (1987), *City and Regime in the American Republic*, Chicago.
- Emmanuel, A. (1972), *Unequal Exchange*, London.
- Engels, F. (1940 edn), *The Dialectics of Nature*, New York.
- Engels, F. (1941 edn), *Origin of the Family, Private Property and the State*, New York.
- Etzioni, A. (1997), 'Community watch', *The Guardian*, 28 June 1997, 9.
- Fanon, F. (1967), *The Wretched of the Earth*, Harmondsworth, Middlesex.
- Firey, W. (1960), *Man, Mind and the Land*, Glencoe, IL.
- Fisher, S. (ed) (1993), *Fighting Back in Appalachia*, Philadelphia.
- Foucault, M. (1984), 'Preface' to G. Deleuze and F. Guattari, *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, London.
- Frank, A. (1969), *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, New York.
- Frug, G. (1980), 'The City as a Legal Concept', *Harvard Law Review*, 93 (6) 1059-153.
- Gardner, L. (1971), *Economic Aspects of New Deal Diplomacy*, Boston.
- Gertler, M. (1988), 'The Limits to Flexibility: Comments in the Post-Fordist Vision of Production and its Geography', *Transaction, Institute of British Geography*, New Series, 13, 419-32.
- Giddens, A. (1981), *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, London.
- Gilroy, P. (1987), *There ain't no Black in the Union Jack*, London.
- Glacken, C. (1967), *Traces on the Rhodian Shore*, Berkeley.
- Godelier, M. (1972), *Rationality and Irrationality in Economics*, London.
- Gold, D., Lo, C. and Wright, E. (1975), 'Recent Development in Marxist Theories of the Capitalist State', *Monthly Review*, no. 5, 30-43 and no. 6, 36-51.
- Goodman, E. (1996), 'Why not a Labor?' *Baltimore Sun*, 19 July 1996, 25A.
- Goodman, R. (1979), *The Last Entrepreneurs*, Boston, MA.
- Gorz, A. (1973), *Socialism and Revolution*, New York.
- Gottlieb, M. (1976), *Long Swings in Urban Development*, New York.
- Gramsci, A. (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, London.
- Granovetter, M. (1985), 'Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness', *American Journal of Sociology*, 91, 481-510.

- Green, L. (1988), 'Retailing in the New Economic Era', in G. Sternlieb and J. Hughes (eds), *America's New Market Geography*, New Brunswick, N.J.
- Greenhouse, S. (1997a), 'Voluntary Rules on Apparel Labor Proving Elusive', *New York Times*, 1 February 1997, 1.
- Greenhouse, S. (1997b), 'Accord to Combat Sweatshop Labor Faces Obstacles', *New York Times*, 13 April 1997, 1.
- Gregory, D. and Urry, J. (eds) (1985), *Social Relations and Spatial Structures*, London.
- Gundle, S. (1986), 'Urban Dreams and Metropolitan Nightmares: Models and Crises of Metropolitan Local Governments in Italy', in B. Szajkowski (ed.), *Marxist Local Government in Western Europe and Japan*, London.
- Gurr, T. and King, D. (1987), *The State and the City*, London.
- Hall, P. (1966), *Von Thünen's Isolated State*, London.
- Hall, S. (1989), 'Politics and Letters', in T. Eagleton (ed.), *Raymond Williams: Critical Perspectives*, Cambridge.
- Hallowell, A. (1955), *Culture and Experience*, Philadelphia.
- Hartshorne, R. (1939), *The Nature of Geography: a Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, Lancaster, PA.
- Harvey, D. (1973), *Social Justice and the City*, London.
- Harvey, D. (1974), 'Class-monopoly Rent, Finance Capital and the Urban Revolution', *Regional Studies*, 8, 239-55.
- Harvey, D. (1975 a), 'The Geography of Capitalist Accumulation: a Reconstruction of the Marxian Theory', *Antipode*, 7 (no. 2) 9-21.
- Harvey, D. (1975b), 'The Political Economy of Urbanization: the Case of the United States', in G. Gappert and H. Rose (eds), *The Social Economy of Cities*, Beverly Hills.
- Harvey, D. (1977a), 'Labor, Capital and Class Struggle around the Built Environment in Advance Capitalist Societies', *Politics and Society*, 6, 265-95.
- Harvey, D. (1977b), 'Population, Resources and the Ideology of Science', in R. Peet (ed.), *Radical Geography*, Chicago.
- Harvey, D. (1981), 'The Spatial Fix: Hegel, Von Thünen, and Marx', *Antipode*, 13, no. 2, 1-12.
- Harvey, D. (1982), *The Limits to Capital*, Oxford.
- Harvey, D. (1985a), *The Urbanization of Capital*, Oxford.
- Harvey, D. (1985b), *Consciousness and the Urban Experience*, Oxford.
- Harvey, D. (1989a), *The Urban Experience*, Oxford.
- Harvey, D. (1989b), *The Condition of Postmodernity*, Oxford.
- Harvey, D. (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*, Oxford.
- Harvey, D. (1988), 'The Body as an Accumulation Strategy', *Society and Space*, 40, 16, 401-21.
- Harvey, D. (2000), 'Cosmopolitanism and the Banality of Geographical Evils', *Public Culture*, 12, no. 2, 529-64.
- Harvey, D. (forthcoming), 'The Spaces of Utopia', in L. Bower, D. Goldberg and M. Musheno (eds), *Justice and Social Identities*, Oxford.

- Harvey, D. and Smith, N. (1976), 'From Capitals to Capital', in B. Ollman and E. Vernoff (eds), *The Left Academy*, vol. 2, New York.
- Hays, S. (1959), *The Conservation Movement and the Gospel of Efficiency*, Cambridge, MA.
- Hayter, T. and Harvey, D. (eds) (1993), *The Factory and the City: the Story of the Cowley Automobile Workers in Oxford*, Brighton.
- Hegel, G. (1967 edn), *Philosophy of Right*, New York.
- Held, D. (1995), *Democracy and the Global Order: from the Modern State to Cosmopolitan Governance*, Stanford, CA.
- Herbert, B. (1997), 'Brutality in Vietnam', *New York Times*, 28 March 1997, A29.
- Hérodote (1975), *Stratégies, géographies, idéologies*, Paris.
- Herodotus (1954 edn), *The Histories*, Harmondsworth, Middlesex.
- Hirschman, A. (1976), 'On Hegel, Imperialism and Structural Stagnation', *Journal of Development Economics*, 3, 1-8.
- Hobson, J. (1938), *Imperialism*, London.
- Hofstadter, R. (1967), *The Paranoid Style in American Politics and other Essays*, New York.
- Horvath, R. and Gibson, K. (1984), 'Abstraction in Marx's Method', *Antipode*, 16, 12-25.
- Hudson, W. (1970), *Modern Moral Philosophy*, London.
- Humboldt, A. von (1811), *Essai Politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne*, Paris.
- Humboldt, A. von (1849-52), *Cosmos*, London.
- Ibn Khaldún (1958 edn), *The Muqaddimma*, London.
- Ingold, T. (1993), 'Globes and Spheres: The Topology of Environmentalism', in K. Milton (ed.), *Environmentalism: the View from Anthropology*, London.
- International Labour Office (1996), *World Employment 1996/97: National Policies in a Global Context*, Geneva.
- Isard, W. (1956), *Location and Space-economy*, Cambridge, MA.
- Jacks, G. and Whyte, R. (1939), *Vanishing Lands*, New York.
- Jacobs, J. (1984), *Cities and the Wealth of Nations*, New York.
- Jessop, B. (1983), 'Accumulation Strategies, State Forms, and Hegemonic Projects', *Kapitalistate*, 10/11, 89-112.
- Judd, D. and Ready, R. (1986), 'Entrepreneurial Cities and the New Politics of Economic Development', in G. Peterson and C. Lewis (eds), *Reagan and the Cities*, Washington, DC.
- Judis, J. (1981), 'Setting the Stage for Repression', *The Progressive*, 45, April 1981, 22-30.
- Julien, C.-A., Bruhat, J., Bourgin, C., Crouzet, M. and Renouvin, P. (1949), *Le Politiques d'Expansion Impériale*, Paris.
- Kaldor, M. (1978), *The Dissintegrating West*, Harmondsworth, Middlesex.
- Kant, I. (1999 edn), *Géographie (Physique Géographie)*, Paris.
- Kapp, K. (1950), *The Social Costs of Private Enterprise*, Cambridge, MA.
- Keith, M. and Pile, S. (1993), *Place and the Politics of Identity*, London.
- Kelbaugh, D. (1997), *Common Place*, Seattle, Washington.
- Keynes, J. (1951), *Essays in Biography*, New York.
- Keynes, J. (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, New York.
- Kneese, A., Ayres, R. and D'Arge, R. (1970), *Economics and the Environment*, Washington, DC.

- Knox, P. (1994), 'The Stealthy Tyranny of Community Spaces', *Environment and Planning A*, 26, 170-3.
- Kropotkin, P. (1898), *Fields, Factories and Workshops*, London.
- Kuhn, T. (1962), *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago.
- Kuznets, S. (1961), *Capital in the American Economy: its Formation and Financing*, Princeton, NJ.
- Laclau, E. (1975), 'The Specificity of the Political: Around the Poulantzas-Miliband Debate', *Economy and Society*, 5. no. 1, 87-110.
- Landes, D. (1998), *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some are So Rich and Some So Poor*, New York.
- Lattimore, E. (1934), *Turkestan Review*, New York.
- Lattimore, O. (1949), *The Situation in Asia*, New York.
- Lattimore, O. (1962), *Studies in Frontier History: Collected Papers, 1928-58*, London.
- Lefebvre, H. (1976), *The Survival of Capitalism*, New York.
- Leitner, H. (1989), 'Cities in Pursuit of Economic Growth: the Local State as Entrepreneur', MS, Department of Geography, University of Minnesota, Minneapolis.
- Lenin, V. (1949 edn), *The State and Revolution*, New York.
- Lenin, V. (1963 edn), 'Imperialism, the Highest Stage of Capitalism', in *Selected Works*, Volume I, Moscow.
- Lenin, V. (1963 edn), 'The Right of Nations to Self-determination', in *Selected Works*, Volume I, 595-648, Moscow.
- Levi-Strauss, C. (1966), *The Savage Mind*, Chicago.
- Levi-Strauss, C. (1973), *Tristes tropiques*, New York.
- Levine, M. (1987), 'Downtown Redevelopment as an Urban Growth Strategy: a Critical Appraisal of the Baltimore Renaissance', *Journal of Urban Affairs*, 9 (2) 103-23.
- Lewontin, R. (1982), 'Organism and Environment', in H. Plotkin (ed.) *Learning, Development and Culture*, Chichester.
- Ley, D. and Samuels, M. (eds) (1978), *Humanistic Geography: Prospects and Problems*, Chicago.
- Livingstone, D. (1992), *The Geographical Tradition*, Oxford.
- Logan, J. and Molotch, H. (1987), *Urban Fortunes: the Political Economy of Place*, Berkeley.
- Lomnitz-Adler, C. (1991), 'Concepts for the Study of Regional Culture', *American Ethnologist*, 18, 195-214.
- Lösch, A. (1954), *The Economics of Location*, New Haven.
- Luxemburg, R. (1976 edn), *The National Question: Selected Writings*, New York.
- Luxemburg, R. (1968 edn), *The Accumulation of Capital*, London.
- Lyall, K. (1982), 'A Bicycle Built for Two: Public-Private Partnership in Baltimore', in S. Fosler and R. Berger (eds), *Public-Private Partnership in American Cities*, Lexington, MA.
- Mackinder, H. (1962), *Democratic Ideals and Reality*, New York.
- MacPherson, C. (1962), *The Political Theory of Possessive Individualism: from Hobbes to Locke*, New York.

- Malthus, T. (1968 edn), *Principles of Political Economy*, New York.
- Malthus, T. (1970 edn), *An Essay on the Principle of Population and a Summary View of the Principle of Population*, Harmondsworth, Middlesex.
- Markusen, A. (1986), 'Defense spending: a successful industrial policy', *International Journal of Urban and Regional Research*, 10, 105-22.
- Marshall, A. (1949), *Principles of Economics*, London.
- Marx, K. (1938 edn), *Critique of the Gotha Program*, New York.
- Marx, K. (1963 edn), *The Poverty of Philosophy*, New York.
- Marx, K. (1964 edn), *The Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, New York.
- Marx, K. (1967), *Capital*, 3 volumes, New York.
- Marx, K. (1969 edn), *Theories of Surplus Value*, Volume 1, London.
- Marx, K. (1969 edn), *Theories of Surplus Value*, Volume 2, London.
- Marx, K. (1970 edn), *A Contribution to the Critique of Political Economy*, New York.
- Marx, K. (1972 edn), *Theories of Surplus Value*, Volume 3, London.
- Marx, K. (1973 edn), *Grundrisse*, Harmondsworth, Middlesex.
- Marx, K. and Engels, F. (1952 edn), *Manifesto of the Communist Party*, Moscow.
- Marx, K. and Engels, F. (1955 edn), *Selected Correspondence*, Moscow.
- Marx, K. and Engels, F. (1970 edn), *The German Ideology*, New York.
- Marx, K. and Engels, F. (1972 edn), *On Colonialism*, New York.
- Marx, K. and Engels, F. (1974 onwards), *Collected Works*, 24 volumes to date, New York.
- Massey, D. (1991), 'The Political Place of Locality Studies', *Environment and Planning A*, 23, 267-81.
- Meadows, D., Meadows, D., Randers, J. and Behrens, W. (1972), *The Limits to Growth*, New York.
- Merrifield, A. (1993), 'Place and Space: a Lefebvrian Reconciliation', *Transactions of the Institute of British Geographers*, new series, 18, 516-31.
- Merrington, J. (1975), 'Town and Country in the Transition to Capitalism', *New left Review*, 93, 71-92.
- Meszaros, L. (1972), 'Ideology and Social Science', *Socialist Register*, 1972.
- Meszaros, L. (1995), *Beyond Capital*, New York.
- Miliband, R. (1969), *The State in Capitalist Society*, London.
- Mill, J. (1965 edn), *Principles of Political Economy*, Toronto.
- Mollenkopf, J. (1983), *The Contested City*, Princeton, NJ.
- Molotch, H. (1976), 'The City as a Growth Machine: Towards a Political Economy of Place', *American Journal of Sociology*, 82, 309-32.
- Morishima, M. and Catephores, G. (1978), *Value, Exploitation and Growth*, Maidenhead, Berkshire.
- Murray, F. (1983), 'Pension Funds and Local Authority Investments', *Capital and Class*, 230, 89-103.
- Navarro, V. (1974), 'What does Chile mean? an Analysis of Events in the Health Sector before and after Allende's Administration', mimeo, Department of Medical Care and Hospitals, The Johns Hopkins University, Baltimore, MD.
- Needham, J. (1954), *Science and Civilization in China*, Cambridge.

- Newman, R. (1983), 'Owen Lattimore and his Enemies', *Antipode*, 15 no. 3, 12-26.
- Newman, R. (1992), *Owen Lattimore and the 'Loss' of China*, California.
- Noyelle, T. and Stanback, T. (1984), *The Economic Transformation of American Cities*, Totawa, NJ.
- Nussbaum, M., with respondents (1996), *For Love of Country: Debating the Limits of Patriotism*, Boston.
- O'Connor, J. (1973), *The Fiscal Crisis of the State*, New York.
- O'Malley, J. (1970), 'Introduction', to K. Marx, Critique of Hegel's 'Philosophy of Right', Cambridge.
- Offe, K. (1973), 'The Abolition of Market Control and the Problem of Legitimacy', *Kapitalistate*, no. 1, 109-16 and no. 2, 73-83.
- Ollman, B. (1971), *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*, Cambridge.
- Ollman, B. (1973), 'Marxism and Political Science: Prologomenon a Debate on Marx's Method', *Politics and Society*, 3, 491-510.
- Orans, M. (1966), 'Surplus', *Human Organization*, 24, 24-32.
- Park, R. (1967), *On Collective Control and Social Behavior*, Chicago.
- Pearson, H. (1957), 'The Economy has no Surplus: a Critique of a Theory of Development', in K. Polanyi, C. Arensberg and H. Pearson (eds), *Trade and Market in Early Empires*, Glencoe, IL.
- Peet, R. (ed.) (1977), *Radical Geography*, Chicago.
- Pelczynski, Z. (1962), 'Introductory Essay', in Knox, T. (ed.), *Hegel's Political Writings*, New York.
- Peterson, P. (1981), *City Limits*, Chicago.
- Piaget, J. (1970), *Structuralism*, New York.
- Piaget, J. (1972), *The Principles of Genetic Epistemology*, London.
- Plant, R. (1977), 'Hegel and Political Economy', *New Left Review*, 103, 79-91; 104, 103-13.
- Pleskovic, B. and Stiglitz, J. (eds) (1999), *Annual World Bank Conference on Economic Development*, Washington, DC.
- Polanyi, K. (1968), *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, ed. G. Dalton, Boston.
- Poulantzas, N. (1973), *Political Power and Social Classes*, London.
- Poulantzas, N. (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*, London.
- Poulantzas, N. (1976), 'The Capitalist State: a Reply to Miliband and Laclau', *New Left Review*, 95, 63-83.
- Pred, A. (1984), 'Place as Historically Contingent Process: Structuration and the Time-Geography of Becoming Places', *Annals of the Association of American Geographers*, 74, 279-97.
- Putnam, R. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, N.J.
- Quaini, M. (1982), *Geography and Marxism*, Totawa, NJ.
- Ratzel, F. (1923), *Politische Geographie*, Munich.
- Reclus, E. (1982), *L'Homme et la Terre*, Paris.

- Rees, G. and Lambert, J. (1985), *Cities in Crisis: the Political Economy of Post-war Development in Britain*, London.
- Ricardo, D. (1951a edn), *Principles of Political Economy*, Cambridge.
- Ricardo, D. (1951b edn), *The Works and Correspondence of David Ricardo*, Volume 2, Cambridge.
- Ritter, C. (1822-59), *Die Erdkunde*, Berlin.
- Roman, L. (1993), "On the Ground" with Antiracist Pedagogy and Raymond Williams's Unfinished Project to Articulate a Socially Transformative Critical Realism', in D. Dworkin and L. Roman (eds) *Raymond Williams: Critical Perspectives*, Cambridge.
- Said, E. (1979), *Orientalism*, New York.
- Said, E. (with Raymond Williams) (1989), 'Appendix: Media, margins and modernity', in R. Williams, *The Politics of Modernism*, London.
- Sandercock, L. (1998), *Towards Cosmopolis*, New York.
- Sassen-Koob, S. (1988), *Global Cities*, Princeton, NJ.
- Sauer, C. (1952), *Agricultural Origins and Dispersals*, New York.
- Sayer, A. (1981), 'Defensible Values in Geography: Can Values be Science Free?', in D. Herbert and R. Johnston (eds), *Geography and the Urban Environment, Volume 4*, New York.
- Sayer, A. (1989) 'Post-Fordism in Question', *International Journal of Urban and Regional Research*, 13, 666-95.
- Schmidt, A. (1971), *The Concept of Nature in Marx*, London.
- Schoenberger, E. (1988), "From Fordism to Flexible Accumulation: Technology, Competitive Strategies and International Location", *Environment and Planning, Series D, Society and Space*, 6, 245-62.
- Scott, A. (1988), *New Industrial Spaces: Flexible Production Organization and Regional Development in North America and Western Europe*, London.
- Seabrook, J. (1966), *In the Cities of the South: Scenes from a Developing World*, London.
- Skelton, R. (1958), *Explorers' Maps: Chapters in the Cartographic Record of Geographical Discovery*, New York.
- Smith, M. (1988), *City State and Market*, Oxford.
- Smith, M. and Keller, M. (1983), 'Managed Growth and the Politics of Uneven Development in New Orleans', in Fainstain et al. (eds), *Restructuring the City: the Political Economy of Urban Redevelopment*, New York.
- Smith, N. (1987), 'Dangers of the Empirical Turn', *Antipode*, 19, 59-68.
- Smith, N. (1990), *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*, Oxford.
- Smith, N. (1992), 'Geography, Difference and the Politics of Scale', in J. Doherty, E. Graham and M. Malek (eds), *Postmodernism and the Social Sciences*, London.
- Snedeker, G. (1993), 'Between Humanism and Social Theory: the Cultural Criticism of Raymond Williams', *Rethinking Marxism*, 6, 104-13.
- Spoehr, A. (1956), 'Cultural Differences in the Interpretation of Natural Resources', in W. Thomas (ed.) *Man's role in Changing the Face of the Earth*, Chicago.

- Stoddart, D. (ed.) (1981), *Geography, Ideology and Social Concern*, Oxford.
- Stoker, R. (1986), "Baltimore: the Self-evaluating City?" in S. Stone and H. Sanders (eds), *The Politics of Urban Development*, Lawrence, Kansas.
- Strabo (1903-6), *The Geography of Strabo*, London.
- Sweezy, P. (1942), *The Theory of Capitalist Development*, New York.
- Swyngedouw, E. (1986), 'The Socio-spatial Implications of Innovations in Industrial Organisation', Working paper no. 20, *Johns Hopkins European Center for Regional Planning and Research*, Lille.
- Swyngedouw, E. (1989), 'The Heart of the Place: the Resurrection of Locality in an Age of Hyperspace', *Geografiska Annaler*, 71, Series B, 31-42.
- Swyngedouw, E. (1992a), 'Territorial Organization and the Space/Technology Nexus', *Transactions, Institute of British Geographers*, New series, 17, 417-33.
- Swyngedouw, E. (1992b), 'The Mammon Quest; "Glocalization", Interspatial Competition and the Monetary Order: the Construction of News Scales', in M. Dunford and G. Kafkalas (eds), *Cities and Regions in the New Europe*, London.
- Szanton, P. (1986), *Baltimore 2000*, Baltimore.
- Tarascio, V. (1966), *Pareto's Methodological Approach to Economics*, Chapel Hill, NC.
- Thomas, B. (1973), *Migration and Economic Growth*, London.
- Ulmen, G. (1978), *The Science of Society*, The Hague.
- United Nations Development Program (1996), *Human Development Report*, 1996, New York.
- United States Court of Appeals, District of Columbia (1954), *Brief of Appellee (USA versus Lattimore)*, No. 12,609, Washington, DC.
- United States Senate, Subcommittee of the Committee of the Judiciary to Investigate the Administration of the Internal Security Act and other Internal Security Laws (1951-2), *The Institute of Pacific Relations*, 82nd Congress, 1st and 2nd sessions, Washington, DC.
- Vogt, W. (1948), *The Road to Survival*, New York.
- Walker, R. (1976), 'The Suburban Solution', *Doctoral Dissertation*, Department of Geography and Environmental Engineering, The Johns Hopkins University.
- Weinberg, A. (1963), *Manifest Destiny*, Chicago.
- Whitaker, J. (1975), *The Early Economic Writings of Alfred Marshall, 1867-90*, New York.
- Williams, R. (1961), 'The Achievement of Brecht', *Critical Quarterly*, 3, 153-62.
- Williams, R. (1973), *The Country and the City*, London.
- Williams, R. (1977), *Marxism and Literature*, Oxford.
- Williams, R. (1980), *Problems in Materialism and Culture*, London.
- Williams, R. (1983), *Beyond 2000*, London.
- Williams, R. (1960) (1988a), *Border Country*, London.
- Williams, R. (1979) (1988b), *The Fight for Manod*, London.
- Williams, R. (1964) (1988c), *Second Generation*, London.
- Williams, R. (1989a), *Resources of Hope*, London.
- Williams, R. (1989b), *The Politics of Modernism*, London.

- Williams, R. (1985) (1989c), *Loyalties*, London.
- Williams, R. (1989) (1990), *People of the Black Mountains: the Beginning*, London.
- Williams, R. (1990) (1992), *People of the Black Mountains: the Eggs of the Eagle*, London.
- Wilson, W. (1987), *The Truly Disadvantaged*, Chicago.
- Wittgenstein, L. (1958), *Philosophical Investigations*, Oxford.
- Wolf, L. (1976), 'National Economic Planning, a New Economic Policy for America', *Antipode*, 8 (no. 2) 64-74.
- World Bank (1995), *World Development Report: Workers in an Integrating World*, New York.
- Zeldin, T. (1994), *An Intimate History of Humanity*, New York.
- Zinke, G. (1967), 'The Problem of Malthus: Mus Progress End in Overpopulation?', *University of Colorado Studies, Series in Economics*, no. 5 Boulder, Colorado.

A produção capitalista do espaço agrupa sete textos, escritos entre 1975 e 2001, de índole essencialmente metodológica, que buscam explicitar os fundamentos teóricos e conceituais com que opera David Harvey em sua singular “geografia”. As concepções marxistas do Estado, das classes sociais, da acumulação, da urbanização e da renda, entre outras, são discutidas neste volume, que também apresenta uma entrevista com o autor publicada pela *New Left Review* no ano de 2000.

ISBN 85-7419-496-4



9 788574 194967